

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

MARIANA ZUANETI MARTINS

**DEMOCRACIA CORINTHIANA: SENTIDOS E
SIGNIFICADOS DA PARTICIPAÇÃO DOS JOGADORES**

***CORINTHIANS DEMOCRACY: MEANINGS AND SIGNIFICANCE
OF THE PLAYERS' PARTICIPATION***

Campinas, 2012.

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA**

MARIANA ZUANETI MARTINS

**DEMOCRACIA CORINTHIANA: SENTIDOS E SIGNIFICADOS
DA PARTICIPAÇÃO DOS JOGADORES**

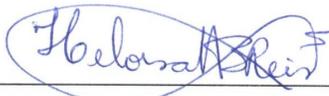
Orientadora: Prof^a Dr^a Heloisa Helena Baldy dos Reis

***CORINTHIANS DEMOCRACY: MEANINGS AND SIGNIFICANCE
OF THE PLAYERS' PARTICIPATION***

Dissertação de Mestrado apresentada à Pós-Graduação da Faculdade de Educação Física da Universidade Estadual de Campinas para obtenção do título de Mestre em Educação Física, área de concentração Educação Física e Sociedade

Dissertation presented to the PostGraduation Programme of the School of Physical Education of State University of Campinas to obtain the Master's degree in Physical Education. Concentration area: Physical Education and Society.

ESTE EXEMPLAR CORRESPONDE À VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO DEFENDIDA PELA ALUNA MARIANA ZUANETI MARTINS, E ORIENTADO PELA PROF^a. DR^a. HELOISA HELENA BALDY DOS REIS



Prof^a Dr^a Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora

Campinas, 2012.

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA POR
DULCE INÊS LEOCÁDIO DOS SANTOS AUGUSTO – CRB8/4991 -
BIBLIOTECA “PROF. ASDRUBAL FERREIRA BATISTA”
FEF - UNICAMP

M366d	<p>Martins, Mariana Zuaneti, 1986- Democracia Corinthiana: sentidos e significados da participação dos jogadores / Mariana Zuaneti Martins. -- Campinas, SP: [s.n], 2012.</p> <p>Orientador: Heloisa Helena Baldy dos Reis. Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física.</p> <p>1. Sociologia-Esportes. 2. Corinthians. 3. Democracia. 4. Futebol. I. Reis, Heloisa Helena Baldy dos. II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação Física. III. Título.</p>
-------	--

Informações para Biblioteca Digital

Título em inglês: Corinthians democracy: meanings and significance of the players' participation

Palavras-chave em inglês:

Sociology-Sports

Corinthians

Democracy

Football

Área de Concentração: Educação Física e Sociedade.

Titulação: Mestre em Educação Física.

Banca Examinadora:

Heloisa Helena Baldy dos Reis [Orientador]

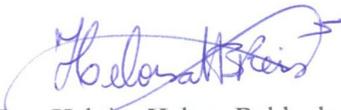
Arlei Sander Damo

Marcelo Weishaupt Proni

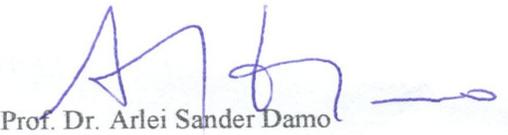
Data da defesa: 10-07-2012

Programa de Pós-Graduação: Educação Física

COMISSÃO EXAMINADORA

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Heloisa Helena Baldy dos Reis', written in a cursive style.

Prof. Dra. Heloisa Helena Baldy dos Reis
Orientadora

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Arlei Sander Damo', written in a cursive style.

Prof. Dr. Arlei Sander Damo

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Marcelo Weishaupt Proni', written in a cursive style.

Prof. Dr. Marcelo Weishaupt Proni

DEDICATÓRIA

*A todos e todas que amam o futebol e o Corinthians.
E àquelas e àqueles que acreditam no futebol como um veículo para
transformar e a ser transformado.*

AGRADECIMENTOS

Este trecho é mais que fundamental no meu trabalho, porque sem dúvida nada disso seria possível sem a incrível ajuda, paciência e compreensão das diversas pessoas que estiveram ao meu lado nesse tempo de realização desse mestrado, desde o momento em que comecei a escrever o projeto até a trajetória da realização do mesmo e, por fim, esse momento de defesa. Nunca foi tão clara, para mim, essa dimensão coletiva da construção/produção/sistematização do conhecimento e das reflexões.

Por isso, antes de tudo, quero agradecer à minha orientadora Heloisa Reis. Em primeiro lugar, pelos ensinamentos, pelas correções, pelos toques, por todo trabalho acadêmico de orientação, que vai além da escrita desse trabalho, mas se configura como uma lição para a vida. Em segundo lugar, quero agradecê-la pela paciência e compreensão, por entender meus momentos de dificuldade e minhas limitações, sempre me incentivando e ajudando a ir além. Em terceiro lugar, por ter acreditado em mim e nesse projeto, pelo investimento de ensinamentos, pela confiança. Em quarto lugar, pela amizade que desenvolvemos nesses dois anos de mestrado.

Quero agradecer também aos professores que contribuíram (ou contribuirão) nas bancas: o professor Marcelo W. Proni, pelas correções na qualificação que ajudaram a traçar os rumos do final deste trabalho, e pela oportunidade de ouvir novamente suas considerações na defesa. Ao professor Lino Castellani Filho, pelos apontamentos no exame de qualificação; e ao professor Arlei S. Damo, pela presença na defesa deste mestrado; e ao Felipe Lopes, pelas considerações como suplente da banca da defesa.

Não posso deixar de agradecer aos colegas do Grupo de Estudos e Pesquisas de Futebol (GEF) pelas inúmeras discussões e pelas contribuições destes mesmos ao meu trabalho.

Aos funcionários da FEF, meus sinceros agradecimentos. Em especial aos da CPG, pelas consultas, auxílios e apoio em meus momentos de desespero e dúvidas. Aos funcionários das bibliotecas da FEF e do IFCH que sempre me ajudaram nas minhas mais diversas buscas e dúvidas. Aos colegas de trabalho da DGRH/Unicamp, pela compreensão nesse momento final de conclusão desta pesquisa.

À CAPES que me concedeu uma bolsa de estudo imprescindível para a realização deste trabalho.

Aos meus companheiros de vida e de luta, que muito me ajudaram desde o início dessa jornada acadêmica. À Pat, pelas considerações desde a escrita do projeto e sempre ombro presente para ouvir minhas lamentações; ao Artur, pelas considerações teóricas e sempre disposição em ajudar; Ao Digam, pela contribuição na correção deste trabalho; ao Paulo Gouveia, pela paciência em ouvir tudo que lia sobre o futebol e discutir comigo estes assuntos; à Marininha e o Tio Ricardo, minha família em Campinas; Ao Leonardo Cabelo, pela empolgação, companhia na realização da entrevista e pela partilha do amor ao Corinthians; à Larissa Higa, partilhou a casa e o fim do mestrado comigo, as mesmas dúvidas, inquietações e expectativas (boa sorte em Diamantina!); ao Ploc e Diana, pela amizade ao longo destes anos. Agradecimento em especial a todos os companheiros (aqueles que ainda não nomeei) do CSRP/ 1º de Maio, que marcham comigo ombro a ombro na esperança por um mundo melhor.

À minha mãe (Tuca) e meu irmão (Thiago) pela ajuda fundamental durante esse trajeto e apoio!

Ao meu querido, Vitor, que torna os meus dias coloridos, me dá esperança, me faz continuar. Obrigada pela ajuda, pelas considerações, pelo apoio e pelo carinho!

Obrigada a todos e todas que me ajudaram de alguma forma nessa jornada. Sem essa imensa lista de pessoas, nada disso seria possível.

MARTINS, M. Z. Democracia Corinthiana: sentidos e significados da participação dos jogadores. .2012. 200f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa foi analisar a Democracia Corinthiana no contexto social brasileiro, buscando compreender a relação que os jogadores desenvolveram na gestão do clube corintiano, no período de 1981 a 1985, conhecido como Democracia Corinthiana, de modo a buscar a gênese da ideia dos jogadores como trabalhadores. Chegamos a uma questão essencial: a luz do movimento social geral daquele contexto socioistórico, em que medida o avanço da organização empresarial do Sport Club Corinthians Paulista – o processo de modernização que se desenrolava – se relacionava com as possibilidades de participação empreendidas pelos jogadores na Democracia Corinthiana, bem como quais são os limites e as possibilidades desse meio de gestão? Analisamos os plurais sentidos de democracia que se desenvolveram entre os principais sujeitos do movimento corintiano, de modo a entender o grau de espontaneidade e diferenças de envolvimento, bem como de entendimento, fizeram parte dessa criação histórica. Como parte disso, evidenciamos os sentidos e possibilidades que a participação teve para os jogadores, de modo a circundar a cultura política que se desenvolveu entre os mesmos, envolvendo reflexões sobre o grau de autonomia e de conscientização. Com isso, procuramos compreender como a Democracia Corinthiana concretamente avançou para além do interior do departamento de futebol do clube para influenciar o restante da categoria, forjando uma configuração de trabalhadores da bola. A pesquisa foi realizada por meio de pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com dois integrantes da Democracia Corinthiana. Esta pesquisa evidenciou a pluralidade de significados e representações da participação dos jogadores nesse movimento, percebendo diferentes formas de se inserir nele e de constituir a cidadania do jogador de futebol.

Palavras-Chaves: 1. Sociologia-Esportes. 2. Corinthians. 3. Democracia. 4. Futebol.

MARTINS, M. Z. Corinthians Democracy: Meanings and significance of the players' participation. 2012. 200f. Dissertação de Mestrado – Faculdade de Educação Física. Universidade Estadual de Campinas, 2012.

ABSTRACT

The objective of this research was to analyze the Corinthians Democracy movement in the Brazilian social context, seeking comprehension of the relation developed among the players during the management of the club from 1981 to 1985, period known as the Corinthians Democracy, in order to bring the genesis of the idea of the players as workers. There was an essential question: on the general social movement of that social and historical context, to what extent the progress of Sport Club Corinthians Paulista as an enterprise - in the modernization process then taking place – was related to the possibilities of participation undertaken by the Corinthians Democracy players, as well as which were the limits and possibilities of that management? The plural meanings of democracy that evolved among the main individuals of the Corinthians movement were analyzed in order to understand how spontaneous or integrated, or even how the people that took part of this historic creation understood it. As part of the process, the meanings and possibilities of the participation for the players were analyzed in order to expose the political culture developed among them, including reflections about the extent of autonomy or conscience. Thus we intended to comprehend how the Corinthians Democracy actually developed outside the club's inner football department in order to influence the rest of this worker's class, emulating a configuration of the football workers as a whole. The survey was conducted by bibliographic and documental researches, as well as two members of the Corinthians Democracy were interviewed. This research showed the plurality of the significances and the representations created of the players' participation in this movement, realizing different ways of political participation and of citizenship constitution from the football players.

Keywords: Sociology-Sports; Corinthians; Democracy; Football.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - Média Salarial dos jogadores de futebol por Estado e por tamanho do clube.....p. 151

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ABC PAULISTA	REGIÃO METROPOLITANA PAULISTA FORMADA PELAS CIDADES SANTO ANDRÉ, SÃO BERNARDO DOS CAMPOS E SÃO CAETANO
AI-1	ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 1
AI-2	ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 2
AI-5	ATO INSTITUCIONAL NÚMERO 5
ARENA	ALIANÇA RENOVADORA NACIONAL
CBF	CONFEDERAÇÃO BRASILEIRA DE FUTEBOL
CEBs	COMUNIDADES ECLESIAIS DE BASE
CND	CONSELHO NACIONAL DO DESPORTO
CUT	CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES
DEOPS	DEPARTAMENTO ESTADUAL DE ORDEM POLÍTICA E SOCIAL
EUA	ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA
FEF	FACULDADE DE EDUCAÇÃO FÍSICA
FIFA	FÉDÉRATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION
FIPE	FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS
FMI	FUNDO MONETÁRIO INTERNACIONAL
FPF	FEDERAÇÃO PAULISTA DE FUTEBOL
IFCH	INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

IPC	ÍNDICE DE PREÇOS AO CONSUMIDOR
MDB	MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
MG	MINAS GERAIS
NASL	NORTH AMERICAN SOCCER LEAGUE
OAB	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
OPEP	ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO
PDS	PARTIDO DEMOCRÁTICO SOCIAL
PDT	PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA
PEA	POPULAÇÃO ECONOMICAMENTE ATIVA
PFL	PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
PI	PIAUI
PIB	PRODUTO INTERNO BRUTO
PMDB	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
PP	PARTIDO PROGRESSISTA
PT	PARTIDO DOS TRABALHADORES
PUC	PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA
RJ	RIO DE JANEIRO
SAPESP	SINDICATO DOS ATLETAS DE SÃO PAULO
SCCP	SPORT CLUB CORINTHIANS PAULISTA

SP	SÃO PAULO
TNMS	TEORIA DOS NOVOS MOVIMENTOS SOCIAIS
TV	TELEVISÃO
UNE	UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES
UNICAMP	UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	21
2 PRA COMEÇO DE CONVERSA... SITUANDO O PROBLEMA DE PESQUISA.....	29
3 O MOMENTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DE SURGIMENTO DA DEMOCRACIA CORINTHIANA.....	40
3.1 O regime ditatorial-militar.....	41
3.2 A distensão e crise do regime.....	44
3.3 A emergência dos movimentos Sociais.....	55
3.4 A emergência na cena pública da ação coletiva, dos movimentos sociais e dos ciclos de protestos.....	57
3.5 A campanha das “Diretas-Já” e seus desdobramentos.....	62
4 TECENDO A NARRATIVA DA DEMOCRACIA CORINTHIANA	69
4.1 A narrativa da Democracia Corinthiana.....	71
4.1.1 A saída de Matheus e a consolidação do projeto da “abertura”.....	75
4.1.2 A vitória do projeto da abertura e da democracia.....	80
4.1.3 De “projeto de abertura” à “Democracia Corinthiana”.....	82
4.1.4 A radicalização da abertura.....	86
4.1.5 O retorno da hierarquia à Democracia Corinthiana.....	89
4.1.6 A Nação [Corinthiana] Frustrada.....	92
4.1.7 A Democracia Corinthiana na corda bamba.....	93
4.1.8 A derrocada da Democracia Corinthiana.....	96
4.2 Após a derrota da Democracia Corinthiana.....	97
5 A DEMOCRACIA CORINTHIANA NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO.....	100
5.1 A crise no futebol brasileiro na década de 1980 e os sentidos da modernização	107
5.2 A modernização do futebol no Corinthians.....	116
6 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO DOS JOGADORES DE FUTEBOL DA DEMOCRACIA CORINTHIANA.....	133
6.1 Os sentidos da democracia para os sujeitos da Democracia Corinthiana..	134
6.2 A política e a participação dos jogadores da Democracia Corinthiana....	151
6.2.1 Quem são esses sujeitos: a categoria de jogadores de futebol.....	151
6.2.2 A participação dos jogadores na Democracia Corinthiana.....	158

6.2.3 A participação dos jogadores do Corinthians no sindicato da categoria.....	173
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	183
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÀFICAS.....	191
ANEXO 1 – ENTREVISTA COM WLADIMIR.....	199

1 INTRODUÇÃO

Há certas afinidades que aleatoriamente se desenvolvem na vida e que, conforme vão arranjando sua trajetória, encontraram-se em felizes coincidências nos caminhos de uma pessoa. Pois minha formação e o trabalho que aqui iniciei são encontros de uma trajetória despreziosa.

Aos dezessete anos, quando ingressei no curso de Educação Física, a área de treinamento físico, em especial de natação, era o convite que eu desenhava para o futuro. Mas, com o passar do curso, outros aspectos da minha formação anterior emergiram na minha trajetória universitária. A começar pela paixão pelas ciências humanas e a indignação com as desigualdades presentes em nosso sistema político e econômico, que muito me aproximaram de uma vivência como ativista política no Movimento Estudantil. Ao engrossar as fileiras deste movimento a partir de severas críticas à formação dos cursos de educação física, percebi que os estudantes tinham um papel de protagonistas no processo de definição dos rumos brasileiros em âmbito nacional. Por isso, inseri-me intensamente na militância estudantil na universidade como um todo – fato que foi fundamental para que eu estabelecesse outra relação com essa instituição, era muito apaixonada, atentando-me a todo o caráter plural que a presença neste espaço poderia me propiciar. Ao criticá-la e aprender com ela, percebia que deveria aproveitar todo o enriquecimento cultural e intelectual possível nesse ambiente, mas deveria ao mesmo tempo tentar transformá-la em um espaço mais democrático, no qual outros jovens – hoje dela excluídos – pudessem no futuro ter a mesma oportunidade da qual eu fora privilegiada.

Por outro lado, a minha paixão pelo esporte fora ofuscada ao longo de quase todo o curso. A problemática de tratar o “esporte pelo esporte”, sem uma reflexão crítica sobre o mesmo, fez com que eu me afastasse bastante dessa paixão. Ainda que a obsessão pelo clube de futebol que torcia permanecesse – desde que tenho memórias, Corinthians faz parte delas – assumi como um espaço de contradição, daqueles que nosso sistema social é permeado.

Por muito tempo a relação entre esses dois pólos, a universidade e o Corinthians, mantiveram-se separados. Ao conhecer a área de sociologia do esporte, a paixão pelo esporte pela primeira vez entraria como objeto da minha reflexão

universitária, mas isso se deu de forma extremamente dispersa. Foi, entretanto, ao conhecer a professora Heloisa Reis, que essa combinação apareceu para mim como um objeto científico e que, quando seriamente estudado, traria diversas contribuições para o entendimento da realidade brasileira e mundial.

A ideia de desenvolver um estudo sobre o futebol adveio, entretanto, de um daqueles debates infrutíferos de horas vagas, no qual discutia o papel do Corinthians como time com grande base popular no contexto brasileiro. Apesar de sempre evocar a Democracia Corinthiana como um exemplo cabal do momento em que o futebol pode servir como espaço de transformação, naquela ocasião me questionei em que sentido isso poderia ser afirmado. A partir dessa necessidade de pensar o papel do esporte e do futebol na realidade brasileira, em suas crises e transformações, e de refletir criticamente sobre o "clube do meu coração" decidi dar continuidade à minha formação acadêmica, aprofundando-me ainda mais nas ciências humanas, como forma de contribuir com a minha humilde reflexão para os avanços dessa área de estudos dentro da educação física em geral. A continuidade na área de educação física também foi fundamental, a partir da ideia de que nós, professores de educação física, temos que refletir sobre o conteúdo de nossas aulas, evitando a cisão entre aqueles que ensinam e praticam o esporte, e aqueles (das ciências sociais) que refletem (e muitas vezes só o criticam).

Nosso entendimento do esporte moderno, em especial o futebol, como uma mercadoria, de maneira alguma quer minimizar a dimensão simbólica desta prática. No entanto, num momento em que as relações sociais estão cada vez mais mercantilizadas, é importante atentarmos a esse viés, já que ele, em conjunto com outras dimensões, ajuda a determinar e entender as práticas esportivas.

Foi a partir da revisão bibliográfica acerca da Democracia Corinthiana, bem como da sociologia do futebol, que encontramos a relevância desta temática. Tal movimento tem uma importância grande no Futebol Brasileiro, em especial no contexto histórico da década de 1980. Deixar este tema apenas em uma nota de rodapé no debate geral sobre a redemocratização brasileira é simplificar demasiadamente um movimento que é complexo, amplo e apresenta uma série de leques, pelos quais podemos entender o fenômeno esportivo, desde suas afirmações essenciais até sua relação com a tradição de debate sobre o futebol da Sociologia do Esporte.

Se enxergarmos a Democracia Corinthiana à luz de seu contexto histórico, podemos compreender que as contradições que dentro dela se desenvolveram são desenrolares de um mesmo processo social. Conforme Florenzano (2003, p. 207) relatou, houve uma série de times que tentaram implantar uma gestão participativa, semelhante ao fenômeno corintiano. No entanto, o destaque da democracia Corinthiana está exatamente no fato de ter sido a experiência mais refinada e, nesse caso, foi nela que as virtudes e as incongruências se mostraram mais evidentes.

A partir da revisão bibliográfica do tema, procuramos estudar o papel que os jogadores tiveram na gestão do clube corintiano, no período de 1981 a 1985. Pretendemos descrever e analisar os plurais sentidos de democracia que se desenvolveram entre os principais sujeitos do movimento corintiano, de modo a entender o grau de espontaneidade, de diferenças de envolvimento e de entendimento que fizeram parte dessa criação histórica. Como parte disso, abordamos também quais os sentidos e possibilidades que a participação conferiu aos jogadores, de modo a circundar a cultura política que se desenvolveu entre os mesmos, envolvendo reflexões sobre o grau de autonomia e de conscientização. Com isso, podemos pensar como a Democracia Corinthiana conseguiu concretamente avançar para além do interior do departamento de futebol do clube para influenciar o restante da categoria, forjando uma configuração de trabalhadores da bola.

Com o desenrolar dessa questão, analisamos também em que medida o avanço da organização empresarial do Sport Club Corinthians Paulista – o processo de modernização que se desenrolava – se relacionava com as possibilidades de participação empreendidas pelos jogadores na Democracia Corinthiana?

Por fim, é importante salientar que nossa pesquisa partiu do entendimento da Democracia Corinthiana não como um bloco coeso, formado por jogadores e dirigentes. Esse ponto de partida já nos diferencia das demais pesquisas que existem acerca desse tema. Isso porque entender o Corinthians como uma empresa, significa, em nossa visão, que ela é um espaço de conflitos entre dois segmentos: os dirigentes e os dirigidos. É evidente que esses conflitos podem estar explícitos ou velados. No entanto, eles existem – seja na hora de renovar o contrato do jogador, ou de eleger o próximo técnico do time. Enfim, essa perspectiva nos faz olhar para o movimento de uma forma mais complexa, de forma a entender que nesse processo existem sujeitos que estão

posicionados de forma diferenciada. Entretanto, é importante salientar que com isso não estamos querendo enxergar a realidade a partir de maniqueísmos, pelo contrário, queremos adicionar mais um fato para enxergá-la de forma mais complexa e problematizada.

Tal pesquisa se justifica na medida em que investiga o potencial que os jogadores de futebol têm como sujeitos na sociedade e na política. Visando a afirmação destes como agentes influentes na determinação dos rumos do esporte brasileiro, buscamos entender um momento particular no qual sua ação firmou-se na esfera do futebol, mas extrapolou-se para o âmbito mais amplo da política brasileira. As pesquisas sobre futebol no Brasil investigam profundamente diversos sujeitos que determinam seus rumos, como o Estado, os dirigentes, as torcidas organizadas, entretanto, poucos estudos se focam sobre o potencial político do jogador de futebol como um agente interventor no interior desse campo.

A metodologia deste trabalho encontra sua fundamentação nos pilares da pesquisa qualitativa. Segundo Negrine (2004, p. 61), tal metodologia propõe que:

a base analógica desse tipo de investigação se centra na descrição, análise e interpretação de informações recolhidas durante o processo investigatório, procurando entendê-las de forma contextualizada. Isso significa que nas pesquisas de corte qualitativo não há preocupação em generalizar os achados

Nosso trabalho é organizado para circundar o objeto da pesquisa, a partir de uma revisão bibliográfica sobre dois temas importantes, o contexto histórico da década de 1980 e o cenário no qual o futebol se encontrava no período, a fim de compreender as variáveis e demais determinações que influenciaram a Democracia Corinthiana. Tal levantamento tem a finalidade de contextualizar as análises que fizemos sobre a Democracia Corinthiana, uma vez que ela estava inserida no quadro de instabilidade política e econômica da década, e de debate das mudanças pelas quais o futebol estava sofrendo. Segundo Bloch (2002, p. 42), o levantamento histórico é importante para situar um objeto de estudo, uma vez que “uma experiência única é sempre impotente para discriminar seus próprios fatores; impotente, por conseguinte para propiciar a sua própria interpretação”. Para Thompson (1981, p. 48-49), “o discurso histórico disciplinado consiste num diálogo entre o conceito e a evidencia, um diálogo conduzido por hipóteses sucessivas, de um lado, e a pesquisa empírica, de outro”. Desse modo,

conduzimos nossa pesquisa a partir de um esforço de contextualização do objeto historicamente para conseguir elaborar os nexos entre o olhar histórico e o sociológico. Com isso, pretendemos trabalhar as falas e entendimentos a partir da processualidade da Democracia Corinthiana, não como um fato isolado, mas como produto e sujeito de um tempo histórico.

Além da bibliografia, utilizamos um levantamento de fontes documentais sobre a Democracia Corinthiana, procurando nelas elementos que dialoguem com nosso objeto de pesquisa, no sentido de buscar depoimentos de jogadores e fatos do movimento que nos auxiliem no resgate da experiência corinthiana. Para isso, buscamos os suplementos específicos dos principais jornais de São Paulo (*O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo*), no período de março de 1981 a março de 1985. Fizemos ainda a revisão desse recorte temporal no periódico esportivo da *Revista Placar*, já que esta representava uma forte opinião de apoio ao movimento. A justificativa para escolha destes materiais específicos se dá pelo fato de serem as principais referências da imprensa esportiva, de serem os principais jornais do estado de São Paulo e de contemplarem visões distintas, tanto de apoio como de oposição ao movimento corintiano.

Para analisar esses documentos, nos apoiamos nas considerações do historiador Jacques Le Goff (2003, p. 103), sobre o documento como monumento para análise

o documento não é inócuo. É antes de tudo o resultado de uma montagem consciente ou inconsciente da história, da época, da sociedade que o produziram, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver (...). O documento é uma coisa que fica, que dura, e o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados desmistificando-lhe seu significado aparente. O documento é monumento: resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro (voluntária ou involuntariamente) determinada imagem de si próprias. No limite, (na aparência e na montagem) não existe um documento verdade, ele é ao mesmo tempo verdadeiro e falso. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo (...). Este deve desestruturar esta construção de produção dos documentos/monumentos.

Dessa forma, o autor salienta que “tendo em vista que todo documento é ao mesmo tempo verdadeiro e falso, trata-se de pôr à luz as condições de produção e de mostrar em que medida o documento é um instrumento de poder” (LE GOFF, 2003, p. 525). Com isso, o historiador sugere que se considerem os documentos de forma a

organiza-los em série e tratá-los de modo quantitativo, inserindo-os em conjuntos de monumentos.

Por isso, a escolha dos periódicos esportivos cumpriu em nossa pesquisa um papel crucial, de colocar em conflito opiniões diversas sobre o assunto, e de ressaltar as falas do sujeito em seu tempo histórico sobre o entendimento do processo da Democracia Corinthiana. Com isso, e contextualizando a pesquisa de arquivo com o levantamento bibliográfico e as condições de produção das mesmas notícias, reconstruímos a narrativa do fenômeno, e a partir desse olhar processual ao objeto, nos detivemos nos sentidos que ele obteve para seus sujeitos. Para tanto, foram necessárias muitas horas de pesquisa de arquivo. Cerca de 200 horas no Arquivo Edgard Leuenroth e mais 50 horas no Arquivo do Estado de São Paulo para pesquisa no jornal “O Estado de São Paulo”; cerca de 600 horas navegando pelo acervo online do jornal “A Folha de São Paulo” e 200 horas navegando pelas edições da Revista Placar disponíveis no sítio da “Google”. Com isso, buscamos as reportagens que relatavam o Corinthians no período de Março de 1981 a Maio de 1986, buscando situar a gênese, processo e final do movimento corinthiano. Foi construído um arquivo com cerca de 1000 reportagens sobre o Corinthians. Além disso, foram investidas incontáveis horas na análise e “reanálise” do conteúdo das reportagens e organização do conteúdo das mesmas.

No próximo capítulo, procuramos situar nosso objeto de pesquisa, retomando alguns aspectos da sociologia do esporte e revisando os dois principais estudos que existem sobre a Democracia Corinthiana, a tese de Doutorado de José Paulo Florenzano, “Democracia Corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro”, e a dissertação de mestrado de Luis Tolosa Santos, “Futebol empresa e a Democracia Corinthiana”.

No terceiro capítulo, realizamos uma revisão bibliográfica buscando retomar a contextualização da Democracia Corinthiana. Tendo em vista que esse fenômeno influencia e sofre influência dessa realidade que o cerca, pretendemos situá-lo historicamente por meio de uma revisão bibliográfica acerca do momento histórico, bem como o levantamento das fontes que descreveram o fenômeno, realizando leituras exploratórias e analíticas sobre o tema. A partir dessa revisão, buscamos entender sociologicamente as variáveis históricas que se configuraram para o enfraquecimento da ditadura militar, a crise de modelo de desenvolvimento econômico desenrolada no início

da década de 1980, as respostas à mesma, pensadas pelo topo da própria ditadura, e as tensões que a emergência dos movimentos sociais e os ciclos de protestos possibilitaram nesse cenário histórico em que os rumos do final da própria ditadura não estavam consolidados. Partimos das análises de Florestan Fernandes, pois estas permitem uma lente mais apurada das contradições desse momento histórico, de modo a atentarmos às possibilidades e limitações do movimento social, fugindo das concepções apologéticas ou generalizantes de tal contexto, buscando o entendimento dos diversos conflitos que se desenvolviam ao mesmo tempo.

À luz dessa revisão bibliográfica sobre o momento histórico que realizamos nosso quarto capítulo, que consiste em retomar a narrativa da Democracia Corinthiana, trazer os principais aspectos que tornaram possível sua emergência dentro do clube, e relacioná-los ao momento histórico, marcado por tensões oriundas da crise política e de modelo de desenvolvimento.

Esse fortalecimento do Movimento Social, as contradições do momento e a crise econômica também repercutiram no mundo do Futebol. Este será o foco do quinto capítulo, no qual realizamos abordagem do momento histórico pelo qual o futebol passava na década de 1980. Neste, nos propusemos a revisar alguns autores da sociologia do esporte, que buscaram entender o fenômeno esportivo no Brasil nesse período, em especial a luz de sua organização na nossa sociedade, como fundamentação teórica para as análises que pretendemos traçar. Para tanto, abordaremos o conflito e as tensões em torno dos rumos que deveriam ser tomados em direção à modernização do futebol. É nesse momento que inseriremos a problemática da Democracia Corinthiana, buscando descortinar como tal fenômeno emergiu e como se relacionou com esse processo de modernização do futebol.

No sexto capítulo analisamos o papel do jogador de futebol, em face desse processo de modernização do futebol e de instabilidade política na constituição da estrutura do futebol brasileiro. Refletimos sobre as diferentes concepções e representações que a democracia obtinha para esses sujeitos, de modo a explicitar a pluralidade de significados e de ênfases que emergiram no processo de participação dos jogadores de futebol do clube alvinegro. A partir dessa leitura, relacionamos ao contexto histórico, evidenciando que os diversos sentidos que a democracia obteve aparecem

como uma metáfora do período de transição da ditadura militar, assim como a participação dos jogadores aparece como uma forma de avanço de elementos constitutivos da cidadania destes sujeitos. De tal forma também esboçamos alguns dos limites do movimento dos jogadores, uma vez que a expansão para o restante da categoria foi pequeno, ficando refém das disputas internas que permeavam a política do clube alvinegro.

Para pensar a participação do jogador face ao processo de ascensão do sindicalismo no país, procuraremos dados sobre o Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo (SAPESP), como fonte para analisar a participação dos jogadores envolvidos na Democracia Corinthiana dessa entidade. Essa pesquisa nos auxiliou a entender como estes se posicionavam frente à estrutura do futebol, e como era representada a consciência de trabalhadores do espetáculo esportivo. Para tanto, realizamos uma entrevista semiestruturada com o jogador Wladimir, que foi membro do Sindicato durante três gestões, e eleito presidente em 1984. Segundo Negrine (2004, p. 73), a entrevista é uma ferramenta da pesquisa qualitativa, que “permite ao entrevistador o estabelecimento de um vínculo melhor com o indivíduo e maior profundidade nas perguntas que previamente elaborou (...) [procurando] obter informações com uma determinada finalidade”. Para nossa pesquisa, essa entrevista foi importante para entendermos melhor os desenrolares internos da Democracia Corinthiana, bem como o entendimento da relação de seus sujeitos com os movimentos políticos do contexto histórico.

Por fim, procuramos estabelecer os nexos entre as leituras e discussões realizadas no decorrer da pesquisa com os dados obtidos através do levantamento de materiais impressos e através da entrevista, de modo que elaboramos as nossas considerações acerca do objeto pesquisado como segue nessa pesquisa.

2 PRA COMEÇO DE CONVERSA... SITUANDO O PROBLEMA DE PESQUISA

Os esportes modernos surgiram na Inglaterra, em meados do século XVIII, como um processo de esportivização dos jogos populares. Em função de um processo de pacificação dos conflitos da sociedade inglesa e aumento do autocontrole, os esportes modernos se configuraram como parte desse processo de civilização, sendo um espaço regulamentado, no qual seres humanos buscam a obtenção de prazer, a partir da relação tensão-excitação que estes jogos propiciam (ELIAS, 1992, p. 198- 205).

A gênese futebol está relacionada fundamentalmente com a prática do mesmo nas *public schools* inglesas. Por isso, o surgimento dessa modalidade esportiva está marcado pela prática aristocrática e burguesa (DUNNING; CURRY, 2006). Em 1863, a prática foi institucionalizada pela fundação da Football Association, que a codificou e a normatizou, possibilitando a ampliação e expansão das disputas da modalidade (DUNNING; CURRY, 2006).

A difusão do esporte moderno traz como um aspecto central de sua prática o “reforço da regulação normativa da violência e da agressão” (DUNNING, 1993, p. 85). No entanto, conforme este foi sendo difundido e institucionalizado, se tornou uma prática de todas as classes sociais, profissionalizado, consolidando-se como “esporte-espetáculo”. Tal processo trouxe como inevitável a profissionalização da modalidade, uma vez que “a participação de pessoas de camadas da população que não tinham profissão foi crescendo e o tempo de dedicação dos jogadores ao treinamento foi aumentando”, de modo que a este fenômeno tornou-se um fato a partir de 1885 na Inglaterra (REIS, 2001, p. 135).

No Brasil, a profissão de jogador de futebol surgiu no início do século XX, em 1933, após a celebração de um acordo entre as ligas carioca e paulista, visando à solução de um impasse criado entre o amadorismo e o profissionalismo, no qual se incluía a remuneração do atleta e uma indenização ao clube pela transferência dos mesmos (DAMO, 2007, p. 79)¹. Esta última visava finalizar um processo de aliciamento

¹Segundo Damo (2007, p. 78-79), a crise do amadorismo começou a perdurar a partir do início do século XX, no Brasil, quando alguns clubes começaram a instituir prêmios e recompensas para seus atletas. A generalização desse processo criou um cenário de falso amadorismo, no qual o jogador que não trabalhava em outra ocupação era visto pelos defensores do amadorismo como “um mau exemplo”, fator que agravou a crise entre aqueles que defendiam a prática desinteressada e aristocrática e a profissional. O

de atletas de um clube por outro, negócio que estava cada vez mais envolvendo grandes somas financeiras aos atletas e pouco ganho para os clubes (DAMO, 2007, p. 80). A partir daí instituiu-se o passe – ou direitos federativos, no léxico jurídico –, no qual o atleta só poderia se transferir para outro clube mediante ao consentimento daquele que detivesse seu vínculo, instituindo um valor de troca para estes trabalhadores, que se constituiria como uma nova fonte de receitas ao clube, transformando-os em parte do patrimônio líquido. Após o reconhecimento da profissão no governo de Getúlio Vargas, a regulamentação ocorreu no final da década 1970, sem, entretanto, romper com o passado que vinculava o jogador como propriedade de seu clube. Essa forma de marco regulatório teve consequências sobre a categoria, ao dificultar a organização dos jogadores para a reivindicação de direitos, uma vez que, independente do que desejassem, eles continuariam vinculados ao clube, fato que só mudou ao final da década de 1990, com a Lei Pelé.

No caso do futebol, a espetacularização é bastante explícita, podendo ser entendido como uma mercadoria do sistema capitalista (BROHM, 1993). Para Brohm, o esporte moderno nasceu com o desenvolvimento do capitalismo industrial, sendo marcado pelo mercantilismo e a busca pelo lucro, através da venda do espetáculo esportivo. Proni (2002) sintetiza as reflexões do autor:

A comercialização capitalista do espetáculo esportivo comprova que o objeto do esporte de competição é o lucro, porque os organizadores e promotores se interessam pela rentabilidade econômica. Para Brohm, portanto, à medida que a circulação e a valorização de mercadorias penetram o âmbito do sistema esportivo, inserindo-o nas malhas do sistema capitalista, o esporte converte-se num simples anexo funcional desse sistema. Assim, à medida que as práticas esportivas se estruturam enquanto instituição integrada, o esporte moderno passa a obedecer a todas as leis que regem o sistema capitalista (acumulação, concentração, circulação de capital) (PRONI, 2002, p. 46).

Portanto, Brohm afirma que os clubes esportivos são regidos pela lógica de funcionamento do sistema capitalista, organizando-se de forma similar a uma empresa,

início da profissionalização tornou o acesso à prática da modalidade atrativa para aqueles egressos das camadas populares, todavia, isso não ocorreu sem que acabassem as fronteiras de divisão social de classe no esporte. O status de pessoa e mercadoria conferido ao atleta de futebol fez com que os membros da elite se afastassem da prática da modalidade (DAMO, 2007, p. 81). E ela assumiu, nos clubes de futebol, o papel de gestores, tornando-se esse papel um espaço social de status e poder político e econômico. De tal modo, esses assumiram os papéis de patrões, enquanto os jogadores passaram a ser sua propriedade e seus empregados.

ou seja, com objetivos de buscar resultados no sistema esportivo, como forma de se integrarem ao mercado capitalista. Dessa forma, é constituída uma “grande indústria capitalista do espetáculo esportivo de massa” (PRONI, 2002, p. 46), tornando-se atrativo à publicidade, à televisão e investidores do mercado esportivo.

No que tange às reflexões de Brohm acerca do esporte moderno, acreditamos que a consideração acima explicita que, no sistema capitalista, até mesmo os elementos da cultura tornam-se instrumentos de valorização de capital, e, portanto, assumem um papel importante no desenvolvimento do sistema.

Há outros dois estudos acadêmicos sobre a Democracia Corinthiana. O primeiro é de José Paulo Florenzano, que fez sua tese de doutorado sobre este tema, com o trabalho intitulado “Democracia Corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro”, de 2003, defendido no Programa de Pós Graduação em Antropologia Social, Na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. O objeto de sua pesquisa foi estudar as práticas que ele chamou de autogoverno no futebol brasileiro, em especial a Democracia Corinthiana, mas não só ela. Sua tese é de que “existiu no futebol uma corrente subterrânea que sempre ia se apresentar, assim que as condições permitissem, [como] uma tradição de autonomia” (FLORENZANO, 2003, p. 4) ou de autogoverno, que era presente no futebol brasileiro (FLORENZANO, 2009, p. 41-42). Para isso, buscou traçar uma linha histórica na qual emergiram no Brasil experiências de gestão democrática do futebol². A Democracia Corinthiana viria a:

(...) retomar uma longa tradição de autonomia cujas raízes derivam fundo na história de nosso futebol, corrente subterrânea sempre pronta a vir à tona, como havia ocorrido no começo dos anos oitenta no Fluminense, no Bangu, na Portuguesa e no Corinthians; como verificar-se-ia depois no Flamengo e no Internacional; como já havia sucedido em 1970, na seleção brasileira, ou ainda se recuarmos um pouco mais na história, em 1964, no Palmeiras (FLORENZANO, 2003, p. 207-208).

Um dos marcos iniciais desse processo, segundo o autor, foi a Seleção Brasileira de Futebol de 1970, como uma “significação imaginária que escapava ao

²Segundo Florenzano experiências semelhantes que ratificam sua tese de tradição de autonomia no futebol brasileiro se desenvolveram: na década de 1960, no Palmeiras; no início da década de 1980, no Fluminense, Bangu, Portuguesa e Corinthians; e posteriormente, Flamengo e Internacional. (FLORENZANO, 2003, p. 207)

controle dos aparelhos de repressão” da ditadura militar (FLORENZANO, 2003, p. 290). Esse argumento rechaçou a tese de que o futebol é como um instrumento de promover a “alienação por essência” (FLORENZANO, 2003, pp. 4-5), como caracterizam alguns autores da sociologia do esporte, e apontou essa existência de uma tradição de autonomia no futebol brasileiro. No caso do selecionado de 1970, o autor explicita algumas contradições de tal experiência, caracterizando que existia um paradoxo, já que no “exato momento em que se submetia o selecionado à estrutura militar-disciplinar, desenvolvia-se de forma embrionária, sem alarde, com ambiguidades, (...) as práticas de liberdade dentro do grupo de jogadores daquela seleção” (FLORENZANO, 2003, p 39)³. Para o autor, a ideia de que sempre existiu uma tradição de autonomia no futebol brasileiro é reforçado pelos seguintes argumentos:

O selecionado santista (dos anos 60), o selecionado brasileiro, a Democracia Corinthiana atestam a existência de uma tradição de autonomia no futebol brasileiro. Se acrescentarmos ainda a experiência do selecionado húngaro, estamos em condição de argumentar com mais persuasão em favor da hipótese segundo a qual arte e autonomia mantêm entre si uma profunda vinculação no campo do futebol, da mesma forma como havia uma conexão fecunda entre as práticas de libertação no chão de fábrica e no gramado de jogo. A revolução húngara de 1956 e a ‘revolução’ brasileira de 78-84 permitem colocar em tela a visão evanescente de uma liberdade que, de tempos em tempos, adentra os mais diversos gramados da esfera social, modificando o resultado dos diferentes jogos de poder envolvendo patrões e empregados, brancos e negros, homens e mulheres, técnicos e jogadores, ensejando novas correlações de força e propiciando a oportunidade de articular lutas pontuais numa estratégia global de libertação (FLORENZANO, 2003, p. 95).

Tal assertiva traz à tona a ideia de que a qualquer momento estava a ponto de transbordar uma revolução no interior do futebol. Entretanto, temos que problematizá-la, entendendo que o processo da Democracia Corinthiana é fundamentalmente um processo datado, de um momento particular da história brasileira,

³Sobre essa experiência, Florenzano relata que a participação dos jogadores no processo decisório foi possível principalmente em virtude de uma “crise de autoridade” pelo qual o selecionado passou, com a queda do técnico João Saldanha às vésperas da Copa do Mundo. Dessa forma, já esclarece o que viabilizou o processo foi o “vazio de poder criado com a saída de Saldanha e que Zagalo não poderia preencher por lhe faltar ainda autoridade necessária para impor o exercício do poder baseado na relação de mando-obediência” (FLORENZANO, 2003, p. 55). E ressalta que as consultas eram restritas e que o uso que era feito pela imprensa era justamente o contrário, descrevendo a vitória da seleção como uma vitória “do modelo militar de organização implantado na seleção nacional” (FLORENZANO, 2003, p. 61)

em que emergiram os movimentos sociais como novos sujeitos, provindos de um processo de politização dos aspectos diversos da vida social cotidiana. Pois, conforme Sader, no final da década de 1970 e o início da década de 1980, estes representavam um diferente “comportamento coletivo de contestação da ordem social vigente” (2002, p. 30). Esse período de novidade pode ser identificado por:

as votações recolhidas pelo MDB nas eleições de 1974, a extensão e as características de movimentos populares nos bairros da periferia da Grande São Paulo, a formação do chamado 'Movimento do Custo de Vida', o crescimento de correntes sindicais contestadoras da estrutura ministerial tutelar, o aparecimento das comunidades eclesiais de base, as greves a partir de 1978, a formação do Partido dos Trabalhadores (SADER, 2002, p. 30).

Como argumento da sua tese da tradição de autonomia no futebol brasileiro, o Florenzano utiliza a dicotomização entre futebol-arte e futebol-força, como sendo este último a ditadura da disciplina, da racionalidade física e econômica e da hierarquia. Já o primeiro tem no aspecto estético do “jogar bonito” uma prática questionadora e de libertação. Para o autor, a Democracia Corinthiana teria reavivado esse sentido de jogar, de modo que:

o futebol, concebido como arte, requer a prática de liberdade e esta, por sua vez, revela-se incompatível com o modelo de gestão e organização do futebol moderno, baseado no primado da força física, orientado à busca de resultados e movido pela significação econômica do lucro (FLORENZANO, 2003, p. 252).

Se por um lado Florenzano se aproxima dos debates sobre o contexto histórico para descrever o modo de funcionamento, os incentivos e as aproximações dos sujeitos da Democracia Corinthiana, por outro, sua explicação sobre os porquês da Democracia Corinthiana, extrapolam qualquer visão histórica. Para o autor, o que justificava a existência de um espaço democrático entre os jogadores era o modelo de futebol por eles praticado. Nesse sentido, há para o autor uma disputa entre um processo de modernização conservador do futebol e a defesa do futebol enquanto espaços autônomos, manifestados na contradição entre futebol-força, o primeiro, e futebol arte, o segundo. O futebol força é para Florenzano, o espaço da ditadura da disciplina, da racionalidade física e da hierarquia. Dessa forma, é entendido como:

Uma concepção baseada no privilégio da força física em detrimento do talento; assentada, ainda na ideia de que a força da equipe reside na composição dos jogadores enquanto máquina eficiente; e, finalmente, como uma concepção sustentada por um poder que objetivava aumentar ‘as forças do corpo (em termos econômicos de utilidade) e diminuir essas mesmas forças (em termos de obediência)’. (Foucault, 1987, p. 127, apud FLORENZANO, 2003, p. 14).

Tal concepção é ancorada numa ideia de que o jogador teria sido desqualificado na atualidade, em função do saber técnico e hierarquia da comissão técnica, sendo desprovido do conhecimento sobre a sua profissão, tal qual um trabalhador taylorista foi desapropriado de qualquer faculdade de pensar. Dessa forma, Florenzano expressa uma concepção de modernização que reforça um saudosismo do passado e desconsidera o papel histórico da profissionalização no processo de democratização da modalidade esportiva, em função de sua decorrência atual ser a especialização. Já o futebol-arte, para ele, tem no aspecto do “jogar bonito” uma prática questionadora e de libertação, que extrapola inclusive as questões estéticas,

(...) como experiência elaborada a partir de práticas de liberdade, que, por um lado, conduzem ao governo da equipe pelos próprios atletas e, por outro, contemplam a autonomia individual de construir a carreira profissional como obra de arte (...), privilegia, a dimensão política em detrimento da significação econômica do futebol, desenvolvendo enfim, esta atividade através de uma ação coletiva e autônoma (FLORENZANO, 2003, p.14).

Para Florenzano, as duas formas de jogar, o futebol arte, enquanto liberdade, e o futebol moderno revelam-se incompatíveis, já que o primeiro, enquanto prática de liberdade se contrapõe ao “primado da força física, orientado à busca de resultados e movido pela significação econômica do lucro” (FLORENZANO, 2003, p. 252). Conforme veremos no próximo capítulo, a própria Democracia Corinthiana desenvolvia um processo de modernização do futebol. O autor enxerga essa contradição a partir da convivência dentro do movimento de dois projetos antagônicos,

o primeiro delineado de cima para baixo pelos dirigentes, e o segundo elaborado de baixo para cima, pela experiência de luta dos jogadores (autogestão). No decorrer do processo, porém, o movimento alvinegro logra sair do roteiro pré-estabelecido pelo futebol empresa e enveredar pelo caminho

da gestão do futebol pelos próprios jogadores, desvelando, assim, as potencialidades revolucionárias contidas na experiência (FLORENZANO, 2003, p. 21).

A convivência entre esses dois aspectos fazia com que a Democracia Corinthiana, se encontrasse imersa em contradições, numa perspectiva que para o autor, era sem solução (FLORENZANO, 2009, p. 39). Entre elas, pode-se destacar a contratação do goleiro Leão, em fevereiro de 1983. Isso porque, apesar de existir a prática da democracia direta, é importante ressaltar que o grupo todo não teve o direito de votar essa contratação. Leão era conhecido pelo seu temperamento “difícil” de lidar (que o fez ser afastado da Seleção Brasileira na década de 1980), e por isso, conforme relatou Wladimir (apud FLORENZANO, 2003, p. 244) sua contratação não era a vontade da maioria do grupo. No entanto, naquele momento, o Corinthians buscava construir um elenco de renomados jogadores, e a escolha daquele como goleiro corroboraria muito com estas aspirações da diretoria. Essa contratação, ao invés de contar com a discussão e votação com todo elenco, teve a indicação de Adilson Monteiro Alves e apenas alguns jogadores foram consultados: Sócrates, Wladimir e Zé Maria, além de o técnico Mário Travaglini e Hélio Maffia, da Comissão Técnica (SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 113). Este fato expunha o que Florenzano considerava a não possibilidade de um projeto empresarial e um outro projeto libertário de gestão (FLORENZANO, 2003, p.255). Conforme o autor,

Nesse sentido, devemos nos perguntar por que os líderes da Democracia Corinthiana não reagiram contra a forma pela qual o diretor de futebol decidira conduzir a contratação de Leão, restringindo a consulta a apenas um grupo seletivo, ao invés de estendê-la a todos os integrantes. A resposta, talvez, esteja na ideologia esportiva que transforma o futebol no veículo da conciliação entre classes sociais, entre patrões e empregados, postulando-lhes a convergência de interesses (FLORENZANO, 2003, p. 193).

É importante ressaltar que a forma como Florenzano justifica a coexistência entre esses dois projetos é contraditória ao debate sociológico sobre o esporte realizado por ele na introdução de sua tese. Isso porque nela, o autor rebate diversas assertivas de autores marxistas em que o esporte cumpriria um papel de coalizão de classes, assumindo a concepção de Roberto DaMatta, no qual o futebol é o drama da justiça social (FLORENZANO, 2003, p.4-8), uma visão em que este é “palco no qual são

dramatizados os dilemas da sociedade e onde ela se revela, se confronta e se reimagina a partir de um novo arranjo cultural baseado na igualdade de indivíduos perante as regras, na impessoalidade destas e no acatamento do resultado que consagra os méritos dos vencedores” (FLORENZANO, 2009, p. 37). Para lidar com essa contradição, o autor se embrenha num nó teórico de justificativas e hipóteses sustentadas como:

Com efeito, a contradição que envolvia a Democracia Corinthiana encarnava-se na figura de seu próprio líder. Defensor da implementação do modelo de gestão empresarial nos clubes, Sócrates encontrava-se comprometido, ao mesmo tempo, com um processo de construção democrática cuja prática levava-o para além dos limites que o futebol como empresa poderia aceitar e abrigar (FLORENZANO, 2003, p. 195).

Esta contradição, para nós, destaca o papel que a Democracia Corinthiana teve de um modo geral. Nosso argumento é de que ela cumpriu um papel importante no processo de modernização, guiado pela diretoria, com aval dos jogadores. Tal processo de modernização era necessário para assentar as bases do profissionalismo requeridas naquele momento histórico para o futebol.

Para dar conta de debater o autogoverno dentro da equipe corinthiana, Florenzano se propõe a olhar sob duas perspectivas: a) as relações desenvolvidas no interior da equipe, buscando ressaltar as práticas de autogestão; b) a Democracia Corinthiana como um dos Movimentos Políticos daquele contexto histórico que, ao lado dos movimentos populares, das Comunidades Eclesiais de Base e do novo sindicalismo combativo do ABC, lutava pela abertura democrática no país (FLORENZANO, 2003, p. 13).

Nesse caso, é importante refletir sobre a qualificação de autogestão e de práticas de autogoverno, empreendida pelo autor para classificar o movimento corintiano. Isso porque, em primeiro lugar, é importante ressaltar que um clube de futebol buscava se organizar com meios de gestão semelhantes a uma empresa, e no caso da Democracia Corinthiana, esta foi um fenômeno no qual essa forma de organização se aprofundou, buscando a racionalização dos meios de gestão, com a especialização de alguns dirigentes visando tornar a marca Corinthians mais projetada nacional e internacionalmente e mais valorizada. Dessa forma, por mais que houvesse

discussões dentro do departamento de futebol sobre o processo de trabalho, não é plausível afirmar que ela cumpriu papel de

participação direta dos trabalhadores na tomada de decisões básicas nas empresas. Os meios de produção são socializados (de propriedade da comunidade dos trabalhadores ou da totalidade da sociedade). Diretamente nas comunidades menores, ou, nas maiores, através de delegados ao conselho de trabalhadores, estes decidem sobre as questões básicas de produção e distribuição de renda. A gestão técnica operativa fica a eles subordinada, sendo por eles controlada. Num sentido mais geral, a autogestão é a forma democrática de organização de toda a economia, constituída de vários níveis de conselhos e assembleias (BOTTOMORE, 1988, p. 23).

Dessa forma, podem ter havido experiências de cogestão, conforme buscamos analisar a efetividade das mesmas neste trabalho, entretanto, no caso de algo que aproxima seu método de gestão ao de uma empresa, a forma como se procedeu no Corinthians, não pode ser definida como autogestão, por mais que Florenzano (2003; 2009) tenha afirmado ou o próprio livro de Sócrates se refira ao momento em que Zé Maria foi técnico com essa terminologia (SÓCRATES e GOZZI, 2002).

Aliás, a própria Democracia Corinthiana pode ser entendida a partir de um viés do “Futebol Empresa”, como atentou Santos (1990), em sua dissertação de mestrado, intitulada “O Futebol Empresa e a Democracia Corinthiana”, defendida no Programa de Pós Graduação em Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas – IFCH/Unicamp. O objetivo deste trabalho foi analisar a combinação entre a racionalidade empresarial, que fora aprofundada na gestão do clube corinthiano, entre os anos de 1981 e 1985, e o elemento da passionalidade, que o autor considerou preponderante na administração do futebol, em geral. Segundo o autor, as questões de sua pesquisa se referiam a

como a administração do Corinthians conseguiu sobreviver a essa crise que assola a todos? (...) Que tipo de metodologia foi empregada e deu certo? Quem são os responsáveis por esse sucesso obtido no Corinthians? Que tipo de trabalho desenvolveram na organização administrativa do clube? Qual a relação profissional e afetiva com o clube e com o Corinthians Futebol? (SANTOS, 1990, p. 3)

A partir desses elementos, Santos analisou os avanços na relação empresarial que se desenvolveram no interior da Democracia Corinthiana. Para ele, a

estas mudanças tiveram como “sustentáculo a paixão” (SANTOS, 1990, p. 6), mas ponderava que tal visão não anulava o lado da burocracia, da autoridade, da hierarquia e do poder de racionalidade. A partir desse ponto de vista da consolidação do clube em uma empresa, o autor estuda os avanços e os meios que os possibilitaram. Segundo Santos (1990), o período referente à Democracia Corinthiana pode ser definido como:

Nos anos de 1981 a 1985, o Corinthians passou por um período onde se tentou um novo modelo de administração esportivo-empresarial. Homens de negócios foram contratados, o capital do clube passou a ter um novo giro no mercado financeiro. **A relação patrão empregado foi reforçada pelo vice-presidente de futebol, Adilson Monteiro Alves, que implantou a visão de que o jogador de futebol é também um profissional e que deveria ser tratado com profissionalismo.** Mais, que o Corinthians como clube deveria ser trabalhado com uma visão empresarial, deveria departamentalizá-lo no seu todo e aí explorar os espaços possíveis (SANTOS, 1990, p. 155, grifos nossos).

De tal maneira, o elemento da “paixão” pelo clube serviu para amenizar a percepção da configuração do Corinthians como uma empresa, mas que tinham força dentro desse processo a hierarquia, a forma burocrática da organização empresarial e o poder dos dirigentes (SANTOS, 1990, p. 141). O elemento da paixão dentro dessa administração estava contido nas formulações de ações que buscassem resultados que satisfizessem as necessidades humanas, algo como a criação de um sistema de compensações àqueles que participassem das ações empreendidas pelo clube. Segundo o autor,

Este lado da passionalidade empresarial fica bem clara na necessidade individual de seus dirigentes e conselheiros. Estes profissionais colocam as necessidades fisiológicas e de segurança, em primeiro lugar, isto é, quando uma destas fica satisfeita, surge outra em seu lugar, e assim por diante. É um processo sem fim. Depois de satisfeita todas essas necessidades surgem as necessidades sociais. Os dirigentes e os conselheiros procuram entrosar-se nos mais diversos ambientes sociais, tornam-se pessoas respeitadoras, amigas e carinhosas. Passadas essas necessidades eles procuram a realização pessoal, a satisfação do ego, estejam elas vinculadas a sua própria estima, quer vinculadas à própria reputação. Porém essa necessidade de satisfazer o ego raramente é satisfeito, sempre procura mais e quer muito mais. E é através da satisfação de suas vaidades que vão galgando postos de destaque na sociedade (SANTOS, 1990, p. 159).

A combinação entre racionalidade empresarial e passionalidade compõe a tese do autor sobre a administração corinthiana. É importante ressaltar que tal estudo

traz à tona um aspecto da Democracia Corinthiana que foi pouco evidenciado no resgate histórico operado pelo clube e pela imprensa recentemente. De tal modo, concentrando-se em apresentar os aspectos de constituição de um futebol empresa na administração corinthiana, o trabalho de Santos marca, na revisão bibliográfica sobre o tema, um dos principais debates que colocavam a Democracia Corinthiana em cena nos jornais e revistas da década de 1980: a modernização de futebol promovida pelo clube alvinegro.

Entretanto, não era preocupação do trabalho de Santos contextualizar o momento do futebol no qual estava situada a Democracia Corinthiana, de modo que o autor não vislumbrou os limites e possibilidades da gestão do clube, uma vez que não a situou na estrutura legal e organizacional do futebol brasileiro. Com isso, tal pesquisa não localizou o Corinthians como um vetor da modernização, um tensionador de aspectos da estrutura arcaica do futebol brasileiro.

Da mesma forma, também, a pesquisa de Santos (1990) não buscou entender a participação dos jogadores dentro do momento histórico e político brasileiro, de tal forma que sua conclusão sobre isso foi de que tal processo serviu como reforçador das relações de patrão-empregado. Ainda que sua conclusão tenha coerência dentro de seu argumento da conformação de uma burocracia empresarial dentro do clube, a participação não representou apenas isso. Nesse sentido que buscamos avançar em nossa pesquisa, entendendo a participação dos jogadores a partir de dois vieses que se combinaram nas gestões corinthianas da primeira metade da década de 1980: a modernização do futebol e o momento histórico de crise, contradições e ascensão das lutas sociais.

3 O MOMENTO HISTÓRICO, POLÍTICO E ECONÔMICO DE SURGIMENTO DA DEMOCRACIA CORINTHIANA.

Este capítulo visa a situar o contexto no qual a Democracia Corinthiana emergiu, de modo a trazer à tona quais condições ajudaram a tornar possível este movimento. Ler tal conjuntura política nos ajuda a entender em qual trama estava envolvido nosso objeto de estudos e quais as relações que foram entrelaçadas. Nesse sentido, buscaremos traçar as possíveis transversalidades do contexto em relação à Democracia Corinthiana, ao passo que acreditamos e queremos justificar que esse movimento não teria se desenvolvido abstratamente ou “a-historicamente”, mas como fruto do processo histórico que vinha se desenrolando no conjunto da sociedade brasileira.

O principal elemento que destacou a Democracia Corinthiana foi a realização constante de consulta aos jogadores para a tomada das decisões do Departamento de Futebol do Sport Clube Corinthians Paulista⁴. Tal processo tem início a partir da crise instalada no clube alvinegro, em 1981, e posterior eleição de um novo presidente do clube, Waldemar Pires, que viera a substituir Vicente Matheus⁵. Waldemar Pires indicou para diretor de futebol um conselheiro do Corinthians, o sociólogo Adilson Monteiro Alves, que fora responsável por uma série de mudanças na gestão do clube, dentre elas a prática de informar os jogadores das medidas adotadas pelo Departamento de Futebol, permitir que os mesmos decidissem sobre as matérias referentes (incluindo votar sobre a contratação ou saída de algum jogador do elenco, a necessidade de realização de concentração antes do jogo, escolha do técnico, entre outros). Nessas gestões, os jogadores chegaram a ser sócios beneméritos e conselheiros, com direito a voto para a presidência do clube. (GOZZI; SÓCRATES, 2002, p.19-20)

⁴Como veremos adiante, a Democracia Corinthiana empreendeu diversos outros aspectos para além das votações realizadas com o plantel do clube. Destacamos ainda a modernização da gestão do clube, que foi acompanhada desde o princípio pela ideia de “abertura” e incentivo à participação política dos jogadores em âmbito geral (no sindicato, nos movimentos políticos pela reabertura democrática, nos processos eleitorais internos ao clube e externos).

⁵Waldemar Pires era presidente da chapa de “continuidade” da gestão de Vicente Matheus, que era seu vice. No entanto, logo no início da gestão, conforme Waldemar Pires foi assumindo de fato a presidência do clube, restringindo o poder de Matheus, este se afastou da vice-presidência, abrindo a possibilidade de intensificação das mudanças. Exploraremos melhor a crise do clube corinthiano e as condições de emergência da Democracia Corinthiana no terceiro item deste capítulo.

A primeira metade da década de 1980, contexto no qual se constituiu a Democracia Corinthiana, é marcada politicamente pela retomada dos movimentos grevistas, em especial a partir do final da década anterior (1977/1978); pela emergência dos movimentos sociais no Brasil; pela retomada do pluripartidarismo e conformação de partidos com base sindical e popular, por exemplo, o PT (1980); crescimento da insatisfação com o regime ditatorial militar e deflagração do movimento que reivindicava a votação direta para a presidência da república, o movimento pelas “Diretas-Já”.

Neste capítulo, procuraremos explicar e retomar o que está por trás do esgotamento da ditadura e da conformação de uma poderosa resistência a ela, a partir das características desse contexto, procurando construir um quadro histórico e político que retrate os dilemas brasileiros daquele momento. Porque é a partir deste que conseguiremos visualizar os dilemas do futebol brasileiro, e, em especial, da Democracia Corinthiana. É importante salientar que com isso não se pretende pensar uma transposição automática da esfera conjuntural para a do futebol, mas buscar os nexos e as determinações, bem como contradições, que a situação brasileira conformou no futebol.

Neste capítulo, fizemos uma retomada histórica do contexto econômico e do sistema político e suas respectivas alterações e crises (primeira metade da década de 1980), pois é nesse cenário que se inseriu a modernização do futebol (que veremos no capítulo seguinte). Buscaremos entender o que condicionou a crise do regime militar e qual foi a saída operada pelas classes dominantes para essa crise. Em seguida, trabalharemos a conformação de uma resistência por parte das classes trabalhadoras, como fruto de sua crise e das alterações sociais ocorridas, buscando entender também como esta se relacionou com a oposição interna ao regime, salientando, por sua vez, as contradições vislumbradas nesse processo. Esta retomada de contextualização é fundamental para, no capítulo seguinte, introduzirmos nossa proposta para estudo e interpretação da Democracia Corinthiana, que se seguirá nos próximos capítulos.

3.1 O regime ditatorial militar no Brasil.

Estudar o período da ditadura militar brasileira, em especial a sua crise, é entender que o sistema político constituído diz respeito a uma forma de instituir um modelo de desenvolvimento do capitalismo na realidade brasileira. Por essa via, a *crise* do regime militar se refere também à *crise* desse modelo de desenvolvimento. Florestan Fernandes afirmou que a crise pela qual passou a ditadura militar revelou que na “América Latina, não só as revoluções são interrompidas”, como as contrarrevoluções também. Com isso, o autor quer dizer que as classes dominantes, ao mesmo tempo em que temem que seja operada uma revolução para efetuar as tarefas necessárias ao desenvolvimento capitalista, são incapazes de fazê-las elas mesmas, sem lograr a conclusão de um projeto de transformação, ainda que dentro dos marcos do capitalismo. O autor concluiu a partir disso que “as classes dominantes burguesas são impotentes para conduzir as revoluções inerentes à transformação capitalista” (FERNANDES, 1986a, p. 9). Quando temerosas, elas recorrem à ditadura, fazendo com que essas mudanças sejam conduzidas a partir de “contrarrevoluções” pelos setores mais autoritários, de maneira autocrática e conservadora.

A *crise* desse modelo, ao mesmo tempo em que engloba o esgotamento do desenvolvimento promovido pela versão moderna do "Estado autocrático burguês" (FERNANDES, 1982, p. 10), é motivada também pela mudança estrutural em curso, fruto do aparecimento na arena política do proletariado como classe em si e pela irrupção intensa de luta social para reivindicar concretamente os direitos políticos, econômicos e sociais que lhes têm sido negados (FERNANDES, 1982, p. 11).

Portanto, a crise desse processo de modernização conservadora e do modelo de desenvolvimento operado pela ditadura também significou uma abertura para que as formas mais espontâneas de manifestações sociais se organizassem e que disputassem a condução do processo de transformação. A partir dessa incerteza gerada nessa transição, por maior que fosse o descontentamento das classes burguesas com a ditadura, ainda dependiam dela “para ter um respiro: ‘a volta à normalidade’ [que], de uma perspectiva burguesa, associa dialeticamente o desaparecimento da ditadura com a transição, lenta gradual e segura” (FERNANDES, 1982, p. 11).

É a partir desse fio condutor, de crise do modelo de desenvolvimento e seus desdobramentos, que traçaremos a emergência dos movimentos sociais e dos protestos

coletivos, como quadro no qual se inseriu a Democracia Corinthiana, fenômeno que ao mesmo tempo em que representa a modernização do futebol brasileiro, também se remete a uma espontânea forma de se pensar, a partir “dos de baixo”, essa transformação.

O período do *regime ditatorial-militar* no Brasil perdurou de 1964 a 1989, quando aconteceu a primeira eleição direta para presidente dos tempos recentes⁶. Em 1964, um golpe militar encerrou o governo de João Goulart, que diante das supostas ameaças de um golpe comunista, devido às reformas de base prometidas em sua campanha, contou com o apoio do empresariado e da classe média brasileira. O intuito do golpe, por trás das justificativas da “revolução” (como o golpe foi intitulado pelos seus idealizadores), estava em aplicar ao Brasil um tipo de desenvolvimento que, longe de promover as reformas necessárias à revolução democrática burguesa, focava-se na incorporação do país aos interesses presentes do capital internacional. Dessa forma, conforme nos mostra Florestan Fernandes, a ditadura promoveu

as premissas exigidas pela incorporação acelerada às economias capitalistas centrais e pela sede de desenvolvimento da grande burguesia brasileira. A ditadura não estimulou apenas obras faraônicas, propícias à corrupção gigantesca inerente ao capitalismo monopolista atual; ela desencadeou uma formidável mudança na infraestrutura de toda a economia, sem a qual nem as “multinacionais” nem o capital financeiro mundial teriam se interessado pela incorporação do Brasil ao núcleo da economia mundial. A crise, a recessão, os problemas do petróleo, a política da superpotência de descarregar sobre os ombros de seus aliados subimperiais e periféricos o peso de sua própria crise, o endividamento como roubo colonial etc., converteram os milagres recentes da imperialização dos países estratégicos da periferia em um foco de gravíssimos riscos potenciais e de recriminações azedas contra a burguesia internacional (FERNANDES, 1986b, p. 29-30).

⁶O regime ditatorial-militar teve seis governos – incluindo um governo civil. Segundo Codato (2005, s.p.), pode ser dividido em cinco grandes fases: i) fase de *constituição* do regime político ditatorial-militar, correspondendo aos governos Castelo Branco, da Aliança Renovadora Nacional - ARENA (1965-1967), e Artur Costa e Silva, ARENA (1967-1969); ii) fase de *consolidação* do regime ditatorial-militar, que coincide com o governo de Emílio Garrastazu Médici, da ARENA (1969-1974); iii) fase de *transformação* do regime ditatorial-militar, no governo de Ernesto Geisel, ARENA (1974-1979); iv) fase de *desagregação* do regime ditatorial-militar, João Figueiredo, Partido Democrático Social - PDS (1979-1985) ; e v) por último, a fase de *transição* do regime ditatorial-militar para um regime liberal-democrático (o governo Sarney: 1985-1989).

Tal período da história brasileira recente é importante não somente devido ao autoritarismo dos militares⁷, mas pelas enormes mudanças econômicas e sociais acontecidas durante tal período. Nesse item, tentaremos abordar, ainda que de forma breve, a implementação desse modelo de desenvolvimento capitalista, o cenário marcado pelo crescimento econômico, e subsequentemente, as mudanças do ponto de vista da reconfiguração social. Também trataremos das consequências, como os antecedentes de um período de recessão, que gerou uma grande crise do regime ditatorial militar.

3.2 A distensão e crise do regime.

Para responder à necessidade de se operar a transição um novo modelo de desenvolvimento, ou seja, concomitante a essas crises econômica e política, desenvolvia-se no seio social, como processo gestado pela Ditadura Militar, uma tentativa de abertura política, a partir de 1974, no governo do General Ernesto Geisel. Este assumiu a presidência como negociação realizada por seu irmão general Orlando Geisel, que era ministro do Exército do Governo Médici. O General Geisel era considerado herdeiro dos “Castelistas”, fração dos militares que tinham ligação mais estreita com os setores civis e defendiam um retorno mais acelerado ao regime civil. Como parte da negociação, o general Sylvio Frota foi indicado como Ministro do Exército para, junto às Forças Armadas, representar a fração “linha dura” dos militares,

⁷ Tal processo tem como marco os atos institucionais promovidos pelo governo militar e a Lei de Segurança Nacional (Decreto-Lei 898 de 29 de setembro de 1969). Esta última definia “os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, além de estabelecer seu processo e julgamento” (Disponível em <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaTextoIntegral.action?id=179024> Acesso em: Setembro de 2011), ou seja, estabelecia os crimes políticos contra ordem e sua devida punição. Sobre os primeiros, eles foram 17 (entre 1964-1969). Entretanto, os mais importantes foram: Ato Institucional nº1 (AI-1), de 1964, que suspendia os direitos políticos daqueles que se opusessem ao regime; o AI-2, de 1965, que instituiu a eleição indireta para presidente da República, dissolveu todos os partidos políticos, criando um sistema bipartidarista no país, dividido entre a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido dos militares no poder, e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido da oposição interna ao regime; e o AI-5, de 1968, tratando desde a proibição de manifestações de natureza política, além de vetar o "habeas corpus" para crimes contra a segurança nacional (ou seja, crimes políticos), até de conceber ao Presidente da República, poderes para fechar o Congresso Nacional; demitir, remover ou aposentar quaisquer funcionários; cassar mandatos parlamentares; suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer pessoa; decretar estado de sítio; julgamento de crimes políticos por tribunais militares, dentre outras medidas.

que defendia um endurecimento da repressão como forma de manutenção da ordem e de desenvolvimento. Apesar dessa configuração contraditória, entre a fração que defendia a abertura, ainda que lenta e gradual, e aquela que defendia o endurecimento, a direção da primeira vigorou, encabeçada pelo assessor de Geisel, o general Golbery Couto e Silva. Para tanto, foi arquitetado um plano para uma transição para uma nova situação civil “moderada”, como forma de institucionalizar o regime militar, prescindindo do aparelho repressivo, em que o legislativo seria esvaziado e as eleições para a presidência seriam realizadas pelos civis, mesmo que permanecessem indiretas (LAMOUNIER, 1988).

Nessa nova coalizão formada havia três objetivos: i) renovação do padrão de desenvolvimento da modernização capitalista; ii) institucionalização da ordem política autoritária, com a abertura política, procedendo a permanência no poder das elites políticas que apoiaram o golpe de 1964; iii) o intento de restabelecer a hierarquia militar, abalada pelas ações da comunidade de segurança, bem como a recomposição das bases de apoio social ao regime militar, insatisfeitas com forte repressão política do governo Médici (BERTONCELO, 2007, p. 60). Para ser bem sucedida, a abertura política deveria: i) conseguir a legitimação do poder do presidente general e da abertura política internamente às forças armadas; ii) legitimar o exercício autoritário do poder, mediante a restauração limitada da competição político eleitoral (BERTONCELO, 2007, p. 61).

Esse processo de abertura é analisado por Lamounier (1988) a partir de dois conjuntos de hipóteses. O primeiro refere-se à “descompressão” como alternativa menos danosa, já que mesmo para os políticos autoritários, um mecanismo eleitoral e representativo mais efetivo pode significar uma acomodação do sistema diante de possibilidades mais “perversivas” (como o socialismo), ainda que significasse uma redução do poder do aparato repressivo do governo. Em segundo lugar, a descompressão tem seus próprios efeitos, de modo que constroem expectativas liberalizantes mesmo dentro de sistemas autoritários (LAMOUNIER, 1988, p. 96). Esse processo configurou a especificidade da abertura política no Brasil, pois representou a transição como endógena e gradual. Por isso, a partir de 1974, as eleições adquiriram uma importância tão grande, como o “*coroamento de um pacto de transição já acertado em outras bases entre atores relevantes*” (LAMOUNIER, 1988, p. 122), de modo que elas representavam o desejo de mudança, impulsionando a organização das oposições e

reforçando a disposição inicial de Geisel de promover uma lenta liberalização. Lamounier (1988) chama de “abertura via eleitoral” e considera como algo singular, que fora viabilizado devido ao passado institucional brasileiro, em que mesmo sob o autoritarismo, a eleição permanecia como uma forma de legitimação do regime⁸. Bertonecelo (2007, p. 61) corrobora com essa ideia: “*A abertura política pela via eleitoral era compatível com o caráter gradual e lento que seria a marca desse processo, permitindo que os dirigentes do regime mantivessem o monopólio da iniciativa política*”.

Como elementos importantes desse processo de abertura, podemos ressaltar: i) a estrutura social brasileira, que tornou a pressão eleitoral viável; ii) o fato de a distensão ser articulada e apoiada internamente ao próprio governo, de modo que este conseguiu pensar seus impactos no tempo, e controlar, de certa maneira, as possibilidades de resultados adversos, apostando na distensão “gradual e segura” (LAMOUNIER, 1998, p. 123). Outro elemento que possibilitou que a pressão pela via eleitoral viesse a se consolidar foi o fato de essa disputa entre partidos se manifestar num legislativo completamente esvaziado de poder, de modo que a pressão consolidou-se fora dos espaços de decisão, mas mesmo assim, possibilitando à sociedade civil mecanismos informais de constrangimentos ao exercício ditatorial do poder.

Por isso, se por um lado, Geisel procurou uma aproximação com as bases de setores da sociedade que foram leais ao regime, por meio do afrouxamento da censura e a revogação do AI-5, por outro, a abertura, que se pretendia lenta e gradual, sofreu revezes, internamente, pela oposição dentro das Forças Armadas, que levaram a destituição do principal agente dessa abertura, o general Golbery⁹, no governo Figueiredo.

Esses revezes sofridos pelo processo de distensão operado pelo regime não se resumiram às iniciativas internas das Forças Armadas. Pelo contrário, parte

⁸Importante ressaltar que durante todo o regime militar eram realizadas eleições no país, para os legislativos e prefeituras, com exceções de algumas cidades grandes e capitais. Durante esse período, é possível verificar o crescimento da oposição interna ao regime, por seu desempenho nos processos eleitorais, em especial após 1974. Sobre isso, ver Lamounier (1988).

⁹O General Golbery se demitiu devido às divergências que tinha com a forma pela qual o Governo Figueiredo conduzia a abertura. Em especial, pela não punição aos militares da “linha dura” envolvidos nas simulações de atentados terroristas, como a carta-bomba enviada à OAB, em 1980, e a tentativa de atentado de bomba, no show no Riocentro, em 1981 (BERTONCELO, 2007).

importante foi o questionamento dessa institucionalização do regime pelo aumento das mobilizações sociais (final da década de 1970 em diante) e pelas sucessivas derrotas do partido governista (ARENA/PDS) para o MDB/PMDB, revelando que a sustentação político-eleitoral do regime era ainda muito frágil (BERTONCELO, 2007, p. 62)¹⁰. Estas questões são muito importantes, pois denotam que as alterações ocorridas no seio social e a tensão criada pelo esgotamento do modelo proposto pela ditadura, quando combinados, possibilitaram a explosão de uma série de protestos, lutas e mobilizações, que andavam em estado de latência no período anterior. Isso demonstra as imensas possibilidades que se abriram nesse processo de transição, mesmo que essa tenha conseguido se concretizar de forma pouco abalada.

O processo de abertura política, embora tenha se consolidado na década de 1980, teve o período de 1974 a 1978 como decisivo. Se por um lado a abertura eleitoral visava a institucionalizar no poder as elites políticas que apoiaram o golpe de 1964, por outro, as eleições do Congresso de 1974 acabaram por fortalecer a oposição “de dentro do regime”, saindo vitorioso nessa primeira eleição o MDB. Internamente ao governo, esse resultado eleitoral ocasionou uma reação dos militares da “linha dura”, que acreditavam que a abertura política estaria saindo do controle, precisando de moderação.

O governo de Geisel reagiu de duas formas a este momento crítico da abertura política. Em primeiro lugar, em 1977, realizou o “Pacote de Abril”: em face ao crescimento do MDB nos centros urbanos e regiões mais urbanizadas, o governo fez reformas eleitorais visando à manutenção da maioria governista no Congresso Nacional, elevando a representação dos Estados menores (de quatro cadeiras para oito), de modo a aumentar o seu peso na composição geral da Câmara. O governo também instituiu a eleição indireta de um terço do Senado¹¹, como forma de garantir a maioria da representação da ARENA; e retardou a escolha direta dos governadores, que seria realizado em 1978, mantendo-a indireta (BERTONCELO, 2007, p. 64). Como medida

¹⁰A eleição de 1974 foi marcada pela eleição de 16 cadeiras do MDB no Senado, contra 22 da ARENA. Na câmara dos deputados, o MDB elegeu 160 representantes, contra 204 da ARENA. Nos principais estados urbanizados, foram eleitos senadores da oposição, como Orestes Quércia, em São Paulo. Em 1976, nas cidades onde houve eleição para as prefeituras, consolidaram-se vitórias para o MDB, com destaque para o município de Lages/Santa Catarina, em que não só a oposição se elegeu, como se criou a primeira experiência de governo participativo no país (LAMOUNIER, 1988).

¹¹ Estes senadores eleitos indiretamente foram chamados pela oposição do governo de “Senadores Biônicos”.

de contenção da “linha dura”, Geisel demitiu o Ministro do Exército, Sylvio Frota, que havia arquitetado uma tentativa de golpe para tirá-lo do poder¹². Dessa forma, de 1974 a 1978 perdurou um período crítico na abertura política. Depois, esta começou a se acelerar em direção à criação de um sistema político menos autoritário, mas que fosse mantido sob o controle das Forças Armadas, da ARENA, e não do MDB.

Em 1979, é eleito indiretamente o presidente João Figueiredo, que apesar de representante da fração “linha dura” das Forças Armadas, representava uma figura ambígua, que se aproximava também dos militares “castelistas”¹³. Em seu governo, a abertura política não fora conduzida por ele, mas por um de seus assessores, o Senador Petrônio Portella (ARENA-PI), que tinha trabalhado em conjunto com o general Golbery, no governo Geisel. O marco dos processos de abertura neste governo foi a Lei de Anistia (lei nº 6.683, de 1979), que trouxe de volta ao Brasil novas figuras da esquerda, que estavam exiladas ou clandestinas, e por isso não estavam ligadas ao MDB.

Nesse mesmo ano, o governo realizou uma reforma partidária que instituiu o pluripartidarismo, com o principal intuito de tentar fragmentar a oposição, colocando critérios bem flexíveis para criação de partidos (BERTONCELO, 2007, p. 64), e, portanto, acabando com a polarização ARENA e MDB. Surgem vários partidos entre 1979 e 1980: o PMDB (que acopla ao MDB a palavra “partido” - que tinha se tornado obrigatória na reforma); o PDS (Partido Democrático Social, a partir do principal setor da ARENA); o PTB (Partido Trabalhista Brasileiro, a partir de Ivete Vargas, aglutinando parcelas conservadoras da ARENA e do MDB); o PDT (Partido Democrático Trabalhista, que tentou ressuscitar, a partir de Leonel Brizola, o legítimo “trabalhismo” da Era Vargas) e o PT (Partido dos Trabalhadores, a partir dessa “nova esquerda”, que voltou do exílio, e que se formou nos movimentos urbanos e no novo sindicalismo do ABC-SP). Tancredo Neves, que estava no MDB, tentou recompor o PSD (Partido Social Democrata, que era o principal partido da Era Vargas), aglutinando

¹² Em função deste contexto, em especial pela demissão do general Sylvio Frota e a continuidade do processo de abertura, houve um endurecimento dos militares da “linha dura”, que tentaram simular que a esquerda promoveria atentados, como a bomba no evento do Riocentro, em 1981, o caso da carta-bomba enviada à OAB, em 1980. Estas simulações faziam parte de um plano dessa fração dos militares para tentar convencer o governo de que era necessário radicalizar novamente o controle e a repressão.

¹³ A ambiguidade de Figueiredo pode ser explicitada por uma frase proferida por ele acerca do modo como se daria a abertura política em seu governo: **“É pra abrir mesmo. Quem não quiser que abra, eu prendo e arrebento”** (LOPEZ e MOTA, 2008, p. 858).

parcela dos seus ex-integrantes que estava na ARENA e no MDB, formando o Partido Popular (PP). Como esse processo não vingou, Tancredo Neves voltou ao PMDB. No entanto, trouxe junto com ele os setores da ARENA que ele tinha deslocado – promovendo o que é chamado de “Arenização” do PMDB.

É importante ressaltar que todo esse processo se desenvolveu como uma abertura gestada pela própria ditadura. E se em 1964 a ditadura foi um meio importante de impedir que a “revolução nacional e democrática” interferisse negativamente¹⁴ (de uma perspectiva burguesa, ou seja, univocamente nacional e imperialista), tal transição significava medidas para garantir ritmos lentos, graduais e seguros de transição política (FERNANDES, 1986a, p. 10-11). Nesse sentido, a ditadura que entrou em crise é uma ditadura que conseguiu determinar o que viria após ela: uma transição eminentemente política, porque não representa mudança econômica ou social, por isso, ainda que o processo tivesse altos e baixos, a ditadura é semigloriosa.

Florestan Fernandes nos ajuda a entender o significado dessa transição arquitetada internamente à ditadura, afirmando que “a contrarrevolução [ditadura] foi interrompida no tope e para o proveito dos de cima” (FERNANDES, 1986a, p. 11), “o que demonstra que as classes dominantes não romperam com as composições que conduziram primeiro à ditadura e, em seguida, a uma mortífera transição conservadora” (FERNANDES, 1986a, p. 11). Nesse sentido, o autor procura estabelecer um “sentido da continuidade que se estabeleceu entre a ditadura e a república que saiu de seu ventre” (FERNANDES, 1986a, p. 11). Entretanto, este autor ressalta que a abertura promovida pela ditadura possibilitaria que os sujeitos coletivos surgidos nesse processo tomassem parte dele, e dessa forma, as forças vivas insurgentes, somente elas, poderiam revirar

¹⁴ A confiança que as forças de esquerda tinham no governo de João Goulart e a concepção etapista de revolução cederam espaço à contrarrevolução, já que a esperança depositada nas reformas de base causou um impressionismo que “desviou as forças revolucionárias da sociedade de seu eixo político central”, a mudança de sistema social (FERNANDES, 1986a, p. 13). Por outro lado, Fernandes encontra outro delírio, das forças de extrema direita, que também consideraram o governo Jango revolucionário e por isso construíram o cerco para derrotá-lo. Disso decorre o apogeu do “delírio”, a transformação ideológica da contrarrevolução em revolução, que protegia a ordem, a democracia e a religião (FERNANDES, 1986a, p. 14). Esse golpe da extrema direita, intitulado de revolução, no plano econômico foi a forma de engendrar um novo tipo de colonialismo, com a aceleração da acumulação capitalista e de fusão e subordinação programada às economias, aos sistemas de poder e às organizações ideológicas dos países centrais (FERNANDES, 1986a, p. 15).

esse processo se descobrissem os meios eficientes e rápidos de extinguir as metamorfoses assumidas pela ditadura.

Nas eleições de 1982, nas quais os governadores foram eleitos diretamente, houve um grande crescimento das oposições partidárias, que foram vitoriosas em 10 estados, dentre os quais Leonel Brizola, no RJ, Tancredo Neves, em MG, e Franco Montoro, em SP. Entretanto, esse processo não significou uma mudança na maioria do Congresso Nacional ou no Colégio Eleitoral¹⁵, que garantia que o governo militar teria ainda o controle para a escolha do sucessor de Figueiredo (BERTONCELO, 2007, p. 65-66).

Estes resultados eleitorais demonstram um esgotamento do projeto inicial de abertura no que se refere principalmente ao gradualismo controlado e sujeito frequentemente a alterações casuísticas (LAMOUNIER, 1988, p. 124). A consequência da forma pela qual a abertura foi se concretizando no Brasil é, em primeiro lugar, a competição eleitoral que permitiu uma valorização da arena político-partidária, abrindo espaço para crescimento dos partidos de oposição, que começaram a se enraizar nas camadas médias e populares. Nesse processo, estas oposições também deram voz às demandas desses setores, e, na medida em que estabeleciam essa relação, adensavam sua importância para a mobilização dos setores populares. É por esse motivo que o PMDB, como principal representante dessa oposição eleitoral, tem papel importante no processo das campanhas pró-diretas, logrando a essas um enraizamento nacional. Em segundo lugar, o regime ditatorial-militar teve reduzido o seu poder com o fim do AI-5, pois a disputa com os militares de “linha dura” obrigava o governo a uma linha mais “amena”, e a restauração parcial de algumas liberdades políticas, como a liberação da imprensa escrita, contribuiu para a constituição de um espaço público não controlado pelo Estado, que em alguns momentos poderiam servir como veículos de informação dos protestos contra o governo e o regime. (BERTONCELO, 2007, p. 67-68). Este destaca que tais processos

produziram uma ampliação dos espaços de disputa política e uma redução de eficácia dos recursos à disposição do núcleo do regime para controlar o processo político e homogeneizar a ação política, desencadeando assim uma

¹⁵ De 1966 a 1985, as eleições para a presidência da República eram indiretas, realizadas por um Colégio Eleitoral, composto pelos deputados federais e senadores.

conjuntura crítica. A luta pelo voto direto para presidente constituiu uma linha de ação que emergiu em decorrência desses deslocamentos de poder entre as principais forças sociais e políticas e da ampliação dos espaços de disputas políticas (BERTONCELO, 2007, p. 91).

De 1967 a 1973, os índices de crescimento econômico do país apontavam médias anuais exorbitantes, que variavam de 11,2%, de 1967-1973 e de 1970-1973, 12,5% (BERTONCELO, 2007, p. 54). O principal setor que alavancava esse crescimento econômico era a indústria, que mantinha taxas anuais numa média 9,3% de crescimento, entre as décadas de 1970 e 1980, de modo a se constituir como o setor mais dinâmico na geração de empregos (BERTONCELO, 2007, p. 57). A consequência desse contexto econômico foi uma profunda mudança na configuração social, “destacando-se a ocorrência de um vigoroso processo de urbanização e de mudanças na estrutura ocupacional” (BERTONCELO, 2007, p. 55) e uma intensa mobilidade social nos novos grupos ocupacionais¹⁶ (FARIA, 1986, p. 90, *apud* BERTONCELO, 2007, p. 57).

Contudo, esse processo de crescimento econômico, diversificação socioestrutural e mobilidade social se esvaíram no período seguinte. De 1974 a 1980, o primeiro “choque do petróleo” freou a economia e provocou um decréscimo nesse processo. As taxas de crescimento caíram para aproximadamente 7,1% por ano. Começa a se desenrolar o esgotamento desse padrão de desenvolvimento, que tivera sido acelerado pelo contexto de mudança do mercado internacional¹⁷. Todavia, em função da crise do petróleo de 1973 e seu segundo choque em 1980¹⁸, os planos de desenvolvimento do governo, que tinham como base financeira os empréstimos internacionais, são cessados devido ao aumento da taxa de juros no mercado internacional e, subsequentemente, o desequilíbrio na dívida externa e a dificuldade de realizar exportações. Tais consequências foram causadas, em partes, pelo aumento na

¹⁶Esse processo não significava distribuição da riqueza ou diminuição da desigualdade social, mantendo o padrão desigual de apropriação das riquezas e benefícios da modernização econômica. Sobre isso, vide Valle Silva (1992, p. 85-89).

¹⁷Este padrão foi centrado no Estado, que devido ao autoritarismo e centralização das decisões e recursos disponíveis no Executivo, tinha margem financeira para investimentos. De 1964 a 1986 foram criadas 118 empresas estatais, representando 83% do total (BERTONCELO, 2007, p. 53).

¹⁸O choque do petróleo foi ocasionado pelo embargo dos países membros da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) de distribuição de petróleo, motivado por conflitos políticos. No primeiro choque, em 1973, o preço do barril subiu 300%, de US\$ 2,90 para US\$ 11,65 em apenas três meses. No segundo, em 1979, o barril subiu de US\$14 (em 1978), para US\$33, em 1980 (BERTONCELO, 2007, p. 77).

mobilidade e saída de capital, que também contribuiu para a diminuição da oferta de crédito externo para empréstimos (BERTONCELO, 2007, p. 77).

Internamente, a economia sofria os impactos devido ao II Plano Nacional de Desenvolvimento, de 1977, de Geisel, que aumentou a dívida externa devido à captação de empréstimos, o instrumento utilizado para financiar os enormes investimentos públicos que sustentavam a ‘base’ para o desenvolvimento do capital no país. Em 1973, a dívida era de US\$ 6,2 bilhões; em 1979, passou para US\$ 40,2 bilhões, (BERTONCELO, 2007, p. 77). Em 1982, diante de um quadro de recessão na balança internacional, e após as eleições estaduais daquele ano, o governo tenta contornar esse desequilíbrio emprestando dinheiro do Fundo Monetário Internacional (FMI) ¹⁹. Para tanto, o governo teve que se submeter às medidas indicadas por este organismo para ajustar a economia, de modo a provocar a geração de saldos crescentes na balança comercial para o pagamento da dívida externa. Tais estratégias se resumiam à contenção da demanda interna, à desvalorização cambial, à redução do déficit do setor público e da inflação, visando à elevação das taxas reais de juros e redução da massa salarial; e ao ajuste fiscal, baseado no corte de gastos com o setor público²⁰, que causaria efeitos drásticos sobre o setor industrial (BERTONCELO, 2007, p. 78). Dessa forma,

reduziu-se enormemente a capacidade do Estado de se manter como polo dinamizador da economia nacional, colocando em xeque o padrão desenvolvimentista em vigor desde 1930, baseado numa articulação peculiar entre o capital privado, internacional e nacional, e capital público (BERTONCELO, 2007, p. 79).

As consequências dessas medidas para a economia foram as mais drásticas: a inflação no final de 1983 ultrapassava 200%, reduzindo o valor real dos salários; o desemprego aumentou²¹, como fruto da redução da atividade produtiva. Elevou-se a incidência de pobreza, que em 1980 era de 17,7% das famílias brasileiras e em 1983 era

¹⁹Sobre o padrão de desenvolvimento adotado pelo país neste período, cf. FURTADO, Celso. *A Nova Dependência: dívida externa e monetarismo*, 1982.

²⁰ De 1981-1984 houve uma diminuição de 40% nos investimentos das empresas estatais (BERTONCELO, 2007, p. 78).

²¹ Um ano após o acordo com o FMI em 1982, houve uma diminuição de 66,7% na oferta de empregos na indústria (BERTONCELO, 2007, p. 80).

de 30,9%. A diminuição de qualquer possibilidade de mobilidade social trouxe enorme frustração para as camadas médias (BERTONCELO, 2007, p. 80)²².

Dessa forma, é possível entender, segundo Fernandes (1986a, p.14), que o desenvolvimento capitalista brasileiro foi conduzido de fora para dentro, representado pelos acordos realizados com o FMI, para a incorporação do país de periferia ao núcleo das economias, do sistema de poder e da organização ideológica das nações imperialistas. Nesse sentido, as mudanças no capitalismo brasileiro na ditadura foram conseguidas

a custos penosos para o Brasil como um todo, em especial para a massa pobre e destituída de sua população. Mas obviamente, não existia uma consciência de classe burguesa revolucionária. A revolução burguesa percorreu aqui a rota do desenvolvimento desigual periférico: as classes burguesas correram atrás das transformações capitalistas, não as provocaram e conduziram (FERNANDES, 1986a, p. 16).

A incorporação do país ao núcleo das economias capitalistas naquele momento representava não somente uma associação, mas também a exploração crescente dos países periféricos. Isso significa a “transferência de capital, pessoal, de tecnologia e de ‘uma rede institucional com a internalização dos centros de decisão’ e o controle global à distância” (FERNANDES, 1982, p. 101). Portanto, se em determinado momento os interesses da burguesia nacional e internacional convergiram no seio da ditadura, naquele instante a ditadura já não conseguia ser o meio eficiente de combiná-los. Isso porque, no seio do empresariado privado e dos dirigentes das empresas estatais, aquelas medidas foram bastante impopulares, pois não conseguiram combinar essa “internacionalização” com os interesses internos (FERNANDES, 1982, p. 102). Esse processo desencadeou uma intensificação do oposicionismo empresarial, que já estava crescendo desde 1977 (BERTONCELO, 2007, p. 80).

A implementação dessas medidas recessivas também causou insatisfação entre os setores da camada média e das classes trabalhadoras, de modo a intensificar os

²² A Recessão causou, desde 1981, um recuo nas faixas salariais mais elevadas e um alargamento da faixa salarial inferior. Em 1981, a parcela da população com rendimentos de até um salário mínimo correspondia a 32,1% da População Economicamente Ativa (PEA). Em 1982, esse valor chegou a 40,8%. Por outro lado, a faixa entre 10 a 20 salários mínimos recuou de 34% do total da PEA para 27% nesse mesmo período (BERTONCELO, 2007, p. 83).

protestos sociais coletivos, criticando a política econômica, a inflação, o acordo com o FMI, de 1982, e a política de arrocho salarial. Ao longo de 1983 aconteceram 393 greves, com grande ênfase no setor público e nas camadas médias, acentuando a erosão das bases de apoio do governo militar (BERTONCELO, 2007, p. 83). Para Fernandes, as mudanças ocorridas na malha social, em decorrência do desenvolvimento do capitalismo, também ocasionaram mudanças nas classes trabalhadoras, que reivindicaram sua parcela desse desenvolvimento

é intrínseco ao capitalismo certo contrapeso operário do despotismo burguês e é inerente ao capitalismo monopolista, na era atual, um mínimo de internacionalização dos centros de decisão da burguesia. Esses dois fatores precisam ser colocados na cena histórica na plenitude de seus dinamismos e em todo o seu significado político. O desenvolvimento capitalista não pode acelerar-se unilateralmente, só para o capital. Por maior que seja a compressão, o polo do trabalho altera-se concomitantemente com a aceleração do desenvolvimento capitalista. Por fim, o despotismo burguês acaba enfrentando a resistência operária na empresa, na sociedade e no Estado (...). E se a compressão não é aliviada a partir da posição dos capitalistas, ela é rompida de baixo para cima, a partir da posição das classes trabalhadoras (...). O polo do trabalho sofreu transformações, nos últimos anos, que tornaram a ditadura obsoleta e inviável (FERNANDES, 1982, p. 100).

Portanto, o esgotamento do papel da ditadura no desenvolvimento do capitalismo no país não foi impeditivo para que esta mesma pudesse preparar o que viria em seu lugar. Isso porque, se por um lado, a crise da ditadura era dada pela necessidade de um novo modelo que fosse capaz de operar as transformações no capitalismo necessárias, por outro, ele abria margem para diversas respostas, como para aqueles que reivindicavam um novo modelo, que rompesse com a tradição dependente do país. Para que esta última não se concretizasse, foi necessário um último respiro do regime ditatorial-militar para tentar assegurar, apesar de todos os revezes que sofreu, que se firmasse a transição lenta, gradual e segura, como trataremos a seguir.

Dessa forma, em parte devido à restauração parcial das liberdades políticas e civis e pela redução dos níveis de repressão, e combinadas a alterações da dinâmica sociopolítica e organizacional dessa sociedade mais complexa e urbanizada, a conjuntura crítica materializou-se numa intensificação dos protestos coletivos na cena

pública. Este processo de emergência do associativismo e dos movimentos sociais, que culminou num ciclo de protestos no final da primeira metade da década de 1980, será abordado a seguir, quando tentaremos explicar o que foi o fenômeno do associativismo, quais os fatores que, a partir desse contexto de distensão, possibilitaram e fortaleceram sua emergência, bem como quais as consequências posteriores desse processo. Tal processo torna a abertura política mais complexa, na medida em que as saídas pensadas pelo topo do regime não se concretizariam facilmente, sendo tensionadas pelo levante daqueles que estavam excluídos do mesmo. É neste processo que nos debruçaremos a seguir, como parte da ascensão que tornou possível os reflexos que repercutiram na arena do futebol.

3.3 A emergência dos movimentos sociais

Nesse momento, abordaremos as formas de ação coletiva que surgiram como tensionadores de um processo de abertura política "lento, gradual e seguro", que determinaria o seu sucessor, bem como tentava manter os rumos do desenvolvimento brasileiro nos patamares anteriores. Como questionamento dessa forma restrita de pensar os rumos do país, e como fruto de um processo de crise e transição, os protestos coletivos surgiram na forma específica de movimentos sociais. Especificamente para o nosso objeto de estudo, a formação de ação coletiva de protestos surge para disputar os rumos do plano social, e também do campo do futebol²³. Nesse sentido, buscaremos

²³ Há uma longa literatura sociológica e da ciência política que analisa e descreve tal contexto histórico. A maior parte dela, todavia, é influenciada pelas leituras feitas acerca da emergência dos movimentos sociais na Europa, ao final da década de 1960 e 1970, pelas Teorias dos Novos Movimentos Sociais. Como resultado, na América Latina, assim como no Brasil, há muitos estudos empíricos, mas pouca preocupação com a elaboração teórica específica sobre este fenômeno— de modo que o esforço inicial de compreensão foi uma recepção “acrítica” das Teorias dos Novos Movimentos Sociais (GOHN, 2000, p. 211; FOWERAKER, 1995, p. 1; DAVIS, 1999, p. 585; CARDOSO, 1987 p. 28). Essas teorias analisam o surgimento dos movimentos sociais como resposta a uma mudança estrutural na sociedade europeia da segunda metade do século XX, em que o Estado de Bem-Estar Social burocratizava a vida e as necessidades da população e os partidos sociais democratas e aqueles ligados ao movimento operário tinham sucumbido à lógica institucional capitalista. Dessa forma, os autores se referem a outra sociedade, que de industrial passou a ser denominada pós-industrial, complexa, avançada ou informacional. Esta transformação estrutural influenciou nos conflitos, nos sujeitos e nas formas de ação (BUECHLER, 1995, p. 442). É importante salientar que na conjuntura brasileira não havia um sufocamento em função do Estado de Bem-Estar Social, que sequer foi implementado no país. Também não havia a falência dos partidos operários. A situação era diferente, havia um Estado ditador em crise e uma esquerda armada fracassada. Em segundo lugar, assim como no capitalismo industrial, em que a classe operária era considerada o sujeito da transformação social, as teorias dos Novos Movimentos Sociais (TNMS)

entender quais são as características da formação dos movimentos sociais naquele momento histórico. Isso será importante para compreendermos que a Democracia Corinthiana não era um movimento social, mas seus jogadores foram um integrante dos ciclos de protestos que emergiram na década de 1980.

Por isso, em primeiro lugar, é necessário ressaltar a que estamos nos referindo quando falamos do fenômeno dos movimentos sociais, evidenciando que estes podem ser concretamente definidos de diversas formas. É importante fazer esse destaque para diferenciar qualquer tipo de ação coletiva desse tipo específico: o movimento social. Dessa forma, ao mesmo tempo em que inauguram um novo referencial de análise, a própria noção de movimentos sociais, que

não é só guarda chuvas formado por atores coletivos diversos, com diferentes significados, cuja especificidade é a de reivindicarem exatamente sua diferença e direito de proclamá-la como base de sua própria constituição como coletivo em movimento (...). São comuns porque podem estabelecer um espaço comum numa rede de operações com sentido político, na medida em que são engendrados, e, portanto referenciados, numa mesma sociedade (PAOLI, 1995, p. 26).

De uma forma geral, podemos pensar os movimentos sociais como uma forma de ação coletiva específica, de um determinado contexto social. Chazel (1992) afirma que tal fenômeno constituiu-se como um campo de estudo, em especial a partir da década de 1960. Há nesse contexto diferentes critérios analíticos para avaliar o que torna uma ação coletiva um movimento social (CHAZEL, 1992, p. 284). Entretanto, há de comum entre as diversas abordagens na constituição do movimento social a ideia da reivindicação de mudanças a partir de ação coletiva contenciosa (CHAZEL, 1992, p. 290). Essa característica genérica, entretanto, nos coloca outras diversas questões, sobre como se forma a dimensão coletiva dessa ação social; qual é o grau de mudança proposto que permite classificar como movimento social; ou mesmo qual a dimensão política desse movimento (relação ou não com o Estado).

identificavam nessa nova sociedade um novo sujeito. E para que se localizasse esse novo sujeito, não mais determinado pela estrutura, tornou-se central a noção de identidade coletiva, que seria dada a partir das relações, da solidariedade, da forma de organização (BUECHLER, 1995, p. 449). Este conceito é muito importante para estes teóricos, pois identifica a cultura como o elemento central deste modelo, relacionando-a à política, que deixa de “ser um nível numa escala em que há hierarquia e determinações e passa a ser uma dimensão da vida social, abarcando todas as práticas sociais” (GOHN, 2000, p. 123).

A partir desse entendimento, a literatura ressalta como os principais movimentos sociais do período a evolução das Sociedades Amigos de Bairro, o movimento das mulheres na sua luta pelas creches, as reivindicações por melhorias nos transportes levadas adiante por associações de moradores situadas na zona sul da cidade de São Paulo; são conhecidas as causas e o sentido da luta pela regularização dos loteamentos clandestinos, as reivindicações ligadas aos serviços de saúde na zona leste da Capital, Comunidades Eclesiais de Base, luta contra o aumento do custo de vida (KOWARICK, 1987, *s.p.*).

À luz da literatura sobre a emergência dos movimentos sociais na década de 1980, focaremos em entender alguns aspectos que nos ajudarão a compreender como a Democracia Corinthiana se inseriu nesse processo, tais quais: "por que emergiu uma onda de protestos coletivos neste contexto?" "Quais foram os fatores concretos que o desencadearam?" E, por fim, focaremos nos desdobramentos do processo de emergência de ciclos de protestos.

3.4 A emergência na cena pública da ação coletiva, dos movimentos sociais e dos ciclos de protestos.

O contexto político do início da década de 1980 é permeado por três distintas crises, que desencadearam a “conjuntura crítica” de 1983 (BERTONCELO, 2007, p. 83-91). O Estado brasileiro passava por uma crise derivada da drástica redução de sua capacidade de promover o desenvolvimento capitalista e de intermediar os interesses sociais através de sua esfera corporativa; e da erosão da aliança política que sustentava o padrão de dominação em voga desde o estado varguista, de incorporação das classes sociais distintas. Em segundo lugar, o regime militar passava por outra crise, em função de a abertura ter alterado as relações de poder na política dos principais centros e pela crescente dificuldade em reproduzir a exclusão política de amplas camadas sociais. Por fim, o governo estava numa terceira crise, marcada pelo esvaziamento da autoridade estatal e fragmentação da base de sustentação político partidária do governo federal. Segundo Kowarick (1987, *s.p.*)

Vale dizer que, com o acirramento da crise econômica do início dos anos 80, dois ensaios apontaram para um clima de "rebelião social", na medida em que

se expandia a invasão de terras em inúmeras cidades brasileiras, que também passaram a ser palco de centenas de saques em lojas e supermercados. Em relação a esta última modalidade de explosão popular, é importante fazer referência às análises que discutiram a questão da "transgressão da ordem", tendo em conta os massivos saques que durante três dias explodiram em São Paulo de 1983.

A despeito de tal conjuntura crítica, é importante ressaltar que as transformações nas estruturas sociais, como a ampliação de certas categorias profissionais, são acompanhadas de modificações no processo de construção de identidades coletivas e nos padrões associativos das diversas camadas sociais. Portanto, há nessa alteração da configuração socioeconômica uma relação com a emergência de uma nova dinâmica grevista e associativa entre as camadas médias:

Processo de complexificação social tenderia a reduzir a capacidade da esfera corporativa estatal de intermediar os interesses sociais e organizar a sociedade, gerando conflitos em torno da autonomização da política de certas camadas sociais que não encontravam nas instâncias corporativas do Estado canais adequados para expressão de suas demandas (BERTONCELO, 2007, p. 58).

Dessa forma, podemos identificar na conjuntura daquele contexto dois grandes elementos que mudaram a estrutura de oportunidades políticas: i) a abertura política e a diminuição do potencial repressivo do Estado, que também ocasionou este impulso às mobilizações; e ii) as transformações estruturais sociais, como o crescimento dos grandes centros urbanos e dos setores industriais que, em conjunto com a instabilidade social gerada devido às crises estabelecidas no regime, facilitaram a intensificação dos protestos coletivos.

Tais alterações sociais, além de mudanças nos padrões associativos e mobilizatórios, provocaram a construção ou ampliação de certos campos de conflito, especialmente em torno da estrutura urbana (como sobre as questões da moradia, creche para as crianças, transporte coletivo, dentre outros) e da ampliação da autonomia política de amplas camadas sociais, em que o maior peso das camadas médias e operárias na estrutura social entrava em contraste com sua pequena possibilidade de participação política no Estado (BERTONCELO, 2007, p. 59). Segundo este autor, são

essas as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas que gerarão os quadros interpretativos que explicarão o ciclo de protestos²⁴ e a campanha das Diretas:

Uma adequada compreensão da campanha das diretas implica levar em consideração esses campos de conflito que se formaram no contexto das transformações estruturais examinadas e a nova dinâmica societária alimentada por elas. A meu ver, a campanha das diretas expressou – mais intensamente do que outros eventos de protesto do período – o principal eixo de tensões sociais e políticas lutando para ampliar suas margens de autonomia política, e, de outro lado, certas camadas sociais dominantes e elites dirigentes, que buscavam conservar suas posições de poder com base na reprodução de uma estrutura autocrática de dominação política (BERTONCELO, 2007, p. 59).

Portanto, se entre 1968 e 1973, a forte repressão e o crescimento econômico afastaram as mobilizações da cena pública. As ações de oposição quase que se restringiram aos movimentos políticos de guerrilha. No caso das cidades, a Igreja Católica, através das CEBs (Comunidades Eclesiais de Base) e pastorais, se converteu em local de discussão e ampla rede de contatos para os movimentos sociais. Ao final da década de 1970, o processo de abertura política, combinado a uma desaceleração do crescimento econômico, possibilitou que os protestos contra a ditadura se estendessem, em especial a partir das associações profissionais tradicionais (Ordem dos Advogados do Brasil, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) e do Movimento Estudantil, que reivindicavam desde o fim do AI-5, o fim da violência policial e a restauração das liberdades democráticas (BERTONCELO, 2007, p. 70).

²⁴ A noção de “estruturas de oportunidades políticas” é fundamental, pois as diferenças nas mesmas proporcionam graus maiores ou menores de oportunidades para grupos insurgentes (TARROW, 2009, p. 37). Tal noção responde a questões como “por que o confronto político parece desenvolver-se apenas em períodos particulares da história e por que às vezes ele produz movimentos sociais robustos e às vezes se transforma em sectarismo ou repressão?” (TARROW, 2009, p. 38). As oportunidades políticas são focadas através do contexto histórico e político para a transformação do potencial da mobilização em ação. São mudanças nas estruturas de oportunidades políticas: i) a abertura do acesso à participação para novos atores; ii) a evidência de realinhamento político no interior do sistema; iii) o aparecimento de aliados influentes; iv) divisões emergentes no interior da elite; v) um declínio na capacidade ou vontade do Estado de reprimir a dissidência (TARROW, 2009, p. 105). O que geraria um movimento social seriam tais mudanças e restrições que criariam, por sua vez, novas oportunidades. A ação coletiva, quando imersa numa rede extensa de solidariedades, potencializaria a criação de “novas oportunidades tanto para os insurgentes originais quanto para os retardatários e, eventualmente, para os opositores e detentores de poder. Os ciclos de confronto que se seguem são baseados nas externalidades obtidas e criadas por esses atores.” (TARROW, 2009, p. 24).

A partir de 1978, emerge na cena pública o novo sindicalismo, que abrangia setores do operariado da grande indústria recém-surgida (ABC-SP), defendendo formas mais autônomas de atuação²⁵, postulando novas demandas. O quadro de greves desse período é bastante emblemático: em 1978, ocorreram 118 greves, das quais 101 em SP, 78% em indústrias. Em 1979 foram 246 greves, em 19 estados e expandindo-se setorialmente, envolvendo assalariados da classe média e trabalhadores de serviços e do setor público. Em 1980-1982, apesar do aumento da repressão governamental, da conjuntura econômica desfavorável e da diminuição da quantidade de greves (144, 150, 144 respectivamente), principalmente entre os trabalhadores das indústrias e do setor privado (BERTONCELO, 2007, p. 71), as mobilizações continuavam fortes.

Dessa forma, as greves do movimento sindical, mais as associações surgidas, tiveram importante significado político e simbólico com: i) adensamento da atividade organizacional constituída por redes sociais que ligavam setores de diversos tipos; ii) as reivindicações desses grupos mobilizados foram ganhando contornos políticos mais amplos, defendendo valores em direção à democracia, e não apenas suas demandas corporativas; iii) o associativismo surgido, que não se subordinava à esfera corporativa do Estado, em conjunto com a renovação das associações tradicionais, colocava em xeque o controle Estatal sobre a sociedade (BERTONCELO, 2007, p. 74-75). Nesse processo, constituiu-se um quadro interpretativo que questionava o caráter fechado do sistema político e as desigualdades econômicas, vindo na ampliação dos direitos democráticos a forma pela qual se abria espaço para o encaminhamento das demandas sociais:

Em outros termos, na convergência de processos de complexificação da estrutura social e de abertura política, surgiram padrões mais autônomos e politizados de ação coletiva, de organização e de expressão das demandas sociais, extravasando o aparato corporativo estatal (BERTONCELO, 2007, p. 75).

Dessa forma, constitui-se um ciclo de protestos, materializando a insatisfação de diversos grupos, que posteriormente culminaria, entre outros

²⁵ Nesse caso, para esse autor, o significado de autonomia está relacionado à contestação da estrutura corporativa de sindicalismo atrelada ao Estado. Isto difere do entendimento deste conceito presente nas análises influenciadas pelas Teorias dos Novos Movimentos Sociais, nas quais esta noção era utilizada para descrever a negação de relação com partidos políticos, sindicatos e Estado.

movimentos, na campanha pela votação direta para presidência da república, entendendo nessa questão fundamental o fulcro para a imposição das demandas populares sobre os interesses privados que permeavam o regime autoritário:

A constituição de uma oposição societária ao regime militar, a crescente autonomização de grupos sociais mais abrangentes na cena pública e a experiência na luta coletiva adquiridas por esses grupos impulsionaram, posteriormente, o movimento por eleições "Diretas-Já" no âmbito societário (...). Em 1983, esses fenômenos se conjugaram a uma profunda crise econômica, que já se delineava desde 1979 e que se tornou mais intensa a partir do final de 1982. A crise econômica fragmentou a base sociopolítica do regime e do Estado e intensificou os protestos sociais (BETONCELO, 2007, p. 75-76).

O conceito de ciclo de protestos esboçado anteriormente nos ajuda a entender esse período histórico, pois os movimentos sociais, assim como as ondas de protestos coletivos, aparecem quando há oportunidades políticas para a intervenção desses agentes sociais que delas carecem, pois não têm acesso regular às instituições e ao poder. Dessa forma, a crise de hegemonia da ditadura militar e o processo de abertura geraram uma estrutura de oportunidade política que favoreceu os protestos coletivos. Estes tomaram diversas formas, sendo que a maior parte delas assumiu um enquadramento interpretativo que, como indicado por Bertoncele (2007), significou ver suas demandas como parte da disputa pela democratização da sociedade. Este processo culminou com a aglutinação de diversos agentes na campanha pelas "Diretas-Já", como manifestação mais concreta e acabada desse enquadramento, que reuniu movimentos sociais, protestos culturais, políticos, sindicais, dentre outros na luta pela eleição direta de um presidente da república.

Transpondo a ideia dos ciclos de protestos para esta conjuntura brasileira, pode-se afirmar que a estrutura de oportunidades políticas se transformou a partir de meados da década de 1970, em que o processo de abertura política, marcado pelo fim do AI-5, combinou-se a um adensamento do associativismo, expresso nas diversas organizações que foram se formando, e um adensamento das greves em 1978-79, culminando num ciclo intenso de protestos. Evidentemente, esse processo se deu a partir de duas trajetórias concomitantes: i) a emergência dos movimentos sociais e dos protestos coletivos; ii) as mudanças nas estruturas de oportunidades políticas.

Contudo, é importante ressaltar que a campanha das “Diretas-Já” foi uma iniciativa idealizada por uma ala do PMDB, em 1983, que via naquele contexto a possibilidade de tensionar e adiantar o processo de abertura política. A institucionalização desde já das eleições diretas para a presidência era a saída que tornaria mais viável fortalecer esse partido, e obter o apoio social necessário para que o próximo presidente implementasse as medidas necessárias para contornar a crise econômica e social (BERTONCELO, 2007, p. 99)²⁶.

3.5 A campanha das "Diretas-Já" e seus desdobramentos

As oportunidades políticas para os ciclos de protestos também advinham da crise e reorganização que se manifestava nas elites que compunham a coalizão do poder. No PDS, havia uma indefinição com relação ao candidato da sucessão, devido aos problemas gerados no governo Figueiredo e a recusa do mesmo em coordenar esse processo. No PMDB, após a apresentação da emenda Dante de Oliveira, que versava sobre as eleições diretas, o presidente do partido, Ulysses Guimarães, começou a defender a organização de uma campanha pelo restabelecimento das eleições diretas para presidente, como forma desse partido ampliar seu poder:

A despeito das dificuldades em aprovar a emenda, a corrente ulyssista e parte da bancada federal do PMDB calculavam a dificuldade do governo em controlar a sucessão e as divisões no PDS poderiam facilitar uma composição com setores do partido governista na votação da emenda e viabilizar sua aprovação, desde que houvesse um elemento que pressionasse os parlamentares pedessistas. Uma campanha popular por eleições diretas poderia ser esse elemento de pressão. A Executiva Nacional do PMDB, apoiada por parte da bancada parlamentar do partido, começou a articulá-la (...). No dia 11 do mês seguinte [maio, 1983], uma reunião da Executiva Nacional escolheu uma comissão de deputados e senadores que coordenaria as ações do partido na campanha por eleições diretas e examinou as primeiras sugestões para a organização de manifestações. Nesse mesmo mês, Ulysses

²⁶Entretanto, tal idealização não era unânime dentro do PMDB. A estratégia da Campanha das “Diretas-Já” foi idealizada por Ulysses Guimarães, que representava uma das alas do PMDB, e contava, inicialmente, com o apoio de apenas um dos nove governadores desse partido. Tal ala ganhou força internamente com a apresentação de uma emenda constitucional, em 2 de dezembro de 1983, encaminhada pelo deputado federal Dante de Oliveira, que visava ao restabelecimento das eleições diretas para presidência da república. Essa emenda era assinada por 177 deputados e 23 senadores. Entretanto, tal número era insuficiente, pois para a emenda ser aprovada e prosseguir para votação no senado era necessário o apoio de dois terços dos deputados da câmara, ou seja, de pelo menos 320 assinantes (BERTONCELO, 2007, p. 100).

obteve o apoio do presidente nacional do PT, Lula, para a campanha (BERTONCELO, 2007, p. 100-101).

Dessa forma, mesmo gestada em primeiro momento no interior do PMDB, rapidamente a ideia da campanha das “Diretas-Já” ganhou o apoio do PT, em conjunto com outros setores da sociedade, como a UNE (União Nacional dos Estudantes), a OAB (Ordem dos Advogados do Brasil), a CUT (Central Única dos Trabalhadores), dentre outros. Ao longo de 1983 foram realizados alguns atos políticos dessa campanha, ainda que pequenos. A primeira grande manifestação pública das diretas acontece em novembro de 1983, no Pacaembu. Entretanto, tal protesto teve como impulsionador apenas o PT, não adquirindo o caráter suprapartidário da campanha. Eram esperadas 100 mil pessoas no ato, mas apareceram de fato apenas 15 mil (BERTONCELO, 2007, p. 107)²⁷.

Entretanto, o apoio ao retorno das eleições diretas foi crescendo na sociedade brasileira, fato que foi demonstrado pelas pesquisas de opinião pública do período. Tendo em vista o quadro de crescimento do apoio societário à campanha das “Diretas-Já”, a ala “moderada” do PMDB, comandada por Tancredo Neves, criou uma nova estratégia para tomar a frente dos “radicais” que impulsionavam esta campanha, defendendo também a sua organização. O mérito deste adveio do fato de organizar não só as alas do partido, mas também os governadores da oposição (do PMDB e do PDT), aumentando o raio de ação, na medida em que aumentava os recursos disponíveis para a mobilização, permitindo um maior enraizamento nacional e inibindo a possibilidade de repressão aos atos (BERTONCELO, 2007, p. 108-109).

Com a entrada dos “moderados” do PMDB na campanha das “Diretas-Já”, podemos observar uma complexificação no quadro que envolvia os setores que viam nesta reivindicação, a democratização da sociedade, a saída para a insatisfação coletiva e para as crises, econômica, política e social que rondavam o país. Isso porque, no PMDB, partido que criou a ideia e colocou em prática a possibilidade de uma campanha popular para conseguir o retorno da votação direta para presidente, havia um

²⁷Bertoncelo imputa o “fracasso” de público desse primeiro ato ao caráter partidário do mesmo. O PMDB quase não compareceu, não mandando o governador de São Paulo, Franco Montoro, porque o mesmo ia ser vaiado pelos militantes petistas. Além disso, o grande escopo reivindicatório que chamava o ato, que envolvia, por exemplo, o fim da invasão norte-americana na Nicarágua, denotava um ato cuja pauta política era o semelhante ao Programa do Partido dos Trabalhadores (BERTONCELO, 2007, p. 108).

conflito entre aqueles que defendiam essa estratégia naquele momento. Enquanto que para a ala ulysista, a campanha "Diretas-Já" poderia significar uma ampliação de sua força internamente ao partido e uma abertura do processo sucessório para a oposição como um todo (que ia além do PMDB), para os setores comandados por Tancredo Neves, tal campanha poderia fazer pressão interna ao regime, diante da intransigência dos militares, "contribuindo para superar os limites impostos pelo regime à sucessão presidencial, mesmo com a não aprovação da referida emenda" (BETONCELO, 2007, p. 110). A partir desse quadro complexo que se manifestava dentro do PMDB, que evidentemente refletia e repercutia na campanha "Diretas-Já", tanto existia a possibilidade desta romper com o padrão conservador da reabertura, como de servir para completar a transição "lenta, gradual e segura", conforme arquitetada pelo próprio regime. É nesse sentido que vão as análises de Florestan Fernandes sobre as contradições e potencialidades desse processo, que acabou culminando na derrota da emenda Dante de Oliveira e na eleição indireta de um presidente, Tancredo Neves, conforme acordo entre o regime e a oposição que compunha o regime.

Florestan Fernandes, em sua análise sobre o processo de recomposição do bloco no poder, estabelece três pontas que se reequilibraram no processo de transição para a nova república: reintegrava os setores "castelistas", recapturando a integridade da "revolução" de 1964, e conduzindo-a para sua verdadeira "vocação democrática", como esses setores se autodenominavam. Em segundo lugar, articulava os liberais que compunham o regime (PDS e PFL), com o governo de oposição "de dentro do regime" (PMDB), que perceberam "que seu ardor revolucionário [PMDB] renderia maiores dividendos se eles continuassem à testa do governo" (FERNANDES, 1986a, p. 19). Conquistaram com isso o apoio do braço civil que amparou a ditadura em 1964, mas que havia se distanciado dos militares.

Segundo Florestan Fernandes, o início da década de 1980 é marcado pela intensa luta do movimento social contra a ditadura. Dali para frente, poderia se aproveitar "o rancor contra a ditadura e a consciência geral da necessidade de mudar profundamente como ponto de partida de uma transformação estrutural da sociedade civil e do Estado" (FERNANDES, 1986a, p. 28). No entanto, salienta o autor:

No âmago da campanha pelas eleições diretas, depois que o PMDB lograva infundir-lhe uma realidade que o PT não conseguira sozinho, o centro do palco é tomado por uma figura política patética, o presidente (...) que tramou o pacto conservador mais ardiloso de uma história riquíssima em ardis (FERNANDES, 1986a, p. 18).

Florestan Fernandes explicita que, para além da contradição que existia entre democracia e ditadura, havia em jogo uma disputa que era uma democratização da sociedade com mudança social, o que ele chama de “romper com a tradição dependente do Brasil”, ou uma democratização que se forjasse como uma continuidade da ditadura, em termos econômicos e sociais. Dessa forma, o autor afirma que esta contradição da disputa se apresentava também no bloco que reivindicava a democracia, entendendo que alguns setores deste não aspiravam à transformação social. Portanto, o processo de modernização conservadora da sociedade brasileira andava de mãos dadas com a reabertura democrática, e é parte do mesmo processo. Segundo o autor, o PMDB, principal responsável por isso:

(...) procura avançar na direção do 'mudancismo', mas as mudanças que ele apregoa envelheceram e se esvaziaram depois de mais de vinte anos de calamidade ditatorial. Ele busca alianças populistas, mas é manietado por conteúdo ambíguo e por suas impulsões conservadoras. Ele quer mobilizar o apoio popular, mas o faz desmobilizando a prática democrática dos vários movimentos populares. Portanto, confunde cooptação com a democracia (FERNANDES, 1986a, p. 20).

Nesse sentido, este autor traça também uma crítica às forças “progressistas” que existiam dentro do PMDB, entendendo que este organismo como um todo já não podia mais se afirmar na luta por uma democracia que fosse uma “transferência de poder” (FERNANDES, 1986a, p. 27). Dessa forma, toda a grande e “riquíssima” irradiação popular que este tinha, fora utilizada para “esvaziar a praça pública, recolher as bandeiras políticas 'radicais', matar o nascedouro movimento cívico mais impressionante da nossa história” (FERNANDES, 1986a, p. 27).

Portanto, o que se forja para a reabertura democrática é a reconstituição do bloco dominante, que contém apenas “a aparência de um Estado Democrático e de Direito” (FERNANDES, 1986a, p. 32), mas que em sua essência serve de manutenção das desigualdades e ausência de democracia do período anterior. E, fundamentalmente,

essa reconstituição do bloco dominante se dá tanto a partir de sua reconfiguração “por cima” – a saída dos militares, e entrada dos civis – quanto no seio do movimento social, em que suas contradições significam o não enfrentamento “dos de cima”. Se a polarização que existia na essência com o regime militar se dava a partir do questionamento da ordem social, esta foi transfigurada para a polarização “ditadura vs. democracia”, que apagou as reais disputas que o movimento social travava com a ditadura, e reforçou a reabertura “lenta, gradual e consentida” (FERNANDES, 1986a, p. 32), conforme ela tinha sido gestada pela própria ditadura.

Para o autor, o resultado desse processo era que a ditadura não foi desmantelada, e que após isso, ela servira de guia para uma democratização *sui generis*, que sairia das próprias entranhas do regime.

(...) não seria uma vitória da democracia, era uma nova derrota do republicanismo e de um conchavo descarado, o qual escorava a transição lenta, gradual e segura, que fora arquitetada pela ditadura, mas que os militares e os seus aliados se mostravam impotentes para conquistar em uma fase de declínio de sua autoridade e do seu poder (FERNANDES, 1986a, p. 19).

O que havia acontecido, portanto, não fora uma queda da ditadura – o final desta não se deu porque os militares foram derrubados, mas porque eles prepararam uma “retirada estratégica”, da qual e sobre a qual mantiveram um controle direto e intocável (FERNANDES, 1986a, p. 22). Se o movimento pelo sufrágio universal tivesse alcançado êxito, poderia ter sido diferente. Entretanto, a própria derrota da emenda Dante de Oliveira foi arquitetada pelas forças da cúpula do sistema de poder (nelas incluindo parte do PMDB) e do topo da sociedade, mais ou menos empenhadas em evitar uma virada no processo, de modo que o final da ditadura militar fora “uma derrota que é marcada pela sua autopreservação” (FERNANDES, 1986a, p. 22).

A transição “prolongada e sem rumo” (FERNANDES, 1986a, p. 23) demonstrava que as classes dirigentes estavam pouco atentas aos interesses do país e queriam aprisionar o país nas cadeias da tradição cultural de subdesenvolvimento; e que, apesar da miséria da inquietação social e do desemprego, as massas populares ainda não encontraram os meios de luta política mais eficientes para seus propósitos:

ficaram suscetíveis de envolvimento que fortalecem os seus adversários e mantêm o *status quo* anterior com pequenas alterações.

As classes possuidoras em seus estratos decisivos e poderosos não estão dispostas a arcar com os riscos de uma democracia de verdade e manietam o governo que se vê forçado a procurar aliados de baixo não para valer, mas para assustar sua própria base social e desesperá-la (FERNANDES, 1986a, p. 24).

A demonstração de fragilidade do governo veio acompanhada de recrudescimento e, por sua vez, fortaleceu os de baixo. A consequência disso teria sido uma politização de todas as esferas da vida social, em que até a cultura tornava-se instrumento de contestação do regime. No entanto, a presença do governo no processo intrínseco de constituição deste ciclo de protestos, teve como consequência a neutralização de tais pressões, e a tentativa de cooptação destes movimentos. Como afirma Fernandes,

A partir daí o PMDB perdera a capacidade de afirmar-se numa linha de combate coerente pela democracia e adentrou a direita, arrastando na queda sua “esquerda parlamentar” e sua riquíssima irradiação popular (...). Em seu clímax, o movimento político popular sofrera um golpe mortal. A transferência de poder converteu-se numa troca de nomes (...). [Era o que mais convinha] esvaziar a praça pública, recolher as bandeiras políticas “radicais”, matar o nascedouro movimento cívico mais impressionante de nossa história (FERNANDES, 1986a, p. 27).

Assim, a estratégia utilizada pelos setores do regime e sua oposição de dentro (PMDB), como mediador da defesa da democracia, não resguardaram os interesses das classes trabalhadoras. Ao contrário, ofereceram quase de graça um respiro às classes dominantes e à sua estratégia de explorar a transição "lenta, gradual e segura" como um expediente para montar um Estado de segurança nacional com as aparências de um Estado de Direito (FERNANDES, 1986a, p. 32).

Com isso, a conjuntura do momento histórico é olhada a partir de uma visão complexificada, na qual é possível visualizar as diversas pontas que atuaram no período. Em primeiro lugar, o que se destacou foi a conjuntura das crises econômica e política, que evidenciaram um esgotamento de modelo de desenvolvimento que se aplicava no país. As saídas apontadas para tal conjuntura crítica avançavam no sentido de

aprofundamento dos problemas sociais nacionais, com o aumento da dívida externa e acentuação da dependência, como a primeira parte do capítulo nos permitiu constatar.

Em segundo lugar, como um período de transição de uma crise, há tensionamentos que extrapolam a cúpula do sistema, e no momento de distensão, econômica e política, emergiram movimentos sociais, explicitando a vontade que o setor numericamente mais expressivo, que historicamente fora excluído da política, de se tornar sujeito desse processo e de tentar ditar novos rumos. A entrada “em cena” desses novos sujeitos impôs dificuldades para o bloco do poder ditar os passos seguintes. Estes problemas, entretanto, foram contornados pela própria presença dos mesmos no bloco popular, com o intento de alcançar mais legitimidade e de “incorporar” (no sentido de trazê-los dentro de seu projeto de poder, fazendo uma ou outra concessão) tais setores ao seu projeto de hegemonia, de modo que esses não se virassem contra tal. A complexidade deste quadro político nos faz ler os diferentes sujeitos que se misturam (seja cooperando, seja disputando) e atuaram para tensionar os rumos da política brasileira. Os resultados desse processo, ainda que não tenham mudado substancialmente o processo de transição “lenta, gradual e segura”, explicitaram que esses novos sujeitos que entraram na política não podem ser entendidos como um bloco homogêneo, mas como um conjunto instável de disputas e tensionamentos, em que o próprio bloco do poder conservador também estava inserido e exercia influência.

Tendo em vista tal quadro, deteremo-nos a seguir na Democracia Corinthiana, enquadrando-a nessa conjuntura complexa, evidenciando suas contradições e avanços, possibilidades e limitações. Portanto, buscaremos evitar a construção ou ratificação de estereótipos, na medida em que a apreensão desse contexto histórico nos permite construir uma representação mais adequada da apreensão do movimento do real, no qual os jogadores e dirigentes do clube corintiano estavam envolvidos na primeira metade da década de 1980.

4 TECENDO A NARRATIVA DA DEMOCRACIA CORINTHIANA

Neste capítulo, procuraremos introduzir a Democracia Corinthiana, reconstituindo sua narrativa, a partir de matérias jornalísticas dos periódicos: “Folha de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”. A partir da reconstrução do histórico narrado pela imprensa diária paulista, buscamos estabelecer as devidas relações e nexos com o contexto econômico, social e político no qual ela emergiu, sistematizado nos itens anteriores do capítulo.

É fundamental ressaltar que a Democracia Corinthiana veio à tona num cenário de crise, em que as saídas apontadas para os problemas nacionais, frente a uma conjuntura econômica internacional instável, ainda estavam incertas. Frente a esse período de transição, de esgotamento do modelo de desenvolvimento anterior, abre-se espaço para que a disputa dos rumos desse processo se radicalize. É a partir dessa lente que enxergamos a emergência inusitada dos movimentos sociais no Brasil. No futebol, tal processo foi semelhante e determinante. Pois, conforme salientou Benjamin, em sua análise sobre as transformações na forma de produção e percepção da arte no século XX, as mudanças na base econômica também se refletem na superestrutura, como em todos os setores da cultura, ainda que mais lentamente, de modo a conformar tendências de crises e alternativas, cuja dialética entre as mesmas “não é menos visível na superestrutura que na economia” (BENJAMIN, 2011, p. 165-166).

Nesse sentido, em tal contexto de crise e distensão do regime, o futebol, como parte do terreno cultural, já não podia mais ser instrumentalizado pelo governo militar, cumprindo naquele momento, um papel diverso. Segundo Gramsci (1995, p. 13), a cultura pode ter um valor positivo nesse processo, diferentemente de alguns marxistas que avaliam este terreno como momento da alienação, dominação e ideologia, no sentido da falsa consciência. Longe de ser uma visão complacente ou “celebratória”, o autor tem exigências acerca da cultura, qual seja, o de que ela cumpra papel na constituição de uma nova hegemonia, como projeto político, econômico e moral. Neste sentido, a cultura é terreno

para transformação, e não obstáculo. A visão é positiva, na medida em que todos os homens, para Gramsci, são filósofos, e, portanto, os aspectos gestados no interior da cultura popular, são resgatados com *status* de filosofia (GRAMSCI, 1995). Gramsci, no entanto, entende que a cultura popular deve “eivar-se” no processo de construção de uma nova hegemonia, como: i) elevação intelectual das massas; ii) autonomização histórica do sujeito histórico “povo” (GRAMSCI, 1995, p. 18). Tal processo articula os sujeitos coletivos na construção de novas verdades, de uma nova concepção de mundo, a partir da tomada de consciência do processo histórico:

Criar nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas originais, significa também e, sobretudo difundir criticamente verdades já descobertas, “socializá-las”, por assim dizer; transformá-las, portanto, em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1995, p. 13).

Nesse processo, não só se politiza a esfera do futebol, como os jogadores conseguem organizar-se em torno dela. Dessa forma, todo o fortalecimento do Movimento Social e a crise econômica, bem como as contradições do período, também repercutiram no mundo do futebol, sobretudo em sua forma. No Corinthians, os questionamentos à ditadura e as inquietações sociais estavam presentes. Em 1969, funda-se a torcida organizada “Gaviões da Fiel”, em oposição à “ditadura” de Wadih Helu, à frente da diretoria do Corinthians (CÉSAR, 1981)²⁸. Em 1976, cerca de 70 mil corinthianos vão ao Rio de Janeiro para apoiar o time na disputa da semifinal do campeonato nacional contra o Fluminense e na esperança de encerrar o jejum de 22 anos sem título. Em 1981, a intensificação dos processos sociais culmina no futebol num projeto de “abertura” no Corinthians, que viria a

²⁸ Segundo César (1981, p. 181), o “Grêmio Gaviões da Fiel Torcida” foi fundado em 1969. Atuando em conjunto com o Movimento “Revolução Corinthiana” – o termo Revolução veio em alusão à retórica da Revolução do Golpe Militar de 1964 – foi corresponsável pela eleição da chapa de Vicente Matheus, vencendo a de Wadih Helu, que já se consagrava há dez anos na presidência do Corinthians. No entanto, ao passo que a torcida organizada cresceu, a diretoria recém-eleita tornou-se hostil a tal “movimento independente em prol do Corinthians” (lema dos “Gaviões da Fiel”), e “concentrou esforços em extingui-la” (CESAR, 1981, p. 166). Para tentar se contrapor à Gaviões da Fiel, a diretoria corinthiana incentivou, inclusive financeiramente, a constituição da torcida “Camisa 12”, que “funcionaria como um grupo capaz de fornecer a base popular de apoio aos diretores” do Corinthians (CESAR, 1981, p. 182). É a partir dessa leitura que o autor enxerga uma rivalidade histórica que havia se constituído, naquele momento, entre as duas maiores torcidas do Corinthians.

ser chamado de Democracia Corinthiana. Portanto, é durante dezoito anos da ditadura militar e em meio ao seu esfacelamento que emerge a Democracia Corinthiana; como um momento particular da história do futebol brasileiro, compreendido durante as duas gestões de Waldemar Pires à frente do clube do Corinthians, dos anos de 1981 a 1985.

A Democracia Corinthiana não é um período que tem contornos históricos bem delimitados. Isso porque o termo foi cunhado pelo publicitário do Corinthians, Washington Olivetto, após o jornalista Juca Kfourri o ter proferido num debate na Pontifícia Universidade Católica PUC-São Paulo sobre a gestão dos jogadores no Corinthians (SÓCRATES; GOZZI, 2002). O marco histórico do termo também está ligado ao nome da chapa de reeleição de Waldemar Pires e Adilson Monteiro Alves para a diretoria do Corinthians, em 1983. Sócrates (SÓCRATES E GOZZI, 2002, p. 58), colocam o marco de 1982, que é o período em que se iniciaram as votações dentro do clube. Florenzano coloca como marco inicial a conversa de Adilson Monteiro Alves com a equipe, que ocorre em novembro de 1981 e como final a saída de Sócrates do clube, em 1984 (FLORENZANO, 2010, p. 214). Para nós, o período é marcado pelas duas gestões de Waldemar Pires, já que desde o início (Março-1981 a Março-1985), como detalharemos neste capítulo, este presidente propunha o projeto de “abertura” em sua gestão, combinando modernização do futebol e democratização das decisões.

A partir desse viés é que procuraremos analisar a Democracia Corinthiana, inserindo-a nesse contexto contraditório e potencializador. A lente de análise buscará contemplá-la como um movimento não homogêneo, que congregava jogadores, mas no qual a direção do clube cumpria um papel fundamental de gestação, destacando que os rumos mais radicais que este tomou foi fruto das iniciativas dos primeiros. Sendo assim, não a abordaremos como “movimento social”, dado que não há nele ação política contenciosa, ou mesmo uma rede de solidariedade que extrapole o elenco corintiano, como vimos no capítulo anterior. Por outro lado, procuraremos estabelecer os nexos da Democracia Corinthiana com a reascensão do movimento sindical, visto que o primeiro estabeleceu relação com o novo sindicalismo e que os jogadores do clube corintiano

participaram do processo de rearticulação e da gestão do sindicato dos atletas profissionais do Estado de São Paulo²⁹.

4.1 A narrativa da Democracia Corinthians

O surgimento da Democracia Corinthians é, como já elencamos, um período que não é consensualmente demarcado e delimitado no tempo. O que temos utilizado neste trabalho é o englobamento das duas gestões de Waldemar Pires à frente do clube, de 1981 a 1985. Entretanto, é necessário salientar que o modelo de gestão que desembocou nas votações, participação dos jogadores na política sindical e nacional e na modernização administrativa foi parte de um processo que se iniciou em 1981, a partir das eleições para a presidência do Corinthians. O então presidente era Vicente Matheus, cuja gestão passava por um momento de crise, em função da ausência de contratações e dos resultados ruins que o clube vinha tendo na Taça de Ouro. Além disso, havia o desgaste causado pelos oito anos nos quais Matheus estava à frente da diretoria do Corinthians. Naquele momento, organizou-se uma parcela da oposição, a partir da candidatura de Isidoro Matheus (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/3/1981), que apostava na possibilidade de ganhar a eleição devido a todos esses desgastes. Em função dessa situação e de um impeditivo legal à sua recondução ao cargo de presidente, Vicente Matheus ficou sem pronunciar sua posição até as vésperas da eleição. Entretanto, como forma de tentar contornar essa situação, ele forma uma chapa na qual ele não seria o candidato a presidente, mas sim a vice. Quem encabeçaria era Waldemar Pires, que já dividia o comando do clube, como vice-presidente das gestões de Matheus, havia quatro anos. Entretanto, como todo poder era concentrado nas mãos do presidente, neste período em que eles dividiram a gestão do Corinthians, Pires era apontado apenas como uma manobra para que Vicente Matheus contornasse esse impeditivo legal, por meio do qual o primeiro abriria mão da presidência para que este a assumisse.

²⁹ Dedicaremos, no sexto capítulo, uma análise mais profunda sobre a participação dos jogadores corinthianos no Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de SP.

A candidatura de Isidoro Matheus fora apresentada pela imprensa como um desentendimento na família, no qual o irmão dele teria o aborrecido por não escolhê-lo como cabeça de chapa e, como retruque, teria se candidatado pela oposição. Entretanto, Isidoro Matheus desmentiu essa hipótese, levantando denúncias da época em que participara da gestão de seu irmão:

Eu não fui sabotado. O Vicente resolvia tudo no Corinthians, falava pra todo mundo, mas eu, como diretor de futebol, jamais cheguei a ser informado. Além disso, ele me desmoralizou, quando há seis meses atrás [sic] quis me demitir alegando que isso seria necessário para que me indicasse como candidato. Eu jamais aceitaria seu apoio: ele continuaria mandando em tudo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/3/1981, p. 44).

Já Waldemar Pires tinha 47 anos, era dono de uma corretora de valores, e o então vice-presidente do Corinthians, na última gestão de Vicente Matheus. Pires argumentava já que sua chapa não significava uma inversão de papel com Vicente Matheus, mas que, ao contrário, iria “promover **a abertura** no Corinthians” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/3/1981, p. 28, grifo nosso). Segundo ele,

quando Matheus assumiu o clube, não havia possibilidade de administrar de outra forma. Só mesmo do jeito que ele administrou para dar certo. Agora, a situação é diferente e o próprio Vicente Matheus é o primeiro a reconhecer que precisamos fazer uma administração em equipe (O ESTADO DE SÃO PAULO, 26/3/1981, p. 28).

É importante salientar que essa alteração da forma de gerir o Corinthians foi um passo diferenciador da forma pela qual Vicente Matheus encaminhava sua gestão, ao contemplar a presença de mais profissionais nesse processo. Entretanto, isso não significa democratizar as decisões, nem mesmo descentralizar, mas apenas abrir espaço para a participação de um número maior de pessoas no comando do clube, mais especializadas em ramos específicos, de forma a tornar mais eficientes e racionais os meios de gestão.

A candidatura de Waldemar Pires já anunciava uma mudança na forma de condução do Corinthians, que autodenominava um sentido de “democratizar” a forma pela qual as decisões eram empreendidas. Ainda que naquele momento tais discursos pudessem

cumprir o papel de distensionar a presença de Matheus na chapa e de espantar a ideia de que ele seria apenas uma manobra para que este continuasse comandando o clube, alguns indicativos importantes eram levantados para essa possível transformação na “filosofia administrativa”. Nas palavras do próprio Waldemar Pires, tal mudança já era perceptível a partir da

simples aceitação de Matheus em ser o Vice, já significa uma abertura no clube. Quando o Matheus assumiu, ele teve que fazer tudo sozinho. Afinal devíamos na época Cr\$13 milhões. Agora a situação é diferente. Nosso superávit chega a Cr\$88 milhões. Nós seremos dois numa única presidência. Vamos formar uma equipe de trabalho (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/3/1981, p. 44).

As duas torcidas organizadas do Corinthians, a “Gaviões da Fiel” e a “Camisa 12”, apoiavam a candidatura de Isidoro Matheus. Chegaram a lançar um manifesto no qual publicavam suas críticas a Vicente Matheus – a torcida já havia realizado inclusive um enterro simbólico do presidente Entretanto, e sua única chance de vitória seria se os conselheiros do clube próximos ao grupo de Wadih Helu votassem nele, fato que não se confirmaria, uma vez que estes não compareceram às votações, justificando que não participariam de uma disputa que imputava ao Corinthians a condição de espólio da família Matheus. Esses conselheiros afirmavam ainda que essa votação não representaria as diferentes aspirações sobre os rumos do clube, sequer qualquer tipo de mudança. É importante ressaltar que o próprio jornal ‘O Estado de São Paulo’ não considerava Pires cabeça de chapa, intitulado a reportagem do dia da eleição de **“Matheus x Matheus: agora em eleição no Corinthians”** (O ESTADO DE SÃO PAULO, 9/4/1981). A vitória da chapa de Waldemar Pires, em 10 de Abril de 1981, foi apertada, com 137 votos a 101, para a de Isidoro Matheus.

Nesse momento, no entanto, os jornais começam a apontar que não havia possibilidade alguma de Pires renunciar para que Matheus assumisse a presidência em seu lugar, demonstrando já, desde o processo eleitoral, que se existia em princípio um plano de Matheus para assumir o poder, Pires não sucumbiria automaticamente (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/4/1981).

4.1.1 A saída de Matheus e a consolidação do projeto da “abertura”

Logo ao início da gestão de Waldemar Pires, alguns percalços se fizeram no Corinthians, que, dentro dos gramados, foram expressos na eliminação precoce na Taça de Ouro³⁰, no primeiro semestre de 1981, e numa campanha ruim no início do campeonato paulista. Sem grandes reforços, e com um time que perdia partidas para clubes pequenos, a imprensa paulista já começava a noticiar a presença de uma crise no Corinthians (“Rafael chega, mas a crise continua”, O ESTADO DE SÃO PAULO, 30/6/1981, p. 27). A contratação de Rafael causa polêmica na diretoria do Corinthians, entre o presidente Waldemar Pires e Vicente Matheus, demonstrando uma postura não meramente decorativa do primeiro na gestão corinthiana e, por conseguinte, expondo o enfraquecimento do segundo em ditar os rumos do grupo. Em meio a tal processo de crise, o técnico Osvaldo Brandão é demitido do Corinthians, assumindo o interino, Julinho, que ficou no cargo por alguns meses.

Em Julho de 1981, Vicente Matheus decidiu se afastar da vice-presidência, em função de mais algumas decisões e negócios que Waldemar Pires e Orlando Monteiro Alves, o vice-presidente de futebol, decidiam sem lhe comunicar ou deixá-lo intervir (O ESTADO DE SÃO PAULO, 10/07/1981, p.19). Seu afastamento inicialmente estava previsto para durar seis meses. Mas, em setembro de 1981, Matheus entregou sua carta de demissão ao então presidente do Conselho Deliberativo, Mário Campos, elemento fiel de seu agrupamento político dentro do clube. O jornal “O Estado de São Paulo” noticiou tal demissão como uma tentativa de Matheus de organizar sua retomada do poder, já que quando o mesmo estava numa gestão com Waldemar Pires, este teria limitado seu poder, sendo necessário para reverter essa situação um possível golpe futuro (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/9/1981, p.22). A “Folha de São Paulo”, por outro lado, anunciou essa possibilidade apenas como uma desconfiança de alguns conselheiros do Corinthians,

³⁰ A Taça de Ouro era o campeonato nacional de futebol organizado pela CBF naquele momento. Contava com a participação de clubes de diversos estados. A forma de classificação era dada a partir dos campeonatos estaduais. Aqueles que ganhavam a Taça de Prata, equivalente à segunda divisão do campeonato nacional, tinham o direito de entrar na disputa da Taça de Ouro.

lamentando apenas que a política interna do clube continuava a atrapalhar seu desempenho nos gramados. É nesse momento em que se processou uma reorganização no bloco do poder corintiano. Matheus tentou destituir Waldemar Pires da presidência do clube, mas este resistiu, ao lado de Orlando Monteiro Alves, fortalecendo essa aliança (O ESTADO DE SÃO PAULO, dia 17/9/1981).

A saída de Matheus aprofundou o clima de crise que era noticiado pela imprensa paulista. Ao final de outubro, a campanha do clube no campeonato paulista continuava bem aquém dos demais times da capital. A responsabilidade por isso era tanto atribuída aos maus negócios realizados por Matheus (O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/10/1981, p. 46), quanto ao insosso início da gestão de Waldemar Pires.

Numa tentativa de melhorar a campanha do clube e tentar possivelmente alavancar a possibilidade de título no campeonato, Waldemar Pires contratou o técnico Mário Travaglini, indicação do próprio interino Julinho, que alegava que este conhecia bem o campeonato paulista, sendo capaz de fazer a equipe corinthiana se recuperar (O ESTADO DE SÃO PAULO, 28/10/1981, p. 37). A contratação de Travaglini também fazia parte de uma série de mudanças que se procederiam no clube, que estavam nesse momento sendo especuladas pela imprensa (FOLHA DE SÃO PAULO, 28/10/1981, p. 26). Entretanto, a indicação deste nome causou alguma surpresa, já que este não era um técnico de larga experiência com times “grandes” do país ou mesmo de nível de seleção brasileira.

Nesse caso, é importante fazer um parêntese para atentar para as pessoas que exerceram papel de técnico do Corinthians: Oswaldo Brandão, Mario Travaglini, Zé Maria, Jorge Vieira, Jair Picerni, Carlos Alberto Torres – todos estes técnicos novos, sem muita expressão ainda como treinadores ou títulos significativos. As contratações de Zé Maria e Jair Picerni foram, declaradamente, em função do acordo que estes teriam com o sistema de funcionamento do clube, ao invés de sua competência técnica para ocupar tal função. A contratação de Jorge Vieira guarda relação com o fato de ele já conhecer o clube corintiano e de já ter sido técnico de Sócrates no clube Botafogo de Ribeirão Preto, sendo, portanto, aprovado por essa liderança do elenco. Ressaltamos este fator por merecer algum destaque, já que a presença de técnicos não muito experientes foi um fato constante durante a

Democracia Corinthiana e isso é um elemento que pode ajudar a entender a aceitação destes no sistema que foi se desenvolvendo no Corinthians³¹.

Como mais um passo nas mudanças empreendidas por Waldemar Pires à frente da gestão corinthiana estava prevista a contratação de um diretor para o departamento de futebol profissional. A imprensa esportiva, neste momento, já anunciava a saída de Orlando Monteiro Alves da vice-presidência de futebol, sendo substituído por um nome mais tradicional dentro do clube e do futebol paulista, como João Mendonça Falcão – que já havia sido presidente da Federação Paulista de Futebol. No entanto, ao invés disso, a aliança com Orlando Monteiro Alves era reforçada, com a indicação de seu filho ao cargo de diretor de futebol. Adilson Monteiro Alves, sociólogo formado pela Universidade de São Paulo, 37 anos, era sócio do clube desde criança, entretanto, não tinha experiência alguma com a gestão de futebol. Mas esta inexperiência não foi obstáculo para que ele pensasse diversas mudanças na gestão do departamento de futebol do Corinthians. Já em sua apresentação, no dia 5 de novembro de 1981, deu uma declaração informando as alterações que faria na gestão do Corinthians

No momento, nossa preocupação é tranquilizar o ambiente. **Ano que vem, poderemos fazer um trabalho de profundidade, organizando o departamento de baixo para cima**, com opinião de jogadores e comissão técnica, pois são eles que fazem o futebol e não a diretoria (FOLHA DE SÃO PAULO, 5/11/1981, p. 29, grifo nosso).

Nessa fala retratada pelo jornal Folha de São Paulo, fica evidente o sentido de uma liderança menos autoritária, entendido pelo dirigente até como democratizante, que já estava em curso no Corinthians. Tal sentido é mais explícito se combinarmos essa análise à

³¹ Florenzano (2010) analisa a presença de Mário Travaglini como elemento fundamental da consolidação da Democracia Corinthiana devido à disposição deste em recorrer ao diálogo nos clubes em que ele trabalhava. Tal conclusão é ratificada por uma reportagem do ano de 1980, na qual o técnico afirmava isso. Para nós, entretanto, mais importante do que sua característica individual de valorizar a relação com os jogadores, uma particularidade entre os técnicos que passaram pelo comando da equipe corinthiana nas duas gestões de Waldemar Pires, a característica que permite englobar todos os técnicos para num conjunto que permita pensar a consolidação e continuidade da Democracia Corinthiana – incluindo o seguinte, Jorge Vieira, que afirmava ser o bastião da disciplina – seria o fato de, apesar de todos os esforços da diretoria de contratar jogadores consagrados, de “nível de seleção brasileira”, os técnicos eram desprovidos de grande expressão no meio futebolístico.

reportagem do jornal “O Estado de São Paulo”, em que Adilson Monteiro Alves disse que, já nessa primeira reunião, ficara seis horas conversando e ouvindo os jogadores (O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/3/1982). Entretanto, o que é importante destacar é que as mudanças em si, na estrutura organizativa do departamento, seriam realizadas apenas no ano seguinte, e não no ato imediato da posse de Adilson. Nesse sentido, por mais que possamos perceber que o intento de abertura, predestinado nas falas de Waldemar Pires durante a eleição daquele ano, teria espaço para ser encorpada, ao menos no interior do departamento de futebol, a partir da posse de Adilson, isso só aconteceria no ano seguinte. Tal elemento reafirma a questão, ainda não respondida, sobre o surgimento dos procedimentos de discussão e votação no interior do Corinthians, que a bibliografia sobre a Democracia Corinthiana e a pesquisa das fontes documentais consultadas não responderam.

Apesar de essa declaração ter passado despercebida inicialmente por parte da imprensa – “O Estado de São Paulo” sequer a comenta, deixando apenas uma linha ao anúncio da indicação de Adilson ao departamento de futebol – nota-se um sentido de continuidade e aprofundamento da proposta defendida por Waldemar Pires em sua campanha para presidência do clube. Algo no sentido da racionalização da gestão, ainda que naquele momento os rumos desse processo estivessem mais incertos e a campanha indesejada no paulista não tivesse ajudado a legitimar essa ideia.

Ao final de 1981, a campanha ruim no paulista é confirmada com a não classificação do clube para a Taça de Ouro, fazendo com que fosse disputar a Taça de Prata, equivalente à segunda divisão do torneio. Como forma de anunciar que as mudanças iriam acontecer, logo nos primeiros dias do ano de 1982, Adilson Monteiro Alves realizou uma reunião de mais de uma hora e meia entre comissão técnica e jogadores, em que ele delineou o que seria o seu método de gestão: “*Vamos estabelecer um diálogo franco e honesto com todos, só tomando decisões após as observações da comissão técnica e **consulta** a cada um dos jogadores sobre o que prefere em seu futuro profissional*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 8/1/1982, p. 32, grifo nosso).

Tal discurso demonstrou muito do que foi o sentido de uma filosofia de trabalho mais dialógica, posteriormente aprofundado, nas gestões nas quais Adilson

Monteiro Alves esteve no Corinthians. Nesse momento, ainda era um sentido a ser aplicado e desenvolvido. Evidentemente, questões como quando e em que circunstâncias esse sentido se intensificou, para a realização das mais diversas votações e dos mais inusitados debates, quando a aliança entre o jogador Sócrates e Adilson Monteiro Alves se consolidou, ainda estão em aberto, sendo que procuraremos discuti-las mais profundamente no quarto capítulo, atentando para este sentido de modernização em curso, e em que medida ele se apresentava enquanto um projeto de modernização e um estilo de liderança menos autoritário.

Em conjunto com as reuniões realizadas por Adilson com os jogadores, Waldemar Pires anunciou outras mudanças dentro do clube. Em fevereiro, o presidente afirmou que apresentaria um balanço de seu primeiro ano de gestão, e que neste estaria um superávit de quase Cr\$140 milhões, inusitados para o momento de crise econômica e para o Corinthians (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/2/1982, p. 27). Tal iniciativa se encaixava nos seus planos como parte de uma política de abertura e, de certa forma, de transparência dentro do clube. Como parte dela também, Pires afirmou que organizaria um conselho de orientação, composto por empresários especializados em áreas distintas para auxiliar a administração do Corinthians (O ESTADO DE SÃO PAULO, 17/1/1982, p. 26). A partir daí, também ficou inequívoco, como enfatizaremos no próximo capítulo, um sentido diferente na forma de se pensar a gestão do clube de futebol, apontando para a especialização, a modernização e profissionalização, no sentido de racionalização da mesma.

A boa campanha na Taça de Prata, que rendeu a classificação até o quadrangular final da Taça de Ouro, foi frequentemente elogiada pela imprensa (O ESTADO DE SÃO PAULO, 9/3/1982, 10/3/1982, 17/3/1982). Neste contexto, o jornal “O Estado de São Paulo”, que até então não havia dedicado muitas linhas às mudanças empreendidas por Adilson Monteiro Alves, lançou uma reportagem atribuindo o sucesso do Corinthians ao comando dele frente ao departamento de futebol do clube (“No sucesso do Corinthians, um sociólogo”, O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/3/1982). A reportagem atribuiu o bom funcionamento do clube à política de abertura de Waldemar Pires, que foi

intensificada e aprofundada por Adílson Monteiro Alves, numa boa relação entre este e o técnico Mario Travaglini e o preparador físico Hélio Maffia.

Segundo Adilson Monteiro Alves, o primeiro passo para o bom entrosamento foi o conhecimento de seu ambiente de trabalho, iniciado com uma apresentação aos jogadores, que estava prevista para durar dez minutos e se alongou por seis horas, em que *“todos os jogadores falaram e pude sentir os problemas do time. Havia um conflito de autoridade e por isso, tratei de conquistar a confiança do grupo e me integrar a ele”* (“No sucesso do Corinthians, um sociólogo”, O ESTADO DE SÃO PAULO, 21/3/1982). Ele enfatiza o ambiente de união criado dentro do grupo e sua política de valorização dos jogadores do plantel. Um exemplo por ele citado é a renovação do contrato de Vladimir, jogador que estava há dez anos no clube e que não tinha um salário condizente com sua dedicação e futebol. O novo acerto realizado pela diretoria alterou seu salário de cem mil cruzeiros por mês para duzentos e trinta mil cruzeiros.

4.1.2 A vitória do projeto da abertura e da democracia

Em julho de 1982 o Corinthians estreia no campeonato paulista, no qual mantém uma boa campanha até outubro. No meio desse período, o presidente do conselho deliberativo do Corinthians, Mário Campos, aliado de Vicente Matheus, chamou uma reunião em que, apesar de ter outro pretexto – uma irregularidade num contrato firmando entre o Corinthians e o Bradesco –, intentaria derrubar Waldemar Pires da presidência do clube (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/7/1982, p. 24). A tentativa de golpe foi condenada pela maioria do conselho deliberativo, e isso fortaleceu a gestão de Waldemar Pires à frente do clube. Outro elemento que enfraqueceu possíveis empreitadas semelhantes no futuro foi a renovação do contrato de Sócrates com o Corinthians. Tal se deu com a proposta de que o Corinthians arcaria com uma parte de seu salário, e a outra adviria de contratos de publicidade (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/08/1982).

Entretanto, em outubro, a fase com bons resultados do Corinthians entrou em declínio, com diversas derrotas consecutivas. Esses resultados, conjugados às tentativas de

golpe de um grupo do conselho deliberativo, fizeram com que os integrantes do grupo de Waldemar Pires ficassem preocupados com a integridade da gestão. O jornal “O Estado de São Paulo” comentava que o clube teria se endividado muito, e estaria ameaçado a pagar títulos de protesto no cartório (O ESTADO DE SÃO PAULO, 7/10/1982). Em meados do mês de outubro, a equipe realizou uma reunião para discutir a decadência do time. Este mesmo jornal apontou esta má fase sendo consequência de deficiências como “*falta de autoridade, excesso de otimismo, fatalidades, melhor desempenho do adversário*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 15/10/1982, p. 28). O posicionamento do veículo de comunicação começava a explicitar qual seria o posicionamento ambíguo do mesmo frente aos acontecimentos da Democracia Corinthiana: ao passo que elogia as mudanças de gestão e de racionalização do clube, por outro lado, criticava as iniciativas empreendidas do projeto de “abertura”. Por isso, mais do que afirmar que tal jornal apresentava-se contrário ou favorável ao movimento, é importante, como tentamos demonstrar, apreender o sentido duplo do posicionamento deste frente ao movimento.

Em novembro, o clube se recuperou dessa má fase e chegou à final do Campeonato Paulista. O enfoque dado pela imprensa paulista em sua abordagem sobre a decisão desse título era centrada nos aspectos da gestão do clube corinthiano. O jornal “O Estado de São Paulo” enfatizou uma fala de Sócrates, na qual ele dizia que a luta por títulos era a luta por maior liberdade, na medida em que a obtenção da vitória no campeonato paulista significaria a legitimação da gestão corinthiana. Entretanto, nessa reportagem, o foco do jogador era afirmar que neste momento a Democracia Corinthiana questionava pilares importantes do futebol, como a obrigatoriedade de concentração antes das partidas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/12/1982, pp. 52-53). Este jornal retratou, também, uma fala de Waldemar Pires sobre o projeto de “abertura” que estava em curso, na qual ele afirmava que “*O Corinthians é uma grande empresa e como tal, não pode ser dirigida de forma ditatorial e por um único homem*” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 12/12/1982, pp. 52-53). Nessa fala, ele defendia que o modelo de gestão da abertura era aquele que se adequava às necessidades da empresa Corinthians. Na mesma entrevista, ele ponderava a importância e a eficiência desse projeto também em função da política de valorização dos contratos de jogadores e a adesão à publicidade como equalizadora das receitas financeiras

corinthiana, no qual o clube fechara um acordo de mais de duzentos milhões de cruzeiros. O título é encabeçado como “vitória da abertura” e da “eliminação da concentração” (O ESTADO DE SÃO PAULO, 14/12/1982, p. 21).

A “Folha de São Paulo” tomou uma linha semelhante, ao enfatizar os aspectos positivos da gestão corinthiana, como o fato de o time ser bem organizado economicamente, por possuir arrecadação de bilheteria altamente rentável, bons contratos publicitários, como o que foi assinado para os jogos da final do campeonato com a marca Bombril, por dez milhões de cruzeiros, afirmando que o projeto de abertura da diretoria superara as expectativas neste momento – no qual tal filosofia de trabalho ainda estava sendo testada. Em tom otimista, o jornal afirmou que havia dúvida se o projeto vingaria, “mas cumpriram [uma parte]. E Adilson pode organizar, com a comissão técnica e os jogadores, uma corrente de força, capacidade, união e solidariedade, luta e disposição de vitória” (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/12/1982, p. 44). A notícia do título paulista corinthiano é intitulada com uma frase de Sócrates “**Vitória da Democracia, diz Sócrates**” (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/12/1982, p. 24).

No quinto capítulo, discutiremos o sentido que democracia pode significar aos jogadores e dirigentes. Entretanto, ao que o jornal indicou, no ano de 1982, em que o próprio *slogan* da Democracia Corinthiana ainda não estava consolidado, mas que estava imerso numa conjuntura em que se discutia a distensão do regime e de ascensão do movimento sindical, o sentido do termo indica um significado de democratização das relações de trabalho. Dessa forma, o sentido da matéria do jornal é que os jogadores estavam tendo voz e suas reivindicações estavam sendo ouvidas pela diretoria. Nesse caso, ao entendermos o Corinthians como uma empresa, podemos vislumbrar uma analogia com os jogadores, como funcionários desta, que reivindicavam melhores condições de trabalho. Esta discussão será aprofundada em capítulos posteriores.

4.1.3 De “projeto de abertura” à “Democracia Corinthiana”

O Corinthians adentra o ano de 1983 com bastante otimismo, apesar do “escândalo” promovido por Casagrande ao final de dezembro do ano anterior, quando ele fora apreendido pela polícia com posse de substâncias ilícitas. Apesar desta situação, o clube começou bem o ano, com orçamento equilibrado para a realização de contratações de reforços importantes para o elenco da equipe. A primeira delas é a do goleiro Leão. Tal contratação teve caráter surpreendente, em função da reputação de Leão, conhecido por ser causador de problemas. Por isso, esta é retratada pela imprensa paulista como uma grande polêmica interna ao clube. O jornal “O Estado de São Paulo” notificou esse fato como a criação de um alarme entre jogadores, com a possibilidade de que a vinda do atleta pudesse revogar atmosfera de união no clube (O ESTADO DE SÃO PAULO, 4/2/1983, p. 21). A “Folha de São Paulo” noticiou que havia se estabelecido um ambiente inóspito no clube para receber Leão. Como ilustração desse quadro, esse veículo retratou as falas de Solito, o goleiro titular até então, que disse que fora traído pela diretoria do clube e a de Casagrande, que afirmou que tal decisão de contratação fora tomada sem a consulta a todos os jogadores (FOLHA DE SÃO PAULO, 4/2/1983, p. 20). A vinda de Leão teria sido decidida com a consulta apenas ao técnico Mário Travaglini, ao preparador físico Hélio Maffia, e aos jogadores Sócrates, Vladimir e Zé Maria.

Em Fevereiro de 1983 começaram as especulações sobre as eleições para a presidência do clube. Vicente Matheus afirmava desde então que seria candidato. Neste momento, ainda havia dúvida se Waldemar Pires tentaria a recondução ao cargo e, em caso afirmativo, não sabia também quem seria o candidato à vice de sua chapa.

A disputa no pleito eleitoral foi dada entre as chapas de Vicente Matheus e a de Waldemar Pires e Adilson Monteiro Alves. Esta última foi intitulada de “Democracia Corinthiana”. Seis torcidas organizadas, dentre elas a Gaviões da Fiel e a Camisa 12 se reuniram para traçar estratégias para mobilizar os associados para comparecer no Parque São Jorge para votar contra o Vicente Matheus. O jornal “Folha de São Paulo” promoveu um debate sobre esta eleição, demonstrando a relevância que esta tinha não só para o Corinthians, mas para a totalidade da sociedade brasileira, a partir do depoimento de diversos deputados, artistas e intelectuais brasileiros que não necessariamente eram

associados do clube, mas que se engajaram no nesse processo. Tal processo eleitoral pode ser encarado como uma metáfora política da disputa que viria a se travar na votação da emenda Dante de Oliveira. A chapa de Matheus, intitulada “Ordem e Verdade”, poderia ser identificada como o braço no Corinthians daqueles que defendiam a continuidade da “Revolução” de 1964³². Enquanto isso, a chapa da Democracia Corinthiana representava o ideário daqueles que defenderiam a aceleração do processo de reabertura democrática do país. Entretanto, como vimos nas partes anteriores deste capítulo, a polarização “ditadura vs. democracia” tinha peso na realidade, mas ocultava e dissimulava a oposição que existia entre modelos de desenvolvimento e rumos para a transformação social no país. Nesse sentido, a oposição entre os blocos, e as próprias contradições que se manifestavam no interior destes mesmos, também permeava essa disputa interna no Corinthians.

Assim sendo, as contradições podem ser explicitadas ao destacarmos o apoio que a Rede Globo promoveu à campanha da “Democracia Corinthiana”. Esta emissora colocou à disposição seu departamento de Marketing a favor da chapa. Forneceu propagandas na TV e no rádio ao longo do dia da eleição, chamando os associados corinthianos a votarem (FOLHA DE SÃO PAULO, 3/3/1983, p.32). O diretor da Rede Globo, José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, entrou como integrante desta chapa.

Como veremos no capítulo seguinte, Washington Olivetto tinha planos que postulavam positivamente alianças com a Rede Globo, no sentido de promover o Corinthians como uma empresa viável. Para a emissora, grande interessada na comercialização do futebol, era interessante se aliar ao Corinthians; em primeiro lugar, para obter facilidades no processo de negociação da transmissão dos jogos deste clube, um dos mais populares do país; em segundo, porque com exibição ao vivo das partidas de futebol pelas telemissoras, era importante defender um modelo de campeonato bem organizado, cujo calendário fosse mais fixo – ainda que acomodando os interesses de horários das redes televisivas – e que congregasse clubes de maior audiência, e, por isso, aliar-se a uma diretoria que defenderia essas ideias era bastante plausível.

³² Interessante lembrar que a chapa de Matheus no início da década de 1970 retomava a ideia da Revolução no Corinthians, em clara alusão ao processo que tinha ocorrido na política brasileira em 1964.

O fato de a Democracia Corinthiana colocar bandeira da redemocratização em evidência também não necessariamente se colocaria como um impeditivo para essa aliança – apesar da Rede Globo ter, como relata Florenzano (2003), escondido as imagens dos comícios das "Diretas-Já". Isso porque ser a favor da democracia, nos anos 1980, era uma postura política de quase todos os partidos e setores da sociedade. A diferença se colocava apenas no entendimento de como deveria se alcançar essa democracia e como ela deveria funcionar. Dessa forma, o corpo que a Democracia Corinthiana como projeto de marketing político não extrapola os limites da aliança com setores conservadores como a Rede Globo (ou mesmo Romeu Tuma Jr., um dos candidatos da chapa Democracia Corinthiana ao Conselho Deliberativo). A disputa interna que se manifestou no clube transbordou as fronteiras do clube e a politização do debate foi apropriada pelo debate político nacional.

A campanha eleitoral tomou grandes níveis, obrigando Matheus a comprar uma hora de programa na TV Gazeta, e a chapa da situação conseguiu colocar um *jingle* de campanha para ser reproduzido o dia inteiro da eleição na rádio Excelsior, da Rede Globo (FOLHA DE SÃO PAULO, 4/3/1983, p.26). Estima-se que a campanha da chapa da situação custou em torno de vinte milhões de cruzeiros, enquanto da oposição foram cinquenta milhões de cruzeiros (FOLHA DE SÃO PAULO, 5/3/1983, p.30).

Esta eleição tomou dimensões para além do clube de futebol. Estavam presentes e passaram pelo Parque São Jorge, naquele dia, muitos políticos nacionais. Romeu Tuma, ex-diretor da extinta Delegacia Estadual de Operações de Segurança (DEOPS), era membro da chapa “Democracia Corinthiana”. Ricardo Izar, do PDS, apoiador da mesma chapa, ressaltou o caráter suprapartidário desta, que congregava desde o PDS ao PT. Eduardo Suplicy, do PT, também manifestou seu apoio à chapa. Ele afirmou que apesar de ser santista, o espírito dos jogadores de quererem participar da gestão tinha muitas semelhanças ao projeto defendido pelo PT, que reivindica a participação dos trabalhadores. Passou por lá também, demonstrando seu apoio à chapa da situação, Rogê Ferreira, do PDT. Wadih Helu e Nabi Chedid, ambos deputados estaduais, também votaram, sendo que o primeiro votou na chapa da situação (FOLHA DE SÃO PAULO, 7/3/1983, p. 13). A presença desse amplo arco de alianças explicitava que a defesa da

democracia no projeto da situação podia adquirir sentidos bastante diversos, desde a participação dos trabalhadores na gestão – que também não necessariamente implica a mudança de rumos em favor desses últimos – até o entendimento da democracia enquanto uma das táticas possíveis para realizar o projeto de gestão pretendido.

Após esse processo no qual a chapa da “Democracia Corinthiana” sagrou-se vitoriosa, o desempenho na Taça de Ouro declinou. Por isso, começo a se constituir um ambiente de crise dentro do Corinthians. Em meados de março de 1983, a crise se concretizaria anunciada a partir das falas de Mário Travaglini, que imputava ao clube a necessidade de “*menos conversa e mais futebol*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/03/1983, p. 22).

4.1.4 A radicalização da abertura

O mau desempenho na Taça de Ouro fez com que a atmosfera otimista durante o pleito eleitoral fosse interrompida. Muitas críticas foram atentadas à Democracia Corinthiana. Adilson Monteiro Alves as rebatia dizendo que a experiência havia sido ratificada pela sociedade e pelos associados do clube, mas que, no entanto, estava tendo alguns problemas nesse período de transição

algumas críticas e informações apressadas [são] reflexo do que representa a experiência corinthiana numa estrutura conservadora, em alguns momentos reacionária, como é a do futebol. Tem gente que não consegue compreender o que está acontecendo, avança informações que não têm nada a ver com a realidade. Nós mesmos, que somos a favor da mais plena democracia, às vezes temos dificuldade em dar respostas aos problemas. Imagine quem não gosta de democracia e viveu vinte anos sem exercitá-la. Não pensei nem por um instante em renunciar e já criaram a minha demissão. Dizem que a experiência da abertura está sendo votada e ela é a única coisa que tem unanimidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/3/1983, p. 22).

A crise culmina na saída do técnico Mário Travaglini. Nessa ocasião, o jornal “O Estado de São Paulo” criticou duramente a Democracia Corinthiana. A matéria, intitulada “A ‘**democracia**’ que Travaglini não quis” (O ESTADO DE SÃO PAULO,

30/3/1983, p. 30) dizia que a saída do técnico seria um alívio para parte do elenco, já que ele impunha restrições ao consumo de álcool e às regras da concentração. Dessa forma, a equipe estaria passando por uma crise de autoridade e não conseguiria resolver o problema de falta de disciplina dos jogadores e o ápice desse processo cansou Mário Travaglini, tornando-o indisposto a colaborar com o “projeto de abertura” do Corinthians.

Essa notícia é anunciada pelo jornal “A Folha de São Paulo” com um tom diferente, colocando no cansaço e no desânimo como o motivo da demissão do técnico, mas, ponderando que ele teria garantido que a democracia não tinha nenhuma relação com a sua decisão:

E Travaglini se preocupou nas suas explicações em não comprometer o projeto corinthiano, de democratizar as relações dentro do futebol(...) ‘e também não aceito que utilizem minha saída para denegrir a experiência que se faz no Corinthians. Aliás, essa vivência democrática e aberta que tivemos neste ano e meio não me foi novidade. Sempre agi assim, seja no Palmeiras, no Vasco da Gama ou no Fluminense. Simplesmente estou cansado (...) conversei com o Adilson antes do jogo contra o Bahia, ratifiquei minha decisão após a partida e a mantive na segunda de manhã. Só hoje [ontem] participei de um encontro com Zé Maria, que fora escolhido para me substituir (...). A minha participação nesse processo está encerrada e, por isso, não vou falar contra a experiência que vivemos. Não vou cuspir no prato que comi e do qual gostei muito’ (grifos nossos FOLHA DE SÃO PAULO, 30/3/1983, p. 28).

Apesar da “Folha de São Paulo” ter tido uma opinião mais positiva acerca deste fato, em comparação com a visão do jornal “O Estado de São Paulo”, no dia seguinte foi publicado nela um artigo de Galeano de Freitas, em que este criticou a Democracia Corinthiana, por causa da confusão que ela operaria entre democracia e anarquia, dizendo que em parte os partidos políticos são responsáveis por essa confusão, já que não ajudam a clarificar o conceito. Para ele, no Corinthians, há diversos níveis de militância: o povo (nação corinthiana); os sócios; diretoria e conselho deliberativo; funcionários (jogadores). A democracia, portanto, teria que seguir estas regras, senão ela não funcionaria. Regras que a diferenciem de uma antidemocracia e de uma ditadura (que seria o que teria se estabelecido com a decisão de colocar Zé Maria como técnico). A declaração de Sócrates, por isso, constitui um equívoco. Portanto, para ele a democracia não pode existir só no nível dos jogadores, tem que existir a consulta e abarcar os diversos níveis organizados do

clube (FOLHA DE SÃO PAULO, 31/03/1983, p. 24, “A democracia e a nação corinthiana”, Galeano de Freitas).

Como a reportagem explicitou, no lugar de Mário Travaglini entrou o jogador e vereador (de São Paulo, pelo PMDB) Zé Maria. Para alguns, a entrada de Zé Maria significava a verdadeira radicalização do processo democrático no Corinthians, como afirmava Sócrates, que “*a maior vitória do nosso trabalho até agora – a presença de Zé Maria como novo treinador*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/3/1983, p. 28) – opinião semelhante à de Vladimir. Para outros, isto era a demonstração do fortalecimento de uma ala minoritária do clube, como resultado das reclamações do treinador, que

teria manifestado sua insatisfação com a ‘democracia dos quatro’ – referência às muitas reuniões que Adilson manteve nos últimos tempos com Sócrates, Vladimir e Casagrande – além dos atos de indisciplina, do episódio envolvendo a viagem ou não para o Rio na véspera do jogo contra o Fluminense [e dia da eleição no Corinthians], o debate sobre o uso de uniformes nas viagens; e os desentendimentos em torno da contratação de Leão com jogadores protestando publicamente (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/3/1983, p. 28).

Sócrates e Gozzi (2002) e Florenzano (2003) retomam esse fato como a criação de uma autogestão no Corinthians (SÓCRATES e GOZZI, 2002). Entretanto, tal ideia de autogestão dos atletas minimizou o papel da própria diretoria do clube na escolha de Zé Maria como técnico e não relatou os percalços e limitações que essa decisão ocasionou, como abordaremos a seguir.

Nesse momento, a “Folha de São Paulo” publicou um editorial no jornal elogiando a Democracia Corinthiana, num momento em que também começava a ser organizada a campanha pelas eleições diretas para presidência da República pelo país todo.

a ideia democrática extravasa o círculo das elites políticas e começa a cativar a imaginação de amplas camadas da sociedade. (...) Nem os jogadores de futebol confundem-se com alguma vanguarda de massas, nem seria razoável estabelecer qualquer sorte de ligação entre a sorte dessa abertura futebolística e a daquela empreendida pelo país no âmbito das instituições políticas. O que há de fato no Corinthians é simplesmente a tentativa de substituir a disciplina do colégio interno a qual eram submetidos os jogadores – ali como em todos os clubes – por um regime adulto, vale dizer, baseado na autodisciplina. E, ligada a isso, uma experiência de participação dos atletas referentes à equipe que integram (...). Os protagonistas da experiência decerto não alimentam a ilusão de que democracia é

uma receita tática para ganhar campeonatos de futebol. Realisticamente, a Democracia Corinthiana já teria sido um sucesso se provar que a dignidade dos jogadores não é incompatível com a boa administração nem com a disciplina esportiva. O significado, em todo caso, é que a palavra democracia foi usada por jogadores, dirigentes e pela grande torcida corinthiana para descrever, com uma conotação positiva esse processo inovador. Sinal de que a ideia democrática vai sendo mais amplamente identificada com formas menos opressivas e mais racionais de convivência, na vida cotidiana assim como na política. Também nós vamos torcer a favor (“Democracia em campo”, FOLHA DE SÃO PAULO, 1/4/1983, p. 2).

A presença de Zé Maria como técnico foi noticiada pela “Folha de São Paulo” com entusiasmo. Entretanto, se faz necessário distinguir o que são as motivações inerentes ao discurso desse jornal e aquelas presente na fala de alguns jogadores. Isso é importante para visualizarmos a complexidade do que foi o movimento da Democracia Corinthiana. No caso da posição do jornal, há uma apologia ao método modernizante da gestão do Corinthians, que desenvolvia as relações de trabalho no futebol – a transição do artesão da bola para o operário da bola – combinadas ao desenvolvimento da “autodisciplina”. A essa forma de “boa administração” combinada à disciplina se circunscreve também a posição moderada da “Folha de São Paulo” sobre a necessidade da reabertura democrática para resolver a crise de desenvolvimento do país, desde que não fosse acompanhada de radicalizações. Podemos entender as distinções desses discursos como frutos semelhantes às disputas que se configuravam dentro do próprio polo democrático sobre quais deveriam ser os rumos da reabertura no Brasil, como descrevemos no segundo capítulo.

4.1.5 O retorno da hierarquia à Democracia Corinthiana

A permanência de Zé Maria no cargo de técnico se deu até maio de 1983, quando o Corinthians contratou Jorge Vieira para seu lugar. Nesse período, o clube passou por um período de instabilidade, em que Adilson Monteiro Alves foi muito criticado. Waldemar Pires admitiu que o vice-presidente tivesse sido precipitado no episódio da demissão de Mário Travaglini, pois deveria ter consultado o ex-treinador e o presidente para fazer a reunião na qual foi sugerido o nome de Zé Maria (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/04/1983, p. 26). Apesar disso, o presidente garantiu que a democracia continuaria:

o consenso demonstrado por nossos conselheiros nessa oportunidade nos leva a concluir que o movimento democrático implantado no Corinthians transformou-se num processo importante. Ele vai continuar e talvez servir de exemplo para outros clubes brasileiros. Se no passado as reuniões eram bastante conturbadas, a tranquilidade agora é indicação segura de que reina a harmonia no Parque São Jorge (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/04/1983, p. 24).

A permanência de Zé Maria entra em discussão no início de maio. Embora Adilson Monteiro Alves inicialmente tivesse uma posição favorável à permanência do vereador enquanto técnico, a decisão tomada foi em favor da vinda do técnico Jorge Vieira, que já havia treinado o Corinthians ao final da década de 1970, sendo campeão paulista de 1979. Também não era um técnico de muito "prestígio", tendo saído do Corinthians naquele momento, para ir treinar um clube da Arábia Saudita (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/05/1983, p. 24).

Entretanto, a vinda de Jorge Vieira fora estabelecida com algumas condições de trabalho, em especial acerca do sistema de funcionamento da Democracia Corinthiana, em que o técnico teria deixado claro que não abriria mão do poder de decisão: *“sou um homem de diálogo, mas tudo tem limite. Existe a última palavra, o poder de decisão, que é do técnico. Tem que haver disciplina, respeito e hierarquia. Sem isso, não existe progresso e não poderei trabalhar”* (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/05/1983, p. 24). Ao chegar ao comando do Corinthians, Jorge Vieira mostrou-se disposto a tentar e testar o sistema da Democracia Corinthiana. Nesse sentido, o próprio regime de concentração antes das partidas poderia ser abolido, contanto que não prejudicasse seu trabalho e o desempenho da equipe.

Relevante foi também a declaração de Leão acerca da contratação de Jorge Vieira, em que, antes mesmo da diretoria conversar com o elenco, já havia a definição do escolhido, questão enfatizada pelo goleiro, como ilustração da não consulta aos demais jogadores no momento dessa decisão. Um repórter perguntava a Leão se ele conversaria com outro técnico [Ênio Andrade] para averiguar a possibilidade de ele treinar o clube. O diálogo entre o Leão e o repórter se procedeu de maneira em que Leão afirmava que *“conversar com o Ênio, por quê? se o time já tem outro técnico? (...) Fomos avisados*

agora nesta reunião pelo Adílson". O repórter retrucava se eles tinham sido avisados ou se tinham participado da escolha. Leão terminava com "*Fomos comunicados, simplesmente*" (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/05/1983, p. 24).

Após uma campanha decepcionante na Taça de Ouro e um início de Campeonato Paulista moroso, no segundo semestre de 1983, a imprensa já detectava uma nova crise dentro do clube. Nesse sentido, como em todos os momentos de instabilidade, a questão da democracia entrava em xeque. Mas, os dirigentes ainda afirmavam que a democracia continuaria. A vinda de Jorge Vieira tinha que começar a demonstrar resultados. Entretanto, o que aconteceu foi um desgaste entre Sócrates e o mesmo. O jogador chegava atrasado e o técnico queria puni-lo por causa disso. O problema se intensificava na medida em que nem mesmo a diretoria apoiava plenamente essa iniciativa de penalizar o jogador, como também o próprio recusava a se submeter a esse tipo de regime disciplinar imposto (FOLHA DE SÃO PAULO, 3/8/1983, p. 24 e 6/8/1983, p. 24).

Após a volta de uma excursão ao Japão, o Corinthians já se encontrava em uma melhor fase dentro do Campeonato Paulista, e nesse momento não se falava muito na Democracia Corinthiana. O técnico dizia que no início tinha sido estranhado pelo elenco, devido ao seu método de trabalho, mas que estava trazendo vitórias, e que o resultado final seria o título do paulista (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/11/1983, p. 30).

A boa fase do Corinthians o leva à disputa e vitória da final do Campeonato Paulista sobre o São Paulo. A vitória é saudada como feito da Democracia Corinthiana, que voltou a ocupar as manchetes das matérias de jornais. No último jogo da final, os jogadores tinham entrado com uma faixa no campo com os escritos "Ganhar ou perder, mas sempre com democracia", sendo esta última palavra destacada em vermelho. Dessa forma, a vitória da democracia saudava também um momento de liberdade de expressão no futebol e a apologia à reabertura democrática (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/12/1983, p. 30). Entretanto, esta faixa foi polemizada por Jorge Vieira, que não concordava com toda aquela apologia à democracia, já que seu trabalho não apresentava, segundo o mesmo, nada de excepcional do que ele costumava fazer em outros clubes (FOLHA DE SÃO PAULO, 16/12/1983, p. 24).

4.1.6 A Nação [Corinthiana] Frustrada³³

A virada de ano de 1984 foi conturbada no Corinthians. Casagrande tinha dado declarações à imprensa sobre Leão, em dezembro de 1983, afirmando que este atrapalhava o ambiente de união dentro do clube e que se o goleiro não saísse, o atacante não continuaria no Corinthians (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/12/1983, p. 23). Após essas declarações, Leão decidiu sair do Corinthians, fato anunciado no início de janeiro do ano seguinte (FOLHA DE SÃO PAULO, 10/1/1984, p. 26). Este início de ano também é perturbado devido aos anúncios da possível venda de Sócrates, que permeavam as notícias de jornais de fevereiro até abril. Tais notícias pararam de ser veiculadas, na medida em que o foco do jornal tornou-se enfatizar a presença do jogador na campanha das "Diretas-Já".

Desde fevereiro, o Corinthians já discutia formas de apoiar a campanha pelas "Diretas-Já", como a possibilidade de assumirem o amarelo, cor da campanha, como parte do uniforme (FOLHA DE SÃO PAULO, 26/2/1984, p. 32). Em meados do mês de abril, conforme se aproximou a votação da emenda Dante de Oliveira, as notícias no jornal "Folha de São Paulo" intensificaram a relação da permanência de Sócrates no Brasil com a aprovação da referida emenda. A capa da seção esportiva de 17 de Abril dizia "**Sócrates fica no Brasil se diretas forem restabelecidas já**" (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/4/1984, p. 28), fazendo uma clara alusão à campanha das "Diretas-Já" e realizando, no interior dessa seção do jornal, uma cobertura acerca do ato realizado no centro da cidade de São Paulo, no qual participaram o Sócrates, Casagrande, Juninho, Ataliba, Vladimir e Adílson Monteiro Alves. Sócrates havia discursado neste ato apelando ao povo brasileiro apaixonado por seu futebol que "*se a emenda passar, não há dinheiro capaz de me tirar desse país. Nada pagará a alegria de poder partilhar as emoções deste povo*" (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/4/1984, p. 28).

³³ Subtítulo em alusão à manchete principal do jornal "A Folha de São Paulo" de 26 de Abril de 1984, dia seguinte a não aprovação da emenda Dante de Oliveira – "**A nação frustrada**".

No dia da votação da emenda Dante de Oliveira, em 25 de abril, a capa da seção esportiva do jornal “Folha de São Paulo” tinha como título um apelo à aprovação da mesma, relacionando à permanência de Sócrates no país: **"NÃO QUEREMOS QUE SÓCRATES VÁ EMBORA. Nós, do editorial de esporte da folha, e toda a torcida brasileira, esperamos que nosso maior ídolo de futebol fique no Brasil. Também por isso, diretas já"** (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/4/1984). Entretanto, a frustração da não aprovação da emenda, fez com que em pouco tempo, menos de um mês, Sócrates fosse vendido ao clube italiano Fiorentina, por cinco milhões de cruzeiros (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/5/1984, p. 28).

No campo de futebol, nesse momento, o Corinthians estava disputando a classificação para as fases finais da Taça de Ouro. A vitória sobre o Flamengo, que classificara o time para disputar a vaga na final contra o Fluminense, animou o elenco corinthiano e os ímpetus democráticos dentro do clube. Entretanto, o fracasso contra o outro clube carioca reascendeu a chama dos grupos opositores dentro do Corinthians - Roberto Pasquale, Vicente Matheus e Wadih Helu começavam a articular o fim da Democracia Corinthiana. Sobre isso, Adilson Monteiro Alves se defendia dizendo que não podia condicionar o valor e alcance do trabalho da democracia ao resultado dos jogos (FOLHA DE SÃO PAULO, 21/4/1984, p. 26). Entretanto, tal declaração, apesar de estar em sintonia com a faixa levada pelo Corinthians na vitória do bicampeonato paulista, não era condizente com as aspirações de sua gestão, em que o resultado lucrativo e profissional do clube dependia de bons resultados dentro de campo, entre outros elementos.

Após essa derrota, começava a se falar na demissão de Adilson Monteiro Alves (FOLHA DE SÃO PAULO, 29/5/1984, p. 26). O jornal ‘Folha de São Paulo’ respondeu a essas pressões internas dentro do Corinthians trazendo um apelo público à continuidade da Democracia Corinthiana, com a matéria intitulada **"A Democracia Corinthiana não pode acabar é o que exigem os jogadores, a torcida, os cartolas mais arejados, artistas, políticos e intelectuais de todo o país"** (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/5/1984, p. 24).

4.1.7 A Democracia Corinthiana na corda bamba

As dificuldades encontradas para dar continuidade ao trabalho, entre elas, as pressões internas ao clube, a dificuldade de Jorge Vieira em se adaptar às intempéries do trabalho liberal no Corinthians, geraram um clima de instabilidade, em que o próprio presidente Waldemar Pires começou a se organizar para reduzir o poder de Adilson Monteiro Alves e de seu pai, Orlando, especulando uma possível substituição do vice-presidente. Como forma de desarticular a Democracia Corinthiana, Waldemar Pires tomava medidas de vender ou emprestar seus principais líderes. Sócrates já tinha saído, Casagrande foi neste momento colocado à venda, Ataliba fora emprestado, negociava-se Juninho. Sobrariam poucas lideranças, como Zenon, Eduardo e Edson, além de Vladimir, e que não tomavam tanto a frente do elenco (FOLHA DE SÃO PAULO, 11/6/1984, p. 19).

O caso da venda de Casagrande foi a peça que desatou uma polêmica responsável pela demissão do técnico Jorge Vieira. No caso, Casagrande havia dado uma declaração na qual desrespeitava o treinador. Este tomou como iniciativa cortar o jogador da delegação que viajaria para Jamaica para uma excursão de amistosos contra a seleção local. Esta viagem foi programada ainda com o jogador Sócrates, cuja presença era cláusula de contrato. Quando este se recusou a embarcar caso o companheiro de trabalho não fosse, a medida tomada por Adilson Monteiro Alves, que viajaria junto com a delegação, foi de desacatar a decisão de Jorge Vieira. Este, então, não viajou e pouco tempo depois, foi demitido do comando da equipe alvinegra. Depois dessa viagem, Casagrande fora afastado do elenco corintiano, ficando sem jogar por quase dois meses, sendo posto a venda, contrário a sua vontade.

Esta tentativa de venda do jogador criou polêmica. Até porque o afastamento forçado de Casagrande era ilegal, já que este era da diretoria do sindicato e poderia ser demitido. Esta foi uma tentativa política de desarticular a vanguarda de jogadores insurgente no Corinthians, de modo tal que, enquanto era conveniente, não havia problema com a sua participação em atos políticos nacionais, a discussão dos rumos do clube, a opinião da mesma. Mas quando os problemas apertaram, a relação tornou-se tensa, praticamente inconciliável. Se pensarmos esse fato em seu momento histórico,

perceberemos que também a conjuntura brasileira já passava por um momento de reorganização da burguesia no poder, sendo tolhidas as grandes campanhas de rua.

Neste momento, ao mesmo tempo em que Adilson se dirige a Waldemar Pires, lembrando-o de que sua eleição também era em função de um tipo de trabalho que eles desenvolveram juntos, também sugere que o fato de o que eles conseguiram desenvolver, além da vontade política e convicções, também foi em função de certo vazio de poder dentro do clube. Adilson Monteiro Alves se queixava daqueles que queriam acabar com seu trabalho:

Não sei onde essa gente estava quando o Corinthians ia jogar em Alagoinhas pela Taça de Prata, ou quando o clube estava sem basquete, ou quando não tinha dinheiro para obras. Eles surgem agora, interessados em conseguir subsídios políticos. Este não foi o grupo eleito pelos associados (FOLHA DE SÃO PAULO, 13/6/1984, p. 26).

Essa declaração de Adilson tem efeito: no mesmo dia, Waldemar Pires afirma que a Democracia Corinthiana continuará, com a contratação de outro técnico, Jair Picerni: "ela é de todos nós e nada será capaz de derrotá-la". A escolha do nome de Picerni demonstrava que a parceria com Adilson Monteiro Alves permanecia, já que esta era a indicação defendida pelo sociólogo (FOLHA DE SÃO PAULO, 14/6/1984, p. 28; FOLHA DE SÃO PAULO, 15/6/1984, p. 24). É importante ressaltar que este técnico, assim como os outros, também não era de grande renome, mas que era bastante simpatizante à Democracia Corinthiana (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/6/1984, p. 30).

Entretanto, o impasse com o jogador Casagrande prossegue. Depois de dois meses sem jogar, ele decide sair da equipe corinthiana. A diretoria do clube o empresta por seis meses ao São Paulo.

O Corinthians naquele ano alcança a final do campeonato paulista, perdendo o título – e a possibilidade do tricampeonato – para a equipe do Santos. A diretoria afirmava que a Democracia Corinthiana continuaria mesmo após a derrota. No entanto, esse fato não se confirmou, já que no ano seguinte, no mês de Abril, na eleição para a presidência do clube, a chapa que representava a continuidade deste trabalho foi derrotada.

4.1.8 A derrocada da Democracia Corinthiana

Durante o segundo semestre de 1984 e o início de 1985, a Democracia Corinthiana fica com mais discrição nos noticiários. Além de perder suas principais estrelas, em 1984, o elenco não conquistou nem um título. O único momento de maior protagonismo dos integrantes do clube alvinegro foi no caso em que o jogador palmeirense Mário Sérgio foi reprovado no exame antidoping. Nesse episódio, o jogador e seu clube tentavam adiar o julgamento do resultado do exame e de sua punição, o que colocava a categoria dos jogadores de futebol enfurecida, uma vez que isso se tornara público e nenhuma providência se tomava. A diretoria corinthiana e o jogador Wladimir, presidente do Sindicato dos Atletas profissionais, intervêm publicamente e na justiça para que o caso seja apurado antes da continuidade do campeonato.

No início do ano de 1985, o Corinthians contratou o jogador Dunga, revelação do Sport Club Internacional, prometendo rerepresentar um grande elenco e reascendendo as esperanças de título. Jair Picerni foi demitido também no início do campeonato nacional, sendo contratado em seu lugar, o jovem técnico Carlos Alberto Torres. Entretanto, na medida em que não se confirmaram os bons resultados, abriu-se a janela para que a atual diretoria fosse derrotada.

A eleição corinthiana aconteceu no dia 1º de Abril de 1985. A chapa encabeçada pelo então presidente do conselho deliberativo do Corinthians, Roberto Pasqua, apoiada por Wadih Helu (deputado estadual do PDS e que tinha apoiado a Democracia Corinthiana em 1983), por Vicente Matheus (inimigo histórico de Helu), Rogê Ferreira (candidato a governador pelo PDT a São Paulo, derrotado), por Boaventura Faria (do movimento Brasil Esperança, de Paulo Maluf) e pelo vereador Zé Maria (ex-jogador do Corinthians e conselheiro eleito pela chapa da Democracia Corinthiana) ganhava a eleição da chapa de continuidade, encabeçada por Adilson Monteiro Alves e o vice-presidente de finanças Sérgio Scarpelli (REVISTA PLACAR, 12/4/1985, p. 39). Interessante ressaltar o

papel cumprido por Waldemar Pires, que dissera que apoiaria a chapa de Adilson, mas que fez campanha para a oposição. Segundo Roberto Pasqua, “O Pires nunca soube o que quer na vida, foi responsável por toda essa divisão. Ele me incentivou a ser candidato, porque no fundo queria derrotar os Monteiro Alves” (*idem*, p. 39).

E assim terminaram as gestões da Democracia Corinthiana. Sócrates, ao ser entrevistado pela Revista Placar sobre essa derrota, afirmou: “eu já esperava pela derrota. Eles perderam espaço na política e vão procurar recuperá-lo no futebol” (REVISTA PLACAR, 12/4/1985, p. 39). Esta declaração nos dá pistas da relação entre a derrota da chapa e a derrota do movimento "Diretas-Já".

4.2 Após a derrota da Democracia Corinthiana

Interessante acompanhar algumas reportagens após a derrota da chapa de continuidade da Democracia Corinthiana. Ao início, as falas dos jogadores demonstravam uma expectativa de resistência e de que algumas mudanças seriam inadmissíveis se causassem retrocessos na relação entre dirigentes e jogadores. Juninho declara, quase um mês após a posse da nova diretoria, que os jogadores não admitiriam a retirada do que era seu direito adquirido:

Para ser sincero – confessa o zagueiro Juninho – até agora os homens não mudaram nada por aqui. Estamos na expectativa. Mas adverte: E no que já foi conquistado por nós, ninguém mexe, é direito adquirido (REVISTA PLACAR, 17/5/1985, p. 69, “O que mudou com Gebran?”).

O novo diretor de futebol, Antoine Gebran, declarou nessa mesma reportagem que se considerava um democrata. Entretanto, na sua gestão, não seria a verdadeira democracia, pois não admitiria “a participação de jogador na política interna do clube, nem reunião em horário de treino e muito menos atrasos. E se o jogador quiser não estiver contente e quiser sair, pois que o faça” (REVISTA PLACAR, 17/5/1985, p. 69, “O que mudou com Gebran?”).

Em Junho de 1985, após um empate com a Portuguesa, o técnico Carlos Alberto Torres decidiu suspender uma das conquistas que ainda restava do tempo da Democracia Corinthiana: a possibilidade de não se concentrar. Nesse caso, a resistência dos jogadores já se encontrava mais enfraquecida, conforme é possível verificar na fala de Juninho naquele momento

Nós conquistamos o direito de não nos concentrar. Receber a notícia agora dá uma impressão ruim. Parece que estão tirando alguma coisa da gente. Mas vamos tentar negociar (REVISTA PLACAR, 21/6/1985, p. 16, “Um empate contra a democracia”).

Nessa fala, já é possível perceber, como denotava a fala de Gebran, que reuniões não aconteceriam mais da mesma maneira. Carlos Alberto Torres declarou-se contrário à Democracia Corinthiana, dizendo que acabaria com ela (REVISTA PLACAR, 26/6/1985, p. 63). Quando o clube foi eliminado do campeonato brasileiro, as culpas recaíram sobre o seu sistema democrático, demonstrando sinais que qualquer vestígio que restasse seria eliminado de vez pela diretoria (REVISTA PLACAR, 26/7/1985, p. 12-14, “Muda Corinthians”). Nessa ocasião, entretanto, já eram destacadas falas de diversos jogadores relatando um ambiente dentro da equipe corinthiana que muito se diferenciava do momento da Democracia, queixando-se do autoritarismo de Carlos Alberto Torres, dentre outras coisas.

Dessa forma, o que se percebe nesses últimos itens é que a derrocada da Democracia Corinthiana foi um processo que acompanhou o fracasso do time nas competições e das gestões identificadas com tal “filosofia”. O marco principal que denota essa decadência é o momento de derrota do movimento popular das "Diretas-Já". Depois disso, aos poucos a experiência corinthiana foi perdendo sua visibilidade. Entretanto, o ponto fulcral, no que diz respeito aos direitos conquistados pelos jogadores, foi a derrota da chapa de Adilson Monteiro Alves, o que indica uma dependência da diretoria para que o projeto fosse aplicado. Depois de tal momento, a resistência dos jogadores minou e as relações de trabalho voltaram ao patamar anterior.

No próximo capítulo, deter-nos-emos na tentativa de entender quais foram as mudanças na mentalidade e na ação concreta da diretoria corinthiana que possibilitaram o cenário de aparecimento dessas relações de trabalho mais avançadas dentro do clube.

5 A DEMOCRACIA CORINTHIANA NO ÂMBITO DA MODERNIZAÇÃO DO FUTEBOL BRASILEIRO.

Esse capítulo visa a entender como estava o futebol brasileiro no momento no qual se desenvolveram as duas gestões de Waldemar Pires à frente do Corinthians, de modo a traçar a relação entre a conjuntura futebolística e o desenvolvimento de algumas ações do clube. Como apresentado no terceiro capítulo, o país passava por um momento de intensa crise econômica, agravada pelos choques do petróleo e pela explosão da dívida externa. Essas adversidades também permeavam o universo do futebol, intensificadas ainda pelo fato de, internacionalmente, esta modalidade passar por diversas mudanças. Procuraremos entender como esses elementos interferiram no Brasil, que indicaram sentidos para uma transição necessária na estrutura futebolística, explicitando os significados dessa "modernização". A partir daí, esboçaremos como a Democracia Corinthiana contribuiu para esse processo. Tal contextualização é importante para entender que os processos que ocorreram politicamente no Corinthians estavam relacionados também a um período de crise e transição na estrutura do futebol, no qual as definições ainda eram incertas, abrindo a janela histórica para exploração de caminhos inusitados para este processo.

A noção de modernização do futebol brasileiro é entendida aqui como alta integração e incorporação deste ao circuito de valorização do capital. Isso significa que, por mais que o futebol estivesse relacionado a algum negócio, esta não tinha sido a tônica de seu desenvolvimento, até o final da década de 1970, momento no qual esse processo começa a se inverter, como veremos neste capítulo.

Quando nos referimos à modernização, em especial se tratando da década de 1980, referimo-nos ao processo em que aumentam os investimentos no futebol, via patrocínio exibido nas camisas e nos gramados, associando a imagem de empresas aos clubes de futebol; ao televisionamento das partidas de futebol, com investimentos das emissoras de TV no espetáculo esportivo; consolidação de um mercado nacional da modalidade, em virtude do campeonato brasileiro, que já havia sido criado em 1971;

valorização maior dos jogadores famosos e crescimento da exportação de jogadores, potencializando o que viria a se tornar, na década de 1990, um enorme mercado de jogadores de futebol - os pés-de-obra (DAMO, 2007). Para tanto, para os clubes e as federações, era imperativa a promoção de mudanças que tornassem viáveis as medidas elencadas acima, como transformações na própria legislação esportiva – que ocorrerá na década de 1990- bem como a profissionalização da gestão destes, de modo a tornar o futebol uma forma de negócio rentável, promovendo uma organização empresarial.

Mas antes de nos aprofundarmos nos sentidos dessas mudanças, é preciso atentar para a utilização do termo modernização. Tal conceito é aplicado para demarcar estes processos, atingindo uma larga legitimidade para tratar do assunto. Modernizar é visto como sinônimo de melhorar, de adequar a uma modernidade que adquire um caráter progressivo e, em última instância, até evolucionista³⁴. Furtado (1974) descreve o processo de modernização no Brasil como a transformação do capitalismo que acontece de forma subordinada aos interesses do capital externo, que tem como consequência o aumento da dependência. Segundo o autor:

Chamaremos de modernização a esse processo de adoção de padrões de consumo sofisticados (privados e públicos) sem o correspondente processo de acumulação de capital e progresso nos métodos produtivos. Quanto mais amplo o campo do processo de modernização (e isso inclui não somente as formas de consumo civis, mas também as militares), mais intensa tende a ser a pressão no sentido de ampliar o excedente, o que pode ser alcançado mediante a expansão das exportações, ou por meio do aumento da taxa de exploração, vale dizer de proporção do excedente do produto líquido. Visto o problema de outro ângulo, posto que a pressão no sentido de adotar novos padrões de consumo se mantém alta – ela está condicionada pelo avanço da técnica e da acumulação, e a correspondente diversificação do consumo, que se estão operando nos países cênicos – as relações internas de produção tendem a assumir a forma que permite maximizar o excedente (...). Com efeito, a tecnologia incorporada aos equipamentos importados não se relaciona com o nível de acumulação de capital alcançado pelo país e sim com o perfil da demanda (o grau de diversificação do consumo) do setor modernizado da sociedade. (...) O comportamento dos grupos que se apropriam do excedente, condicionado que é pela situação de dependência

³⁴ Interessante é que autores estrangeiros quando se referem às transformações da década de 1970 em diante, das quais nos referimos como modernização, são também denominadas “comodificação/mercantilização” (“commodification”, como Dunning, 2003). Mercantilizar tem sentido, nesse caso aprofundar um caráter de mercadoria.

cultural que se encontram tende a agravar as desigualdades sociais, em função do avanço na acumulação (FURTADO, 1974, p. 81)³⁵.

Dessa forma, se gera um processo que se configurou como modernização dos padrões de consumo, mas não de desenvolvimento nacional tecnológico, científico e cultural, que criou as bases de um modelo dependente para a periferia e subordinado aos países centrais. A visão de modernização que prevalece nessas circunstâncias é a de um “processo mimético de padrões culturais importados” (FURTADO, 1974, p. 90), de uma modernização que significa a adoção de modelos de consumo, sem um sentido de transformação, cujo teor seja um processo de desenvolvimento que vise a romper com as estruturas do subdesenvolvimento.

Para o autor, a existência da estrutura centro-periferia faz com que exista uma modernização que desarticule a incorporação do progresso técnico do desenvolvimento das forças produtivas, em que as elites brasileiras monopolizam a apropriação de excedente e impõem como prioridade absoluta “a cópia do estilo de vida dos países centrais, impedindo assim a integração de uma parcela considerável da população no padrão de vida material e cultural propiciado pelo capitalismo” (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 171; p.175). Por isso, tal desintegração separa a geração de excedente social das transformações na divisão social do trabalho, promovendo uma situação na qual a difusão do progresso técnico ocorre de modo desigual. Isso porque

A falta de sinergia entre o processo de intensificação na divisão social do trabalho e o movimento de ampliação progressiva das necessidades sociais submetidas ao circuito mercantil faz com que a concorrência econômica não seja capaz, por si só, do processo de incorporação de progresso técnico – como não há um encadeamento natural das variáveis técnicas e econômicas que condicionam a

³⁵Nessa obra, o *Mito do desenvolvimento econômico*, o objetivo de Furtado é a compreensão do desenvolvimento do capitalismo no pós-II Guerra Mundial, quer seja “a afirmação definitiva das grandes empresas no quadro de oligopólios internacionais, o crescimento explosivo do mercado financeiro internacional [e] a rápida industrialização de segmentos da periferia do sistema capitalista no quadro de novo sistema de divisão internacional do trabalho” (FURTADO, 1974, p. 12). Na medida em que o futebol, nesse período, insere-se mais intensamente nas cadeias de valorização de capital, processo que se intensificou em especial na década de 1970, essas mudanças passam a repercutir nessa esfera. No Brasil, procuraremos entender esse sentido de modernização, subordinada aos interesses dos países centrais, numa nova divisão internacional do trabalho, em que os atletas são “produzidos” no Brasil e exportados para os países europeus (DAMO, 2007, pp.81-84).

introdução e a difusão do progresso técnico, os saltos diacrônicos no desenvolvimento das forças produtivas e na capacidade de consumo da sociedade não são um desdobramento natural do movimento anterior da economia (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 178-179).

Nesse sentido, opera-se uma inversão de causas entre a expansão da capacidade produtiva e a formação de mercados. A consequência é que, diferentemente do desenvolvimento autodeterminado, “em que o próprio processo de acumulação de capital leva à ampliação do horizonte mercantil, a impossibilidade de incorporar o conjunto da população no mercado de trabalho dá lugar a um processo de mercantilização que apresenta limitado poder expansivo”. (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 178). De tal forma, o aumento da produtividade e assimilação de novas técnicas não significam a elevação do nível de vida médio da população, portanto, constituindo um modelo que se sustenta a partir da maximização da obtenção de capital provinda da geração de excedentes. Com isso, aprofundam-se as situações de exploração, dependência cultural e, por conseguinte, intensificam-se as desigualdades sociais, seja na relação entre países de centro e de periferia, seja internamente à nação.

Esta reflexão de Furtado é importante, para nós, na medida em que explicita o caráter não apologético da modernização do país. Modernização para o autor não tem o significado de necessário progresso, de avanço ou de evolução. Mas, ao contrário, a modernização carrega com ela o “mito do desenvolvimento”, segundo o autor, uma forma de desenvolvimento do capitalismo que foi desigual entre centro e periferia (FURTADO, 1974, p. 16). Nesse sentido, modernizar significa expandir o capitalismo, mas tendo em vista que esse processo carregou dentro de si a manutenção das desigualdades e da relação de dependência entre as nações “subdesenvolvidas” para com as “desenvolvidas” (para nos mantermos no léxico do autor).

Dessa forma, os motivos que tornam o termo modernização adequado são dados na medida em que se retirou dele o seu caráter único, muitas vezes apologético, uma vez que, modernização, nesse caso, se refere a desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Problematizar seu caráter de progresso como unívoco significa acabar com a lógica dual que se construiu entre modernização e atraso, já que a modernização se dá fundamentada

nos pilares mais arcaicos da sociedade brasileira. Segundo Oliveira (2008, p. 32), “a oposição na maioria dos casos é tão somente formal: de fato, o processo real mostra uma simbiose e uma organicidade, uma unidade de contrários, em que o chamado ‘moderno’ cresce e se alimenta da existência do ‘atrasado’”.

Nesse sentido, a partir das considerações de Oliveira e Sampaio Junior, podemos entender que a modernização que ocorre no futebol se vale dessa distinção entre progresso técnico e incorporação a uma desenvolvida indústria do entretenimento. Entretanto, tal fenômeno é pautado predominantemente por uma vertente de produção de mercadorias esportivas, promoção deste espetáculo (incorporação de um progresso técnico que privilegia o rápido acesso aos padrões de consumo vigentes no centro), descolado de um desenvolvimento das forças produtivas. Portanto, mesmo em âmbito internacional, é uma modernização que combina relações de trabalho atrasadas como a incorporação ao moderno mercado capitalista.

É neste âmbito que combinamos a análise da modernização do futebol com nossa leitura empreendida sobre o contexto político e econômico da década de 1980. Ao nos pautarmos em Florestan Fernandes, empreendemos uma crítica às teses que viam a modernização como um problema de crescimento, enfoque este que fez o país “crescer” economicamente sob o signo do aprofundamento da dependência, uma vez que estas consideravam o atraso como um resíduo do passado, desprovido de funcionalidade na acumulação corrente, e, por isso, para alcançar o desenvolvimento, bastaria intensificar a acumulação capitalista (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 133). Para Florestan Fernandes, entretanto, corroborando com a conclusão de Furtado, o crescimento que ocorreu não conseguiu afetar o padrão de desenvolvimento, não alterou a condição do subdesenvolvimento, fazendo aumentar as desigualdades sociais e a dependência.

Com isso, a argumentação de Florestan Fernandes nos permite perceber que o desenvolvimento capitalista no país foi calcado numa articulação orgânica entre atrasado e moderno³⁶. E, ao entender a luta de classes como constitutiva das relações de produção,

³⁶ O atrasado e o moderno convivem juntos, segundo a ótica de Florestan Fernandes, devido às consequências que a própria heterogeneidade sistema produtivo têm sobre a formação da burguesia, como classe social. “A

este autor nos fornece uma explicação para a combinação de atrasado e moderno que não seja meramente econômica, mas também política, servindo para manter um padrão de desenvolvimento que aprofunda a exploração e mantêm as relações de produção atrasadas. Segundo Sampaio Junior (1999), a análise de Florestan Fernandes rumo no sentido de

afirmar o primado das relações de produção sobre as forças produtivas e a presença constitutiva da luta de classes na determinação do caráter das relações de produção, (...) nos fornece uma explicação não economicista para a necessidade de uma articulação orgânica entre atraso e moderno. Seu enfoque evita, assim, o equívoco de certas teorias que procuram provar, com base em uma lógica puramente econômica, seja a imprescindibilidade seja a prescindibilidade do atraso como condição para a continuidade da acumulação de capital nas regiões subdesenvolvidas (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 133-134).

No futebol, na medida em que este é fortemente incorporado como um setor de valorização de capital, o reflexo é um processo de modernização que, do ponto de vista dos atletas – “a principal força de trabalho do espetáculo esportivo” – pressupunha não mais o “artesão da bola”, mas o “operário da bola”³⁷. É importante salientar que este processo interfere também nos sujeitos do espetáculo esportivo, os trabalhadores desse processo, aqueles que geram mais valor a partir desse trabalho “imaterial”, a modernização do futebol, que também é subordinada cultural e economicamente aos países europeus. Por isso, nesse devido contexto histórico da primeira metade da década de 1980 de efervescência política, suas contradições também explicitadas geram a possibilidade de questionamentos. Nosso intento é olhar como a Democracia Corinthiana se constituiu no espaço que se abriu nesse processo. Entretanto, nesse capítulo nos reservaremos a essa

perpetuação de formas antediluvianas de acumulação de capital impede o aparecimento de mecanismos de classe construtivos – requisito básico para que a concorrência e o conflito possam encontrar suportes objetivos para compatibilizar os interesses da burguesia com formas de consenso e integração social do conjunto das classes sociais. O obstáculo à centralização do capital compromete o poder de iniciativa da burguesia porque bloqueia o sua capacidade de introduzir inovações tanto no campo econômico, quanto no político. Tal obstáculo, que se consubstancializa na reprodução dos mecanismos psicossociais que sacralizam a propriedade privada e perpetuam o colonialismo cultural, tem profundas implicações no modo como os interesses univocamente econômicos dinamizam o comportamento social das burguesias dependentes” (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 147)

³⁷ Modernização nas relações de trabalho é igual ao fim Lei do Passe, que pressuporia uma nova forma de venda da força de trabalho. Mas o processo de modernização do futebol em si, por um longo período conviveu junto com a Lei do Passe (até 1998), porque a venda de jogador era a principal fonte de receita para os clubes. Em seguida, após a aprovação da lei Pelé, em 1998, a arrecadação fruto do passe foi substituída pela multa rescisória de contrato.

discussão do ponto de vista de um dos sujeitos da mesma, a diretoria do clube, preocupada com a racionalização da gestão. No capítulo seguinte, expandiremos essa análise para o papel dos jogadores nesse processo.

Por isso, é importante entender que nesse momento complexo, a possibilidade de emergir um movimento semelhante à Democracia Corinthiana se deveu tanto à efervescência política, quanto pelo momento de transição que o futebol passava. Portanto, o período de transição de sua estrutura do futebol brasileiro – como parte de uma resposta à crise econômica no país, combinado a uma crise política e à reabertura democrática, que na malha social, abriram espaço para emergência de movimentos sociais e ciclos de protestos – tornou o espaço para algo como a Democracia Corinthiana possível.

A Democracia Corinthiana se inseriu nesse contexto, tendo seus rumos tensionados em função do momento histórico. Esta, como produto de seu tempo histórico, uma conjunção de uma crise econômica e política, apresentava, como saída para a crise econômica, rumos tensionados pelo contexto político de ascensão dos movimentos sindicais e sociais, interferindo mesmo internamente ao clube. No Corinthians, a saída para a crise pela qual o clube passava era o imperativo da modernização.

Este exame é importante, pois entender o impacto da luta de classes sobre o padrão de acumulação ajuda a compreender o teor do desenvolvimento da modernização do futebol, de modo a não sobredeterminar suas potencialidades. Segundo Sampaio Junior, baseado em Florestan Fernandes,

A ausência desse enfoque gera dois tipos de desvios. A sobrevalorização dos aspectos técnicos do desenvolvimento, em detrimento de seus condicionantes sociais, é responsável pelo reducionismo econômico. A desconsideração dos determinantes sociais e políticos que restringem o grau de liberdade do Estado [ou instituição reguladora] leva a uma visão tecnocrática da política econômica (SAMPAIO JUNIOR, 1999, p. 132-133).

Dessa forma, antes de entender a Democracia Corinthiana, é preciso abordar a estrutura arcaica do futebol que era imperativa de modernização e que sustentava essa mesma. Para traçar este quadro de modernização do futebol promovida pela Democracia

Corinthiana, abordaremos, em primeiro lugar, as mudanças internacionais que começaram a ditar novos rumos e a necessidade de outra estrutura burocrática e legal para os clubes e para a organização do futebol. Em segundo lugar, inseriremos o Corinthians nesse quadro, explicitando a sua contribuição para este período.

5.1 A crise no futebol brasileiro na década de 1980 e os sentidos da modernização

A modernização está relacionada ao processo no qual o futebol aprofunda seu caráter de valorização do capital³⁸. Ele é um negócio. Isso não está relacionado ao seu estatuto jurídico em si, mas ao fato de ser espaço de geração de mais valor. Evidentemente, há mudanças jurídicas, como o caso da “Lei do Passe”, que ajudou a impulsionar o que futuramente se constituiria como um moderno mercado de trabalho, que seria “livre”, porque haveria o contrato livre entre as partes. Tal mudança representou um passo para a modernização da força de trabalho do jogador de futebol, já que este não mais poderia mais estar vinculado a um clube sem que concordasse com isso³⁹. A partir dessa lei, o jogador de futebol teria um contrato que, ao ser renovado, lhe renderia alguma gratificação, ainda que,

³⁸ A Expansão inicial do futebol pelo mundo não se dá com base nas expansões econômicas. Tal expansão não foi resultado do desenvolvimento das relações mercantis, pelo contrário, ele se deu com base em relações amadoras, que limitavam sua comercialização. Entretanto, tais limites começavam a ser puxados com o aumento do peso da modalidade nos países em desenvolvimento (PRONI, 2000, p. 40).

³⁹ Lei nº 6.354, de 2 de setembro de 1976, que dispõe sobre as relações de trabalho do “atleta profissional de futebol”. Segundo, Boudens (2002, p. 3-4) “A ‘filosofia’ da Lei nº 6.354/76 parece estar contida nos dois artigos iniciais, onde se fala em ‘praticar o futebol sob a subordinação de empregador’, mediante ‘qualquer modalidade de remuneração’”. No que se refere às relações de trabalho reguladas no passe, a lei dispõe que “1º - Passe é a importância devida por um empregador a outro pela cessão do atleta durante a vigência do contrato ou depois de seu término (art. 11); 2º - O passe é exigida de acordo com as normas desportivas, segundo os limites e as condições estabelecidas pelo Conselho Nacional de Desportos (art. 13, caput); 3º - O montante do passe não pode ser objeto de qualquer limitação, quando se tratar de cessão para empregador sediado no estrangeiro (art. 13, § 1º); 4º - O atleta terá direito a parcela de, no mínimo, 15% do montante do passe, devidos e pagos pelo empregador cedente (art. 13, § 2º), mas sob a condição de que não tenha dado causa à rescisão de contrato e não tenha recebido qualquer importância a título de participação no passe nos últimos quatro anos (art. 13, § 3º); 5º - Caso o clube encerre suas atividades (dissolução do empregador), o atleta é considerado com passe livre (art. 17); 6º - Tem passe livre, ao fim do contrato, o atleta que, ao atingir 32 (trinta e dois) anos de idade, tenha prestado 10 (dez) anos de serviço efetivo ao seu último empregador (art. 26)”(BOUDENS, 2002, p.4). Ou seja, ainda que regulamente a profissão do jogador de futebol, e torne-o passível de alguma escolha, tal lei ainda vincula o atleta às negociações preteridas pelo clube – até os 32 anos, com dez anos de serviço ao clube.

nesse momento, a decisão do seu destino fosse ainda partilhada com os gestores do clube ao qual ele estava vinculado.

Em outro sentido também, a modernização significou ter o futebol não apenas política e ideologicamente a serviço do capitalismo, mas como um grande negócio, no qual outras mercadorias e ramos de produção estavam relacionados, ainda que não fossem propriamente da esfera do futebol. Constitui um mercado que gira em torno do futebol, assim como poderia, abstratamente, ser de qualquer outro ramo da produção, na medida em que representa quantidade de valor sendo valorizado⁴⁰.

Esta dimensão da modernização inaugurou um caráter do futebol como mercadoria de forma aprofundada, relação que visa aproximar o funcionamento do clube ao de uma empresa, que ao se relacionar com outras, tem que cumprir algumas exigências desta esfera do capital. A esse processo alguns autores trazem a noção de futebol-empresa, como denominação das transformações pelas quais os clubes passaram. Segundo Proni (2000),

Em suma, embora valores capitalistas já estivessem permeando o cotidiano das sociedades europeias e desenvolvendo uma cultura de consumo de massa, não podemos qualificar um clube de futebol nos anos [19]60 como uma 'empresa capitalista' (conforme definições que os economistas atribuem ao termo). Como procuraremos mostrar, o futebol empresa requeria, além da racionalização dos métodos de gestão dos 'negócios' do clube, a transformação do espetáculo em atração da programação televisiva (com contratos de transmissão), a implementação de modernas estratégias de marketing, a busca de novos mercados (ou de novas frentes de valorização) e, finalmente, uma nova regulamentação que permitisse a presença de grupos econômicos no comando do esporte (PRONI, 2000, p.45).

⁴⁰ Segundo Proni, antes da transformação promovida pela televisão e pelo marketing esportivo do espetáculo do futebol num produto globalmente consumido – no qual as empresas foram constituídas para gerir esse negócio, a simples existência de regime profissional – a venda de ingressos e a negociação do "passe" de jogadores não implicavam num modelo clubístico que podia ser caracterizado como uma empresa capitalista (PRONI, 2000, p. 42). Este autor afirma que “O futebol era um negócio muito particular. Os clubes não competiam com outros para atrair grandes multidões, reduzindo preços ou desenvolvendo plano de marketing; as suas receitas se ampliavam ou diminuía de acordo com a campanha da equipe na temporada. Não faziam qualquer esforço sério para aumentar o tamanho da torcida (seu mercado potencial). Nem se preocupavam em obter receitas de um imenso patrimônio fixo que, mesmo sendo próprio, era usado somente algumas horas por semana. E, principalmente, o futebol continuava uma atividade sem fins lucrativos, o clube dependendo da colaboração dos sócios para se manter. Não havia a figura do capitalista empreendedor” (PRONI, 2000, p. 43).

São estes cinco elementos – a racionalização dos métodos de gestão dos "negócios" do clube, a transformação do espetáculo em atração da programação televisiva (com contratos de transmissão), a implementação de modernas estratégias de marketing, a busca de novos mercados (ou de novas frentes de valorização) e uma nova regulamentação que permitisse a presença de grupos econômicos no comando do esporte – que transformaram qualitativamente o futebol, de um mero artifício de lazer para o chamado “futebol-empresa”, segundo este autor – processo que veio a se tornar mais concreto a partir da década de 1990, no Brasil.

É importante ressaltar que o fenômeno do futebol empresa constitui-se como um processo histórico, do qual o seu entendimento e suas premissas são variáveis de acordo com o imperativo de modernização vigente em tal época. Dessa forma, por mais que se constitua um parâmetro do que significa a adoção do “futebol-empresa” na década de 1990, esse fenômeno ainda estava em construção no período anterior, de modo que não havia ainda uma clara definição de qual seria o resultado alcançado e os parâmetros ideais com o debate sobre a modernização que se travava na década de 1980. Por isso, também, a noção de “empresa”, adjetivando a transformação por qual o futebol passou, não significa que os clubes tornaram-se empresas, no sentido estrito do termo. Ainda que alguns clubes venham a se constituir como empresas nos anos 2000, o “futebol empresa” refere-se às transformações que tornaram a organização e legislação da modalidade esportiva mais adequada à esfera do mercado, de modo que os clubes maiores buscaram uma racionalização de suas formas de gestão, com especialização dos departamentos, dentre outras mudanças, aproximando-se de uma forma de burocracia que é semelhante ao das empresas, mesmo que não tenham se constituído como tal (uma sociedade com fins lucrativos).

Nesse sentido, neste capítulo enfatizaremos as primeiras mudanças na regulamentação do esporte que permitiram a consolidação do marketing. Analisaremos como este ajudou a impulsionar uma série de transformações na forma de gestão dos clubes, em que estes últimos foram em busca de novos mercados e promoveram estratégias

ousadas de propaganda e divulgação de suas marcas, com o intuito de tornarem-se mercadorias mais lucrativas para empresas de outros ramos de negócios se associarem. No próximo item, buscaremos entender como este processo de modernização foi assimilado pela Democracia Corinthiana, focando nas ações que esta última empreendeu, no âmbito desse movimento, no sentido de uma tentativa de adequação a essa nova forma de pensar o futebol.

Neste processo, é possível vislumbrar que a dimensão empresarial da gestão do clube e do esporte é uma condição necessária para que o futebol se incorporasse a ramos mais mercantilizados na sociedade brasileira, configurando o que pode ser chamado de “indústria do esporte” (DUNNING, 2003, p. 154)⁴¹. Nesse sentido, além de espetáculo muito bem valorizado e vendido, a relação com outros ramos de mercado, as “novas frentes de valorização”, representava um novo espaço a ser ocupado, no qual não só o futebol renderia mais dividendo, como atribuiria valor às outras esferas da produção, a partir da associação à ‘marca’ de clube esportivo, consolidando a presença de grandes grupos econômicos nesta modalidade⁴². Para tanto, além da gestão ‘modernizada’, racionalizada, era necessária também uma nova estrutura de organização do futebol, que começa dar seus primeiros passos de mudança no Brasil ao final da década de 1970, com a Lei do Passe, e ao início da década de 1980, com a permissão de marketing nas camisas.

Entretanto, em âmbito mundial, este processo de modernização tem como marco a Copa do Mundo de 1970, que foi transmitida ao vivo para diversos países. Junto com isso, em alguns países, o futebol já se associava à indústria de entretenimento local, como foi a liga Norte Americana de futebol, a NASL (North American Soccer League,

⁴¹ Dunning (2003, p.39) esboça tipos de “profissionalismo” que descrevem essa relação do esporte, em especial do futebol, com outros ramos da produção: aquele cujo apoio financeiro procede de patrocínios e publicidade industrial e comercial; aquele cujo apoio financeiro provém do pagamento dos meios de comunicação, em especial televisivos, aquele que a arrecadação provem da arrecadação por parte dos fãs e dos membros. Para este autor, o futebol passa por um momento de “anomia clássica”. “Dado o dinheiro que gera este esporte, as normas por meio das quais a ganância dos indivíduos era contida caíram (...), do que já não é um simples jogo, senão uma indústria do esporte que tem crescido até ter grande importância” (DUNNING, 2003, p.154)

⁴² As primeiras iniciativas de marketing não foram fruto do clube, mas de estratégias audaciosas de empresários que vislumbravam a oportunidade de aproveitar o enorme interesse do público pelas partidas (PRONI, 2000, p.44)

EUA), que construiu uma grande propaganda em torno da modalidade, providenciando a vinda de grandes craques mundiais, como Pelé, Beckenbauer, Cruyff (PRONI, 2000, p. 47). Na FIFA (Fédération Internationale de Football Association), o grande marco dessas mudanças tornou-se evidente a partir da eleição de João Havelange, em 1974. Sua plataforma de mandato envolvia projetos ambiciosos de expansão do futebol para o mundo, para os quais a FIFA não tinha os recursos necessários. Para tanto, ele fez parceria com as marcas Adidas, de materiais esportivos, e Coca Cola, indústria alimentícia, configurando o início da estratégia empresarial e de marketing na organização dessa modalidade (PRONI, 2000, p. 48). Dessa forma, corroborando com essa afirmativa, Reis (2003), destacou o papel da FIFA nesse processo de modernização e expansão da modalidade do futebol,

em torno não só do futebol, mas também da realização da Copa do Mundo de Futebol, criou-se um mundo do negócio milionário e que atrai os mais diferentes setores, como, por exemplo, o turismo, a indústria têxtil e de calçados, – particularmente de materiais esportivos, além da criação de novos profissionais, todos esportivos – os empresários, advogados, juizes, economistas e dirigentes. Conforme anunciamos na introdução deste trabalho, é apenas no final do Século XX que o futebol conquista alguns dos seus últimos adeptos. E, para isso, esse esporte conta com as estratégias de marketing e propaganda, principalmente da FIFA, obviamente com a contribuição de seus associados. Decide-se que a Copa do Mundo de 1994 será disputada nos Estados Unidos, que até então não despertava, entre sua população masculina, o gosto pela prática do futebol. A realização deste Campeonato possibilitou aos americanos (Estado-unidenses), um maior contato com o “mundo do futebol” (REIS, 2003, s.p.).

Nesse sentido, outra mudança que se iniciou foi a transferência da propriedade de clubes europeus “com o objetivo de sanear as finanças e moralizar a gestão das entidades esportivas” (PRONI, 2000, p. 49). A Itália é o exemplo emblemático, pois seus clubes começaram a ser denunciados como meios da “máfia” local para “lavagem” de dinheiro, além de estes acumularem uma enorme dívida com a previdência social do país. Em função dessa situação, foi operada uma fiscalização mais rígida, obrigando os clubes a regularem suas finanças (PRONI, 2000, p. 50). Dessa forma, na medida em que o Estado começou a acompanhar com proximidade as contas dos clubes italianos, isso os obrigou a adotarem modos menos deficitários de gestão. Em função dessa situação, aprovou-se naquele país uma nova legislação para o esporte profissional, que abarcava um caráter mais

liberal, permitindo que os clubes se constituíssem *como* empresas. Como parte desse processo, do qual a Itália foi ponta de lança, difundiu-se a prática de utilização de logomarcas nas camisas dos clubes (PRONI, 2000, p. 50). Os campeonatos também foram reorganizados para tornarem-se produtos valorizados e visíveis na mídia.

Esta modernização do futebol em âmbito internacional teve consequência ao longo do mundo. A concentração de capital ocorreu dentro do futebol, com a ampliação das desigualdades dentro desta modalidade, variando conforme o potencial mercantil dos países e o nível competitivo e técnico, em favor dos escalões mais altos e ricos. Dessa forma, a mudança que se iniciou na Itália, rapidamente se expandiu para outros países, já que a primeira tornou-se muito superior às demais ligas europeias, forçando as demais a terem que se modernizar e acompanhar o movimento da liga italiana (PRONI, 2000, pp. 50-51). Tal processo repercutiu no Brasil também, com o aumento progressivo do êxodo dos jogadores do país, gerando o que foi o estopim para a imprensa considerar o futebol nacional em crise. Esta é atribuída, por Helal (1997, p. 42), à gerência amadora do futebol brasileiro, que impedia a autonomia dos grandes clubes e que não acompanhava as mudanças internacionais. O autor afirmava que o futebol brasileiro era até 1970 desorganizado, conforme as críticas de João Saldanha, que apontavam a necessidade de um calendário mais racional e de uma melhor organização, que revisse a estrutura arcaica e obsoleta presente no quadro nacional. Entretanto, na medida em que “as tendências universais à profissionalização dos dirigentes e à racionalização e à impessoalização na forma de gerenciar (...) entraram em choque com a administração tradicional, tornando a desorganização mais evidente” (HELAL, 1997, p. 42), o futebol brasileiro começou a entrar numa crise.

Portanto, é a partir desse cenário internacional que devemos iniciar a reflexão sobre os problemas da estrutura do futebol brasileiro na década de 1980, que desencadearam as crises apontadas pela imprensa. Entretanto, é necessário considerar também os fatores endógenos ao futebol, ou seja, o ambiente econômico e social do país e as disputas pelo controle político do futebol brasileiro. É por isso que uma leitura acerca dos problemas de crise de modelo de desenvolvimento apontadas no primeiro capítulo, e a

necessidade de se repensar a forma de acumulação de capital nas esferas econômicas mais gerais também repercutiram na estrutura do futebol brasileiro. Por conseguinte, assim como nas demais esferas da economia, a tutela do Estado autoritário se calcava como um empecilho ao desenvolvimento do capital, em especial o grande capital internacional ao qual se subordinava a economia local, conforme apontam as saídas da modernização conservadora brasileira. A resposta dada a essa crise, em todos os níveis, passou por um processo tortuoso de disputa, em função do ambiente político conturbado. No caso do futebol, a Democracia Corinthiana esteve inserida nesse debate, buscando, de sua forma particular, modernizar a gestão do clube alvinegro.

Em síntese, o processo de modernização brasileira acompanhou ao processo de modernização conservadora da sociedade, combinando elementos arcaicos ao “moderno”, no sentido de valorização de capital, como relata Proni:

Ao longo da história do futebol no Brasil, a incorporação de valores modernos quase sempre esteve comprometida com a preservação de práticas consideradas ‘atrasados’; ou melhor, que o próprio entendimento do que define como ‘moderno’ veio se alterando ao longo do tempo. E, embora destacando os momentos de incorporação de novas diretrizes, de entrada em cena de novos atores e de reconfiguração das instituições esportivas, não podemos esclarecer que a construção do futebol brasileiro também se fez por meio de uma renovação das tradições futebolísticas (PRONI, 2000, p. 97).

No Brasil, a primeira metade da década de 1980 apresentou uma crise também no futebol, que abalou o sistema de poder das décadas e impulsionou um modelo de modernização, que viria a se concluir somente ao final da década de 1990, a partir da Lei Pelé (1998). A crise econômica da década de 1980 colocou novos condicionamentos ao futebol nacional, fazendo com que os clubes tivessem que abrir mão de seu patrimônio líquido: o “passe” dos jogadores. As formas tradicionais de administrar entram em colapso com a queda de público e de renda dos jogos (PRONI, 2000, p. 148).

Desde meados da década de 1970, apareceu em cena o debate sobre o modelo do “futebol empresa”, que neste momento histórico representava uma contraposição à administração voluntarista do futebol brasileiro, que tinha receitas oscilantes, com

federações desorganizadas e alterações frequentes em datas e horários dos jogos (PRONI, 2000, p. 148).

Em função desse cenário, até a década de 1980, os problemas do futebol brasileiro eram vistos como falta de organização e planejamento. E para resolver tal dificuldade, a solução buscada era de tentar o incremento das receitas do clube. Para tanto, estes mesmos recorriam à contratação de profissionais de publicidade e de marketing. Com isso, não se prezava ou mesmo debatia a necessidade de uma mudança da estrutura burocrática e legal do futebol, que seria até mesmo a forma de alavancar esse aumento da arrecadação queurgia. Entretanto, quando a crise econômica brasileira de 1981-1983, que ocasiona o descontrole da inflação, afetou profundamente a rentabilidade dos clubes de futebol, gerou-se uma situação que tendia a tornar-se insustentável. Por essa razão, aumentaram as despesas correntes e os custos das contratações, e a arrecadação não subiu com a inflação. A elevação dos juros bancários fez crescer o endividamento dos clubes, que precisavam vender seus melhores atletas para pagar tais dívidas (PRONI, 2000, pp. 149-150).

A desvalorização da moeda nacional tornava corriqueira a contratação de atletas brasileiros por clubes estrangeiros (PRONI, 2000, p. 150). Junto com a inflação do valor de custo dos passes, cresciam as exigências contratuais, até mesmo para arcar com o incremento da inflação. E tal situação se convertia num círculo vicioso, na medida em que o aumento dessas exigências agravava as dívidas do clube, que por sua vez, pioravam na medida em que os juros bancários também cresciam.

De qualquer forma, este cenário tornou notório que a crise do futebol brasileiro foi agravada pela situação econômica do país, expondo mais abertamente o despreparo e desorganização das equipes, que “se fossem empresas comerciais, naquelas condições adversas, (...) poderiam ter falido, pedido concordata ou podiam acabar vendidas para as mais sólidas” (PRONI, 2000, p. 153). Dessa forma, a desorganização dos clubes também potencializou sua vulnerabilidade ao mercado externo, que, quando combinada às oscilações do mercado interno e às desvalorizações cambiais, intensificava o potencial dessas fragilidades.

No início da década de 1980, a CBF (Confederação Brasileira de Futebol) já havia tomado algumas medidas para tentar melhorar o desempenho dos clubes brasileiros frente ao cenário internacional,

como a dispensa de qualquer contribuição de clubes e federações à entidade, [aumento da] participação dos clubes (75%) e das federações (25%) na porcentagem da loteria esportiva, o equacionamento das relações entre o futebol e a televisão, e a reformulação do campeonato nacional (então denominado Copa Brasil). Entretanto, no que tange a soluções de maior alcance, as propostas do presidente da CBF para o futebol brasileiro podem ser caracterizadas como tendo caráter tipicamente conservador, paternalista, explicitamente continuísta e bastante vago (PRONI, 2000, p. 155).

Até a década de 1990, apesar do gradativo aumento da utilização do marketing esportivo, estava mantida a estrutura político-institucional arcaica e isso prejudicava a plena exploração do mercado relacionado ao futebol. Entretanto, “era o momento de limpar o entulho autoritário, de criar um novo ambiente jurídico e uma configuração institucional mais moderna, que permitissem aos clubes o salto definitivo para a ‘modernidade’” (PRONI, 2000, p. 162). Isso porque a mentalidade comercial exigia alterações de ordem jurídico-institucional, requeridas não apenas para garantir maior autonomia, como para facilitar a obtenção de independência econômica e introduzir relações mais comerciais, visando a um novo modelo que implicaria que as equipes profissionais teriam que se preparar para transitar por um novo status jurídico, com maior transparência nas suas negociações comerciais, que deveria ter como diretrizes

i) regulamentar a presença de empresas e as formas de comercialização no futebol profissional; ii) rever a participação nos recursos da loteria esportiva; iii) extinguir a Lei do Passe e estabelecer uma nova norma para o contrato de trabalho do atleta profissional; iv) redefinir os mecanismos de supervisão e assegurar autonomia estatutária dos clubes, assim como; v) buscar mecanismos democráticos e transparentes de representação e administração das federações e da CBF (PRONI, 2000, p. 165).

Entretanto, percebemos que por mais que a consolidação desse processo fosse acontecer na década de 1990, a década de 1980 foi o momento em que se intensificou o debate sobre esse novo modelo, e que se colocaram em prática novas formas de pensar o esporte e gerir os clubes. Pretendemos, a partir dessa revisão, demonstrar o papel de

"vanguarda" desse processo que as duas gestões de Waldemar Pires cumpriram à frente do Corinthians.

5.2 A modernização do futebol no Corinthians

Conforme descrevemos até então, durante a década de 1980, havia um debate no mundo do futebol sobre a modernização da organização desta modalidade esportiva, apontando para algo que conseguisse abrigar as necessidades que os novos mercados que se aproximavam do futebol exigiam. Esse fato é bem detectado nas duas gestões da Democracia Corinthiana, principalmente por meio de seus dirigentes.

É importante refletir o motivo pelo qual esse processo se deu justamente no Sport Club Corinthians Paulista. Isso porque no Clube de Regatas Flamengo também era possível encontrar um ambiente favorável, uma vez que este contava com um dirigente progressista, Márcio Braga, que também pensava o processo de modernização do futebol brasileiro, tendo uma importância no cenário político nacional como deputado federal, no que diz respeito a esse debate. O Internacional de Porto Alegre também contava com dirigentes progressistas, e chegou a experimentar o que a Revista Placar intitulou de “Abertura Colorada”. Entretanto, havia uma diferença clara entre estes e o Corinthians: este último apresentava-se numa crise semelhante à crise política nacional, na qual as saídas para a mesma, nesse tempo de incertezas e transição, poderiam ser mais tensionadas por agentes progressistas. O Flamengo passava já em 1981 por um momento ótimo em seu futebol, sendo campeão mundial, contando com craques de renome como Zico e Junior, como saudava o jornal O Estado de São Paulo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 20/12/1982, p. 48, “FLA, DA BEIRA DA FALÊNCIA A CAMPEÃO MUNDIAL”).

O Corinthians pôde ter sido palco desse processo de modernização também em função do clube de estar localizado em São Paulo, também, uma cidade em que o espaço para expansão comercial é vasto, já que é a maior cidade do país, com muitos potenciais consumidores a serem alcançados. Além disso, o Corinthians pode ser considerado o clube

paulista de maior torcida, produzindo um impacto sobre a mídia e o mercado mais consistente que os demais clubes isoladamente.

Como descrevemos no primeiro capítulo, Waldemar Pires apresentava um projeto de gestão que se diferenciava do anterior desde o princípio, por desejar promover uma descentralização da gestão do clube. Tal iniciativa foi se intensificando conforme iam se desdobrando seus rumos, de modo que não procedesse apenas uma minimização da concentração de poder que Vicente Matheus promovia, mas também a procura por profissionais especializados para assumir as diretorias de alguns departamentos do clube. É importante salientar que Waldemar Pires era empresário de uma corretora de imóveis naquele momento, o que poderia lhe imputar conhecimentos sobre os métodos racionalizados e especializados utilizados pelas empresas.

Esta visão, calcada numa racionalidade empresarial, foi se aprofundando, em especial, após a contratação de Adilson Monteiro Alves para o departamento de futebol⁴³. Tal processo de modernização é analisado por Santos (1990) como uma ruptura na forma de conceber o futebol, uma vez que questiona os pressupostos conservadores que regiam a modalidade esportiva alcançando desdobramentos sociais importantes, como uma mudança nas relações de trabalho entre o jogador e o clube:

o Corinthians de 1981-1985 começou a discutir estas questões de maneira franca, o que causou grandes discussões e controvérsias. A Democracia Corinthiana discutiu o valor atribuído historicamente ao jogador de futebol. Levantou questões sociais que raros momentos foram abordadas dentro do mundo futebolístico. A mudança na maneira de dirigir um clube de futebol, o que se propôs o departamento de futebol do Corinthians foi também revisão dos valores tradicionais dentro do futebol e da sociedade brasileira e por isso mesmo enfrentou fortes oposições, pois segundo seus dirigentes, tocou estruturas

⁴³ Nesse sentido, distanciamos-nos da análise de Florenzano (2003) sobre a presença de um projeto empresarial dentro do Corinthians. Para este autor, o projeto empresarial era configurado pela lógica toyotista de gestão, entendida como a captura da subjetividade do trabalhador, interpretada na Democracia Corinthiana como a forma em que se deu a participação dos jogadores, configurando uma contradição entre resistência e apropriação pelo toyotismo (FLORENZANO, 2003, p. 293-294). Para nós, o projeto de gestão da Democracia Corinthiana se aproximava de uma empresa não a partir da estratégia de gestão - meio - mas como um fim, ou seja, a racionalização da gestão. O que leva a crer numa adequação de meios aos fins. Uma nova forma de pensar mudanças que tornassem o Corinthians uma marca rentável para se investir, que ainda que não se conformasse como o futebol-empresa, de acordo com a definição de Proni (2002) sobre o fenômeno, dava passos nesse sentido de racionalização que a “moderna” empresa capitalista exigia.

fortemente fincadas no futebol (...), pois o jogador, se posicionando, não deixaria margem que divulgassem o que quisessem a respeito das ideias e ações deles. (SANTOS, 1990, p. 15).

Nesse sentido, pensar a modernização dentro do Corinthians, após entender o sentido conservador que essa tomava no futebol brasileiro, é refletir sobre as mudanças concretas efetuadas pela gestão de Waldemar Pires e Adilson Monteiro Alves, que rompiam até então com todos os processos anteriores. Tais mudanças, empreendidas como forma de combater a crise econômica, mas também de dar o sentido que o futebol estava tomando em âmbito internacional, significaram estabelecer uma gestão especializada nos departamentos de futebol, e também preocupada com a organização financeira, a rentabilidade e a viabilidade nos negócios do clube, com o prestígio da marca Corinthians frente ao mercado do futebol, dentre outras coisas.

Visando a buscar essa recuperação da imagem do Corinthians, Adilson Monteiro Alves assumiu a gestão do departamento de futebol, em fins de 1981, apontando três rumos fundamentais para sua gestão como diretor do departamento de futebol do clube:

- i) tentar fazer daquilo um grupo de amigos unidos e determinado, capaz de resolver dentro do plantel os nossos problemas individuais e tudo em favor do coletivo; ii) fazer o possível para limpar aquela imagem do Corinthians da segunda divisão. Precisávamos acabar aquele ano com uma vontade maior (estava todo mundo de cabeça baixa) e iii) montar um esquema de trabalho para 1983 porque nós éramos o Corinthians. Se tínhamos material de boa qualidade, por que a taça de prata? Uma coisa tinha que ficar clara para o grupo: o nome do Corinthians pesa e muito e alguma coisa tinha que ser feita (SANTOS, 1990, p. 101).

Nesse momento, Adilson Monteiro Alves já demonstrava diversas críticas à estrutura do futebol brasileiro, que trazia uma série de instabilidades e imprevisibilidades que prejudicavam o planejamento de longo prazo, necessário para organizar os clubes. Num especial realizado pelo jornal “O Estado de São Paulo” sobre a crise do futebol no Brasil, o dirigente afirmava que esta situação era devido à “instabilidade motivada por falta de planejamento e organização do campeonato paulista (...). A tabela só tinha sido divulgada com o torneio em andamento. O regulamento sofreu alterações e pode-se também observar diferentes critérios no julgamento de vários processos” (O ESTADO DE SÃO PAULO,

17/12/1981, p. 33). Nesse sentido, a fala de Adilson apontava que mudanças eram necessárias tanto para superar uma estrutura paralisante, quanto para impulsionar os clubes a se modernizarem.

As mudanças empreendidas no Corinthians, apesar de não tocarem a legislação e a estrutura do futebol, que eram imperativos naquele momento para a sobrevivência à crise e às pressões externas, ainda assim são de extrema importância, porque demonstram ser ele a vanguarda de um movimento administrativo frente ao futebol. Embora essas medidas não tocassem no coração dos problemas estruturais, como a má organização dos calendários, excesso de partidas, excesso de clubes em campeonatos, imprevisibilidade e falta de planejamento nas competições, e não alterasse a legislação atrasada do “passe”, elas impetravam um sentido: de explorar ao máximo o mercado do futebol, a visibilidade do esporte e tornar o Corinthians uma "empresa" que fosse "segura" para o investimento. Isso significava uma marca à qual seria interessante se associar, tanto no sentido valorativo do termo – que não agregasse resistências aos produtos que a empresa estaria divulgando –, mas que também estivesse cotidianamente, de forma planejada e organizada, explorando um grande mercado e vitrine. Para isso, o Corinthians tentou trabalhar tanto no sentido de melhorar a sua gestão para tornar mais seguro para os investimentos, quanto também de consolidar mais a marca Corinthians, divulgando o clube nacional e internacionalmente.

Conforme Waldemar Pires anunciara ao final do primeiro ano de sua gestão, ele buscava realizar um planejamento no clube, e apresentar os balancetes de gestão com o superávit obtido (O ESTADO DE SÃO PAULO, 16/2/1982, p. 27). Segundo Santos (1990), que estudou a administração desenvolvida no Corinthians durante a Democracia Corinthiana, os balancetes de gestão do Corinthians eram como nunca tinha acontecido. Em 1982 foi anunciado que o clube arrecadou Cr\$ 1.539.495.083,95; o superávit foi de Cr\$ 694.751.319,11, algo sem precedentes (SANTOS, 1990, p. 66). Em 1983, arrecadou Cr\$2.063.958.545,31. Ao final do ano, a disponibilidade era de Cr\$ 97.674.706, 92. Em 1984, alcançou arrecadação extraordinária: “A maior de todos os tempos, com uma receita de Cr\$16.707.604.667. O superávit foi de Cr\$9.488.693.001. As disponibilidades ao final de 1984 somavam Cr\$153.298.401 em caixa, havendo ainda Cr\$ 2.944.566.500 em títulos a receber; e Cr\$3.498.985.967 aplicados ao mercado de capitais”, segundo fala de

Waldemar Pires (SANTOS, 1990, p. 66). Luís Sérgio Scarpelli, vice-presidente de finanças, foi responsável pelo superávit de 1984 (SANTOS, 1990, p. 105)⁴⁴.

No início do ano de 1982, Waldemar Pires também anunciou que organizaria um conselho de orientação para o clube, composto por empresários especializados em áreas distintas (O ESTADO DE SÃO PAULO, 17/1/1982, p. 26). Nesse sentido que foram contratados o psiquiatra Flávio Gikovak, Washington Olivetto, um dos mais premiados e famosos publicitários brasileiros, e o jornalista José Roberto de Aquino (SANTOS, 1990, p. 105). Trouxeram também Enéas Júlio Massaglia, que se tornou vice-presidente de propaganda e marketing, responsável pela criação do carnê Corinthians e jornal “Democracia Corinthiana” (SANTOS, 1990, p. 111), canal direto de comunicação entre o Corinthians e seus sócios, de divulgação dos feitos da gestão e das oportunidades de produtos que o Corinthians oferecia.

O próprio logo “Democracia Corinthiana” servira como uma marca criada pelo publicitário Washington Olivetto, como forma de divulgação do clube, de propaganda do Corinthians, principalmente a partir da eleição da diretoria de 1983. A divulgação da marca “Corinthians” foi uma preocupação destacada do publicitário. Em um jogo que seria realizado na Bahia, face à preocupação de nacionalização do clube, Olivetto organizou a equipe para saudar os torcedores baianos e agradecê-los pela presença neste jogo. Outro projeto desenvolvido era o de que o Corinthians deveria ter “correspondentes” internacionais em países centrais, nos quais houvesse um empresário corinthiano que se dispusesse a ajudar. A ideia era a de fazer pontes para auxiliar na organização das

⁴⁴ Reajustamos os valores pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC), apurado pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE), mas não podemos perder de vista que estes reajustes são formas de aproximação e não uma adequação real e exata do significado destes valores para os dias atuais. O período de apuração adotado levará em conta sempre o índice apurado pela FIPE proporcionalizado em relação ao período compreendido entre o mês de Janeiro do ano de referência do evento e o mês de Janeiro de 2012.

Arrecadação de 1982: Cr\$ 1.539.495.083,95 – Valor reajustado: R\$ 34.330.732,66;

Superávit de 1982: Cr\$ 694.751.319,11 – Valor reajustado: R\$ 15.492.950,94;

Arrecadação de 1983: Cr\$ 2.063.958.545,31 – Valor reajustado: R\$ 23.647.819,89;

Disponibilidade de 1983: Cr\$ 97.674.706,92 – Valor reajustado: R\$ 1.119.108,66;

Receita de 1984: Cr\$ 16.707.604.667 – Valor reajustado: R\$ 72.485.624,59;

Superávit de 1984: Cr\$ 9.488.693.001 – Valor reajustado: R\$ 41.166.513,84;

Disponibilidade de 1984: Cr\$ 153.298.401 – Valor reajustado: R\$ 665.082,19;

Títulos a receber em 1984: Cr\$ 2.944.566.500 – Valor reajustado: R\$ 12.774.945,67;

Valor aplicado em mercado de capital em 1984: Cr\$ 3.498.985.967 – Valor reajustado: R\$ 15.180.283,97.

excursões internacionais, recepção da equipe nesses locais e a divulgação de sua presença no país.

Também em 1982, o Corinthians assumiu um negócio com o Bradesco, num contrato de Cr\$ 200 milhões por treze meses. Segundo Flavio Ferrari, do departamento de Finanças, “o Corinthians saiu na frente e com esse contrato determinou os parâmetros das negociações que o clube pode fazer. Essa importância correspondia na época a cerca de um milhão de dólares”, já que esse foi o primeiro grande contrato de publicidade firmado entre uma empresa e um clube de futebol. Outra parte foi também do Bradesco abrir uma sede dentro do Corinthians (SANTOS, 1990, p. 52). É importante salientar que este contrato foi motivo de uma das tentativas de Vicente Matheus de depor o presidente Waldemar Pires. Matheus argumentava que o Conselho Deliberativo não teria sido consultado. Pires, por sua vez, argumentava que a importância desse contrato não deveria ser atrapalhada pelas disputas internas do clube. Dessa forma, apresenta-se uma diferença de perspectiva de gestão entre ambos.

Em fins de 1984 foi inaugurada uma loja de produtos esportivos dentro do parque São Jorge, em função de acordo entre a diretoria do clube e a marca Topper, com um contrato de mais de duzentos milhões de cruzeiros⁴⁵ (SANTOS, 1990, p. 53).

Outro ponto abordado por Adilson Monteiro Alves era a questão das “estrelas”. Para ele, o plantel deveria possuir várias “estrelas”, pois um time de estrelas é sinônimo de mercado aberto e lucrativo (SANTOS, 1990, p. 98). Não à toa, em sua gestão os jogadores foram valorizados, com aumentos salariais significativos.

O contrato do jogador Sócrates foi sendo constantemente renovado, a despeito do enorme assédio do futebol europeu pelo qual o jogador e a diretoria passavam. O jogador só foi vendido ao clube italiano Fiorentina quando a emenda da eleição direta para presidente foi rejeitada e o jogador já não se sentia mais motivado a continuar no país. Para conseguir arcar com o seu salário, jogador de destaque da seleção brasileira que ele era, o contrato renovado em outubro de 1982 apresentava duas formas de pagamento: uma como jogador de futebol, outra como garoto propaganda do clube, de publicidade exclusiva – por

⁴⁵ Valor corrigido: R\$ 867.696,19

meio da qual o Corinthians procurava um patrocinador. O Corinthians conseguiu, com isso, pagar 50% do contrato do atleta (SANTOS, 1990, p. 103-104). O mínimo que o jogador receberia de salário seria de Cr\$ 12 milhões⁴⁶, e tudo que fosse arrecadado a partir daí seria dividido igualmente entre as duas partes (Corinthians e jogador).

Ao final do Campeonato Paulista de 1982, que o Corinthians saiu vitorioso, o título da matéria da Folha de São Paulo enfatizava a eficiência da gestão corinthiana, “O preço do time campeão” (FOLHA DE SÃO PAULO, 12/12/1982, p. 37). Era descrito que o Corinthians havia realizado 73 jogos naquele ano, entre Taça de Ouro, Taça de Prata, amistosos locais e internacionais, excursões pela América do Norte e Central e jogos pelo campeonato paulista. Nas partidas por campeonatos foram arrecadados cerca de Cr\$ 375 milhões⁴⁷. Destaque era dado para o salário dos jogadores que era pago pelo clube em conjunto com contratos publicitários, além da propaganda nas camisas, que envolvia tanto o contrato com o Bradesco, o primeiro contrato de publicidade de Cr\$ 200 milhões do país, quanto com a Bombril, para o último jogo do campeonato paulista, em que se arrecadou Cr\$10 milhões. Este jornal acrescentava que havia sido “um projeto de diretoria que superou as expectativas”⁴⁸.

Em 1983, a Câmara dos Deputados realizou, a pedido de do deputado federal Márcio Braga, que também era dirigente do Flamengo, um ciclo de debates visando a promover um panorama sobre o esporte brasileiro, em que foram ouvidas as vozes de dirigentes da CBF, das federações, de alguns clubes, alguns jornalistas e o jogador Sócrates, além de dirigentes de outras modalidades esportivas. Divergindo do diagnóstico da CBF – descrito acima – estavam o vice-presidente de futebol do Corinthians, o jogador Sócrates e o representante da Revista Placar. Eles apontavam que a restrição da capacidade de arrecadação e captação de receitas dos clubes residia no amadorismo dos dirigentes, na dualidade do calendário e na divisão desequilibrada de poder entre federações e clubes. O depoimento de Adilson Monteiro Alves sintetizava o debate sobre a necessidade de modernização da gestão da entidade, que visava a acabar com a pressão feita pelos clubes

⁴⁶ Valor corrigido: R\$ 267.599,94

⁴⁷ Valor corrigido: R\$ 8.362.498,12

⁴⁸ Valores Corrigidos: Cr\$ 200 milhões: R\$ 4.459.999,00 e Cr\$10 milhões : R\$ 222.999,95

menores – pressão esta que tornava a liga nacional menos importante que os campeonatos regionais, considerados pelo dirigente como antieconômicos –; a estrutura do voto unitário, que reduzia o peso daqueles que realmente davam a sustentação do futebol nacional; e a necessidade de profissionalizar os dirigentes dos clubes (PRONI, 2000, p. 157).

Para Adilson Monteiro Alves, não se tratava de resolver o problema de arrecadação dos clubes através da captação financeira via marketing, caso fosse mantida a estrutura amadora dos clubes e da federação, mas era necessário profissionalizar por completo a administração, tornando o futebol um produto melhor. Também não bastava esperar a tutela do Estado para resolver esse problema. Portanto, era necessário travar um bom debate com o poder legislativo, que culminasse numa legislação que legitimasse a intervenção estatal (PRONI, 2000, p. 157).

No Corinthians, a inclusão do marketing se deu principalmente a partir da entrada do publicitário Washington Olivetto na diretoria do clube. Segundo ele, para conseguir tornar o Corinthians uma marca digna de atrair os anunciantes, era necessário, transformar a imagem que se tinha sobre o clube. Olivetto afirmava que:

para o Corinthians conseguir chegar a benefícios com anunciantes, tínhamos de mostrar que o Corinthians, apesar de ser o maior clube de massa do Brasil, não era só um clube só de massa. Por quê? Porque o anunciante também se interessa no formador de opinião e no poder econômico. Todo mundo sabe que o povão é corintiano, mas nem todo mundo sabe que o Antônio Ermírio também é corintiano Então a minha primeira função era deixar isso claro (fala de Olivetto no livro SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 77).

Dessa forma, a composição da chapa para o conselho deliberativo do Corinthians em 1983 também cumpria as funções de, ao se relacionar com o empresariado brasileiro, provar que o Corinthians era uma empresa séria para investimentos e utilização da imagem. Por isso, também a presença do José Bonifácio de Oliveira Sobrinho, o Boni, na chapa. Também segundo Olivetto, essa inserção cumpria uma função importante, de dar visibilidade ao Corinthians na mídia, de modo que

Chamei o Boni, pois ele é corintiano e na época mandava e desmandava na TV Globo. Isto poderia nos ajudar a melhorar a imagem do clube na principal emissora do país. E isso realmente funcionou. Gerou coisas como a novela Vereda Tropical, no qual Mário Gomes era jogador do Corinthians (in SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 85).

Para promover a ideia no marketing no uniforme corintiano, criando a cultura de estampas comerciais nas camisas, Olivetto criou a ideias de mensagens sociais. Dessa forma, “o anuncio de mensagens cumpria a função de divulgar o espaço nas camisas que poderia ser vendido” (SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 86). Em novembro de 1982, quando o espaço na camisa começava a ser vendido, o Corinthians entrou em campo com a mensagem “No dia 15, Vote”, e o CND (Conselho Nacional do Desporto) fez com que o clube retirasse tal escrito, uma vez que só se poderia transmitir mensagens comerciais e não políticas. De qualquer forma, o apelo pelo espaço deu certo, uma vez que o Corinthians fechou contrato de anuncio com a Bombril. Segundo o presidente Waldemar Pires, “como o Corinthians começou a ir bem nos campeonatos e a se classificar para muitas finais, era um ótimo negócio para os patrocinadores” (SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 86).

Neste momento, a televisão cumpriu um papel auxiliar no processo de consolidação da propaganda e do marketing através do esporte. Isso em função de a publicidade nas transmissões ao vivo ter se transformado num dos principais incentivadores do marketing esportivo. Exibir um jogo na televisão era tanto forma de criar vitrine para jogadores de um clube, como de obter contratos de patrocínio (PRONI, 2000, p. 158). A CBF foi uma das primeiras que utilizou o potencial mercantil do futebol, a partir da seleção brasileira, com contratos de fornecimento de material esportivo e de cobrança de direitos de transmissão dos jogos. Entretanto, no caso da liga nacional, a entidade ainda não tinha obtido sucesso, dada a utilização da liga como instrumento de manipulação e de trocas políticas e o caráter amador da administração dos clubes, que se potencializavam na desorganização dos campeonatos e instabilidade interna na direção dos clubes. Consequência dessa desorganização foi uma indisposição criada pelas empresas, que nesse primeiro momento ainda se colocavam timidamente e receosamente na posição de patrocinadoras dos clubes e ligas (PRONI, 2000, p. 159).

Dessa forma, a diretoria do Corinthians tentou promover algumas mudanças para tornar o marketing aplicado ao esporte viável. Elas visavam a melhorar “o conceito do produto (oferecendo um espetáculo de melhor qualidade ao consumidor e tornando-o mais atraente aos patrocinadores e à televisão), assim como implementar um gerenciamento mais profissional e racional” (PRONI, 2000, p. 158). Segundo o relato na Revista Placar, atribuído a Adilson Monteiro Alves, Sócrates e a ela própria, a solução para os problemas financeiros do futebol extrapolavam o marketing, sendo este apenas um de seus vetores de resolução,

Porque o problema do nosso futebol não é de marketing, sem desfazer desse valioso instrumento. Bastará, no entanto, tornar o produto melhor – no caso, mais racional –, que as armas para vendê-lo serão as mais simples, tal é o apelo da paixão futebolística. Poucas indústrias nesse país – e a do futebol era, em 1974, responsável por nada menos que 1,5% do PIB – têm tantas fontes de recurso (REVISTA PLACAR, 11/11/1983, “Vamos mudar o futebol”).

Estes foram alguns dos sentidos que ainda a diretoria do Corinthians tomou rumo ao processo de modernização do futebol para que o clube se adequasse à estrutura de organização desse esporte, de modo a incorporar às exigências que o mercado fazia para a intensificação deste como mercadoria e como valorização de outros ramos da produção.

O Corinthians também buscou excursionar para o exterior como forma de arrecadar dinheiro, colocar seus jogadores numa vitrine internacional para serem valorizados e de projetar a marca internacionalmente. Em uma de suas excursões ao Japão, no início de 1984, o Corinthians realizou nove jogos, rendeu ao clube uma arrecadação de milhões – sendo parte de um projeto para lançar o Corinthians internacionalmente, no país onde era realizado o mundial de clubes. Tal excursão tinha dois objetivos. O primeiro deles era promover a marca do Corinthians internacionalmente a partir da visibilidade que o jogador Sócrates tinha naquele país, de modo a promover uma grande arrecadação com isso. Interessante é observar as imagens de uma revista japonesa, na qual se dava muito mais visibilidade ao jogador, uma das vitrines da seleção brasileira, em conjunto com o Zico, do que ao próprio clube. Em segundo lugar, a ideia de Adilson Monteiro Alves era de tornar o Corinthians um clube de títulos importantes, e além de visar a libertadores,

vislumbrava o título mundial, conquistado no início da década de 1980 pelo Flamengo e pelo Grêmio. Para tanto, a excursão também serviria como forma de ambientação dos jogadores ao país, no qual se esperava disputar um campeonato no final do ano. O que a diretoria do Corinthians percebeu é que para um time que tem um jogador internacionalmente conhecido como Sócrates, uma partida do campeonato paulista arrecada muito menos que um amistoso internacional.

Antes da saída de Sócrates, o Corinthians excursionou pela América Central. Tal viagem, que foi o motivo da saída de Jorge Vieira do Corinthians, era composta de alguns amistosos na Jamaica e no Caribe, no qual a presença do jogador Sócrates era cláusula de contrato. Nesse sentido, é notória como a presença de um jogador de seleção brasileira abria portas para o clube se promover internacionalmente, atribuindo às excursões um caráter maior do que simplesmente vitrine para venda de jogadores, mas para arrecadação financeira e promoção da marca “Corinthians”.

Segundo uma reportagem do O Estado de São Paulo, a média de arrecadação em cada partida do campeonato paulista de 1982 é menos da metade do valor cobrado para cada jogo de excursão (O ESTADO DE SÃO PAULO, 29/08/1982, p. 43, “O CORINTHIANS TAMBÉM BUSCA MERCADO EXTERNO”). Segundo Adilson Monteiro Alves, nessa mesma reportagem, “Na verdade, mesmo para nós, que temos uma torcida fiel e somos o time que mais arrecadou no campeonato até agora, uma excursão como esta vem sempre em boa hora e ajuda a equilibrar as finanças do departamento”.

Um dos motivos que criavam essa discrepância de arrecadação, e que era levantado pela diretoria corinthiana como imperioso de mudança, referia-se à estrutura organizativa dos campeonatos que eram disputados. Além da desorganização e falta de planejamento, outro ponto ruim era o fato de que estes eram organizados a partir de critérios quase clientelistas para escolhas de clubes, promovendo campeonatos “cada vez mais inchados e menos rentáveis” (REVISTA PLACAR, 11/11/1983, “Vamos mudar o futebol”, p. 22-23). Para Adilson Monteiro Alves, o campeonato nacional é

um festival eliminatório, que nem sempre premia o melhor time, porque o consagrado método de cada jogo valer dois pontos raramente impera. A Taça de Ouro, apesar de bem melhor hoje do que ontem, ainda padece do gigantismo que a impede de ser disputada em turno e returno, com pontos corridos, sem chaves e repescagens e coisas do gênero (REVISTA PLACAR, 11/11/1983, “Vamos mudar o futebol”, p. 22-23).

Já o Campeonato Paulista era inflado de equipes em cidades muito pequenas, em que os jogos eram pouco atrativos e, por conseguinte, a arrecadação destes não pagava o dia dos jogadores e a viagem. Segundo um levantamento do Jornal Folha de São Paulo, enquanto um clássico do campeonato paulista de 1983 tinha uma arrecadação média de Cr\$ 38 milhões⁴⁹, a média dos clubes grandes têm sido Cr\$ 19 milhões e as dos clubes pequenos têm sido de Cr\$ 3,152 milhões (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/7/1983, p. 24, “GRANDES E PEQUENOS DO FUTEBOL PAULISTA”). Isso levou a um debate travado entre Adilson Monteiro Alves e os clubes pequenos em 1983, pelo prejuízo que o Corinthians teve nas partidas disputadas no interior do estado, durante o Campeonato Paulista. O dirigente defendia que a taxa de público não era um problema no campeonato nacional, a Taça de Ouro. Tal obstáculo estava localizado nos campeonatos estaduais, devido à pressão política que os clubes pequenos faziam para participar e jogar contra os times da capital. Em entrevista ao jornal Folha de São Paulo, Adilson Monteiro Alves afirmava que

desde 1977 as pesquisas mostram que o torcedor comparece menos nos jogos de torneios estaduais, porque ele não motiva ninguém. Os preços dos ingressos continuam defasados no futebol, em relação a outros espetáculos, mas também não pode subir, porque o povo não teria condição de pagar. E se o torcedor não prestigia um espetáculo que já não custa o mínimo possível, imagina-se que seja a fórmula de disputa que deva ser alterada. A maratona imposta pelo interesse dos clubes do interior em jogar duas vezes com cada um dos grandes aumenta a fuga de público, é esse ponto fundamental da luta que estamos travando (FOLHA DE SÃO PAULO, 17/7/1983, p. 32).

Esse debate fez com que o presidente da Ferroviária, Antônio Parelli Filho, lançasse diversas críticas à Democracia Corinthiana, afirmando que esse problema do clube estar tendo prejuízo nos jogos do campeonato paulista é em função “de o jogador mandar e

⁴⁹ Valores corrigidos: CR\$ 38 milhões corresponde a aproximadamente R\$435 mil reais; Cr\$ 19 milhões corresponde a aproximadamente R\$ 217 mil, Cr\$ 3,152 milhões a R\$ 36 mil.

desmandar” (FOLHA DE SÃO PAULO, 24/7/1983, p. 29, Luis Fernando Rodrigues), como se o imperativo da modernização fosse ocasionado pelos jogadores que estariam abusando na especulação de seus salários.

Entretanto, para Adilson Monteiro Alves, o que era necessário era que se olhassem os clubes como “massas que realmente contem no cenário nacional” (REVISTA PLACAR, 11/11/1983, “Vamos mudar o futebol”, p. 22-23). Para ele, também no futebol “quem não tiver competência não deve estabelecer-se”, de modo que “propõe-se um caminho para o crescimento dos menores – através das segundas e terceiras divisões – se dê por meios eminentemente técnicos e não políticos”.

Essa proposta explicita uma concepção de futebol que se aproxima de critérios econômicos e técnicos na sua constituição e não políticos. Tornar o futebol uma empresa rentável, nesse momento, significava, em primeiro lugar, distanciá-lo de um caráter eminentemente político, já que este não seria o primeiro critério para sua organização. Isso tem implicações sobre a gerência dos clubes, segundo o diagnóstico de Adilson Monteiro Alves, já que estes deveriam deixar de ser currais eleitorais⁵⁰ para se tornarem espaços em que os dirigentes fossem profissionalizados, “levando-os a assumir responsabilidades à frente das entidades e permitindo que se exija deles o mesmo rigor com que tratam de seus normalmente bem sucedidos negócios particulares” (REVISTA PLACAR, 11/11/1983, “Vamos mudar o futebol”, pp. 22-23).

Em segundo lugar, esse conflito entre pequenos e grandes clubes explicita a tensão que se conforma como consequência da modernização no futebol. Assim como apontamos no início do capítulo, o sentido da modernização aprofundava as desigualdades e a concentração de capital. O mesmo se colocou como uma tendência, que até hoje demonstra frutos, na esfera do futebol. Nesse sentido, os clubes pequenos seriam aqueles que tenderiam à inanição e ao desaparecimento, ou a um papel de acessório dos clubes grandes, já que sua própria localização espacial se tornou impeditiva, em função das

⁵⁰ Segundo Paulo Silveira, em reportagem do Jornal A Folha de São Paulo, “Cabe lamentar que a direção, tanto da Federação Paulista, quanto dos clubes grandes e pequenos – sempre serviu de passaporte para a busca de cargos políticos, sobretudo eletivos. Assim o inchaço do campeonato paulista com equipes de tantas cidades do interior foi sempre bem vista por dirigentes com interesses eleitoreiros” (A FOLHA DE SÃO PAULO, 30/7/1983, “GRANDES E PEQUENOS DO FUTEBOL PAULISTA”, p. 24).

barreiras mercantis aprofundadas pela modernização. Por isso, também pela pressão política colocada por esses clubes, o processo de modernização não se dava de uma forma tranquila ou sem resistências, sendo que estas também se manifestavam no interior das federações.

Dessa forma, buscar esse sentido modernizante que se procedeu nas gestões da Democracia Corinthiana é entender que por trás da radicalização dos rumos que se procederam com uma vanguarda de jogadores no clube, havia um sentido de desenvolvimento empresarial da gestão – de tornar o Corinthians um “produto” mais valorizado, mais rentável. O projeto de abertura, pensando desde a eleição de Waldemar Pires, em 1981, denotava o sentido de se pensar uma gestão mais profissional do clube, uma vez que o sentido do termo visava à exploração de profissionais qualificados para cada área da administração corinthiana, em contraposição a uma ideia de centralização nas decisões no presidente. Tal ideia intensificou-se ao longo de 1981, em especial após os fatos que culminaram na saída de Vicente Matheus da vice-presidência, e a entrada de Adilson Monteiro Alves, como diretor de futebol, que trouxe a mentalidade de um sociólogo ao futebol brasileiro, que acreditava que o sentido do futebol-empresa viria a firmar-se.

Nesse sentido, o que percebemos é que a modernização promovida pela Democracia Corinthiana, além de pensar a racionalização dos meios de gestão de um clube de futebol, na medida em que respondia às tensões que eram fruto das relações de trabalho internas ao clube, com a participação dos jogadores, também se apresentava como um sujeito dentro do quadro que se iniciava de modernização conservadora do futebol brasileiro. Significava empreender um desenvolvimento do clube de futebol Corinthians enquanto uma empresa que não estivesse completamente subordinada economicamente e culturalmente aos padrões internacionais. Isso se expressava na intenção de promover a marca Corinthians internacionalmente como viável e rentável, ao passo que também pretendia trazer para o clube jogadores de renome internacional, ou mesmo manter o Sócrates no elenco, de modo a não se submeter às pressões dos clubes europeus para compra destes mesmos.

Em segundo lugar, a tentativa de manter os jogadores mais famosos dentro do clube, respondendo a essa pressão, colocava como imperativo a valorização salarial dos mesmos, um dos aspectos centrais da relação da diretoria com os jogadores em momentos de renovação salarial. Além disso, no trato com os jogadores, a diretoria já tentava implementar uma relação de trabalho mais avançada, tirando do escuro a relação capital e trabalho, de modo a acomodá-la harmoniosamente no interior do clube, da forma menos conflitiva possível, marcando o ambiente de “união” dentro do clube. Com isso, a diretoria buscava reconhecer o direito do jogador de futebol enquanto um “cidadão moderno”, trazendo a gênese da ideia de trabalhador da bola. Entretanto, é importante salientar que, nesse caso, não rompia com o espectro da modernização conservadora, pois, por mais que ainda que não os tratasse simplesmente como objeto ou propriedade do clube – ao permitir sua participação em decisões –, não foi possível avançar para a obtenção do livre contrato de trabalho.

Tal projeto enfrentou diversas dificuldades e impasses, não se impondo diante das pressões, já que sofreu boicotes dos grupos oposicionistas. E o próprio “emancipar” aos jogadores, às vezes, trazia problemas ou contradições que tornavam o projeto inviável (como o caso do jogador Zé Maria ter sido escolhido técnico, ou os impasses fruto de polêmicas declarações de Casagrande, sobre Leão, sobre o técnico Jorge Vieira, dentre outros), ou que ataçavam olhares oposicionistas.

Além disso, externamente ao próprio Corinthians, a situação política do país que se mostrava favorável a saídas “não conservadoras” recrudesciu após a derrota da emenda Dante de Oliveira, encaminhando a política do país para a saída do pacto conservador em torno da eleição indireta de Tancredo Neves. Em função da complexidade do período histórico, aliada à saída do principal jogador, Sócrates, a Democracia Corinthiana perdeu a sua visibilidade e o apoio provindo desses fatores (como o apoio do jornal A Folha de São Paulo). Também as pressões do futebol europeu tornavam inviáveis para um clube de um país de periferia, em meio à grave crise econômica, manter seu principal “craque” Sócrates.

Nacionalmente, no cenário do futebol e de suas principais instituições (como a CBF e o CND), a modernização da modalidade se dava em ritmo demasiadamente lento (processo que só veio a se consolidar de fato ao final da década de 1980, em especial após a realização da Copa União). Dessa forma, ainda que o Corinthians conseguisse ditar outros ritmos para seu processo de modernização, tal estrutura impedia os avanços deste clube, fazendo com que este disputasse campeonatos e fosse atrelado a uma organização legal-administrativa praticamente incompatível com o processo que o clube alvinegro pretendia implementar (campeonatos inflados, com jogos em lugares pequenos, afastavam as possibilidades de patrocínios).

Dessa forma, percebemos que esse processo de modernização no Corinthians também se apresentou, tendo como referência as análises de Florestan Fernandes, como fruto de racionalismos econômicos, mas também do processo da luta de classes, de modo que a sua própria derrocada acompanha a saída conservadora apontada para a crise política brasileira da década de 1980. Mais do que uma forma de gestão liberal, incompatível com as votações dos jogadores, esse processo é fruto dessas duas vertentes, como resposta ao momento de incertezas e crise e à transição no futebol brasileiro⁵¹.

O sentido modernizante da gestão do Corinthians também desenvolveu relações de trabalho diferentes entre os jogadores de futebol. Combinado a um momento muito particular da história brasileira, de efervescência política e de ascensão das lutas de massas, esse processo de modernização foi realizado a partir de sujeitos e rumos que dialogavam com aqueles que disputavam a política nacional. E, nesse processo, os jogadores de futebol tornam-se sujeitos, sendo na Democracia Corinthiana o ápice desse engajamento.

No próximo capítulo, intentaremos refletir sobre qual é o papel desses jogadores nesse processo. Esta questão é fundamental, pois estes se colocaram à frente das

⁵¹ Nesse sentido, nos diferenciamos das análises de Florenzano (2003), pois este negava que a modernização corrente no Corinthians fosse algo positivo (sequer assumia que ele existisse enquanto tal, apenas se referindo a um projeto de gestão liberal). Também nos diferenciamos de Santos (1990), pois este vislumbra o surgimento do futebol - empresa de forma bastante próxima a nós, mas este autor não vislumbra que a relação com o cenário externo a clubes seja contexto político, panorama do futebol internacional ou relação com a CBF.

discussões sobre os rumos do país, conscientemente intervindo para tentar imputar outro rumo à reabertura democrática brasileira. Entretanto, ainda é questão aberta na agenda de pesquisa a compreensão da relação que estes estabeleciam entre esses dois processos. Para tanto, cabe-nos refletir sobre o grau de consciência e engajamento que eles obtiveram com os debates da modernização do futebol. Se a Democracia Corinthiana contribuía para romper com a visão paternalista sobre o jogador de futebol, qual outro papel esta atribuía a este personagem? Como os jogadores se identificavam como categoria ou classe social? Nesse sentido, quais direitos [e deveres] eles reivindicavam? Essas questões também se relacionavam a diretoria do clube? Afinal, essa filosofia de trabalho da “abertura”, no momento histórico de greves e protagonismo dos trabalhadores, culminou na possibilidade e tentativa por parte dos jogadores de desenvolver uma vanguarda dentro do clube. No entanto, qual foi o seu grau de autonomia? Em um ponto desse processo, a resposta da diretoria foi a iniciativa de repressão, materializada na tentativa de demissão de Casagrande e desarticulação das demais "lideranças" do grupo. Isto tendo em vista que é necessário pensar como essa relação se deu em outros momentos, seja naqueles cuja postura era de acomodação, seja naqueles de confronto velado, ou mesmo em que termos se constituiu uma aliança. Portanto, no próximo capítulo nos deteremos sobre esse aspecto: como se dava a participação dos jogadores no momento de modernização pelo qual o clube passava.

6 DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO DOS JOGADORES DE FUTEBOL DA DEMOCRACIA CORINTHIANA

No bojo do entendimento do contexto de modernização do futebol brasileiro e da intervenção do clube corintiano nesse cenário, a ideia é pensar com que qualidade os jogadores intervieram nesse processo. A razão de focar nos jogadores durante o percurso de investigação da modernização corinthiana é devido à formulação de um espaço de debate com os atletas sobre os rumos desse processo. Dessa forma, entendemos que a conjuntura histórica marcada pela organização dos movimentos sindicais e sociais – na qual estes agentes começaram a se reivindicar sujeitos dos rumos da política brasileira – e, fruto do mesmo processo, a emergência do espaço no qual o jogador de futebol podia ser visto como cidadão, sujeito político, coloca concretamente a possibilidade de estes mesmos intervirem. Nosso intento é observar como estes se relacionaram com a proposta da diretoria corinthiana e como intervieram. Para tanto, estudaremos os entraves históricos da profissão de jogador de futebol, tanto nas condições estruturantes da profissão em si, quanto nos elementos que historicamente possibilitaram e/ou dificultaram a participação política dos mesmos.

Entender os condicionantes da profissão de jogador de futebol significa estudar como se conforma e se conformou historicamente o ofício, enquanto forma de trabalho. Nesse sentido, é uma questão importante observar as esferas de valorização e desvalorização desses sujeitos, de modo a construir dois caminhos. O primeiro deles é entender o que torna o jogador de futebol valorizado, o que, nas palavras de Damo (2007), baseado em Bourdieu, atribui capitais futebolísticos a esses sujeitos. Em segundo lugar, significa desmistificar um entendimento da profissão pautada apenas pela fetichização da carreira. Isso significa observar que além dos profissionais mais valorizados, há mesmo nos times ditos “grandes” uma série de trabalhadores da bola que ficam em segundo plano. Desse modo, buscaremos entender o que configurou historicamente a ideia de trabalhadores da bola.

Antes desse panorama estrutural da profissão, buscaremos entender como os sujeitos da Democracia Corinthiana intervieram e se relacionaram com ela. Para tanto, observaremos como os jogadores, dirigentes e técnicos do plantel corintiano mediavam como sujeitos políticos sua relação com os diferentes sentidos atribuídos à participação. Em seguida, buscaremos observar especificamente como os jogadores se colocavam nessa esfera de participação, para a reivindicação de seus direitos, de modo a entender quais seriam esses direitos e como eles os pautavam.

Por isso, começaremos por desmistificar o que foi democracia para esses sujeitos, para reconstruir o que era esse espaço e como ele era aberto a sua participação.

6.1 Os sentidos da democracia para os sujeitos da Democracia Corinthiana

A Democracia Corinthiana, quando situada no contexto complexo da década de 1980, suscita questões teóricas e práticas sobre o significado de seu sentido democrático frente aos acontecimentos que tomavam o cenário político. O entendimento da reabertura democrática era múltiplo para os diversos agentes, desde aqueles que pensavam a distensão do regime militar, os próprios militares, quanto aqueles na franja que unia desde a oposição "interna" ao regime àquela mais radical (ambas unidas nas manifestações políticas de rua da campanha das "Diretas-já"). Nesse sentido, o contexto no qual a Democracia Corinthiana se inseriu, fez com que ela carregasse dentro de si visões distintas sobre a democracia – debate que naquele momento não passava ao largo dos acontecimentos conjunturais brasileiros, como podemos perceber nas falas dos sujeitos da Democracia Corinthiana.

Por isso, fizemos uma incursão inicial buscando compreender quais as visões de democracia que se colocavam em plano no movimento corintiano. Tal identificação nos permitirá dois movimentos: i) entender a partir dessas concepções explicitadas pelos sujeitos quais os sentidos que se pretendiam; ii) compreendermos quais eram os limites e possibilidades ideológicas da Democracia Corinthiana, em posição contraditória e não unitária dentro dos debates da reabertura democrática. Essa reflexão é importante na medida em que esclarecer este cenário nos possibilita entender os vínculos entre este modo

de gestão e o projeto modernizante implantado no clube, e qual o sentido da participação que os jogadores alcançaram naquele momento. Estes dois pontos são fundamentais para a reflexão de como os jogadores intervieram no processo de modernização e na estrutura do futebol brasileiro.

É importante ressaltar que o termo Democracia Corinthiana não se deu como uma criação coletiva dos jogadores de futebol do Corinthians, mas como um termo sugerido pelo jornalista Juca Kfoury, num debate sobre os rumos do clube. A partir daí, o publicitário do clube, Washington Olivetto, utilizou-o para identificar o momento pelo qual passava o Corinthians, expressando-o na marca “Democracia Corinthiana”, que virou o nome do jornal do clube e da chapa de reeleição de Waldemar Pires e, posteriormente, a de Adilson Monteiro Alves. Posteriormente, a Democracia Corinthiana também passou a ser identificada como o elenco que foi bicampeão paulista de 1982-1983, e foi fruto de inscrições nas camisas dos jogadores.

Dessa forma, percebemos que a construção do sentido da Democracia Corinthiana não foi algo planejado pelos jogadores de futebol. Entretanto, o termo foi associado e repetido como um consenso entre eles - a comissão técnica e os dirigentes - retratando, muitas vezes, essa problemática de forma apologética, inserindo-a nos embates conjunturais da luta pela democratização da sociedade. Nesse sentido, na medida em que esta questão se insere num momento decisivo, é importante situar como se constrói o consenso em torno do termo “democracia”, para desmistificá-lo.

Moraes (2001) retoma Norberto Bobbio para refletir a problemática da democracia, debate que deve ser exposto, uma vez que “a linguagem política é notoriamente ambígua. A maior parte dos termos usados no discurso político tem significados diversos”, por “terem passado por longa série de mutações históricas” (BOBBIO, 1986 *apud* MORAES, 2001, p. 16). Por essa linha, como enfatizado por Moraes, a palavra democracia pode ser entendida em muitos sentidos “exatamente porque os embates ideológicos dos últimos séculos agregaram a seu campo semântico concepções distintas e até opostas” (MORAES, 2001, p. 16). O autor afirma que “atribuir valores e outras qualidades à democracia na suposição de que o termo seja empregado essencialmente no mesmo sentido é servir-se de fórmulas ocas” (MORAES, 2001, p. 16).

No entanto, vale situar que os anos de ditadura militar no Brasil, em conjunto com os debates do chamado eurocomunismo, fizeram com que surgisse uma expectativa unívoca ou unânime com relação à democracia. Assim sendo, a reivindicação por democracia contida na agenda da campanha das “Diretas Já”, confluiu num sentido pretensamente universal, homogeneizando os sentidos contidos nas aspirações democráticas dos movimentos populares, sindicais, partidos políticos etc. Essa homogeneização ganha espaço no debate teórico com o texto de Carlos Nelson Coutinho “A democracia como valor universal”, no qual o autor afirma que a democracia, no sistema capitalista, teria um papel fundamental de construir os pressupostos políticos do socialismo. O autor reconhece que existam diferenças nas concepções e sentidos da democracia entre as correntes que se propunham a representar os interesses populares. Entretanto, ele salienta que não se podia perder de vista “aquilo que une a todos os opositoristas, ou seja, a luta pela conquista de um regime de liberdades políticos-formais que ponha definitivamente termo ao regime de exceção” (COUTINHO, 1979, p. 34). Para este autor, a democracia pode ser definida nos seguintes termos: “a partir da pluralidade dos sujeitos políticos, autonomia dos movimentos de massas frente ao Estado, liberdade de organização e a legitimação da hegemonia através da obtenção do consenso majoritário” (COUTINHO, 1979, p. 36).

O sentido de valor universal da democracia é identificado no Brasil, segundo a visão deste autor, pelo consenso construído a partir das liberdades concedidas no processo de distensão do regime militar, que culminou na campanha das “Diretas Já”. Segundo ele, não se podia crer que alguma formação popular responsável pudesse colocar “em dúvida a importância dessa unidade em torno da luta pelas liberdades democráticas tais como essas são definidas, entre outros, no atual programa do MDB” (COUTINHO, 1979, p. 34). Porém, ao longo do tempo essa visão recebe duras críticas, em função de não se poder atribuir à democracia um valor unívoco, universal e/ou consensual; e também por entender que dentro do processo de reivindicação da democratização brasileira, os sentidos e rumos que se pretendiam com tal luta não eram unânimes.

Por isso, reconhecer o “valor universal” da democracia não tornaria mais explícito seu sentido e tampouco com mais estatuto de verdade, apenas demonstraria um

consenso, que não registra inerentemente um conteúdo prático, pois “a verdade de um valor não decorre de sua força como ideia” (MORAES, 2001, p. 16), mas de seu conteúdo objetivo na realidade. Moraes (2001), retomando a “Introdução à Crítica à Filosofia do Direito de Hegel”, de Marx, diz que o projeto burguês se construiu como representante de interesses que seriam pretensamente universais, no qual ficava oculto seu caráter de dominação de classe, tornando-se, assim, hegemônico. A partir dessa leitura, podemos entender que a democracia, construída na modernidade a partir da dominação burguesa, constituiu-se como mais um desses elementos do projeto da classe burguesa que tem aparência de universal. Em decorrência, o autor afirma que “para impor seu valor, as ideias dominantes têm de assumir uma forma de universalidade. Mas nem por isso perdem seu conteúdo de classe” (MORAES, 2001, p. 16). É diferente respeitar valores e preconizar a preservação de arcabouços, por isso, antes de defender valores ditos democráticos, devemos entender o que estão contidos neles, de modo que

o mesmo arcabouço pode, com efeito, suportar valores mais opostos (...). Não há relação constante (ou como diria Coutinho, ‘identidade mecânica’) entre instituições e ideais políticos. ‘Arcabouços’ objetivados pela luta de massas, como o sufrágio universal, podem se pôr a serviço de causas retrógradas, como o bonapartismo e o nazismo. Mesmo porque até as mais belas ideias podem encobrir os mais sórdidos interesses (MORAES, 2001, p. 25).

Essa reflexão coloca em atenção quais são os diferentes sentidos que a democracia pode obter. Deste modo, mesmo que entendamos a democracia enquanto forma ou mudança de distensão nas relações de trabalho, é fundamental observarmos qual a decorrência desse processo – qual o conteúdo a ser defendido. Esse é o interesse de nossa pesquisa neste momento: a partir das falas dos diversos jogadores sobre a democracia, buscaremos entender como cada sujeito atribui significado a essa participação.

Por esse caminho, pretendemos evidenciar, a partir do discurso dos sujeitos envolvidos nesse processo, como diferentes concepções se entrelaçavam na representação dos significados de democracia. É importante salientar que, desde a eleição de Waldemar Pires para presidente do Corinthians em 1981, já se explicitava uma via de abertura que seria promovida por este durante sua gestão, que foi posteriormente imputado à

Democracia Corinthiana. Há uma relação na utilização do termo abertura e o contexto histórico da década de 1980, como relatamos no primeiro capítulo, uma vez que a própria ditadura visava a promovê-la de forma "lenta, gradual e segura". Logo, os militares, ao invés de realizarem uma democratização da sociedade que permitisse ou possibilitasse a participação dos movimentos sociais e sindicais na estrutura de poder, apenas dirigiram uma transição para um governo civil que não rompesse com o projeto de desenvolvimento implantado pela ditadura.

Ainda a palavra abertura se identificava com o discurso sobre a inexorabilidade do golpe. Isso porque teria sido necessário restringir a democracia, na década de 1960, em face de ameaça comunista, para dar conta de fazer as mudanças necessárias ao desenvolvimento do país e, uma vez que o problema tivesse sido resolvido, poderia haver o fim do estado de exceção. Tal justificativa é bastante semelhante ao discurso de Waldemar Pires acerca da abertura no Corinthians. O presidente afirmava que sua abertura era uma continuidade da gestão centralizada de Vicente Matheus. Defendia que Matheus teria precisado concentrar poder em função dos problemas que o Corinthians passava até então. Mas, uma vez superada essa crise, agora era o momento de promover a abertura a qual ele se propunha.

Ainda que a abertura promovida por Waldemar Pires tenha se assemelhado ao discurso militar sobre a transição "lenta, gradual e segura", é importante ressaltar que alguns de seus sujeitos se distanciam dessa similitude, como veremos mais adiante. O termo abertura fora utilizado pela imprensa e pelos jogadores e dirigentes para descrever o processo que se desencadeava dentro do Corinthians. Em entrevista concedida à autora, Wladimir admite que se ao invés de democracia tivesse descrito tal processo como "abertura", o movimento poderia ter tido uma rejeição menor. Essa fala do jogador demonstra que a radicalidade que o termo democracia poderia significar não necessariamente corresponderia à forma como o Corinthians funcionava naquela época – visão que ficará mais evidente quando expusermos o seu pensamento sobre o processo.

O discurso de Waldemar Pires marca a questão da abertura relacionando-a à descentralização, revelando a proximidade com o seu intento de gestão mais racional, que englobasse profissionais especializados para comandar as diferentes diretorias do

Corinthians. Suas falas nos jornais, no final da eleição do clube em 1983, apelam para um sentido de continuidade de modelo de gestão ratificado pelo método descentralizado, como podemos observar na seguinte declaração feita ao jornal Folha de São Paulo: “*A descentralização será intensificada (...). O resultado das eleições respalda a administração descentralizada que implantamos no Corinthians e nos autoriza a aprofundar essa mudança democrática*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/03/1983, p. 13, “Vitória da Democracia Corinthiana foi fácil”). O final da fala do presidente evidencia o seu entendimento de democracia como descentralização, que significava deixar os vice-presidentes organizarem autonomamente suas áreas de competência. Temos duas decorrências dessa concepção. A primeira é que o presidente do Corinthians considerava que as decisões que ele tomava no sentido de racionalizar a gestão do clube, tornando-a mais compatível com o funcionamento de uma empresa, era um aprofundamento da democracia.

Em segundo lugar, o departamento de futebol poderia organizar-se internamente da maneira como seu responsável designasse, e por isso, não houve problemas quando Adilson Monteiro Alves resolveu implantar as votações. Na medida em que foram gerados resultados positivos, houve o apoio do conselho deliberativo e criou-se um clima de harmonia no Parque São Jorge (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/04/83, p. 24 “Valdemar Pires garante democracia no parque”). Dessa forma, mais do que uma defesa incondicional do modelo implantado no departamento de futebol, o presidente do clube alvinegro enfatizava os seus benefícios promovidos, que o fez garantir que Adilson permanecesse, de modo que, segundo o cartola,

o movimento democrático implantado no Corinthians transformou-se num processo importante. Ele vai continuar e talvez servir de exemplo para outros clubes brasileiros. Se no passado as reuniões [do conselho] eram bastante conturbadas, a tranquilidade agora é indicação segura de que reina a harmonia no Parque São Jorge (FOLHA DE SÃO PAULO, 15/04/83, p. 24 “Waldemar Pires garante democracia no parque”).

Já Adilson Monteiro Alves relacionava a questão de democracia realizada no Parque São Jorge com o contexto político. De tal modo, explicitava um uso do termo como um agente defensor de uma transição da ditadura para a democracia, enfatizando que o

movimento era importante por contestar arestas mais conservadoras, calcadas no universo do futebol, e por isso, sofria críticas, das quais se defendia, afirmando que:

algumas críticas e informações apressadas como reflexo do que representa a experiência corintiana numa estrutura conservadora, em alguns momentos reacionária, como é a do futebol. Tem gente que não consegue compreender o que está acontecendo, avança informações que não têm nada a ver com a realidade. Nós mesmos, somos a favor da mais plena democracia, às vezes temos dificuldade em dar respostas aos problemas. Imagine quem não gosta de democracia e viveu 20 anos sem exercitá-la. Não pensei nem por um instante em renunciar e já criaram a minha demissão. Dizem que a experiência da abertura está sendo votada e ela é a única coisa que tem unanimidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/03/1983, p. 22 “Travaglini promete menos conversa e mais futebol”).

O dirigente explica o surgimento da democracia a partir de uma proposição **dele mesmo**⁵² numa reunião de 1981, na qual, segundo ele, “*propus: vamos discutir a partir daí. Eles toparam. E a coisa colou*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 25/03/1983, p. 22 “Travaglini promete menos conversa e mais futebol”). Percebe-se nesse relato o surgimento da participação dos jogadores como algo que não foi gestado como reivindicação do próprio grupo, mas como uma sugestão do dirigente, incorporada a partir de uma consulta ao plantel para referendar seu método de trabalho. Dessa maneira, por mais que os jogadores encampassem essa ideia dali em diante, a iniciativa não foi do coletivo organizado, mas de um dirigente. Por isso, podemos entender que este propunha forjar um tipo de liderança não autoritária, uma vez que são vários os relatos em que ele decidia a forma de encaminhamento das questões antes de consultar o plantel, como os casos da contratação de Leão, da nomeação de Zé Maria como técnico e o do embarque de Casagrande para excursão à Trinidad e Tobago.

⁵² A tese de Adilson ser o principal proponente do sistema de votação é também reforçada em outras reportagens elencadas. Wladimir afirma em sua entrevista que “Adilson reuniu o grupo todo. Massagista, roupeiro, técnico, atletas. Cada um expunha aquilo que achava, por que nós fracassamos. E daí a gente resolveu nessa reunião que a gente decidiria tudo coletivamente. Que tudo seria decidido na base do voto, e que tudo ia ser contado a maioria. Adilson Monteiro que propôs. Normalmente no futebol as coisas acontecem de cima para baixo. É um diretor que se acha, um técnico, que se acha, que chega impondo regras. E nesse momento, achamos que estávamos nos valorizando. Nós tínhamos a liberdade de opinar e a responsabilidade com os resultados”. (Wladimir, em Entrevista concedida à autora em 10/03/2012)

Para Adilson Monteiro Alves, o significado dessas discussões foi que “*não existia autoridade absoluta, mas sim liberdade e responsabilidade*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 09/04/83, p. 28). Ademais, para tal dirigente, o significado de democracia pode ser identificado a partir de uma pergunta feita pela Revista Placar, na qual se questionava se não existia a possibilidade de o plantel decidir sobre a não necessidade de preparação física. Para esta questão, Adilson responde: “*ai deixa de ser democracia, passa a ser anarquia, passa a ser um grupo de incompetentes e irresponsáveis. A responsabilidade é um fundamento da democracia*” (REVISTA PLACAR, 08/04/1983, p. 17, “A democracia se consolida”). Percebemos neste trecho uma concepção de democracia que está intrinsecamente relacionada à responsabilidade e autonomia.

Para o técnico Mário Travaglini, identificado como o principal treinador da Democracia Corinthiana, o sentido democrático implícito na experiência estava relacionado ao seu estilo de trabalho, reconhecido como uma forma na qual ele não gritava, respeitava e ouvia a opinião do jogador sobre as táticas de jogo – conforme relato de Wladimir, em entrevista concedida à autora. Segundo o treinador, “*Eu implantei, e o Adilson veio logo depois*”. Travaglini afirmou que “*essa vivência democrática e aberta que tivemos neste ano e meio não me foi novidade. Sempre agi assim, seja no Palmeiras, no Vasco da Gama ou no Fluminense*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/03/1983, “Travaglini sai, desanimado e desgastado”, p. 28). Segundo ele, em entrevista à Revista Placar

Não sou paternalista. Sou coerente. O que consegui fazer no Corinthians sempre fiz nos outros clubes. Aqui, no São Paulo, já existe a caixinha dos jogadores, que multa quem não cumpre os horários e as normas do clube. É uma entidade disciplinadora, normativa, dirigida pelos próprios jogadores. **Democracia, afinal, é isso. Dar condições para que o grupo se fiscalize em seu próprio benefício** (REVISTA PLACAR, 17/06/1983, p. 30, “A democracia do Morumbi”, grifos nossos).

Nessa fala, Mário Travaglini expressa que sua concepção de democracia também envolve conteúdos diversos, como ocorreu no São Paulo, clube no qual ele trabalhou após sua saída do Corinthians. Nesse caso, democracia significava os jogadores acordarem sobre uma punição a quem descumprisse as normas. Por fim, ele salienta que esta significa, mais do que a autonomia para definição dos próprios rumos, “*dar condições*

para que o grupo se fiscalize em seu próprio benefício”. Tal aspecto refere-se a um estilo de liderança não autoritário, em que o caminho está definido, mas cabe ao próprio grupo definir como seguirá por essa rota previamente estruturada.

No Corinthians, Mário Travaglini ressaltou que, apesar de fruto de sua criação, as coisas tomaram rumos mais acelerados que prejudicaram o processo, em função das eleições do clube, pois, segundo ele

Quando se lançou o slogan 'democracia' na eleição do clube, em março, a coisa abriu mais e, claro, houve mais cobrança. Concordo em que de lá pra cá a passada foi muito rápida, deveria ter sido mais paulatina. Aí, passou a ser mais vulnerável. Eu mesmo senti que estava começando a me desgastar, a ser cobrado demais, e talvez a exigir demais. Então, passei a perder um pouco de minha característica – eu nunca mudei o tom da minha voz (REVISTA PLACAR, 13/5/83, p. 58).

Em sua saída, o técnico alegava que sua retirada do comando da equipe alvinegra não se deu em função de desacordo com o modelo de trabalho, mas de um desgaste por ele sofrido:

Não vou esconder, tive alguns problemas. O Casagrande demonstrou irritação por ficar na reserva, num momento em que precisava mais de compreensão do que qualquer um de nós. O gesto de rebeldia do Ataliba, ocorrido em Campo Grande, nem cheguei a ver, foram os repórteres que me disseram. O caso da entrevista dada por Sócrates, Adilson Alves e Casagrande à Revista Penthouse (na qual o centroavante admite ter mantido relações sexuais com uma garota no hotel em que o time do Corinthians estava concentrado) (...) das nossas últimas reuniões com o elenco, sobraram muitas coisas que não foram entendidas muito claramente, dentro e fora do elenco (REVISTA PLACAR, 13/5/83, p. 58).

Nessas palavras, o técnico explicita seu entendimento do sentido democrático como uma forma de liderança não autoritária, em determinados momentos, pode sair de seu controle, tornando-se desconfortável. É importante salientar que isso não deveria causar espanto, uma vez que, se a democracia é um processo de expressão de opiniões diversas, é de se esperar que se sucedam alguns momentos de divergências e conflitos, causando algum desgaste. Entretanto, o resultado disso, no Corinthians, não foi a convivência

democrática para a solução dos conflitos, mas um grande desgaste que culminou com a saída do técnico⁵³.

Outro técnico importante para o bicampeonato da Democracia Corinthiana foi Jorge Vieira⁵⁴. Este foi contratado pelo clube alvinegro após a saída de Mário Travaglini, em substituição ao postulante Zé Maria, que ficara no comando da equipe por um pequeno interregno. Jorge Vieira, ex-aluno do colégio militar do Rio de Janeiro, desde seu acerto com o clube alvinegro estabeleceu as bases de contrato que evidenciassem que ele não perderia o poder de decisão sobre os jogadores:

sou um homem de diálogo, mas tudo tem limite. Existe a última palavra, o poder de decisão que é do técnico. Tem que haver disciplina, respeito e hierarquia. Sem isso não existe progresso e não poderei trabalhar (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/05/1983, p. 24, "Jorge Vieira no Corinthians").

O técnico, desde sua chegada, afirmava que democracia para ele poderia ser o diálogo, mas não o poder de decisão, de modo que a relação de hierarquia entre técnico e jogadores fosse mantida. Ainda para ele, a forma como se procediam os diálogos entre jogadores e diretoria eram estranhos. Em sua chegada, disse que só havia assistido à conversa e que *"Adilson e os jogadores discutiram assuntos de relacionamento, união, vaidade. Vamos ver se na prática dá certo"* (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/07/83, p. 22 "Juninho primeira vítima de vieira"). Para o técnico, *"Eu faço minha democracia. Eu é que determino o que deve ser feito, e os jogadores têm acatado"* (REVISTA PLACAR, 8/7/1983, p. 17, "E a democracia continua").

⁵³ Segundo o jornal Folha de São Paulo, a motivação de saída do técnico era fruto de um desgaste que extrapolava seu estilo de liderança não autoritário. O jornal afirmou que a partir de conversas que Mario Travaglini, "o treinador teria manifestado sua insatisfação com a 'democracia dos quatro' – referência às muitas reuniões que Adilson manteve nos últimos tempos com Sócrates, Wladimir e Casagrande – além dos atos de indisciplina, além do episódio envolvendo a viagem ou não para o Rio na véspera do jogo contra o fluminense (e dia da eleição no Corinthians), o debate sobre o uso de uniformes nas viagens; e os desentendimentos em torno da contratação de Leão com jogadores protestando publicamente" (FOLHA DE SÃO PAULO, 30/03/1983, Travaglini sai, desanimado e desgastado, p. 28).

⁵⁴ Segundo Leão, a contratação de Jorge Vieira fora um caso em que os demais jogadores do clube não foram consultados. O Jornal Folha de São Paulo noticiou que o goleiro teria afirmado que o plantel foi avisado numa reunião por Adilson. O jornalista ainda perguntara se tiveram sido avisados ou participaram da escolha. Leão respondera "Fomos comunicados, simplesmente" (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/05/1983, p. 24, "Jorge Vieira no Corinthians")

Se para Adilson Monteiro Alves a democracia não poderia interferir na função de cada um, para Jorge Vieira, ela não deveria atingir a hierarquia. “*A democracia é esta: eles ouvem, batem papo, mas quem decide sobre as questões táticas, planejamento de trabalho é o técnico*” (REVISTA Placar, 13/5/83, p. 58). E o episódio no qual ele tentou demonstrar isso foi justamente contra o principal jogador e liderança do time, Sócrates. Jorge Vieira exigia uma punição para este, por ele ter chegado atrasado num treino. Para o treinador, não deveria haver privilégios, todos, nesse caso, deveriam ser iguais. Casagrande comentava que o ambiente não estava bom, e que alguns jogadores estavam se queixando do fato de Sócrates chegar atrasado ao treino de sábado (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/08/83, p. 24, “Jorge Vieira exige uma punição para Sócrates”).

aqui existe realmente um tipo de comportamento diferente de outros clubes, com maior liberdade para os jogadores. Em alguns pontos ela é benéfica, em outros não. Aí é que haverá alteração no sistema de vida do grupo (FOLHA DE SÃO PAULO, 05/08/83, p. 22, “Punições serão mais rigorosas”).

Nesse episódio, Jorge Vieira pediu à diretoria o estabelecimento de uma tabela de multas por infrações desse tipo, que foi confirmada em entrevista à Revista Placar por Adilson Monteiro Alves. O cartola disse haver uma regulamentação para essas punições, “*discutida em grupo e aprovada pelos jogadores*”. Entretanto, o jogador Biro-Biro afirmava que desconhecia o regulamento e a reunião que o aprovou (REVISTA PLACAR, 12/08/1983, p. 6, “Timão incomoda muita gente”)⁵⁵. Tal episódio demonstra uma das contradições que se estabeleceu durante a Democracia Corinthiana, entre a convivência democrática, no sentido do respeito ao atleta ter opinião, e a existência e manutenção de hierarquia, afirmando um espaço de desigualdade de poder que não era apenas simbólico, mas também concreto no momento de determinação de punições. Com esse exemplo, nota-

⁵⁵ No caso do desentendimento entre Sócrates e Vieira, o primeiro disse que não aceitaria as novas normas disciplinares do clube se não houvesse discussão prévia com o grupo. Wladimir, nesse caso, disse que toda democracia tem direitos e obrigações. Segundo o jogador, “não nego que no elenco tem havido alguns abusos, ou descuidos, à tolerância do clube. Muita coisa está em nosso contrato de trabalho e o Corinthians tem o direito de cobrar. Acredito que o regulamento será simplesmente esse.” (FOLHA DE SÃO PAULO, 06/08/1983, p. 24, “Cresce o desentendimento entre Sócrates e Vieira”).

se que durante a Democracia Corinthiana foi alargada a presença de técnicos menos autoritários, que, até pela força que os jogadores obtiveram, expondo publicamente suas opiniões, concordaram com essa situação mais dialógica. No entanto, nos momentos de crise interna, seja por mau desempenho do clube nos torneios ou desrespeito do elenco, esse cenário se inverte, criando uma arena de desgaste que torna insustentável essa convivência menos autoritária, de modo que se institui a hierarquia, ou se demite o técnico⁵⁶.

Esse sentido de participação tem seu paralelo nas ciências sociais, como possibilidade de manifestação de opinião e expressão e a liberdade de reunião para tentar influir nos rumos da política, como também o direito de eleger representantes para o Parlamento e de ser eleito (BOBBIO et al, 1986, p. 324). O desenvolvimento da democracia nos regimes representativos se apresenta a partir do alargamento do direito ao voto até o sufrágio universal, à multiplicação dos órgãos de representação, configurando uma transformação mais quantitativa do que qualitativa. Nessa linha, a participação na democracia pode ser também não como uma alternativa ou transformação ao regime representativo, mas como o seu complemento, em termos quantitativos, sem alterar concretamente a estrutura de poder estabelecida (BOBBIO et al, 1986, p. 324).

A principal liderança do movimento, Sócrates, defendia como principal aspecto da vivência democrática no Corinthians a questão do voto, a principal ação concreta. (SOCRATES e GOZZI, 2002, p. 67). Para o jogador, isso se configurava como um processo de formação política, que culminaria num espaço de cidadania privilegiado para o atleta:

Qualquer questão era levada a voto. Qualquer um podia apresentar um assunto para votação. Quando viajar? A que horas viajar? Onde concentrar? Tudo era discutido. Nós tínhamos sempre algumas opções. (...) Gradativamente, nós começávamos a mostrar para as pessoas com as quais nos relacionávamos profissionalmente que o voto delas era fundamental. Elas passavam a ter um peso muito grande, muito maior do que talvez no time. Um jogador que fosse reserva no time e não ia jogar nunca tinha um peso político igual ao meu, que era jogador de seleção, ou de qualquer outro titular. **Era uma oportunidade que esse atleta**

⁵⁶ Esse foi o caso também da demissão de Jorge Vieira, em que o desrespeito de Casagrande fez com que ele tentasse unilateralmente corta-lo. Como não conseguiu, por força do argumento de Sócrates, que não jogaria se o colega fosse cortado da delegação que viajaria, e pela concordância de Adilson, a convivência tornou-se insustentável. Vieira não viajou, foi demitido. Casagrande, depois desse episódio, não teve apoio da diretoria, sendo afastado por dois meses e posto, contrariamente a sua vontade, à venda.

cidadão não teria em nenhum outro lugar. (fala de Sócrates em SOCRATES e GOZZI, 2002, pp. 67-68, grifos nossos).

A vivência democrática se concretizava para o jogador, conforme em uma entrevista na Associação de Cronistas do Rio de Janeiro, na discussão de *“todos os assuntos, desde relacionados à profissão até a situação em que o país se encontra”* (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/4/83, p. 24, “Uma prova de Democracia”). No momento em que conseguiram colocar Zé Maria como técnico, ou nas palavras de Sócrates, como representante, teve o que ele considerou o ápice, ***“sendo a prova mais contundente de que a democracia está instalada”*** (FOLHA DE SÃO PAULO, 19/4/1983, p. 24 “Uma prova de Democracia”)⁵⁷. Para Zé Maria, a Democracia Corinthiana era uma *“experiência criativa, um exercício de liberdade e participação, teria mesmo que ser rebatida pelos setores mais reacionários”* (FOLHA DE SÃO PAULO, 04/04/1983, “Zé Maria vence a primeira e fica no cargo”, p. 11) E, apesar de este jogador afirmar que *“o que está aí não regride mais”*, na mesma reportagem, quando a Democracia Corinthiana foi colocada em xeque nas eleições do clube em 1985, este compunha a chapa de Roberto Pasqua, adversária da de Adilson Monteiro Alves.

Wladimir, quando foi eleito em conjunto com Zé Maria como conselheiro do clube, situava esse ponto como um aspecto da cogestão que dava seus primeiros passos e poderia avançar (REVISTA PLACAR, 29/4/1983, p. 18, “A democracia em debate”). Tal eleição significou um

resultado [que] nos trouxe a possibilidade de, no futuro, estreitar ainda mais a nossa participação, junto à diretoria do clube. Com isso, podemos afirmar uma participação mais efetiva, mais ativa, dos jogadores com a política do Corinthians. Na verdade, não podemos encarar esse aspecto novo na direção de um clube de maneira radical, e sim, permitindo que as discussões sejam livres e todas as vozes possam ser ouvidas sem discriminação (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/3/1983, “Vitória da Democracia Corinthiana foi fácil”, p. 14).

⁵⁷ O autor Galeno de Freitas, no jornal A Folha de São Paulo, critica a declaração de Sócrates, pois para ele a democracia não poder existir só no nível dos jogadores, tem que existir a consulta e abarcar os diversos níveis do clube. “No Corinthians, há diversos níveis de militância: o povão (nação corinthiana); os sócios; diretoria e conselho deliberativo; funcionários (jogadores). A democracia deve ter regras, senão ela não funciona. Regras que a diferenciem de uma antidemocracia e de uma ditadura”. (“A democracia e a nação corinthiana” – Galeno de Freitas FSP, 31/3/1983, p. 24)

Para ele, este era “*Um exercício de democracia. E nós esperamos que ele se espalhe por todo o Brasil*”. Wladimir considera que o Corinthians de então era um laboratório de experiências do futebol brasileiro, em que “*honestamente, acho que todos devem torcer pelo êxito das experiências desse laboratório. Se elas derem certo, não tenho medo em afirmar que farão muito bem ao futebol*” (FOLHA DE SÃO PAULO, 07/3/1983, “Vitória da Democracia Corinthiana foi fácil”, p. 14). Para Wladimir, a experiência foi muito importante e gerou muita polêmica. Entretanto, “*se o movimento não fosse rotulado de Democracia Corinthiana e sim de abertura, por exemplo, não geraria tanta polêmica*”, isso porque “*o conservadorismo, por parte de boa parcela da imprensa, não admite discussão mais aberta entre jogadores e dirigentes. O fato de os jogadores virem a sentar na mesma mesa com os diretores incomoda*⁵⁸”. Nesse caso, percebemos nas falas de Wladimir, uma ênfase no aspecto por ele denominado de “cogestão”, demonstra que o jogador entendia o sentido democrático da experiência mais ligado a isso, no que tange à participação dos mesmos no conselho do clube. As discussões realizadas coletivamente, por mais que tivessem sua importância, não eram relatadas.

Para Casagrande, a experiência da democracia era sustentada por uns

mesmos cinco ou seis que continuam a segurar tudo. Alguns assistem e outros torcem contra. Tem gente com dez anos de futebol que nasceu para receber ordens. São perdidos para a causa, não adianta. Como é que você vai convencer o Paulo Maluf de que o socialismo é o regime mais justo e humano: impossível, aqui dentro a mesma coisa, embora possamos avançar e trazer mais cinco ou seis para a nossa abertura. **Mas o que sustenta mesmo são as vitórias.** Ganhando tudo é uma maravilha. Os indiferentes assumem o projeto, a imprensa elogia, a torcida aplaude. Perdendo, pode ser democracia, ditadura ou qualquer coisa que procuram um bode expiatório (FOLHA DE SÃO PAULO, 01/04/1983, p. 16, “Zé Maria pode ficar até o fim da taça”).

Já o jogador Zenon pondera a afirmação de que é uma democracia de quatro pessoas:

⁵⁸ Entrevista concedida à autora em 10/03/2012.

pode ser que digam isso em função da fama desses quatro, ou porque eles são mais procurados, sei lá, nem me importo. O que vale é o que realmente acontece. Estamos com uma mentalidade nova que alguns não entendem. É um trabalho difícil que estamos levando à frente com muita vontade e o que é mais importante: vem dando certo. Com a efetiva participação de todos do elenco, não de um grupo (REVISTA PLACAR, 8/6/1984, p. 58).

Estas falas destes jogadores que se pronunciavam publicamente demonstram os diferentes sentidos e ênfases que a democracia englobara. De tal modo, percebemos no discurso de quatro diferentes atletas significados distintos, ainda que conformem aspectos complementares: a questão do voto, a participação no conselho, a dependência dos resultados, e, por fim, a participação daqueles que não são as lideranças. Tais opiniões demonstram diferentes formas de consciência e entendimento das possibilidades que o movimento tinha. Se para Sócrates o que importava era o que fora levado a voto, para Wladimir, tomava importância se fosse instrumento de gestão do clube (conselhos ou contratos). Casagrande ponderava a pressão exercida em cima dos resultados – ainda mais para um atacante, que dependia da realização dos gols – e Zenon preocupava-se em afirmar que também fazia parte da Democracia, mesmo não sendo muito procurado pela imprensa. Dessas opiniões, por mais que Sócrates fosse o mais famoso e procurado, aquele que mais buscou efetivamente dar consequência à participação do elenco nas decisões do clube foi Wladimir, que enfatizou a eleição ao conselho deliberativo e procurou organizar-se no sindicato, como veremos em outra parte deste capítulo, onde focaremos mais especificamente no sentido que a participação alcançou para os jogadores da Democracia Corinthiana.

Algumas opiniões externas ajudam-nos a compreender os diferentes sentidos que a Democracia Corinthiana obtinha. Para Juca Kfour, jornalista corintiano e engajado no movimento,

Parodiando Millôr Fernandes, se os jogadores continuarem a participar das decisões do clube, se os dirigentes não atrapalharem e se a imprensa esclarecida apoiar, veremos que aqui se vive uma democracia, uma Democracia Corinthiana (prefácio de KFOURI *in* SÓCRATES e GOZZI, 2002, p. 12).

O então governador de São Paulo, Franco Montoro, do PMDB, afirmava que:

assim como o povo brasileiro, a comunidade corinthiana está frente a um desafio estimulante: **garantir as conquistas, preservar a democracia, manter a participação. Especialmente porque o projeto abriu o espaço para quem trabalha, quando, até há pouco, apenas uma minoria privilegiada era ouvida.** E esse espaço aberto quebra uma regra de muitos anos, que exigia a alienação do jogador e **negava o seu direito à participação** (REVISTA Placar, 6/5/83, p. 54, *grifos nossos*).

Focando outro aspecto da Democracia Corinthiana, como uma metáfora da realidade, manifestava-se o jornal Folha de São Paulo, em dia que o golpe militar completava dezenove anos de existência, afirmando que esta experiência alvinegra indicava que cada vez mais

a ideia democrática extravasa o círculo das elites políticas e começa a cativar a imaginação de amplas camadas da sociedade. (...) Nem os jogadores de futebol confundem-se com alguma vanguarda de massas, nem seria razoável estabelecer qualquer sorte de ligação entre a sorte dessa abertura futebolística e a daquela empreendida pelo país no âmbito das instituições políticas. **O que há de fato no Corinthians é simplesmente a tentativa de substituir a disciplina do colégio interno a qual eram submetidos os jogadores – ali como em todos os clubes – por um regime adulto, vale dizer, baseado na autodisciplina. E, ligada a isso, uma experiência de participação dos atletas referentes à equipe que integram** (Folha de São Paulo, editorial, p. 2, 1/4/1983, *grifos nossos*).

Essa ideia de contraposição às formas de disciplina é bastante interessante. Disciplina, nas concepções embasadas em Foucault, pode ser entendida como um modo de exercer poder, uma tecnologia do poder, uma relação de força. Sendo assim, ainda que se mude de uma disciplina imposta externamente para um modo menos explícito, ou seja, mais internalizado, o que se entende, seja por autodisciplina ou por uma forma de colégio interno, é que o que se deseja com a democracia é que os jogadores ou cidadãos aprendam e se sujeitem a formas de exercício de poder através da disciplina. Isto sempre a partir de tecnologias mais internalizadas, que são mais eficientes em termos foucaultianos (KOHAN, 2003, p. 70). Sob este ponto de vista, a continuação do editorial expande essa ideia:

Realisticamente, a Democracia Corinthiana já teria sido um sucesso se provar que a dignidade dos jogadores não é incompatível com a boa administração nem com a disciplina esportiva. Sinal de que a ideia democrática **vai sendo mais amplamente identificada com formas menos opressivas e mais racionais de convivência, na vida cotidiana assim como na política. Também nós vamos torcer a favor** (Folha de São Paulo, editorial, p. 2, 1/4/1983, *grifos nossos*).

Tal concepção expressa um apoio à Democracia Corinthiana que pode ser identificado com uma forma de abertura política: espera-se de uma forma que amplie a participação dos cidadãos como modos “mais racionais de convivência”. Fazer greves, atos políticos e ocupações de terra não são, evidentemente, modos mais racionais, numa concepção de disciplina compatível com a “boa administração”. É isso que se espera da participação tanto em níveis esportivos como em níveis sociais, baseado num sentido de disciplina que já significa uma relação de força desigual, baseada no exercício do poder do mais forte ao elo mais fraco, aquele cuja participação foi ao longo da história desprivilegiada.

Essa forma de entendimento da democracia corrobora as distinções operadas por Norberto Bobbio entre democracia formal e democracia substancial. A primeira é entendida como um governo do povo, no sentido da configuração de meios e formas de procedimento de governo que identificariam a democracia, de modo a constituir um método, independente de seus fins ou resultados. A última indica, por sua vez, os fins, fazendo referencia a conteúdos inspirados “em tradições do pensamento democrático, com relevo ao igualitarismo” (BOBBIO et al, 1986, 328), de modo a pensar o alcance de ideais como igualdade jurídica, social e econômica, independentemente dos meios adotados para alcançá-las (BOBBIO et al, 1986, p. 329). É a partir dessa diferenciação que pautamos nosso referencial em Florestan Fernandes, que afirma que

A democracia não é uma “questão retórica” para essa gente [classe trabalhadora], nas condições concretas em que se acha. Também não é um expediente para resguardar privilégios, preservar ou multiplicar o poder e a riqueza, um mecanismo político de dominação de classe e de enrijecimento da ordem existente. Ela surge como único meio possível para revolucionar a sociedade civil, adaptando-a as relações de produção imperantes e ao grau de desenvolvimento capitalista que apresenta. É, ao mesmo tempo, o único meio

possível para acabar com o monopólio político estatal por parte das classes dominantes, de suas elites e de seus aliados naturais e circunstanciais. Por isso, para os trabalhadores, que possuíam pouco valor as fórmulas ideológicas burguesas. Elas desenham limites e traçam obstáculos: ‘não conservadores’ não tem o que oferecer em uma sociedade civil na qual os de cima bloquearam reiteradamente a passagem dos de baixo e sob um Estado no qual o despotismo dos ricos e esclarecidos converteu a desconfiança nos trabalhadores e nos destituídos, a greve, os sindicatos, os partidos operários, anarquismo, o socialismo e o comunismo em questões de polícia. Enquanto as demais classes (mesmo a pequena burguesia e a classe média ‘tradicional’, tão radical neste instante) precisam da democracia para resolver certos problemas sociais específicos e mais ou menos transitórios, as classes trabalhadoras carecem da democracia para completar o circuito de seu desenvolvimento independente como classe social e para adquirir pleno acesso a todos os direitos civis e políticos que lhes são tirados na prática. (...). Os trabalhadores lutam por uma democracia de componentes mistos, burgueses e proletários – como dizem os juristas, uma democracia de conteúdo social – o que quer dizer que são os únicos paladinos da revolução democrática (FERNANDES, 1986b, pp. 146-147).

Nesse sentido, a Democracia Corinthiana pode se apresentar como uma **metáfora** da abertura ou das disputas em torno do processo de redemocratização. Extrapola uma concepção única, e parte de sentidos diferentes atribuídos pelos sujeitos desse processo histórico. O apoio externo dado à mesma refere-se a essas diferenças de concepção de transição da democratização, assim como internamente os sujeitos disputavam a rota da participação e seu grau de radicalização. Por isso, adiante exploraremos os direitos que os jogadores reivindicaram, assim como eles se utilizaram desse espaço aberto para promover sua reivindicação

6.2 A política e a participação dos jogadores da Democracia Corinthiana

6.2.1 Quem são esses sujeitos: a categoria de jogadores de futebol.

A profissão de jogador de futebol surgiu no Brasil no início do século XX, em 1933, após uma crise com os clubes paulistas e cariocas que forçou com que a CBF aceitasse o fim do amadorismo. Após o reconhecimento da profissão pelo governo de Getúlio Vargas, as tentativas de regulamentação ocorreram no final das décadas de 1960 e 1970, sem, entretanto, romper com o passado que vinculava o jogador como propriedade de

seu clube. Essa forma de marco regulatório teve consequências sobre a categoria, ao dificultar a organização dos jogadores para a reivindicação de direitos, uma vez que, independente do que desejassem, eles continuariam vinculados ao clube, fato que só mudou ao final da década de 1990, com a Lei Pelé⁵⁹.

Pensar a dinâmica da profissão de jogadores de futebol implica também observar que essa categoria de trabalhadores é mais ampla que aqueles que jogam nos times da primeira divisão dos principais campeonatos nacionais. Pelo contrário, esta categoria é composta por uma massa de trabalhadores, espalhados pelo país, que convivem sob as mais diversas condições de trabalho e de precarização. Dessa forma, ao pensarmos na configuração dos trabalhadores da bola, devemos considerar essa realidade, e que sua organização não deve ser pautada apenas pela presença dos jogadores famosos, mas como estes se relacionam e estendem sua reivindicação àqueles cuja realidade a mídia não retrata.

O mercado associado ao futebol é bem amplo. Segundo Damo (2007, p. 82), podemos pensar em três grandes circuitos de troca. O primeiro deles é o “mercado de produtores de bens”. Os jogadores, embora não sejam os únicos trabalhadores do espetáculo esportivo adquirem valor de troca nesse processo, configurando-se como mercadoria não apenas sua força de trabalho, mas ele em si. Em segundo lugar, o mercado de bens simbólicos, constituído dos espetáculos e suas recriações a partir da mídia e dos programas esportivos. E, por fim, o mercado de bens materiais, que apesar de guardar relação com os outros dois, tem como particularidade fornecer os bens específicos à prática e associados ao jogo, seja pelos profissionais ou pelos leigos, seja materiais esportivos ou serviços de suporte.

Podemos pensar na configuração da profissão de jogador de futebol a partir da associação dos dois primeiros mercados, demarcando também duas dimensões: a do sujeito que trabalha (e das habilidades envolvidas) e do produto do trabalho. Estas duas dimensões nos permitem vislumbrar produtos imateriais destes trabalhadores da bola. Dessa forma, a partir da ótica do trabalho imaterial, vislumbraremos a profissão do jogador de futebol, tentando trazer à tona o que este sujeito produz com o seu trabalho e a especificidade de seu ofício.

⁵⁹ Ainda hoje é uma possibilidade de profissão ainda para os homens.

A noção de trabalho imaterial nos ajuda a compreender a configuração da profissão de jogador de futebol na medida em que a ela se mistura a dimensão do que valoriza o jogador de futebol, o talento esportivo, e como esse jogador de futebol, a partir dessa dimensão imaterial, valoriza outros setores. Segundo Azevedo (2008, p. 307), “é esse talento que converte o jogador em mercadoria e os elementos para mensurá-los não são materiais”. O trabalho imaterial pode ser entendido como o “conjunto de atividades corporais, intelectuais, criativas, afetivas e comunicativas inerentes ao trabalhador”, e disso resulta produtos intangíveis, como sentimentos de confiança, segurança, conforto e fruição dos consumidores numa nova relação produção e consumo (AZEVEDO, 2008, p. 307).

Negri e Hardt (2005, p. 149 *apud* Azevedo, 2008, p. 309) enfatizam duas categorias do trabalho imaterial: i) linguístico ou intelectual (ideias, símbolos, códigos, produtos culturais); ii) trabalho afetivo, excitação, paixão, emoções, subjetividade. Esta segunda se relaciona diretamente com o produto do espetáculo esportivo, cuja principal característica que o faz um objeto de lazer dos seres humanos é que ele possibilita, segundo Elias (1992), a busca por uma excitação agradável.

Esse trabalho do jogador de futebol, material e imaterial, tem seu fundamento no corpo físico do atleta, lugar onde aparecem os símbolos e significam o talento esportivo. Entretanto, é importante salientar, como afirma Damo (2007), que esse "talento" esportivo envolve diversos capitais simbólicos que não são tão mensuráveis quanto o que é produzido numa linha de produção. A valorização do "talento esportivo" se refere aos capitais – no sentido do conceito de capital de Bourdieu – relacionados à habilidade esportiva, mas não só, sendo também permeada pelas esferas dos capitais cultural e político, como foi o caso de Sócrates. A partir do conceito de Bourdieu de capital, “constelação de atributos que permitem a alguém inserir-se legitimamente num dado campo social” (DAMO, 2007, p. 112), a ideia de capitais futebolísticos nos permite – vislumbrar características que vão além das habilidades técnicas e táticas para acesso e reconhecimento do talento. Segundo Damo

Em sentido amplo, os capitais futebolísticos são os atributos que garantem o acesso de um menino a um centro de formação, o que inclui desde o reconhecimento do talento – por agentes autorizados pelos clubes e não por um observador qualquer – até vínculos com agentes/empresários, passando pela

percepção dos limites e possibilidades da movimentação no interior do campo profissional, o que requer a posse de outros capitais, dentre os quais o capital simbólico está em primeiro plano (DAMO, 2007, p. 112).

Dessa forma, a técnica por si só não é condição suficiente para determinar o talento esportivo de um atleta. A dimensão estética de seu jogar também não o é, visto que os atletas treinam para atingir uma eficiência no jogo onde o “jogar bonito” é apenas um dos recursos, e dos mais arriscados. Além disso, a técnica tem que se fazer acompanhar da inteligência (para jogar), ou seja, o emprego da imaginação, do saber e da criatividade no entendimento da complexidade do jogo. No caso do futebol, essas dimensões que representam a especificidade de seu trabalho, a imaterialidade do mesmo, expressam uma relação na produção que passa fortemente pela mídia, espaço onde circula e se patrocina o esporte, e constitui a base exterior do trabalho imaterial do jogador, reforçando positivamente ou negativamente sua carreira no mercado.

A partir daí entendemos como a modernização do futebol passou intrinsecamente pelo jogador de futebol, que é o que atribui valor material ao espetáculo esportivo, e que, por si, também pode ser valorizado, ou pode servir, a partir de seus capitais, para a valorização de outras mercadorias. A questão do marketing é a exposição dessa valorização. Ao desvendar o que está por trás da profissão do jogador de futebol, visualizamos um cenário que vai muito além daqueles jogadores da primeira divisão dos grandes campeonatos. Conforme nos alerta Damo (2007, p. 24)

A densidade de representações de masculinidades associadas à prática do futebol, o fato de os investimentos serem preponderantemente práticos e o vedetismo de alguns atletas de talento invulgar encobrem as mazelas da profissão: a maioria dos jogadores é assalariada, suas carreiras são curtas, o auge é precoce, a reconversão improvável e, da mesma forma que se pode estar na capa de um jornal de grande circulação, aclamado pelo público, pode-se em questão de meses, ser esquecido e até execrado.

Através de um estudo teórico e etnográfico, o autor argumentou a existência de um grande mercado do que foi por ele denominado “pés-de-obra”, que possui um grande poder de recrutamento entre as classes trabalhadoras, em função dos atrativos dos capitais relacionados à afirmação da masculinidade e da possibilidade de ascensão e mobilidade social pela prática da modalidade. Entretanto, o futebol é imputado desse poder de sedução

para os jovens porque demonstra sua aparência de carreira bem sucedida, quando, na verdade, os que conseguem atingir esse patamar representam um percentual muito pequeno dos que tentam ingressar na carreira. Na essência, conforme apontou Arlei Damo, é uma carreira bastante precarizada, como as demais, com o agravante de possuir uma duração curta e a possibilidade de reconversão mínima.

Segundo Proni (2000, p. 183), baseado em dados da CBF de 1999, 84,8% dos jogadores profissionais do país recebem até dois salários mínimos⁶⁰. Apenas 5,2% do universo destes trabalhadores recebem mais de vinte salários mínimos. Entretanto, é este pequeno contingente que cria uma ideia que perpassa o imaginário do que é ser jogador de futebol. Os dados disponibilizados em 2009 pela CBF mostram que 84% dos jogadores, de todas as divisões no Brasil, recebem salários até R\$ 1.000,00 (aproximadamente 2,15 salários mínimos daquele ano⁶¹), 13% recebem entre R\$ 1000,00 e R\$ 9000,00 (entre 2,15 e 19,35 salários mínimos) e apenas 3% recebem acima de R\$ 9000,00 reais por mês (SOARES et al, 2011). Desmistificar esse cenário é uma tarefa fundamental para entender o que é a configuração dos trabalhadores da bola.

Os dados da pesquisa de Proni (2000) põem a nu como era a configuração da massa desses trabalhadores da bola, para além da elite, ao final da década de 1990. É importante salientar que na década de 1980 essa realidade também não era diferente, conforme encontramos numa pesquisa da Revista Placar intitulada “1º Censo do futebol brasileiro”⁶². Esta pesquisa, apesar de não estabelecer explicitamente sua metodologia, abre a perspectiva para termos uma ideia do que era a configuração dos trabalhadores da bola no momento histórico no qual emergiu a Democracia Corinthiana⁶³. Pretendemos compreender

⁶⁰Segundo Proni (2000), os dados da CBF de 1999 registram a seguinte distribuição de salários: 51,6% recebem até um salário mínimo; 33,2% recebem de um a dois salários mínimos; 7,5% recebem de dois a cinco salários mínimos; 2,3% recebem de cinco a dez; e 5,2% recebem mais de 20 salários mínimos. Damo (2007, p. 101) problematiza os dados da CBF afirmando que é comum o salário dos jogadores não ser exatamente aquilo que é registrado em carteira. Este autor prefere utilizar a pesquisa de Vieira (2001, *apud* Damo, 2007), por considerar o universo dos ganhos declarados pelos jogadores do Rio de Janeiro. Entretanto, preferimos considerar os dados da CBF por eles considerarem um realidade nacional da profissão.

⁶¹ O salário mínimo brasileiro em 2009 era R\$ 465,00 de acordo com a lei nº **11.944, DE 28, de maio de 2009**

⁶² Revista Placar, 1º censo do futebol brasileiro, 17/10/1980. Caderno Especial.

⁶³A reportagem não demonstra o método de pesquisa que foi utilizado. Entretanto, foi o único trabalho deste tipo encontrado à época. Ao que a reportagem sugere foram recolhidos dados sobre os clubes de três divisões de todos os estados do país. A forma de associação dos dados também não nos ajuda a criar os nexos

este cenário para traçar os nexos entre o pensamento, reivindicações e consciência dos jogadores corintianos da realidade concreta de sua categoria.

Como a Revista Placar nos indicou em 1983, em meados da década de 1970, o futebol era responsável por uma fatia de 1,4% do PIB nacional, o que demonstra um mercado grande relacionado à modalidade⁶⁴. Neste grande filão da indústria cultural, concentrava-se, no ano de 1980, sete mil oitocentos e noventa e dois jogadores profissionais, distribuídos em 425 clubes. Número expressivo que, naquele momento, equivalia a quatro vezes e meia o número de times que disputavam as quatro divisões do campeonato inglês. Neste caso, já se verifica no futebol brasileiro uma concentração de capital no emprego desses trabalhadores, já que 2641, cerca de um terço deles, eram do estado de São Paulo. O segundo estado que mais empregava era o Rio Grande do Sul, com 762, quase 10% deles; seguido do Paraná, com 453, cerca de 6%, e Rio de Janeiro, 399, cerca 5%. Além da discrepância entre estes estados, ainda havia uma enorme desigualdade nacional, visto que mais da metade dos jogadores profissionais estavam concentrados nos quatro estados.

No que tange ao salário dos jogadores, os dados da Revista Placar (de 17/10/1980) demonstravam uma desigualdade em função das divisões dos clubes em que os jogadores atuam. Para aqueles dos times grandes (primeira divisão), cerca de 17,4% do universo dos jogadores, a média salarial é de Cr\$31.840,00; para aqueles de times médios, cerca de 19,4%, a média salarial era de Cr\$15.290,00; e para aqueles de times pequenos, cerca de 62,8% dos jogadores, a média era de Cr\$7.750,00⁶⁵. A média salarial variava bastante em função do estado, conforme nos mostra a tabela abaixo (Tabela 1).

necessários, já que ela faz as associações por clubes de divisões e não por faixas salariais, influência no mercado nacional ou outras variáveis que seriam mais interessantes.

⁶⁴ Revista Placar, “Vamos mudar o futebol brasileiro”, out/1983

⁶⁵ Valores Corrigidos: Cr\$31.840,00 - R\$ 1.622,66; Cr\$15.290,00 - R\$ 779,23; Cr\$7.750,00 - R\$ 394,96

QUEM PAGA BEM?				
ESTADO	GRANDES	MÉDIOS	PEQUENOS	MÉDIA ESTADUAL *
AL	25.000,00	14.300,00	5.400,00	11.400,00
AM	20.000,00	17.500,00	13.400,00	9.350,00
BA	37.000,00	26.000,00	9.400,00	21.700,00
CE	23.000,00	18.000,00	7.700,00	15.600,00
DF	9.000,00	6.300,00	4.500,00	6.100,00
ES	20.800,00	9.200,00	5.700,00	10.900,00
GO	32.000,00	16.800,00	6.100,00	15.350,00
MA	13.500,00	7.150,00	3.200,00	8.500,00
MG	45.600,00	16.500,00	13.000,00	16.800,00
MS	31.800,00	5.000,00	3.400,00	13.050,00
MT	16.000,00	10.800,00	4.500,00	10.500,00
PA	23.500,00	15.700,00	4.000,00	12.700,00
PB	21.500,00	7.300,00	4.600,00	13.000,00
PE	37.900,00	15.600,00	6.100,00	19.400,00
PI	15.000,00	6.500,00	3.100,00	6.900,00
PR	35.000,00	22.000,00	13.800,00	21.400,00
RJ	56.600,00	24.300,00	11.400,00	27.800,00
RN	21.300,00	9.800,00	3.200,00	10.000,00
RS**	76.000,00	26.000,00	13.800,00	25.400,00
SC	38.100,00	15.200,00	12.000,00	17.400,00
SE	14.100,00	7.200,00	1.300,00	6.700,00
SP***	87.800,00	39.300,00	16.500,00	22.700,00

* Para efeito de cálculo, o peso dos grupos (grandes, médios e pequenos) variou de acordo com o número de clubes incluídos em cada um deles. Exemplo: num Estado com um clube grande, dois médios e três pequenos, as médias foram multiplicadas respectivamente por um, dois e três, depois somadas e divididas pelo fator seis (1+2+3).

** Só inclui times da 1.ª Divisão. *** Inclui times das três Divisões.

Tabela 1: Média Salarial dos jogadores de futebol por Estado e por tamanho do clube
Fonte: Revista Placar, 1º Censo do Futebol Brasileiro, 17/10/1980.

Outra questão importante era a exportação de jogadores brasileiros para o exterior. O mercado global de "pés-de-obra", com a crise econômica da década de 1980, foi agravado ainda mais nesse cenário. Segundo Helal (1997), a exportação de jogadores foi um recurso largamente utilizado na primeira metade da década de 1980. Isso porque a venda de jogadores era a forma como os clubes brasileiros lidavam com a crise financeira pela qual passavam. Até o fim da Lei do Passe, a larga intensificação do marketing

esportivo da década de 1990 e a consolidação das transmissões das partidas pela televisão, após 1987, o passe do jogador constituía-se como uma das principais fontes de recursos dos clubes. Era considerado um dos principais aspectos de sobrevivência deste clube frente à concorrência internacional. Não é mera coincidência que a questão da extinção da Lei do Passe era intocável para os dirigentes dos clubes, inclusive no caso da Democracia Corinthiana. Dessa forma, a seguir, analisaremos como os jogadores do elenco alvinegro se posicionaram diante desse cenário no qual estava inserida sua categoria.

6.2.2 A participação dos jogadores na Democracia Corinthiana

Essa desigual realidade que se impunha à categoria dos trabalhadores da bola era algo que estava constituído praticamente ao largo da experiência da Democracia Corinthiana, uma vez que ela emergiu dentro de um time grande do estado de São Paulo e suas principais lideranças eram jogadores bem valorizados. O que intentamos verificar, nesse caso, é como a Democracia Corinthiana lidou com esse cenário, refletido como é o lado da força de trabalho no futebol brasileiro.

Uma vez que as gestões da Democracia Corinthiana buscavam um processo de modernização da estrutura dos clubes e do futebol que se pretendia uma empresa, podemos entendê-la como uma possibilidade de consolidação das relações capitalistas no universo do futebol, a partir da defesa da racionalização da gestão e de formas de relação trabalhistas que não obscurecessem a relação capital e trabalho, mas que a acomodassem harmoniosamente no interior no clube.

Uma das questões latentes da década de 1980 era a do passe do jogador que, conforme resgatamos no capítulo anterior, ainda prendia os jogadores a um sistema de trabalho que não prezava por um dos pilares da modernidade capitalista, o “livre” contrato (livre no sentido de o trabalhador poder se desvincular de seu empregador conforme sua própria vontade). Ainda que a questão de ser “livre” seja passível de discussão, tendo em vista os condicionantes capitalistas que impetraram a população à urbanização e à submissão a condições de trabalho extremamente precarizadas, o fato é que até o final da década de 1990, o jogador de futebol dependia primordialmente da vontade de seu

empregador para poder se deslocar de um clube para o outro. O caso de Afonsinho⁶⁶ é emblemático para representar fatos recorrentes daquele período histórico: se o jogador não se acertava com o clube, quer em período de renovação de contrato ou por qualquer outro motivo, incorria numa situação em que ele poderia passar meses sem jogar, sem aparecer na mídia, no qual o valor de seu passe era desvalorizado. Sócrates relatou esse caso como um dos fatores que o fez, no Corinthians, começar a discutir relações de trabalho mais justas:

Passei pela novela que o Vicente Matheus sempre fazia na hora de renovar um contrato. Já existia um clima de disputa, de tentar melhorar as relações. Nós usávamos o poder que tínhamos, que era um tanto relativo. Tudo isso criando consciência de que nós, até por necessidade, estávamos começando a somar forças (Sócrates; Gozzi, 2002, p. 27).

Nesse caso, Sócrates tinha trabalhado para atrasar sua negociação para renovação do contrato em 1980, para que seu passe se desvalorizasse e ele pudesse comprá-lo, de modo a “comprar sua carta de alforria e não ser mais propriedade do clube corintiano. Conforme o atleta, “meus direitos poderiam não ser muitos, mas eu os exercia plenamente” (SÓCRATES, GOZZI, 2002, p. 26). É emblemática essa fala na medida em que ela revela uma ação do jogador para lidar com esse tipo de relação, que nesse momento ainda não buscava uma saída coletiva para esse problema.

Essa situação do passe do jogador era uma questão que passava ao largo da Democracia Corinthiana em si, uma vez que a negociação da renovação de contrato não prezava simplesmente pela escolha do jogador. Em entrevista à Revista Placar, Adilson Monteiro Alves confessava, concordando com relato dos jogadores, que renovar o contrato com ele era mais difícil que com Vicente Matheus, uma vez que, em função de sua forma racional de lidar com a gestão e orçamento superavitário, ele não se rendia a qualquer proposta reivindicada pelos jogadores, ainda que tenha trabalhado para valorizar o elenco que permanecia no Corinthians há muito tempo.

⁶⁶ Em setembro de 1970, Afonsinho, então jogador do Botafogo, ao retornar ao time com cabelos compridos e de rosto barbado, é impedido de treinar e jogar com aquela aparência, considerada rebelde pelo então técnico Zagallo. Após meses resistindo a essa intervenção na sua vida pessoal, e depois de quase desistir do futebol, o jogador decide entrar na justiça desportiva para reivindicar seu direito ao trabalho e a seu passe. O caso ganha repercussão e, em função disso, em Março de 1971, o mesmo obtém o direito a seu passe, podendo escolher para qual clube seria transferido (FLORENZANO, 1998; ANDRADE, 2006; COUTO, 2010).

Entretanto, Wladimir que foi presidente do sindicato dos atletas profissionais, pondera essa questão do “passe livre” como um dos pontos centrais de sua gestão no sindicato

E a gente tinha uma situação que nos incomodava muito que era a questão do vínculo com o clube. Naquela época era uma lei escravagista. Nós não tínhamos liberdade de ir e vir. Terminava meu contrato, eu ficava negociando com o clube. Se eu ficasse seis meses negociando com o clube, eu ficava seis meses sem jogar e sem receber. E ficava aquela briga de você pede tanto, o clube oferece tanto. E tinham vários jogadores que ficavam sem jogar e sem receber por conta dessa situação. Porque era uma lei escravagista. O contrato de gaveta fazia com que eles [os clubes] tivessem poder sobre nossa vida. Isso era um absurdo, com muita luta conseguimos reverter isso, regulamentar a profissão. E consolidou nossa carta de alforria com a Lei Pelé⁶⁷.

Abordar a atuação dos jogadores da Democracia Corinthiana nos sindicatos é uma questão importante para entendermos qual o grau de amplitude que a atuação dos mesmos obteve, para além das discussões realizadas no interior do clube. Antes, retomaremos quais os pontos centrais que indicam os sentidos da participação destes jogadores no interior da Democracia Corinthiana.

Já abordamos no item anterior os significados da democracia para esses sujeitos, entendendo as diversas dimensões que poderia abrangê-la. Conforme as falas dos próprios jogadores, ela estava subentendida desde uma dimensão mais individual, no caso da liberdade, que muitos relataram; como no caso coletivo da participação, direito à palavra, à opinião; ou mesmo em um caso mais concreto do acesso a alguns direitos trabalhistas. Tais descrições se relacionam com sentidos possíveis de uma cidadania moderna. T. H. Marshall (1967) descreveu em seu estudo a conformação histórica da cidadania britânica como sendo constituída por três elementos, o civil, político e social. Segundo Saes (2000, p. 3)

São direitos civis, para Marshall, aqueles direitos que concretizam a liberdade, individual, como os direitos à livre movimentação e ao livre pensamento, à celebração de contratos e à aquisição ou manutenção da propriedade; bem como o direito de acesso aos instrumentos necessários à defesa de todos os direitos anteriores (ou seja: o direito à justiça). São direitos políticos, segundo Marshall, aqueles direitos que compõem, no seu conjunto, a prerrogativa de participar do

⁶⁷ Entrevista concedida à autora em 10/03/2012.

poder político; prerrogativa essa que envolve tanto a possibilidade de alguém se tornar membro do governo (isto é, a elegibilidade) quanto à possibilidade de alguém escolher o governo (através do exercício do voto). Finalmente, os direitos sociais equivalem, para Marshall, à prerrogativa de acesso a um mínimo de bem estar e segurança materiais, o que pode ser interpretado como o acesso de todos os indivíduos ao nível mais elementar de participação no padrão de civilização vigente.

Mais do que acreditar numa escala de evolução dos mesmos ou numa perspectiva individualizante do exercício deles, porque tal leitura já foi deveras criticada pela literatura, queremos traçar uma relação analítica com as diversas dimensões que essa participação alcançou na Democracia Corinthiana, tentando evidenciar os diferentes sentidos e efeitos concretos que ela obteve dentro do grupo. Com isso, explicitamos uma dimensão diferenciada no sentido de participar de cada jogador.

A questão da liberdade dos jogadores foi umas das primeiras questões a ser relatada publicamente na fala dos atletas à imprensa. Na vitória do campeonato paulista de 1982, as falas de Sócrates com relação ao título se identificavam com a questão da liberdade permitida dentro do grupo (O ESTADO DE SÃO PAULO, 14/12/1982, p. 21; FOLHA DE SÃO PAULO, 14/12/1982, p. 24). Isso se referia tanto à possibilidade de discussões que estavam sendo travadas, mas também a algo que veio a tornar-se o primeiro direito concreto daqueles trabalhadores no Corinthians: a possibilidade de não se concentrar antes das partidas. Nesse momento da conquista do título de 1982, já se falava na possibilidade de abolição da concentração.

Mais do que fetichizar a questão da concentração (relacionando- a aos campos de concentração nazista) identificamos essa necessidade dentro de um clube de futebol ao controle do tempo livre ou de lazer de seus jogadores.

Sobre a liberdade do jogador de decidir sobre o seu tempo de não trabalho, havia também o uso de bebidas alcoólicas pelos atletas de forma não velada. Isso se tornava um incômodo para a imprensa esportiva e para os conselheiros do Corinthians que faziam parte da oposição à Democracia Corinthiana, imputando a esse fato adjetivações como "baderna" e "irresponsabilidade". Segundo Wladimir,

Todos os assuntos que nos diziam respeito, a gente decidia coletivamente. A concentração, por exemplo, todo mundo foi ouvido. O consenso foi que a concentração fosse facultativa. Os solteiros teriam que concentrar. Os casados só iriam para a concentração quem quisesse. Os solteiros achavam confortável concentrar porque era o momento em que eles descansavam, se alimentavam melhor. E os casados, alguns concentravam, o Leão, o Biro-Biro, o Zenon. Então, isso foi facultativo. Eu acho concentração um saco. Sempre achei. Eu comia a comida da minha mãe, que era melhor. Minha cama era melhor. Eu não gostava do hotel. Eu gostava mais de ficar em casa. Foi maravilhoso porque a gente sabia que se a gente perdesse, estava na roça, ia acabar. Iam atribuir tudo a não concentração. O pessoal terminava o treino e ficava no Bar da Torre, lá no Parque São Jorge, e tomavam uma cerveja, o Sócrates, o Juninho, Casagrande. A gente fazia tudo as claras, não tinha nada para esconder de ninguém. E incomodava, sobretudo, a imprensa, a mídia conservadora. O universo do futebol é paternalista e autoritário. A torcida se acha dona, acha que tem que por e tirar; a imprensa se acha dona, só porque ela divulga e prestigia quando o cara está bem - ela acha que o cara tem que atender quando ela solicita. **Um universo de autoritarismo em que o atleta é o ponto mais fraco da questão**⁶⁸.

Dessa forma, tal liberdade que se forma com o advento da Democracia Corinthiana dizia respeito ao atleta poder decidir sobre seu tempo. Evidentemente, na modernidade existem muitos dispositivos que de forma velada tentam controlar o que o trabalhador faz em seu tempo de não trabalho – de forma a não atrapalhar a sua produtividade no subsequente dia de trabalho. Entretanto, para o jogador de futebol isso acontecia de forma extremamente controlada, o colocando sob as rédeas de seu patrão, mesmo no período de tempo de não trabalho. Abrir a possibilidade de o jogador construir outras formas de sociabilidade em seu tempo livre pode permiti-lo acesso a bens culturais, discussões coletivas, diversão, organização sindical, enfim, uma série de propostas e de atividades que podem, em alguma medida, atrapalhar o sentido de acumulação de capital para o clube e controle de seu atleta.

No que tange ao direito de opinião, à possibilidade de participação, a Democracia Corinthiana inaugurou um cenário no qual tudo era levado ao voto. Segundo Sócrates:

Com o tempo, nós passamos a exercer o direito do voto dentro do Corinthians. Este foi o mote que gerou a transformação de todo o processo de relacionamento. Originou até o nome: Democracia Corinthiana. Tudo por causa do direito de voto. Nós passamos a exercer uma forma de relacionamento no qual o voto era

⁶⁸ Wladimir, em entrevista concedida à autora, em 10/03/2012, grifos nossos.

essencial. **Tudo era votado. Essa foi a ação mais concreta do processo.** Dissemos: a partir de hoje, o que for coletivo, nós vamos votar! Fazíamos tudo respeitando as funções profissionais de cada (...). A partir do momento em que passamos a votar tudo o que era coletivo, era iniciado um processo político, de formação política, de informação política. (fala de Sócrates em SOCRATES e GOZZI, 2002, p. 67).

Uma coisa inédita no futebol, mais do que o direito à discussão e à opinião, a possibilidade de aferir opiniões a partir de uma votação se colocou como muito importante, em especial, porque no Brasil a perspectiva do voto individual era uma coisa muito cultivada. Lamounier (1988) ressalta que a ditadura militar brasileira, por mais que tenha suspenso as votações diretas para a presidência da república, em nenhum momento aboliu as eleições. Pelo contrário, a existência de votação para o legislativo e até para alguns executivos, por mais que restrita pelo bipartidarismo, foi uma constante durante os quase vinte anos do regime militar, fato que, para o autor, tem relação direta com certa institucionalização dele. Duas reflexões se extraem daí: a importância do voto individual para os brasileiros, e a relação não necessária entre voto e participação democrática.

Entretanto, com isso não intentamos afirmar que a Democracia Corinthiana era semelhante ao regime militar, pelo contrário. Trata-se apenas de uma provocação para atentarmos para o efeito concreto que as votações têm. Não desprezamos a autenticidade da proposta, e a importância política desse movimento, como voz pública e metáfora das reivindicações por eleições diretas, apenas procuramos desmistificar a aparência construída em torno do fenômeno.

Se observarmos, as principais críticas feitas à Democracia Corinthiana, eram que a mesma se tratava de uma democracia “de três ou quatro”, conforme a imprensa paulista noticiava, fato que repercutiu principalmente durante a demissão do técnico Mário Travaglini. Nesse aspecto, referiam-se ao intenso diálogo que existia entre Adilson Monteiro Alves, Sócrates, Casagrande e Wladimir. De fato, esse grupo mais articulado não era negado por seus integrantes. Adilson Monteiro Alves afirmou em uma entrevista à revista Placar que existia uma vanguarda dentro do movimento, mas que a mesma foi diluída quando o projeto deu certo:

em todo movimento há uma vanguarda que coloca posições para a massa. Mas, na medida em que a proposta se transformou em projeto aprovado pela maioria, essa vanguarda foi diluída dentro da massa. Mas há sempre pessoas que se entregam mais. Você só leva murro se puser a cara. Nós [Wladimir, Sócrates e Adilson, que estavam sendo entrevistados] aceitamos isso (Revista Placar, 8/4/1983, pp.14-17, “A democracia se consolida”).

A fala de Adilson Monteiro Alves é corroborada com o depoimento concedido por Wladimir a mim, no qual ele declara que existia um núcleo duro da democracia, mas atribuindo a essa vanguarda à responsabilidade pela não omissão dos demais jogadores do elenco. Entretanto, o jogador ressalta que, apesar de existirem estes que conduziam o processo, o fato é que durante uma votação todos tinham o mesmo peso, a partir daí a democracia se consolidaria:

Nenhum jogador se omitia, porque eles eram conduzidos pelo núcleo duro, a gente que acabou se expondo mais - eu, Casagrande e Sócrates - e daí diziam que era uma democracia de três ou quatro. E os caras, quando vinham perguntar alguma coisa, perguntavam para gente, e a gente falava. Todo mundo votava, tinha direito a voto. O Leão que quando chegou quis tensionar isso, dizendo que o voto dele tinha que valer mais que o do reserva.⁶⁹

Entretanto, essa própria condição de todos serem iguais nos momentos de decisão foi rompida na contratação do próprio jogador Leão, em que só foram consultados alguns jogadores: aqueles que tinham convivido com o goleiro na seleção brasileira, além do técnico e do preparador físico. Nesse caso, apesar das justificativas dadas *a posteriori*, como o fato de ele ser muito criticado pela imprensa, só deveria opinar quem realmente o conhecesse. O fato é que aí há o indício de uma forma diretiva de conduzir o processo. Deste modo, também podemos entender que se davam as articulações entre “a vanguarda” da Democracia Corinthiana. Adilson Monteiro Alves se reunia com Wladimir, Sócrates e Casagrande, e estes se articulavam para pensar os rumos da Democracia Corinthiana. Tal perspectiva se desenha na forma como se deu a contratação do substituto de Mário Travaglini, em que Adilson dizia ter se reunido com estes jogadores, momento no qual havia surgido a sugestão de nome de Zé Maria, e que depois foi aprovado pela equipe. No

⁶⁹ Wladimir em entrevista concedida à autora em 10/3/2012.

ato da contratação de Jorge Vieira também, Leão acusava que o elenco apenas teria sido informado dessa notícia.

Não é nosso argumento reforçar a tese da democracia dos três ou quatro, mas salientar a condução do processo por uma vanguarda dentro do grupo. Além disso, como já ressaltamos anteriormente, é importante não subdimensionar a importância do dirigente Adilson Monteiro Alves como principal elo desse processo, uma vez que sua derrota nas eleições do Corinthians foi o elemento mais definitivo para acabar com qualquer forma de democracia dentro do plantel. Com isso, também reforçamos a ideia dos diferentes sentidos e formas de participação que se concretizavam dentro do grupo, uma vez que o papel de condução do processo era de alguns, mas outros também participavam de forma a concordar com a “vanguarda”, assim como aqueles que eram mais omissos. A revista Placar ressaltou uma pesquisa feita por alunos da PUC-SP sobre a opinião dos jogadores do Corinthians a respeito da Democracia Corinthiana. Nela, 62,25% dos jogadores ouvidos admitiam ter participado ativamente da experiência democrática; 25% afirmavam participação passiva; e 12,5% de participação relativa (Revista Placar, 18/11/1983, p. 57, “Os jogadores analisam a Democracia Corinthiana”)⁷⁰.

Evidenciar que havia diferentes formas de participação, mesmo no caso em que as votações ocorriam com todo o elenco, significa se contrapor a uma visão da Democracia Corinthiana como o estabelecimento de um espaço público. Este conceito, na teoria habermasiana, refere-se à constituição de um espaço dialógico em se colocam em suspensão as desigualdades anteriores, de forma a constituir um local horizontal e vivamente democrático para o encaminhamento das demandas (COSTA, 2000). Fraser (1995) critica esta concepção justamente pela impossibilidade de construção de um espaço onde se suspendam, ignorem-se, ou sejam “zeradas”, as diferenças e hierarquias simbólicas. De tal modo, o argumento de Fraser se enquadra no nosso esquema de entendimento da Democracia Corinthiana, uma vez que a opinião de uma vanguarda, constituída por um dirigente e por jogadores mais renomados, conduzia o processo. Isso também não significa dizer que essa vanguarda era homogênea, mas que em questões

⁷⁰ Não sabemos a metodologia dessa pesquisa, ou mesmo quantos jogadores foram ouvidos. Com isso, apenas utilizamos a mesma como uma base de referência, uma vez que foi realizada dentro do curso de Ciências Sociais da PUC-SP.

importantes, como contratações de técnicos e jogadores, ela andava em sintonia⁷¹. Também não significa afirmar um grau de articulação plenamente consciente para “manipular” os demais. Há que se ressaltar, sem maniqueísmos, que havia uma sintonia e afinidade maior entre alguns, que se expunham mais.

Com relação mais especificamente à gestão do clube, há que se explorar o que significava a presença dos jogadores no processo de modernização. Ou melhor, como os jogadores se relacionavam com a constituição e organização do Corinthians como uma empresa moderna capitalista. Wladimir relata uma experiência de cogestão no clube:

A cogestão, essa oportunidade de participar dos meios de decisão do clube, era maravilhosa. Nós éramos conselheiros, eu, Zé Maria e o Gomes. Quem quisesse participar, poderia, nós, três só, que quisemos. Os outros achavam que não era conveniente. A gente se sentia muito satisfeito de poder contribuir para a vida política do clube⁷².

O jogador relata essa situação quando perguntado sobre a participação dos mesmos no processo de modernização do clube. Nesse caso, refere-se a esse episódio quanto à participação dos mesmos no conselho deliberativo. Até porque, no caso das votações de equipe, como foi destacado acima, era respeitada a divisão de funções de cada um, ou seja, jogador é jogador, dirigente é dirigente. Mas houve a participação de alguns jogadores no conselho deliberativo, responsável por discutir os rumos do clube em conjunto com a diretoria. Entretanto, o próprio Wladimir, quando questionado sobre como fora essa participação, respondia que isso não tinha sido muito efetivado, porque

foi menos do que a gente gostaria. Até porque as reuniões do conselho eram às segundas-feiras, e era o dia que a gente estava de folga. A gente treinava a semana inteira e daí na segunda-feira, teria que ir ao conselho, na segunda. Então a gente não frequentava, e não frequentando, com três faltas consecutivas e sem justificativa, você perde o mandato. Então cassaram nosso mandato⁷³.

Temos que salientar que Sócrates não participara do Conselho Deliberativo por opção própria, uma vez que até teria se candidatado à chapa. Entretanto, como Sócrates “já

⁷¹ Ou como no caso do corte do Casagrande da delegação que viajaria a Trinidad e Tobago, em que Sócrates incorporou a defesa do colega e Adilson Monteiro Alves ratificou.

⁷² Entrevista concedida à autora em 10/03/2012.

⁷³ Entrevista concedida à autora em 10/03/2012.

tinha opinião formada acerca dos meios de eleição dos clubes no Brasil e [se] colocava contra a forma do processo. Já, naquele momento, tinha assumido a luta por eleições diretas e livres” (fala do jogador Sócrates, in SOCRATES e GOZZI, 2002, p. 120).

Dessa forma, com relação ao processo de modernização em si, por mais que este tenha sido um dos responsáveis por articular certa mudança nas relações trabalhistas dentro do clube, não houve a participação direta dos jogadores na definição dos rumos dessa administração. É importante ressaltar que estes foram dois processos que caminharam paralelamente, ainda que não estivessem diretamente relacionados um ao outro. Isso porque, no que tange às relações trabalhistas, moderniza-las significaria acabar com um dos aspectos mais arcaicos que permanecia na estrutura do futebol brasileiro, e esta seria a Lei do Passe. A Democracia Corinthiana não teve poder para influir com esse grau de força na estrutura legal do futebol, tampouco colocou isso como ponto de destaque em suas articulações. De tal modo, então, a forma como as relações trabalhistas dentro do clube foram “destensionadas” ou foram alvo de uma distensão não caracterizam por si um processo de modernização, mas um passo dado em conjunto com este.

No que tange à participação dos jogadores nesse processo, uma vez que as relações de trabalho tenham sido melhoradas, estes participaram mais ativamente nas questões referentes ao comportamento e constituição do ambiente da equipe, não em relação direta à modernização corrente no clube. A discussão com os jogadores dizia respeito às minúcias dos rumos do departamento de futebol. O processo de modernização passava pela vida dos jogadores na medida em que estes se envolviam em contratos de publicidade pelo clube, na ida às excursões para arrecadar recursos financeiros, na ideia de que um futebol moderno se fazia com a partir de uma relação com jogadores como cidadãos, e por isso, se tornava necessário dar a eles alguns direitos básicos da cidadania moderna, como direito à opinião, à participação, dentre outros. Portanto, nosso movimento nesse momento é de explicitar como os jogadores conseguiam atingir esse patamar de cidadania na Democracia Corinthiana.

A possibilidade de participação também ocorria no que diz respeito às questões relacionadas à organização da equipe em campo. Esta modalidade fica evidente nas falas de Mario Travaglini, que afirmava que esse era seu jeito de treinar, na base do diálogo. Na

entrevista concedida por Wladimir, na qual o jogador afirmou que o avanço de direitos dos jogadores no Corinthians:

foi basicamente a questão **de discutir com o treinador como você joga e como você tem que jogar**. Via de regra, o treinador se acha dono da verdade, e que você tem que jogar assim e assado, e às vezes ele não consegue entender qual é o seu potencial maior, sua característica. E daí você tem que argumentar com ele. Isso foi muito tranquilo com o seu Mario Travaglini. Ele entendia que tinha que ser dessa forma; na época seu Osvaldo Brandão também não aceitava. A maioria dos treinadores dizia que te queria jogando assim e ou você joga do jeito que ele quer, ou ele te tira do time e não existia essa relação, esse diálogo, que é muito legal, porque você consegue expor qual é o seu maior potencial.

Para Wladimir, esse era um processo concreto de “direitos” alcançados dentro do clube. Podemos entender na fala do jogador que essa participação se coloca como possibilidade de ele interferir, a partir do desenvolvimento “habilidades perceptivas e cognitivas” sobre o jogo. Isso se configura, segundo autores estudiosos da pedagogia do esporte, como Garganta, Costa, Fonseca e Botelho, como aspecto central para a performance excelente no esporte (COSTA *et al*, 2002, p.8). Portanto, esta é uma forma de participação desenvolvida que beneficia o desempenho da equipe dentro de campo, uma vez que estimula a inteligência geral do jogador e a compreensão cognitiva do desenrolar do jogo, ao passo que proporciona uma percepção maior sobre os conhecimentos táticos e a adequação das tomadas de decisões⁷⁴.

Estimular a inteligência dos jogadores é fundamental, de modo que eles obtenham boa avaliação “das possibilidades de êxito e prepara[cão] mental da ação a [serem] realizadas em função da antecipação do comportamento dos adversários e da ação que os companheiros preveem realizar-se nesse contexto” (COSTA *et al*, 2002, p. 9). Organizar uma equipe inteligente significa, portanto, estimular um comportamento cognitivo preciso acerca das táticas e da integração dos jogadores dentro de campo. Essa reflexão corrobora com o que declarou Jair Picerni, ao conhecer o plantel corinthiano, “*Esse pessoal tem QI altíssimo. Com uma conversinha só eles entendem tudo. Assim fica muito mais fácil*” (FSP, 20/8/84, p. 18).

⁷⁴Tomada de decisão é um dos elementos do jogo inteligente, entendida como ter a compreensão da solução mais adequada taticamente às situações de uma partida num determinado espaço de tempo (COSTA *et al*, 2002, p. 12).

Nesse plano, os jogadores têm suas ações balizadas pela formação no jogo de uma configuração mutável e dinâmica, em que as equipes estão estreitamente relacionadas numa relação de oposição e cooperação (ELIAS, 1992). O jogo, portanto, apresenta-se contendo ações das equipes motivadas por uma percepção dessa dinâmica com o objetivo de consagrarem-se vencedoras. Segundo Damo (2007)

As configurações de jogo são informadas por movimentos corporais, individuais e coletivos. Elas constituem-se como linguagem, razão pela qual é possível decifra-las (...). Todavia, as configurações não existem em si mesmas, como realidades independentes daqueles que as decifram (...). Consta-se, então, que está implícito na ação dos jogadores (nos gestos corporais propriamente ditos), elementos culturais que transcendem as suas intencionalidades, pois suas ações são avaliadas pelo público e pelos críticos conforme certas premissas, dentre as quais a eficácia” (DAMO, 2007, pp. 293-294).

A ideia de configurações que os jogadores das equipes formam dentro do jogo nos ajuda a entender concretamente o que apreende essa percepção cognitiva que os mesmos precisam desenvolver sobre o desenrolar tático das situações. Deste modo, bons jogadores são mais que tecnicamente habilidosos, são aqueles que conseguem combinar esse domínio da técnica com a percepção das situações de jogo e a melhor decisão para solucioná-las, com a finalidade de formar uma ação, cooperando com os companheiros de equipe, voltada à eficácia. Cultivar esse aspecto é fundamental nas equipes de performance de excelência e, por isso, justamente, não é exclusividade da Democracia Corinthiana, ou de clubes em que desenvolveram relações hierárquicas menos desiguais. Seria equivocado acreditar que por si só este fosse um ato de liberdade proposto aos atletas, uma vez que a necessidade de compreensão do jogo e a possibilidade de intervir nele seja uma premissa da tomada de decisão do jogar inteligente e, portanto, fundamental para as equipes profissionais. Evidentemente, há formas diferentes de se estabelecer um ambiente para a promoção de uma equipe inteligente. Dentre elas, uma concepção mais dialógica, sob uma liderança menos autoritária, como foi o caso, no Corinthians, de Mario Travaglini; ou o que os jogadores buscavam com a presença de Jair Picerni; ou tendo um próprio postulante

como técnico, no caso de Zé Maria. Isso possibilitou aos jogadores, segundo Wladimir, uma percepção maior de participar na definição das estratégias e táticas da equipe⁷⁵.

No entanto, se havia igualdade (ainda que formal) nas votações e na possibilidade de participação, no que se refere aos salários, a definição dos valores pagos aos jogadores ainda obedecia à regra da desigualdade, presente no futebol profissional. Ainda que alguns jogadores tivessem sido valorizados nas gestões da Democracia Corinthiana, permanecia um abismo entre o maior salário (de Sócrates, que atingia cifras de cerca de Cr\$12 milhões⁷⁶) e o segundo, de Wladimir (que beirava aproximadamente Cr\$ 1,5 milhão). O salário do primeiro, como provinha de diversos contratos de publicidade, e esta era feita, em alguma medida, por todos os jogadores da equipe, ainda todos estes eram responsáveis pelo pagamento do rendimento daquele.

Entretanto, se a Democracia Corinthiana não acabou com as desigualdades, ou com os abismos salariais, ela ao menos tentou dar algumas respostas a ele. Em primeiro lugar, o prêmio oferecido pela diretoria aos jogadores por ganharem partidas e campeonatos

⁷⁵Dessa forma, não é possível afirmar que isso seja uma demonstração do futebol arte, em contraposição ao futebol força: o primeiro como prática de liberdade e o segundo como o aprisionamento dos corpos. É intenção do futebol profissional a eficácia na ação. Desse modo, o driblar, ação contundente do futebol arte, é um dos recursos, mas bem menos utilizado que o passe. Segundo Damo (2007) “*O passe é um dos dispositivos de ligação, o elo por intermédio do qual os indivíduos que compõem uma equipe se relacionam, e vale acrescentar, o futebol é um jogo de equipe. Uma equipe, para ser eficaz, necessita aperfeiçoar as ações coletivas e, portanto, as relações entre seus integrantes, razão pela qual o treinamento do passe prepondera comparativamente ao drible. É nesse ponto que entra em cena a economia do espaço e do tempo, um dos principais elementos da estética esportiva moderna. Os atletas não trocam passes para agradar aos torcedores, mas o fazem estrategicamente para aproximarem-se da zona de arremate, pressupondo que trocando passes e, portanto, envolvendo elementos da equipe na consecução da ação desejada, seja mais produtivo do que se os indivíduos partissem em direção ao gol por conta própria. Nessa modalidade de procedimento, marcado pelo princípio da eficácia, percebe-se os constrangimentos socialmente impostos à prática como espetáculo. Tais constrangimentos não são tão frequentes na prática esportiva voltada para o lazer e o entretenimento. Lá os indivíduos são menos pressionados pelo rendimento e, normalmente, têm mais liberdade para ousar e errar*” (DAMO, 2007, p. 294). Com isso, queremos desconstruir uma ideia saudosista de que o futebol tem sua concepção moderna “*baseada no privilégio da força física em detrimento do talento, e na racionalização dos sistemas de jogo em decorrência da qual submete-se a arte às exigências da objetividade, funcionalidade e busca da eficácia que regem as equipes organizadas como máquinas disciplinares de jogar futebol*” (FLORENZANO, 1998, p. 17), de modo que afirmamos que a percepção cognitiva das formas de organização do jogo para a melhor tomada de decisão são características sempre presentes no jogar inteligente, exigência fundamental das equipes de performance excelente (as profissionais), ou seja, da racionalização dos sistemas de jogo. Nesse caso, o drible, como ressalta Damo, é um recurso de jogo, a ser analisado dentro do entendimento da melhor solução a uma situação problema dentro da coletividade da equipe, com a finalidade de eficácia. Com isso, é necessário desmistificar que entendimento e compreensão de tática de jogo, a busca pela eficácia, seja um aprisionamento e a perda da magia e da arte no jogo.

⁷⁶

Valores Corrigidos: Cr\$12 milhões - R\$ 137.490,09; Cr\$1,5 milhão - R\$ 17.186,26

era dividido igualmente entre todos aqueles relacionados para o jogo, independente de serem titulares ou reservas. Em segundo lugar, houve uma regulamentação das faixas salariais, que segundo Wladimir

A Democracia Corinthiana determinou o seguinte, **que haveria três níveis de salário**. Pros iniciantes, que recém saem dos juniores, são primeiro contrato, vão ter uma remuneração; os intermediários, que são os titulares, que já têm certo prestígio no elenco; e os “top’s”, que era o Sócrates, era o pessoal que tinha mais visibilidade. Então, nós tínhamos três níveis de salários. Isso era tranquilo. Na verdade, todo mundo apoiou e aderiu tranquilamente. É lógico que o atleta quanto mais ele ganhar, mais ele quer. Se ele puder, tiver condição de reivindicar mais, é lógico que ele vai reivindicar mais. Essa é uma questão que, enfim, eu diria que aproxima as situações dos atletas no clube. Senão tem um ganhando cem mil, e o outro ganhando mil, e não tem todo mundo ganhando mais ou menos igual. Tem que respeitar porque no futebol tem que ter a consciência da situação no momento. Quando eu fiquei um mês discutindo o contrato, foi por conta do estágio que eu vivia naquele momento. O atleta vive do momento, se ele se contunde, joga 30% das partidas no ano, vai reivindicar o quê? Se você joga todos – eu jogava machucado – com certa regularidade, tem que saber valorizar. Tem a questão do mercado de trabalho, se você tem, está à vontade para discutir, se não tem, é obrigado a aceitar o que te oferecem. É uma questão delicada, e a gente decidiu tratar dessa forma, ter três níveis salariais para tentar contemplar todo mundo. Acho que foi uma forma sensata de conciliar o interesse.

Como fica evidenciado na fala de Wladimir, na Democracia Corinthiana foi aprovada uma forma de escalonamento de salários, que apesar de não acabar com as desigualdades e mesmo com os abismos, propunha-se a regulamentá-las. A consequência desse modelo era uma justificativa racional para a existência das desigualdades, de modo que o jogador iniciante entendesse, como base em argumentos racionais e formais, o motivo pelo qual seu salário seria tão desigual ao daqueles que eram convocados para a seleção. Por essa via, atinge-se um patamar que é próprio das burocracias, de um sistema de meritocracias que regulamente as diferenças salariais e vincule mecanismos, ainda que formais, de possibilidades de ascensão.

Essas mudanças, provindas desse processo de participação, foram, em geral, incorporadas em harmonia com a diretoria. Entretanto, nem em todos os momentos essa relação se deu de modo tranquilo. Ainda que fosse interessante criar esse clima de boa relação com os dirigentes, de modo que os jogadores se beneficiassem com algumas conquistas (como a facultatividade da concentração), para os dirigentes, manter um elenco satisfeito (desde que vitorioso), era interessante. De modo geral, como as reivindicações

dos jogadores também não entravam em choque com os princípios da diretoria, havia uma conciliação de interesses entre ambos os setores. Entretanto, em alguns momentos, a relação foi de tensionamento, na qual a aparência democrática foi ofuscada.

Entretanto, a relação não foi sempre de harmonia entre os dirigentes e os jogadores; ou entre os treinadores e os jogadores. O principal momento de tensão se deu logo depois de saída de Sócrates do clube, quando as opiniões do então técnico Jorge Vieira e Casagrande se chocaram. Apesar da saída do técnico, que já estava desgastado com a equipe, a permanência do jogador não foi posta em questão pelos jogadores do clube, de modo que, a despeito de todas as defesas para que este permanecesse vinculado à equipe, a decisão de afastá-lo e posteriormente emprestá-lo é realizada unilateralmente pela diretoria. Isso evidenciava a falta de autonomia dos jogadores nesse momento de tensão, de modo que eles não tiveram a oportunidade de se manifestar ou votar sobre essa matéria. Outra questão importante é que, nesse caso, a saída de Casagrande jogador era feita sem sua plena concordância – o que o fez ficar dois meses afastado, sem disputar partidas pelo clube– e mesmo assim, com tal suspensão, com a diretoria do Corinthians interferindo unilateralmente sobre o direito do jogador poder exercer sua profissão, a questão da Lei do Passe não foi posta em xeque pelo elenco corinthiano.

Este episódio é importante para expor dois elementos. Em primeiro lugar, que não podemos tratar a Democracia Corinthiana como um bloco homogêneo entre jogadores e dirigentes, uma vez que estes últimos faziam parte do coletivo que discutia as questões e tinha um papel diretivo importante no mesmo; em segundo lugar que, apesar de as decisões terem sido encaminhadas em harmonia, essa nem sempre foi a tônica. E no caso das divergências, mais do que a vontade da maioria, o que prevalecia era o poder da diretoria, que não hesitava em usá-lo quando necessário, de forma autoritária ou mais dialógica.

Em segundo lugar, tal episódio é emblemático para demonstrar as limitações as quais estavam sujeitos os jogadores, o mais fraco da Democracia Corinthiana, uma vez que sua capacidade de resistência às decisões mais unilaterais da diretoria era muito pequena. Tal impotência ficou mais evidente nos momentos de crise, em que a diretoria se colocava mais autoritariamente, e principalmente ao final das gestões da Democracia

Corinthiana, em que após cerca de três meses, boa parte das conquistas, como o diálogo, a concentração facultativa, dentre outras, esvaíram-se.

6.2.3 A participação dos jogadores do Corinthians no sindicato da categoria.

A participação dos jogadores do Corinthians no sindicato seu deu de forma natural, uma vez que mesmo antes de começar o período ao qual chamamos de democracia, Wladimir já fazia parte da diretoria. Wladimir fez parte do sindicato dos atletas desde a gestão do jogador Palhinha, quando ele foi secretário, a partir de 1978, quando esta entidade foi reorganizada. Na gestão seguinte, após a saída de Palhinha e a entrada de Valdir Peres como presidente, Wladimir foi tesoureiro e, por fim, em 1984, elegeu-se presidente, após a transferência daquele para o futebol carioca.

No âmbito mais geral, as discussões sobre os rumos do sindicato ganham publicidade, a partir do elenco corinthiano em 1983, quando o jogador Sócrates criticou a gestão de então, de presidência do goleiro Valdir Peres. O jogador fora convidado a participar do sindicato em 1980. Entretanto, nessa época, não aceitou “porque não havia tempo para desenvolver um projeto em que eu [Sócrates] acreditasse” (FOLHA DE SÃO PAULO, 3/4/1983, p. 26, “Sócrates não quer só carteirinha”). Em 1983, ele dizia ter resolvido achar tempo para se empenhar para o trabalho sindical, mas a partir de um plano de ação construído com ampla participação dos jogadores e “que fosse buscar no interior, nos clubes pequenos, onde estão realmente as contradições estão mais sérias, as soluções para a Lei do Passe, falta de garantia em vários níveis e quantos outros problemas aparecessem” (FOLHA DE SÃO PAULO, 3/4/1983, p. 26, “Sócrates não quer só carteirinha”). É importante salientar que a motivação para estender seus esforços para o trabalho sindical se devia, segundo ele mesmo, ao sucesso da experiência corinthiana:

eu sempre tentei mudar alguma coisa na **estrutura do futebol**, através do **micromundo do meu clube, mas nunca consegui qualquer retorno**. Acabava frustrado e sem ânimo para estender essa luta para um universo maior. Mas em 1982 tivemos sucesso, o grupo avançou no trabalho de arejar um pouco o ambiente e romper esse conformismo, o reacionarismo que impera na estrutura em que vivemos diariamente. **Tendo êxito, ainda que parcial, no Corinthians, eu me animei a partir para um voo mais alto, para um projeto que vá buscar**

os problemas e as soluções na base da categoria. Veja que já temos alguns canais de comunicação com a estrutura de poder político. Alguns vereadores, deputados federais eleitos a 15 de novembro estão comprometidos em servir de condutos para as nossas reivindicações. Só não adianta esperar que eles venham a elaborar reformas de gabinete, desvinculadas da nossa realidade (FOLHA DE SÃO PAULO, 3/4/1983, p. 26, “Sócrates não quer só carteirinha”).

O Sindicato dos Atletas Profissionais do Estado de São Paulo (SAPESP), tinha, em 1983, entre 800 e 1200 sócios, quantidade que oscilava muito por causa das idas e vindas dos jogadores (mais de dois mil jogadores profissionais no estado). Nessa época existiam em todo país apenas quatro sindicatos de atletas profissionais (em São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Paraná, locais que contavam com o maior número de jogadores). (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/04/1983, p. 26 “Jogadores discutem sindicalismo mais forte”). Esse problema de organização era analisado por cada sujeito participante do sindicato de uma forma diferente.

Valdir Peres, o então presidente, creditava como principal dificuldade para a organização sindical a omissão dos jogadores mais famosos. A reunião sindical ocorria na segunda, que era o dia de folga dos jogadores, segundo ele era motivo para estes não participarem. Acreditava que o principal problema era fazer os jogadores participarem, combater a ideia da transferência de responsabilidade, que delegava à diretoria do sindicato a possibilidade de qualquer ação. A maior reunião que o Sindicato já tinha feito em 1983 tinha sido quando se discutiu um boicote à Revista Placar, que havia denunciado uma máfia na loteria esportiva que envolvia diversos jogadores do estado (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/04/1983, p. 26 “Jogadores discutem sindicalismo mais forte”). Ele dizia que houve uma mudança no comportamento dos jogadores depois da copa de 1970, quando eles começaram a frequentar o ensino superior. Isso teria desmistificado a ideia do jogador de futebol enquanto alguém não escolarizado que não sabe lutar por seus direitos (Folha de São Paulo, 03/04/1983, p. 26 “Jogadores discutem sindicalismo mais forte”).

O diagnóstico é diferente para o ex-presidente, o jogador Palhinha, que culpava a negligência dos mais famosos, que estavam mais preocupados com os seus próprios problemas, sem dar atenção para o sindicato, perdendo a possibilidade de atribuir sua projeção às demandas da categoria. No ano de 1983, o jogador estava atuando pelo

Cruzeiro, e por isso, se empenhando em criar uma Associação dos Atletas em Minas Gerais, como um primeiro passo para criação de um sindicato nesse estado.

Zé Mário, ex-jogador e técnico do Botafogo, dizia que os problemas do SAPESP são fruto do desinteresse da diretoria, falta de visão administrativa e incompetência. Criticando a postura e projeto político da diretoria de 1983, Zé Mário acreditava que a eleição de Sócrates poderia contribuir bastante. Segundo Zé Mario, havia uma diferença muito grande entre o sindicato de São Paulo e do Rio de Janeiro, pois neste praticamente todos os jogadores eram sócios da entidade. Para enfrentar esse problema de representatividade, ele sugeria o aproveitamento de Badeco, ex-jogador e então delegado federal, para viajar pelo interior visitando os pequenos clubes para conseguir mais sócios e falar da importância do sindicato – o que ocorreu na presidência de Wladimir.

uma situação a princípio, sem razão aparente, pois eles têm mais condições financeiras e um número maior de clubes para desenvolver um sindicalismo bem mais forte que o nosso. São mais de 140 clubes em todo o estado, enquanto no Rio não há mais de 40. A diferença é que houve realmente um interesse da diretoria carioca em conseguir os sócios, enquanto o paulista continua num certo marasmo. (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/04/1983, p. 26 “Jogadores discutem sindicalismo mais forte”).

Esse problema da representatividade do sindicato, como apontamos, fazia parte do tom da crítica de Sócrates à diretoria da entidade, que se dirigia principalmente ao fato de, apesar do discurso de portas abertas, a mesma não ir atrás do jogador para entender as reais demandas da categoria, que se concentravam, conforme a fala do jogador, nos clubes pequenos, nos quais os profissionais têm menos garantias. O jogador disse que apesar de em 1982 terem se eleito no estado diversos deputados e vereadores dispostos a ajudar a categoria, não dava para “esperar que eles viessem até a base detectar o problema”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 03/04/1983, p. 26 “Jogadores discutem sindicalismo mais forte”). Para pensar mudanças na Lei do Passe, Sócrates insistia que seria necessário percorrer o interior, a fim de enxergar os problemas dos clubes pequenos, pois era neles que residiam as contradições. Tentar corrigir os problemas sem olhar para essa realidade seria repetir erros do passado.

Além da questão da representatividade, outro aspecto da crítica de Sócrates à diretoria de Valdir Peres se refere à omissão da mesma com relação aos movimentos sindicais que ocorreram no ano de 1983. Em julho de 1983, diante da convocação de um dia de greve geral, alguns jogadores se manifestavam contra a partida, preferindo um adiamento. O jogador Sócrates, assim como Casagrande, era favorável à participação dos atletas na greve geral. “Nem jogo, nem treino. Isso deveria partir do nosso sindicato”, o que não aconteceu (FOLHA DE SÃO PAULO, 21/07/1983, p. 24, “Corinthians em Campinas, sob protestos”). Em entrevista à Revista Placar, Sócrates criticou duramente o sindicato por se omitir nessa ocasião, afirmando ser tarefa da entidade se unir à classe (REVISTA PLACAR, 9/9/1983, p. 19, “Sou radical até mudar de ideia”).

Interessante é notar que quando esse dia de greve é reportado pelo jornal “A Folha de São Paulo” na seção esportiva, houve a manifestação de mais jogadores, como o de Casagrande, que concordava e acrescentava que a iniciativa poderia também ser das federações, não programando futebol para hoje: “nós jogadores não podemos tentar a adesão de forma isolada no clube. Já pensou o que aconteceria se saísse a notícia Casagrande inicia greve no Corinthians. O mundo cairia em cima de mim”. (FOLHA DE SÃO PAULO, 21/07/1983, p. 24, “Corinthians em Campinas, sob protestos”) Daniel Gonzalez, que jogou no Corinthians em 1982 e 1983, também se demonstrava favorável à paralisação, estendendo-se a um relato de como tal questão afetou o plantel corintiano. A exemplo dos companheiros, explicava que não havia qualquer esboço de movimento no clube. E garantia que, apesar das opiniões contrárias ao jogo, o time atuaria normalmente. À tarde a torcida “Camisa 12” havia distribuído um comunicado solidarizando-se ao movimento grevista e comunicando que decidira não comparecer ao jogo daquela noite em Campinas. (FOLHA DE SÃO PAULO, 21/07/1983, p. 24, “Corinthians em Campinas, sob protestos”).

Sócrates não chegou a fazer parte da diretoria do Sindicato. Entretanto, seu companheiro de clube, Wladimir, também corroborava com essas críticas, dizendo, quando eleito presidente, em maio de 1984, após a transferência de Valdir Peres do futebol paulista, que queria “transformar o futebol numa estrutura sindical eficiente, capaz de acabar com o paternalismo e a ingerência política dos cartolas na profissão”. Dizia que havia

dificuldades, em especial que **“infelizmente a essência do futebol profissional é o confronto; a derrota de um é a vitória de outro.** Num jogo em Araraquara, Ataliba caiu e um jogador da Ferroviária deu-lhe um chute no rosto. Como essas duas pessoas podem sentar-se à mesa para tratar de assuntos da profissão?” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2/9/84, p. 27, “Wladimir quer sindicato sem paternalismos”). Para Wladimir, essa é a essência da categoria: *“a gente existe para jogar contra. E isso gerava uma certa animosidade, uma certa distância, na verdade. Então, a nossa profissão tem essa peculiaridade, essa distinção com relação a outras”*, esse aspecto torna difícil a unidade da categoria.

Wladimir levou Juninho e Casagrande do Corinthians para a gestão do Sindicato, ambos jogadores filiados ao PT. Lançou jornal da categoria e pretendia fortalecer o jurídico e implantar assistência médica (principalmente para os desempregados).

Para Wladimir, apesar de alguma evolução no trato jogador e dirigente, o paternalismo continuava existindo em larga escala no futebol profissional: *“mas lamentavelmente isso ocorre em outras áreas, como na política, onde o governo resolve tudo. A gente tem que partir para a luta. No sindicato isso acontece com frequência”*(FOLHA DE SÃO PAULO, 2/9/84, p. 27, “Wladimir quer sindicato sem paternalismos”).

O fato de ter aumentado de seiscentos para três mil sócios deixou Wladimir orgulhoso, mas para ele ainda falta muita coisa: *“o futebol brasileiro necessita de uma reestruturação, tem que ser visto como atividade empresarial, não viva apenas das rendas dos jogos. Estamos trabalhando também junto aos garotos para que eles não se iludam quando se tornarem profissionais, não pensem que vão ser necessariamente um Zico ou um Sócrates”*(FOLHA DE SÃO PAULO, 2/9/84, p. 27, “Wladimir quer sindicato sem paternalismos”). Para ele, uma das questões mais importantes era a Lei do Passe, entretanto, ele ressalta que *“passe livre, na estrutura atual do futebol brasileiro, é sinônimo de instabilidade no emprego. Acharmos que a Lei do Passe tem que ser revogada, mas como uma nova forma de relacionamento entre patrão e empregado. Temos que começar com as divisões inferiores. Quando o jogador começasse em um clube teria a liberdade de aceitar ou não a sua vinculação”* (REVISTA PLACAR, 02/03/1984, “O DESAFIO DE UM NOVO JOGO”, pp. 20-23). Dessa forma, na fala do jogador fica evidente uma preocupação

com a precarização da carreira, atribuindo ao passe uma segurança, que o contrato livre não atribuiria. Todavia, é importante atentar para o fato de que essa falsa segurança proporcionada pela vinculação por meio do passe não deveria ser motivo para sua defesa. Garantir estabilidade na carreira e segurança de emprego no mundo do livre contrato dependeria da própria ação do sindicato, em lutar por direitos e condições mínimas básicas na profissão que garantissem a plena realização do direito ao trabalho como jogador de futebol. Por isso, o passo fundamental para a extinção da Lei do Passe sem piora nas condições de trabalho deveria passar pelo fortalecimento da entidade dos atletas.

Além da questão da extinção da Lei do Passe, já elencada como a principal reivindicação da categoria, outra demanda representada na gestão de Wladimir à frente do sindicato era a fixação de um piso salarial, que não foi adiante, segundo o jogador,

a gente queria o piso salarial para todas as categorias, desde a de base até a profissional. Nós queríamos acabar com a Lei do Passe. Essas eram as nossas maiores brigas, nossos maiores desejos. O piso, ele acabou não tendo consenso, por causa da individualidade de cada um – do valor individual de cada um.⁷⁷

Durante sua gestão à frente do sindicato, durante a Democracia Corinthiana, houve enfrentamento à federação paulista, em 1984, quando o jogador Mario Sérgio foi pego no exame antidoping. Ele jogava pelo Palmeiras, e a diretoria do clube tentava adiar seu julgamento de modo que ele pudesse continuar disputando partidas, sem que fosse punido, até o final do campeonato paulista. A postura do presidente do Sindicato, além de oferecer a estrutura jurídica da entidade para ajudar na defesa do jogador, era também de que se paralisasse o campeonato até que o julgamento ocorresse, uma vez que proceder da forma como era feito, significava atribuir validade nenhuma ao exame antidoping e descredibilizar toda a categoria que não fazia uso de substância ilícitas. Segundo o jogador, houve por parte dele uma ameaça de greve da categoria, caso o presidente da Federação Paulista não tomasse uma atitude:

O Palmeiras estava tentando jogar o julgamento do Mario Sérgio para depois do campeonato, e aí ele estava conseguindo adiar. O Márcio Pappa que era presidente do Palmeiras e advogado. O Palmeiras estava embalado e tal, e a

⁷⁷ Em entrevista concedida à autora em 10/03/2012.

categoria toda estava sob suspeita. Um atleta tinha sido pego no antidoping, colocamos o departamento jurídico do sindicato a disposição dele, e o atleta não procurou porque interessava a ele esse prolongamento. E a imprensa começou a ouvir a categoria sobre isso. E toda a categoria estava sob suspeita. O Serginho foi entrevistado e dizia que não ia mais fazer essa porra. O São Paulo sabia que o Mario Sérgio se dopava. Sempre que era escalado, alguém urinava por ele. Quando o Mario Sérgio foi pego, eles, com o Palmeiras embalado na frente, o Mario Sérgio jogava muito, nós tivemos uma reunião no sindicato e foi consenso dizer que a gente pararia o campeonato e daríamos o tempo que ele precisasse para se defender e depois a gente voltava o campeonato, e depois de decidido a questão, a gente voltava o campeonato. Falei na federação pro José Eduardo Farah. Ele subestimou a nossa capacidade aí, e a gente ia parar mesmo. Não paramos porque eles julgaram o Mario Sérgio. O cara estava sob suspeita a categoria estava sob suspeita. Julgou o cara e ele foi condenado. Foi da minha cabeça, eu estava reunindo com o presidente da federação, na verdade eles atendem interesses do clube, para os atletas eles não estão nem aí. Então, falei ‘o seguinte, senhor Farah, a gente para o campeonato’. E ele disse, ‘não’. E daí eles julgaram.

Esse episódio teve o apoio da diretoria do Corinthians. Entretanto, é importante ressaltar que o que fez com que não fosse uma reação isolada ao evento foi a organização dos jogadores no sindicato. Dessa forma, na medida em que os jogadores foram se organizar nessa entidade, deram conta de dar resposta a alguns problemas da categoria extrapolando o plantel corinthiano. Por isso, por mais que a experiência corinthiana fosse um exemplo a ser seguido por outros clubes, o que garantiria sua radicalidade e seu potencial transformador, do ponto de vista dos direitos dos jogadores, seria sua organização em autonomia à diretoria – até porque essas mesmas tinham concepções diferentes do que poderia ser democracia e participação⁷⁸.

A organização autônoma dos jogadores poderia fazer com que esses escapassem da lógica da participação regulada ou concedida – algo paralelo ao que Sales (1994) chamou de cidadania concedida, referindo-se à cultura política da dádiva, ou seja, em que os direitos básicos são vividos como uma dádiva, como algo que é concedido em troca de subserviência pessoal. De tal modo, os jogadores não ficariam reféns da concordância ou dos limites impostos pelos dirigentes dos clubes, podendo questioná-los e avançar para além do que o projeto de gestão dos mesmos propunha.

⁷⁸ Interessante é uma reportagem da Placar sobre a Democracia Colorada, na qual o presidente do clube Internacional afirma que em sua democracia jogador não participa da política nacional. Em suma, uma concepção de democracia extremamente regulada.

Em reportagem da Revista Placar, em que se promovia um debate entre diversos jogadores de futebol acerca do significado da Democracia Corinthiana, foi interessante ouvir opiniões favoráveis que, como a de Palhinha, atribuíam o sucesso da experiência “à mentalidade aberta do dirigente Adilson Monteiro Alves”. Este jogador reconheceu um dos aspectos por nós ressaltado ao longo do texto: a dependência do protagonismo do dirigente para a existência da democracia. Isso explicita um sentido de concessão da participação, e não de conquista dos jogadores, do seu reconhecimento a ter direitos e a disputá-los concretamente. Entretanto, é importante ressaltar que, uma vez criado esse espaço, ele não serviu à demonstração de subserviência aos dirigentes, mas foi disputado pelos jogadores, ainda que, até pela sua origem, mantivesse uma lógica limitada a elementos que não interferissem diretamente nos planos de gestão dos dirigentes. Por isso que o jogador Reinaldo, do Atlético Mineiro, reafirmava que para a experiência ter sucesso era necessário que “os clubes deixassem de ser dirigidos emocionalmente e nossos sindicatos ganhassem força e representatividade (...). O grande problema da democracia no futebol, atualmente, está no fato de o jogador não saber lutar organizadamente” (REVISTA PLACAR, 29/4/1983, p. 18, “Democracia em debate”).

É importante ressaltar que o paternalismo que a Democracia Corinthiana tentava enfrentar fazia parte de uma cultura política presente em toda a sociedade brasileira, fruto do advento da cidadania no país ser sempre à base da concessão, na regulação de um agente maior à margem de reivindicação do cidadão. Portanto, questionar essa cultura política foi uma tarefa de todos os agentes sociais na década de 1980, engajados na construção de uma nova cidadania, definida por Dagnino (2004) como: 1) trabalhando com a redefinição da ideia de direitos, a partir da noção do direito a ter direitos, que prevê que a esfera do direito não pode ser previamente definida e é uma esfera de luta que inclui lutar pela criação de novos direitos; 2) A noção de que é uma cidadania que não quer ser incorporada por um agente dominante, mas requer a constituição de sujeitos sociais ativos, e nesse sentido, vem de “baixo para cima”; 3) criação de uma nova proposta de sociabilidade, calcada na difusão de cultura de direitos, que torna o sujeito cidadão; 4) propõe reforma intelectual e moral, na qual as relações entre sujeitos sejam propostas a partir de coletividades organizadas, como processo de transformação das práticas sociais; e

5) Coloca em pauta não simplesmente a “inclusão”, mas “o direito de participar efetivamente da própria definição do sistema” (p. 109), a partir da criação de espaços públicos, onde o conflito é visto “como necessário, irredutível e legítimo, onde o próprio direito é sujeito a uma constante reinterpretação, enquanto debate sempre reaberto sobre o justo e injusto” (p. 111). Dessa forma, pressuposto para essa possibilidade de construção, no caso dos jogadores de futebol, seria sua organização no sindicato, de forma que pudessem autonomamente definir suas plataformas e estratégias de reivindicação, como sujeitos ativos, que surgem de baixo para cima. Nesse sentido, a reflexão do jornalista e técnico de futebol João Saldanha se colocava como um aviso para os jogadores

quanto à Democracia Corinthiana, reconheço que os jogadores estão dando um grito de alerta. Isso pode ser o ponto de partida para que a democracia chegue a todos os jogadores brasileiros. No país, a profissão ainda é um meio, não um fim. Os jogadores são 90% dos casos, boias-frias que rodam o país atrás de trabalho temporário, sem garantias nem segurança. A lei de passe ainda não está regulada, os sindicatos ainda não estão organizados. É por isso que os jogadores devem lutar⁷⁹

Para este, a democracia se estender a todos os jogadores brasileiros significava um processo concreto que avançasse para além do que permitia os limites da gestão corinthiana. Significava lutar por algo que não estava diretamente na agenda de discussões do plantel, ou seja, o fim da Lei do Passe, uma regulamentação que tornava o trabalhador propriedade do clube, que verdadeiramente impedia a constituição de relações de trabalho mais modernas no futebol brasileiro, uma vez que mantinha relações de produção atrasadas.

Nesse sentido, a Democracia Corinthiana, apesar de se entender como um movimento que buscava o fim do paternalismo no futebol brasileiro (frente ao conservadorismo tão presente nesse ambiente), não conseguiu perceber e imputar como nó da questão a Lei do Passe, uma vez que essa pauta não ganhou relevância. A questão de se o jogador deveria se concentrar teve mais peso que essa reivindicação. Eles chegaram mesmo a discutir sobre seu próprio processo de trabalho, alcançando a possibilidade de escolher um deles para geri-lo, como técnico. Entretanto, os jogadores desse movimento não se colocaram contra um processo tão naturalizado que era a propriedade do passe do

⁷⁹ Placar, 13/05/1983, p. 58.

jogador de futebol, ponto que nenhum dirigente tocava, para a construção de relações mais modernas no futebol. Dessa forma, apesar de no sindicato os jogadores pautarem essa questão, em especial no Paulista e no Carioca, a Democracia Corinthiana não logrou atingir um patamar de organização autônoma que permitisse potencializar essa luta, contra algo tão arraigado e tão naturalizado, tanto quanto arcaico, que era a Lei do Passe.

Nesse sentido, nossa análise corrobora com as considerações de Florestan Fernandes sobre a transição democrática. Segundo o autor, para os trabalhadores, a questão central seria a conquista de sua autonomia por meio de instituições que se desvinculem do controle da ditadura. Isso significava lutar não pela democracia representativa burguesa, mas fortalecer as “condições de autorganização, de autoconsciência e de autoafirmação do proletariado – o que configura a realidade da democracia proletária dentro da ordem burguesa tão fechada e autocrática” (1980, p. 29). Para o autor, nas empresas isso se traduz na construção de comissões de fábrica; no movimento sindical, pelas organizações operárias livres e independentes, nas várias escalas necessárias, constituindo uma estratégia na qual “os trabalhadores devem avançar no sentido de tornarem-se socialmente válidos, pondo um paradeiro na tradição paternalista-mandonista de ‘morte civil’ tácita e substituindo-a por uma nova tradição, de solidariedade de classe ativa, intransigente e militante” (FERNANDES, 1980, p. 30).

Por isso, por mais que a Democracia Corinthiana tenha criado condições de manifestação dos jogadores dentro do clube corintiano, e que com isso tenham atribuído condições melhores de trabalho, o movimento ainda não conquistara sua autonomia de classe da categoria para conseguir avançar para rumos mais radicalizados, que os permitisse tocar em questões que a dependência da diretoria atrapalhava e que lograsse alçar voos mais altos para toda a categoria dos jogadores de futebol. Nesse sentido, ir ao sindicato significava expandir a experiência da Democracia Corinthiana enquanto modernização das relações de trabalho, direito de negociar e de ser trabalhador, não escravo. O sindicato deveria ser o lugar para a criação dessa autonomia.

7 Considerações Finais

“Conseguimos provar ao público que qualquer sociedade pode e deve ser igualitária (...) quem sabe um dia verei, mesmo que lá de cima, acontecer o mesmo com nosso país. Talvez nossa manhã possa viver um amanhã justo, ético e puro”.
(In SOCRATES e GOZZI, 2002, p. 179)

A fala retratada acima, do jogador Sócrates, escrita no capítulo final de seu livro sobre a Democracia Corinthiana, expressa um dos principais significados que este movimento pode ter para nós que realizamos leituras posteriores ao mesmo: a relação entre política e futebol é presente, e se conforma, evidentemente sem determinismos, de acordo com o momento histórico no qual vivemos. Com isso não afirmamos que o futebol é uma esfera que reproduz mecanicamente as contradições da sociedade, mas que a mesma não é isenta do que ocorre na vida social, econômica e política do país e do mundo. Isso porque partimos de uma noção de política que extrapola a questão do Estado, abrangendo todas as relações sociais e culturais. Deste modo, também, a produção simbólica se faz como uma das principais armas da política. Assim, há sempre uma disputa entre aqueles que têm e não têm poder de atribuir significados. E nesse sentido, como Sócrates anuncia, os jogadores de futebol, no Corinthians, naquele momento, disputaram a legitimidade para construir significados, participar e constitui-se como sujeito político provido de direitos, um cidadão moderno.

Portanto, retomar a narrativa da Democracia Corinthiana para entender seu valor histórico e sociológico pressupõe, a partir desse entendimento da relação entre futebol e sociedade, analisar os determinantes históricos que a tornaram possível. Para tanto, realizamos uma leitura do momento político brasileiro, constatando no mesmo a presença de uma instabilidade política e econômica, de uma crise do modelo de desenvolvimento apresentado para o país. Tal crise, fruto do desgaste do regime militar e ascensão das formas de contestação ao mesmo, geraram movimentos que disputavam o rumo da transição política que se colocava como iminente para o Brasil. Entretanto, o cenário político não era linear, sendo que os sujeitos que expunham os sentidos para a democratização brasileira eram diversos. Como nos alertou Florestan Fernandes, mais do que uma oposição entre ditadura e democracia, configuravam-se múltiplas e distintas

visões do que deveria ser a transição democrática no país, de modo existirem defesas de formas de democratização que não constituíam, na visão do autor, uma transformação que acabasse com o modelo de desenvolvimento que impunha desigualdades diversas e excluía os trabalhadores da política brasileira.

No futebol, não era diferente. A crise econômica e os ares modernizantes europeus trouxeram para o Brasil a iminência da modernização da estrutura da modalidade e da organização dos clubes. Estes passavam por uma crise econômica, com queda de arrecadação constante e êxodo dos principais ídolos. Por isso, eram necessárias novas iniciativas para dar resposta a esse cenário.

Nesse processo, como fruto da crise que o Corinthians passava, e tensionado pelas disputas políticas internas ao clube, surgiu a possibilidade de dar uma resposta modernizando a gestão, como forma de resolver os problemas do futebol da equipe. Modernizar era necessário para acertar as contas do clube, contratar jogadores mais famosos e, assim, obter melhores resultados no gramado. O ambiente político do país influenciou a forma como os dirigentes deram essa resposta. O início da gestão do Waldemar Pires era denominado por esse mesmo como “abertura”, entendido pelos sujeitos como uma forma de descentralizar as decisões no Corinthians, e atribuir espaço na gestão para grupos excluídos do poder, suavizando as cisões internas. A denominação abertura não fora feita à toa: fora uma clara alusão ao momento pelo qual o país passava. E a justificativa era a mesma: em um determinado momento precisou-se concentrar o poder; posteriormente, era fundamental descentralizar, abrigar mais gente na estrutura do poder. Tal como os discursos sobre a inexorabilidade do golpe militar, o Corinthians trazia para dentro de si a conformação política da ditadura militar. A denominação Democracia Corinthiana, posteriormente, para esse período de “abertura” que os dirigentes acreditavam vinha como uma versão de marketing político aludindo à iminência do final do regime militar brasileiro. Nesse sentido, política e futebol caminhavam juntos respondendo a crise econômica da década de 1980, e promovendo alternativas para modelos de desenvolvimento, quer seja da modalidade esportiva ou do país.

Por isso, foi-se constituindo um arcabouço institucional, a partir do intitulado “projeto de abertura” de Waldemar Pires, que possibilitaria ao diretor do departamento de futebol, Adilson Monteiro Alves, autonomia para geri-lo à sua

maneira. É importante ressaltar que, por mais que os dirigentes entendessem a abertura como uma forma de “democratização” ou “descentralização”, como bem relatam as falas dos mesmos aos jornais, isso não necessariamente foi seu significado concreto. Seu projeto de “descentralização” envolvia possibilitar que profissionais especializados gerissem os departamentos do clube, de tal forma que isso não anulasse o poder final do presidente – a estrutura burocrática presidencialista, de nomeação e desnomeação, de poder frente aos ao Conselho Deliberativo, nada disso desapareceu, nem mesmo o poder da palavra final. Entretanto, foi tal projeto que abriu a “janela histórica” que tornou possível a participação dos jogadores em instâncias do clube.

A Democracia Corinthiana surgiu em meio a uma crise do futebol, marcada pelo início do questionamento às formas de administração arcaica dos clubes e em um contexto político-social de crise e forte agitação. Inicialmente, aparecia sob a forma de um projeto de uma liderança dialógico, encampando por um técnico não autoritário, por um dirigente inexperiente e por um elenco com jogadores engajados, como Sócrates, Wladimir, e outros que vieram a se envolver nos debates políticos. O envolvimento desses sujeitos tornou a “transição corinthiana” em busca da modernização do clube um processo cujos rumos também eram fruto de tensionamento, como uma metáfora das disputas nacionais, fruto das contradições entre “democracia vs. ordem”, seja mesmo internamente ao bloco daqueles que defendiam a democracia.

Alguns pontos são importantes de se ressaltar para refletirmos sobre as possibilidades da Democracia Corinthiana. Em primeiro lugar, conforme a leitura sobre a conjuntura do futebol e o entendimento que os dirigentes do Corinthians tinham da mesma, apesar do Corinthians ser um clube, organizado por sócios, do ponto de vista concreto, o que se pretendia alcançar era o funcionamento de uma empresa. Isso se seguirmos a definição de futebol empresa de Proni (2000, p. 45), segundo quem são características deste tipo de instituição a racionalização dos métodos de gestão dos ‘negócios’ do clube, a transformação do espetáculo em atração da programação televisiva, a implementação de modernas estratégias de marketing, a busca de novos mercados (ou de novas frentes de valorização) e, finalmente, uma nova regulamentação que permitisse a presença de grupos econômicos no comando do esporte. Dessa forma, o movimento que se processou no Corinthians foi o de constituí-lo como uma empresa. Isso significa que mais que uma democracia, o clube se forjava como uma empresa, a

partir dos métodos racionais e quantitativos de gestão característicos. Tampouco se pode afirmar que o que emergiu no Corinthians foi uma experiência autogestionada, uma vez que ela pouco ultrapassava as fronteiras do “vestiário” e era comandada pelas figuras de poder do clube (seja o diretor do futebol ou o técnico, ainda que de uma forma na qual a hierarquia fosse suavizada, e que se buscasse a exclusão do autoritarismo). Em tal cenário, alguns jogadores tentaram investir numa forma por eles denominada de “cogestão”. A participação no Conselho Deliberativo, entretanto, e a organização dos interesses da classe eram dispersos, e não havia o entendimento coletivo da importância da representação do segmento dos jogadores nos espaços institucionais e a seu peso era restrito a três conselheiros. Além disso, tal experiência não teve êxito concreto, uma vez que os jogadores conselheiros perderam seu mandato brevemente, conforme nos relatou Wladimir.

Nesse caso, o que percebemos foi um distensionamento das relações entre capital e trabalho, trazendo a mesma para o interior do clube, de forma a amenizá-la. O ambiente com a diretoria era de cooperação, sendo os jogadores, por sua vez, ouvidos, como opiniões importantes nas discussões do departamento de futebol. De tal modo, o conflito capital *vs.* trabalho passou a ser negociado e o jogador começou a ser reconhecido como cidadão, sujeito portador de voz e de direitos, ao menos pelo representante da diretoria no departamento de futebol, Adilson Monteiro Alves.

Da mesma forma, procedeu-se o processo de modernização no clube corinthiano, que dentro das mais diversas pautas e mudanças que elencou, passou ao largo de uma discussão importantíssima para os jogadores, que se referia à questão da Lei do Passe. Alguns jogadores da Democracia Corinthiana colocavam essa pauta como uma reivindicação importante. Entretanto, não conseguiram levar a cabo uma exposição maior dela e uma luta mais forte para a extinção do passe. Nesse caso, verifica-se como a modernização promovida pela democracia corinthiana, ainda que pensasse a promoção da marca Corinthians internacionalmente e quisesse tornar-se uma empresa atrativa para outras se associarem pensando métodos mais racionais e modernos de gestão, pecava ao passar ao largo de um dos pilares mais arcaicos da estrutura do futebol brasileiro, aquele que ancorava a maior desigualdade de poder entre dirigentes e jogadores, que era o passe. Sem a possibilidade de constituição de contrato de livre trabalho, a cidadania, nos termos modernos, não podia se conferir plenamente, uma vez

que faltava ao jogador um dos principais componentes da sua vertente civil, o direito de “livre” escolha. De tal forma, por mais que a Democracia Corinthiana pretendesse acabar com o paternalismo, na medida em que ela não toca nesse pilar, fundamental para emancipação e organização autônoma desses mesmos, ela passou ao largo da possibilidade de construir concretamente e solidamente relações de trabalho menos arcaicas no futebol. Ao não discutir as formas de regulamentação da profissão que não tornasse os jogadores propriedade de um clube, que permitisse pelo menos o estabelecimento de um dos pilares da sociedade moderna, o livre contrato de trabalho, eles deixaram escapar uma possibilidade histórica de lutar por seus direitos. E por mais que essa luta já estivesse em curso, em especial no Rio de Janeiro, a partir de Afonsinho, mas posteriormente com Zico, Junior, Zé Mário, a Democracia Corinthiana poderia ter dado maior visibilidade à bandeira e contribuído para a maior politização em torno do debate sobre a profissão de jogador de futebol. Dessa forma, a resposta dada pela crise da gestão amadora e arcaica do futebol não passou pela modernização das relações de trabalho, mas ao contrário: aprofundou um modelo que pretendia ampliar a arrecadação dos clubes, sem perpassar por melhorar as condições de trabalho e de negociação dos jogadores. Dessa forma, a modernização no futebol se aproxima da forma como se construiu a modernização no Brasil, de acordo com Furtado (1982), em que o aumento da geração de capital se deu a partir do aumento das desigualdades sociais, por meio da intensificação da exploração da força de trabalho – não rompeu com o modelo de modernizar que perpassava o capitalismo brasileiro e o futebol.

Entretanto, é importante salientar que a Democracia Corinthiana, ao propiciar a participação dos jogadores em discussões e nas movimentações da política brasileira, como os comícios das Diretas Já, constituiu-se como uma experiência única. Evidentemente, coube desvendar quais eram os entendimentos e os sentidos dessa “democracia” e da participação. Conforme vimos, o significado da “democracia” é algo tecido e disputado historicamente. Por isso, a partir dos discursos dos sujeitos envolvidos, percebemos as mais diversas concepções de democracia, permitindo um entendimento que perpassava desde a ideia da racionalização da gestão, como nas falas do presidente Waldemar Pires, à realização de uma liderança não autoritária e dialógica, contudo, sem romper definitivamente com a hierarquia, indo até a ênfase na votação.

Do ponto de vista concreto, houve avanço na “democratização” do poder. Todavia, importante foi avaliar concretamente, como ressaltamos acima, que a estruturação do Corinthians aproximando-se de uma empresa significa institucionalmente e burocraticamente que ele não seria uma democracia. Deste modo, do ponto de vista concreto, a “democratização” se deu a partir do departamento de futebol. Neste caso, os jogadores obtiveram o direito de discutir seu processo de trabalho, podendo interferir na forma como se portariam em campo, como comporiam o elenco e, até mesmo, chegaram a eleger um deles como técnico para “gerir” a equipe dentro do gramado. Esse processo, como constatamos, foi organizado por uma “vanguarda” composta pelos jogadores (em especial, Sócrates, Wladimir e Casagrande) e o diretor Adilson Monteiro Alves, de modo que não se constituiu como processo espontâneo, tampouco autônomo à diretoria (ainda que em alguns momentos pudessem tomar decisões que viessem a incomodá-la, como a escolha de Zé Maria para técnico).

No caso da gestão do clube, alguns jogadores se elegeram em 1983 para o Conselho Deliberativo. No entanto, essa experiência não avançou. Em 1983, o conselho deliberativo foi eleito diretamente pelos associados, fato incomum naquele momento no futebol. Essa eleição tomou proporções maiores que a política interna do clube, repercutindo nacionalmente como referência ao debate que polarizava a conjuntura nacional, em torno da transição democrática. A campanha massiva realizada pela chapa da Democracia Corinthiana nos rádios e emissoras de televisão repercutiam como marketing político da candidatura e da questão nacional, de modo que atraía a simpatia de muitas pessoas que não eram ligadas ao clube, mas que apoiavam a chapa. Aliado a isso estava presente também a disputa interna dentro do bloco democrático e as tensões e fissuras da política do clube, visto que essa chapa era bastante heterogênea, e congregava deputados do PDS, candidatos filiados ao PT, apoio da Rede Globo, o grupo do Wadih Helu, enfim, uma gama de interesses estava representada de modo que internamente existiam enormes diferenças de entendimento do sentido democrático da chapa.

Dentro desse quadro de formação da Democracia Corinthiana, os jogadores obtiveram sentidos de participação bastante distintos, configurando etapas de tensão com algumas das concepções do que deveria ser esse movimento. O que constatamos é que o entendimento das possibilidades de participação, por parte dos jogadores,

perpassava a questão do voto nas reuniões do departamento de futebol, a possibilidade de ser ouvido, reconhecido enquanto sujeito portador de opinião e a tentativa de empreender um projeto de cogestão. A forma como eles participavam era diversa, de modo que existiam aqueles que se configuravam dentro da vanguarda, aqueles que consentiam e apoiavam, os indiferentes e os contrários. Focamos em nosso trabalho em entender como aqueles que consentiam se relacionavam com as diferentes formas de participação.

Sendo assim, constatamos que os direitos obtidos com essa participação podem ser relacionados analiticamente à forma como Marshall categorizou os direitos, em civis, políticos e sociais. De tal modo, percebemos que os jogadores se relacionaram com a participação de forma heterogênea, com entendimentos diversos sobre as potencialidades que este sistema de funcionamento teria. Alguns entendiam a possibilidade de serem ouvidos, de terem mais liberdade, no sentido de “ir e vir”, poder não concentrar etc. No segundo caso, o direito a opinião para participar da decisão, de votar. Em terceiro lugar, de obter melhores condições de trabalho e vida. Nesse caso, é importante ressaltar que uma parcela pequena participou do sindicato dos atletas profissionais do estado de São Paulo, em que eles pontuavam questões que também passaram ao largo da Democracia Corinthiana, como a reivindicação pelo fim da lei do passe e a implementação de um piso salarial para os jogadores. Nesse caso, os jogadores não se utilizaram do potencial do movimento corinthiano para dar visibilidade a essas bandeiras e tensionar a forma como a modernização vinha se procedendo no Brasil, processo do qual a Democracia Corinthiana era uma vertente.

Por fim, queremos ressaltar que o estudo sobre a Democracia Corinthiana nos abriu questões posteriores à reflexão. Em primeiro lugar, se a mesma se constituiu no âmbito do processo de modernização do futebol, cabe refletir quem foram os demais sujeitos, como os clubes de futebol, às suas maneiras interferiram nesse processo – como os clubes, a partir de diferentes concepções, criaram modelos de modernização – seja o modelo são-paulino de eficiência de gestão, a forma como foi gerido o Flamengo na década de 1980, que retirou o clube da beira da falência tornando-o campeão mundial; a forma como a gestão do Internacional nos anos 2000 construiu uma racionalização dos meios de gestão, e apropriando-se de modelos de formação e incentivo às categorias de base; como os clubes modernizaram-se a partir da relação

com outras empresas e de marketing esportivo, como os contratos entre Palmeiras-Parmalat, dentre outros. Abriu a possibilidade de refletir sobre diferentes modelos de modernização e os determinantes que faz com que estes se conformem diversamente, como as disputas internas, concepções de dirigentes acerca dos modelos de gestão; relação com as transformações políticas nacionais e internacionais; enfim, compreender como e por que se conformar essas diferentes vertentes de modernizar o futebol.

Em segundo lugar, analisar a participação dos jogadores nos colocou diante de uma problemática quase inédita no Brasil, que diz respeito à forma como estes se organizaram em torno dos sindicatos para lutar em defesa de seus direitos. A história da organização sindical desta categoria está dispersa, e com isso, também, consegue-se explorar pouco, no Brasil, a potencialidade desses sindicatos como sujeitos do processo de organização da modalidade no país. Por isso, é válido estudar esse sindicato para entender seu papel na disputa do que será considerado como o modelo de prática legítima da modalidade no campo esportivo. Dentre as perspectivas para estudo do fenômeno do futebol, que envolve as mais diversas relações de sociabilidade e poder, a ação sindical tem sido desprezada. Verificamos, ao longo da história recente dos mesmos, a presença de importantes jogadores na organização desses espaços, como Zico, Junior, Wladimir, Valdir Peres, Leão, enfim, uma série de sujeitos que conferem visibilidade às entidades. Desse modo, o estudo desses sindicatos pode contribuir para a compreensão mais ampla dos condicionantes da profissão de jogador, a partir da visão das entidades que, em tese, organizam o debate sobre as condições de trabalho da categoria, e das possibilidades e limites da ação desses sujeitos frente à estrutura legal do futebol.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALONSO, A. As teorias dos movimentos sociais: um balanço do debate. **Lua Nova**, São Paulo, n. 76, 2009.

ANDRADE, A. G. R. **Sobre a disciplina no Futebol brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Antropologia). PPG/ UFF, Rio de Janeiro, 2006.

AZEVEDO, A. A. A imaterialidade do trabalho do jogador de futebol: uma interpretação teórica. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul/dez, 2008, p. 305-313.

BENJAMIN, W. A Obra de arte da era da reprodutibilidade técnica. In: _____. **Magia e Técnica, arte e política**. 11ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2011.

BERTONCELO, E. **A campanha das diretas e a democratização**. São Paulo: Humanitas, 2007.

BLOCH, M. **Introdução à história**. Publicações Europa-América. 6ª edição Coleção Saber. Portugal, 2002.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. **Dicionário de política**. 2. ed. Brasília, DF: Ed. Universidade de Brasília, 1986.

BOUDENS, E. **Relações de trabalho no futebol brasileiro: Lei do passe, a tentativa de sua extinção (PL nº1.159/95) e a proposta de regulamentação do INDESP**. Brasília, Câmara dos Deputados, 2002.

BOURDIEU, P. Deporte y clase social. IN: Brohm, J.M. et alt. **Materiales de sociología del deporte**, pp. 47-55. La Piqueta. Madrid, 2ª Edição, 1993

BRACHT, V. **Sociologia Crítica do Esporte: uma introdução**. Ijuí, Ed. UNIJUI, 2003.

BROHM. **Sociologie politique du sport**. Paris: J.-P. Delarge, 1976.

_____. 20 Tesis sobre el deporte. IN: Brohm, J.M. et alt. **Materiales de sociología del deporte**, pp. 47-55. La Piqueta. Madrid, 2ª Edição, 1993.

BUECHLER, S. M., “New Social Movement Theories,” **Sociological Quarterly**, 36:3, 441-464, 1995.

BUECHLER, S. M. “The resource mobilization paradigm”. In:____. **Social Movements in advanced capitalism**. The political economy and cultural construction of social activism. New York: Oxford university Press, 2000, 34-40.

CARDOSO, R. C. L. “Movimentos sociais na América Latina”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 3, vol I. São Paulo, Cortez, 1987: 27-37.

CÉSAR, B. T. **Os gaviões da Fiel e a águia do capitalismo**. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1981.

CHAZEL, F. Movimentos sociais. In: BOUDON, R. (org.). **Tratado de sociologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 1992.

CODATO, A. “Uma História Política da Transição Brasileira: da Ditadura Militar à Democracia”. In Revista de Sociologia e Política., Curitiba, 25, p. 83-106, nov. 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782005000200008&lng=en&nrm=iso> Acesso em: Setembro de 2011.

COSTA, S. Esfera pública, e as mediações entre cultura e política: para uma leitura sociológica da democracia. **Revista Travessias**, nº 1, Rio de janeiro, 2000.

COSTA, J.C.; GARGANTA, J.; FONSECA, A.; BOTELHO, M. Inteligência e conhecimento específico em jovens futebolistas de diferentes níveis competitivos. **Revista Portuguesa de Ciências do Desporto**, 2002, vol. 2, nº 4

COUTINHO, C. N. **A democracia como valor universal**. Encontros com a Civilização Brasileira, nº 9, março de 1979

DAGNINO, E. “Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?”, in **Políticas de Ciudadanía y Sociedad Civil en tiempos de globalización** (Daniel Mato, ed.).Caracas, Venezuela: FaCES, Universidad Central de Venezuela, 2004.

DAMO, Arlei Sander. **Do dom à Profissão**: a formação de futebolistas no Brasil e na França. São Paulo: Aderaldo & Rithschild Ed., Anpocs, 2007.

DAVIS, D. 1999. The power of distance: re-theorizing social movements in Latin America. **Theory and Society**, vol. 28, nº 4, 585-638.

DICIONARIO do pensamento marxista. Coautoria de T. B. Bottomore. Rio de Janeiro, RJ: J. Zahar, 1988.

DUNNING, E. CURRY, G. Escolas Públicas, Rivalidade Social e o Desenvolvimento do Futebol. IN: GERBARA, A. (org.). **Ensaio sobre historia e sociologia nos esportes**. Jundiaí, Editora Fontoura, 2006.

DUNNING, E. Reflexiones sociológicas sobre el deporte la violencia y la civilización. IN: Brohm, J.M. et alt. **Materiales de sociología del deporte**, pp. 47-55. La Piqueta. Madrid, 2ª Edição, 1993

DUNNING, E. **El fenomeno deportivo**. Madrid, Ed. Paidotribo, 2003

ELIAS, N. DUNNING, E, **A busca da Excitação**. Lisboa: DIFEL, Memória e Sociedade, 1992.

EVERS, T. Identidade : a face oculta dos movimentos sociais. **Novos Estudos**, Cebrap, vol. 2, nº 4, 1984.

FERNANDES, F. **Brasil: em compasso de espera : pequenos escritos políticos**. São Paulo : HUCITEC, 1980.

FERNANDES, F. **A ditadura em questão**. São Paulo : T. A. Queiroz, 1982

FERNANDES, F. **Nova República?** Rio de Janeiro : J. Zahar, 1986a.

FERNANDES, F. **Que tipo de República?** São Paulo : Brasiliense, 1986b

FLORENZANO, J. P. **Afonso e Edmundo**: a rebeldia no futebol brasileiro. São Paulo: Musa Editora, 1998, (Musa Antropologia).

FLORENZANO, J. P. Corinthians: de Time do Povo a Clube Empresa. In: COSTA, M. R. [et al.] (orgs.) **Futebol : espetáculo do século**. São Paulo : Musa, 1999

_____. **A democracia Corinthiana: práticas de libertação no futebol brasileiro**. Tese de Doutorado, PUC, 2003.

_____. **A democracia Corinthiana: práticas de liberdade no futebol brasileiro**. São Paulo, SP: FAPESP: EDUC, 2009

FLOWERAKER, Joe. "Social movements theory and Latin American"; "The sociology of social movements". In: _____. **Theorizing Social Movements**, London, Boulder, Colorado: Pluto Press, 1995.

FRANCO JUNIOR., H. **A Dança dos Deuses: Futebol, Sociedade, Cultura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1ª Edição, 2007.

FRASER, N. Rethinking the Public Sphere - A Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: Robbins, Bruce (ed.), **The Phantom Public Sphere**. University of Minnesota Press, 1995.

FURTADO, C. **Mito do Desenvolvimento Econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 1974.

FURTADO, C. **A Nova dependência: dívida externa e monetarismo**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

GALVÃO, A. O marxismo importa na análise dos movimentos sociais? In: 32º Encontro Nacional da Anpocs, Caxambu, 2008.

GALVÃO, A. Ideologia e política nos movimentos sociais da América Latina In: XXVIII International Congress of the Latin American Studies Association, Rio de Janeiro, 2009.

GOHN, M. G. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

GRAMSCI, A. **A Concepção Dialética da História**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.

HELAL, R. **Passes e impasses: futebol e cultura de massa no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1997.

KOHAN, W. O. **Infancia**: entre educação e filosofia. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KOWARICK, L. Movimentos sociais urbanos no Brasil contemporâneo: uma análise da literatura. Revista Brasileira de Ciências Sociais, no.1 (3), 1987. Disponível em: <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_03/rbcs03_03.htm> Acesso em: Fevereiro de 2011.

LAMOUNIER, B. "O 'Brasil autoritário' revisitado: o impacto das eleições sobre a abertura", in Alfred Stepan (org.), **Democratizando o Brasil**. Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1988.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução de Irene Ferreira, Bernardo Leitão, Suzana Ferreira Borges. 5. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, c2003.

LOPEZ, A. MOTA, C. G. **História do Brasil**. *Uma interpretação*. São Paulo: SENAC, 2008.

MARSHALL, T. H. **Cidadania, Classe Social e Status**. Rio de Janeiro, Editora Zahar, 1967.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**: 1843. São Paulo, SP: Boitempo, 2005.

MELUCCI, A. **A invenção do presente**. Movimentos sociais nas sociedades complexas. Rio de Janeiro, Vozes, 2001.

MORAES, J, Q. Contra a canonização da democracia. **Crítica Marxista**, n.12, 2001.

MOURIAUX, R; BÉROUD, S. Para uma definição do conceito de 'movimento social'. In: Roberto Leher; Mariana Setúbal (Org.) **Pensamento crítico e movimentos sociais: diálogos para uma nova práxis**. São Paulo: Cortez, 2005.

NEGRINE, A. Instrumentos de Coleta de Informações na pesquisa qualitativa. In: TRIVINOS, A. N. S.; MOLINA NETO, V. (orgs). **A pesquisa qualitativa na educação física : alternativas metodológicas**. Porto Alegre : Ed. Universidade UFRGS : Sulina, 2004

OLIVEIRA, F. M. C. **Crítica a Razão Dualista**. São Paulo: Ed. Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, P. de O. [org.]. **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Hucitec/UNESP, 1998.

OLIVETTO, W & BRETÃO, N. **Corinthians: é preto no branco**. Rio de Janeiro, Ediouro, 2005.

PAOLI, M. C. Movimentos Sociais no Brasil: Em busca de um estatuto político. IN: Helmann, M. (org), **Movimentos Sociais e Democracia no Brasil**. S. Paulo: Marco Zero, 1995

PRONI, M. W. **Esporte-Espetáculo e Futebol-Empresa**. Tese de Doutorado, Campinas: Unicamp, 1998.

PRONI, M. W. **A metamorfose do futebol**. Campinas/SP: Unicamp/ Instituto de Economia, 2000.

_____. Brohm e a organização capitalista do esporte. IN: PRONI, M. W.; LUCENA, R. (orgs.). **Esporte, História e Sociedade**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.

REIS, Heloisa Helena Baldy dos. Futebol e sociedade: uma análise histórica. Revista **HISTEDBR Online**, Faculdade de Educação Unicamp, v. 10, 200

REIS, H. H. B. . Lazer e Esporte: A Espetacularização do Futebol. In: BRHUNS, H. (Org.). **Temas Sobre o Lazer**. Campinas: Autores Associados, 2001, v. 01, p. 131-143.

RODRIGUES, F. X. F. **O fim do passe e a modernização conservadora no futebol brasileiro (2001-2006)**. Doutorado em Sociologia, PPGS, UFRGS, Porto Alegre, 2007.

SADER, E. **Quando novos personagens entram em cena**. SP: Paz e Terra, 1988.

SAES, D. A. M. Cidadania e Capitalismo: uma crítica à concepção liberal de cidadania. São Paulo, Caderno nº8 do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo, abril de 2000.

SALES, T. Raízes da Desigualdade Social na Cultura Brasileira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n' 25, 1994.

SALLUM JUNIOR., B. Classes, cultura e ação coletiva. **Lua Nova**, 65, 2005.

SAMPAIO JUNIOR, P.A. **Entre a nação e a barbárie: os dilemas do capitalismo dependente**. Petrópolis, Vozes, 1999

SANTOS, L. T. **Futebol empresa e a Democracia Corinthiana**. Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1990.

SANTOS, W. G.. **Cidadania e Justiça**. Ed. Campus, 1979.

SOARES, A. J. G. ; MELO, L. B. S.; COSTA, F. R.; BARTHOLO, T. L.; BENTO, J. O. Jogadores de futebol no Brasil: mercado, formação de atletas e escola. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 33 nº4, 2011.

SÓCRATES; GOZZI, R. **Democracia Corinthiana: a utopia em jogo**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2002.

TARROW, S. Estado y oportunidades: la estructuración política de los movimientos sociales. In: McAdam, McCarthy, Zald (Org.) **Movimientos sociales: perspectivas comparadas**. Madri: Istmo, 1999, pp. 71-99.

TARROW, S. **O poder em movimento**. Tradução de Ana Maria Sallum. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2009.

TELLES, V. S. Sociedade Civil, Direitos e Espaços Públicos. **Revista Pólis**, n.14, 1994.

THOMPSON, E. P.: A miséria da teoria ou um planetário de erros: uma crítica ao pensamento de Althusser. Tradução de Waltensir Dutra. Zahar Editora. Rio de Janeiro-RJ. 1981.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais:** a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1992.

VIEIRA, J. J. **Impactos e Visões dos Jogadores sobre as mudanças no Futebol: O estatuto do Torcedor, o Passe e o Clube Empresa.** Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia, GT Sociologia do Lazer e do Esporte. Campinas, 2003.

Jornais e Revistas Consultados

-Jornal “O Estado de São Paulo”

-Jornal “A Folha de São Paulo”

-Revista Placar

ANEXO 1 – ENTREVISTA COM O JOGADOR WLADIMIR⁸⁰

Eu -Wladimir, você pode falar um pouco sobre a sua trajetória no futebol e na política.

Wladimir - No futebol, aconteceu aos 13 anos de idade, eu jogava no clube chamado Brasil da Pompeia, de um bairro aqui de São Paulo, aí o meu técnico, seu Hélio, era amigo do presidente do ex-presidente do Corinthians Wadih Helu. Ele vivia me dizendo que ia arrumar um teste no Corinthians. Aí um belo dia ele me ligou em casa falando que “marquei para amanhã o seu teste lá no Corinthians”. Aí fui fazer o teste (...) eu era franzino com 13 anos de idade, pensei que ia ser difícil. Mas aí eu acabei me imbuindo de muita vontade e na verdade eu vim com essa perspectiva que não podia errar, não podia vacilar. Era o sonho da minha vida que estava por acontecer. Aí fui de tudo de bom. Eu dava voadora daqui ali, recuperava a boa. O Luizinho que era técnico ficou impressionado. Eu dava cada voadora que ele ficou impressionado com a minha força de vontade (...). eu tive a oportunidade de encontrar dirigentes muito legais. Não era como hoje, que quando ele vê um jogador com o potencial, ele já pede para pegar a assinatura dele e pedir para alguém representar. O dirigente hoje tem muito interesse. Eles querem formar o jogador e formar para fora. É onde eles ganham dinheiro.

Naquela época não. Eles faziam questão que os garotos se identificassem com o clube, com as coisas do clube. Um dia eu desmaiei. Depois disso eles autorizaram-me a almoçar no clube. O almoço no clube só era para quem morava no clube. O atleta que era de fora e morava no clube. Mas daí me concederam essa oportunidade.

Eles viviam assessorando a gente. Perguntando o que a gente precisava. Eu, por exemplo, eles me isentaram do treino da tarde porque eu estudava à tarde, então, no treino da tarde eu não precisava ir. Eu acabei concluindo o primeiro grau por causa disso. Hoje não, eles dão uma sobrecarga muito grande pro atleta. O que não deveria porque garoto de 14, 15 anos não precisava. Isso foi um reconhecimento meu para com o clube sem tamanho. Eles queriam formar o atleta e queriam que ele ficasse no clube até o fim da carreira.

A intenção deles era fazer com que o jogador tivesse identidade com o clube e ficasse por muito tempo. Hoje houve uma inversão de valores, muito negócio, só visa negócio, todos eles. Nenhum dirigente quer reforçar o time, não quer fazer o atleta para reforçar a equipe, infelizmente.

Eu – E a Trajetória política?

Wladimir - eu desde cedo, tinha dois anos como profissional, já me interessava pelas coisas do sindicato do futebol. Palhinha foi o primeiro presidente, e depois foi o Leão. Não o Leão foi antes do Palhinha. Quando o Palhinha foi para o sindicato, eu me aproximei do sindicato e achava que a gente tinha que ter uma certa unificação na verdade, a gente percebia que só jogador de time grande tinha uma certa segurança. E os atletas de time pequenos eram sempre marginalizados. E a gente tinha uma situação que nos incomodava muito que era a questão do vínculo com o clube. Naquela época era uma lei escravagista. Nós não tínhamos liberdade de ir e vir. Terminava meu contrato, eu ficava negociando com o clube. Se eu ficasse seis meses negociando com o clube, eu ficava seis meses sem jogar e sem receber. E ficava aquela briga de você pede tanto, o clube oferece tanto. E tinham vários jogadores ficavam sem jogar e sem receber por

⁸⁰ Entrevista realizada em Cotia/São Paulo em 10/03/2012.

conta dessa situação. Porque era uma lei escravagista. O contrato de gaveta fazia com que eles tivessem poder sobre nossa vida.

Isso era um absurdo, com muita luta conseguimos reverter isso, regulamentar a profissão. E consolidou nossa carta de alforria com a lei Pelé. Depois de um bom tempo a gente conseguiu eliminar esse contrato de gaveta e terminava o contrato e ele estava livre. Foi muito duro. Teve muitos atletas que paravam de jogar por causa disso.

Eu - Como foi a participação dos jogadores com o sindicato de futebol?

Wladimir - Primeiro eu fui secretário, depois tesoureiro, e depois passei a presidente. E daí quando fui presidente, levei o Casagrande, o Juninho.

O Sócrates não tinha cargo, mas ele estava sempre discutindo com a gente as nossas possibilidades.

A diretoria do Corinthians ficava indignada. Viviam pedindo para gente abandonar o sindicato, dizendo que não tinha futuro. Aí a gente se aproximou do Lula, que era presidente do sindicato dos metalúrgicos, era corintiano. E aí a gente explicou a peculiaridade da nossa categoria.

A essência da nossa existência é o confronto. A gente existe para jogar contra. E isso gerava uma certa animosidade, uma certa distância, na verdade. Então, a nossa profissão tem essa peculiaridade, essa distinção com relação a outras. Os outros tem pontos em comum. E o ponto mais forte deles é a base salarial, a questão salarial. Tem que ter um piso salarial. Todas as categorias reivindicam isso. Nós não temos isso. O Neymar com 18 anos ganhava 100 mil reais. E na mesma equipe dele tinha um que ganhava 5 mil reais. Como você vai equiparar? Não tem jeito. É a condição individual de cada um. É muito difícil você fazer um equilíbrio salarial no futebol. Esse é o ponto mais forte, que agrega a categoria. E depois vem as outras. Segurança, enfim... mas a gente tem essa peculiaridade, é por isso que a gente não tem uma união, por isso, que até hoje ela não goza de uma harmonia por conta dessa situação. E mesmo assim, a gente conseguiu agregar muitos adeptos, muitos sócios. Eu contratei um ex atleta que era o Ivan. E esse rapaz, esse ex jogador, ele viajava o interior inteiro de São Paulo, viajava nos clubes e tal, e expunha para eles quais era as vantagens de se sindicalizar. Então a gente conseguiu absorver muitos sócios, mas mesmo assim, muito aquém dos outros sindicatos. Os outros sindicatos tinham mais força. E a necessidade de o Brasil se democratizar, de ganhar o direito de cidadão, de eleger o seus governantes. E isso era muito claro. A importância de você ser representado por alguém que você acreditasse. E daí para Democracia Corinthiana, foi a felicidade de reunir um grupo de jogadores com essa mesma ideia.

Fui o primeiro a buscar o sindicato, a me filiar ao partido dos trabalhadores, depois foi o Casagrande, o Sócrates, o Ataliba, o Gomes, enfim, foram alguns atletas que entendiam também que o PT era o nosso veículo de reivindicações e de direcionar as nossas questões. E foi muito legal isso, porque a primeira candidatura de Lula a governo do Estado, nós fechamos o clube para ele (já estávamos em plena democracia). Convidamos o Fagner, Gonzaguinha, Toquinho, Djavan. Vários artistas. Fizemos um jogo lá no Parque São Jorge. Misturou alguns parlamentares. Fizemos um jogo, o Lula jogou também. Fizemos um churrasco. Os conselheiros ficaram putos para caramba. Porque haviam muitos deputados do PDS, do Maluf. E as 17h começou um show com esses caras. E aí foi a questão de a gente começar a mostrar para torcida e para o povo brasileiro a importância que era participar da sua microsociedade. Isso foi gratificante. E daí os conselheiros do clube tentaram dar um golpe. Impedir. Tentaram colocar um impeachment ao Waldemar Pires, que era o presidente, mas daí a sociedade intelectual,

os artistas, começaram a mandar fax, telefonavam, se manifestando a favor do nosso movimentos.

A diretoria apoiou porque o Adílson já era vice presidente de futebol e ele foi um dos responsáveis por que a gente deflagrasse esse movimento.

Eu – Como começaram a existir as discussões?

Wladimir - Começou quando a gente caiu para a Taça de Prata. E aí, a gente começou a discutir aí, o que a gente queria, quais os rumos que a gente ia tomar daqui pra frente. Taça de Prata, Grupo desprestigiado. E daí a gente começou a discutir porque a gente caiu para Taça de Prata. Reuniu o grupo todo. Massagista, roupeiro, técnico, atletas. E o diretor. Cada um expunha aquilo que achava, por que nós fracassamos. E daí a gente resolveu nessa reunião que a gente decidiria tudo coletivamente. Que tudo seria decidido na base do voto, e que tudo ia ser contado a maioria. Adílson Monteiro que propôs. Normalmente no futebol as coisas acontecem de cima para baixo. É um diretor que se acha, um técnico, que se acha, que chega impondo regras. E nesse momento, achamos que estávamos nos valorizando. Nos tínhamos a liberdade de opinar e a responsabilidade com os resultados. Aí a gente acabou assumindo uma cogestão. Eles perguntavam tudo para gente. Quando iam contratar um jogador. Ouviram todo mundo, o que a gente achava. Quando foram contratar o Arturzinho. Eu já tinha jogado com ele na seleção, era inteligente, se interessava pelo nosso movimento. O Leão, a gente foi ouvido, mas só cinco foram ouvidos, porque os outros não conheciam o Leão no trabalho, no dia a dia, Zé Maria, Sócrates, Wladimir, Juninho, Prof. Maffia, Mario Travaglini. Nós fomos ouvidos e a maioria ganhou, achando que tinha que contratar um grande goleiro, e daí nós demos um tiro no pé. É mas, a vontade da maioria prevaleceu. Nós elegemos um treinador também, Zé Maria. Era um dos postulantes, tinha parado de jogar. E o Ênio Andrade. Treinador que era do sul, tinha sido técnico do Leão. Nós votamos e ganhou o Zé Maria. E o Zé Maria era amigo de todo mundo e tal, e ficou incomodado de ter que escalar o time, e ter que deixar alguns de fora. Cumpriu dois jogos só e saiu. E daí veio o Jorge vieira. O Jorge vieira foi um consenso.

Todos os assuntos que nos diziam respeito, a gente decidia coletivamente. A concentração, por exemplo, todo mundo foi ouvido. O consenso foi que a concentração fosse facultativa. Os solteiros teriam que concentrar. Os casados, só iria para a concentração quem quisesse. Os solteiros achavam confortável concentrar porque era o momento em que eles descansavam, se alimentavam melhor. E os casados, alguns concentravam, o Leão, o Biro-Biro, o Zenon. Então, isso foi facultativo. Eu acho concentração um saco. Sempre achei. Eu comia a comida da minha mãe, que era melhor. Minha cama era melhor. Eu não gostava do hotel. Eu gostava mais de ficar em casa. Foi maravilhoso porque a gente sabia que se a gente perdesse, estava na roça, ia acabar. Iam atribuir tudo a não concentração.

O pessoal terminava o treino e ficava no bar da torre, lá no parque são Jorge, e tomavam um cerveja, o Sócrates, o Juninho, Casagrande. a gente fazia tudo as claras, não tinha nada para esconder de ninguém. E incomodava sobretudo a imprensa. Mídia conservadora. E o universo do futebol é paternalista e autoritária.

A torcida se acha dona, acha que tem que por e tirar

a imprensa se acha, só porque ela divulga e prestigia quando o cara esta bem, ela acha que o cara tem que atender quando ela solicita. Um universo de autoritarismo em que o atleta é o ponto mais fraco da questão.

Nesse momento, a gente se sentia muito forte, muito igual. Há todo um contexto. E isso dava uma satisfação de jogar futebol que era impressionante. A gente dentro de campo era uma alegria. Na primeira final de 82, contra o São Paulo, eu comecei a cantar: “Andar com fé eu vou, que a fé não costuma falhar”. Entramos em campo dançando uma final. E essa alegria a gente demonstrava dentro do campo. Futebol é isso. Você externar aquele momento espiritual que você está vivendo.

Eu - E todos os jogadores participavam das discussões?

Wladimir - Nenhum jogador se omitia, porque eles eram conduzidos pelo núcleo duro, que a gente acabou se expondo mais, eu, Casagrande e Sócrates, e daí diziam que era uma democracia de três ou quatro. E os caras quando vinham perguntar alguma coisa, perguntavam para gente, e a gente falava. Todo mundo votava, tinha direito a voto. O Leão que quando chegou quis tensionar isso, dizendo que o voto dele tinha que valer mais que o do reserva.

Eu - Como era o relacionamento da diretoria dos jogadores? Havia desentendimentos?

Não tínhamos conflito. Porque o grupo entendia muito bem que o que a maioria decidisse estava decidido. Não tinha reclame. Então, alguns podiam até nem aceitar a forma, e era um cara que não aceitava mesmo o fato de compartilhar os mesmos direitos. E era um cara e ele tinha que prevalecer, e ele falou pro Adílson que tinha que ser amigo de diretor e não de jogador. E daí o Adílson reuniu todo mundo e falou o Leão disse isso, mas aqui não tem nada disso. E desmascarou o leão na frente de todo mundo. Esse momento histórico do futebol, a gente estava atendendo a um clamor de toda a nação brasileira.

E a gente fez questão, quando o Olivetto nomeou a Democracia Corinthiana, era mesmo para dar essa amplitude e mostrar para as pessoas que participar da sua micro sociedade é importantíssimo. Fazer valer sua vontade é importantíssimo numa democracia.

Não tínhamos conflito com a diretoria. A diretoria era conivente com tudo que a gente decidisse. Por exemplo, teve uma vez que a gente ia jogar no RJ, contra um time pequeno, acho que o Bangu. E a questão era se viajávamos no sábado ou no domingo de manhã. Pela diretoria, eles preferiam viajar um dia antes. Mas nós decidimos ir no domingo. Até porque a diretoria votava também, era um voto. O restante não interferia porque o representante da diretoria era o Adílson. O presidente deu autonomia de administrar e coordenar o departamento de futebol.

O Adílson até estimulava a gente a ir ao sindicato. Quem não gostava era o Matheus, quando eu fui presidente do sindicato. Na democracia o Adílson estimulava.

Eu – Você acredita que o Corinthians naquele momento modernizou sua gestão?

Wladimir - Essa cogestão, essa oportunidade de participar dos meios de decisão do clube era maravilhoso. Nós éramos conselheiros, eu o Zé Maria e o gomes. Quem quisesse participar, nós três só que quisemos participar, o Sócrates também. Os outros achavam que não era conveniente. A gente se sentia muito satisfeito de poder contribuir para a vida política do clube. Eu sempre tive essa postura. Era um sonho do Sócrates um dia ser presidente.

Eu – Como foi a participação dos jogadores no Conselho Deliberativo?

Wladimir - Essa foi, eu diria, que foi menos do que a gente gostaria. Até porque as reuniões do conselho eram as segundas feiras, e era o dia que a gente estava de folga. A gente treinava a semana inteira e daí na segunda feira, teria que ir ao conselho, na segunda. Então a gente não frequentava, e não frequentando, com três faltas consecutivas e sem justificativa, você perde o mandato. Então cassaram nosso mandato. Institucionalizar a DC

de jeito nenhum. As diretorias que nos sucederam todas elas eram contra, radicalmente contra. E todas elas, inclusive o Andrés, eram radicalmente contra a democracia. Eles achavam que era uma anarquia, que o atleta tinha mais é que jogar. E quem tinha que administrar o clube eram eles. Então, infelizmente, a gente não teve tempo de consolidar. Até porque o Adílson chegou a ser candidato a presidência e não ganhou, num colégio eleitoral que quem votavam era os conselheiros. E elegeram o Dualib. Ai o Adílson perdeu força e conseqüentemente o nosso movimento também acabou.

Eu- Como terminam as existências de discussões?

Wladimir - O Sócrates nesse movimento das diretas deu uma declaração dizendo que se a emenda Dante de oliveira não passasse ele sairia do Brasil, não passou e ele foi embora. Logo em seguida o Casagrande também saiu, e aí fiquei eu só, com essa nova diretoria. A diretoria que tinha ganhado as eleições.

O mais importante não foi a saída do Sócrates, foi a derrota do Adílson nas eleições. Até esse período aconteciam as discussões. A gente continuava com a cogestão.

Os conselheiros ligados ao Malu e ao PDS, se manifestaram tentando um golpe e não conseguiram.

A gente até 85, tinha, vivia a democracia. Vivemos até começo de 86, foi quando eu saí. O Adílson foi derrotado em 85, e aí, em 86, assumiu o Dualib, e aí só estava eu no Corinthians Daquele período, só eu e Zenon, Biro-Biro. De expoente, só estava eu. E aí sem democracia, eu tinha mais um ano e meio de contrato, e poderia até ficar, mas pela atual circunstância, não me interessava ficar, e saí emprestado para o santo André, voltei para o Corinthians, joguei meio período ainda, quando o Matheus ganhou as eleições.

A DC determinou o seguinte, que haveria três níveis de salário. Pros iniciantes, que recém saem dos juniores, primeiro contrato, vão ter uma remuneração. Os intermediários, que são os titulares, que já tem um certo prestígio no elenco, e os top, que eram o Sócrates, era o pessoal que tinha mais visibilidade. Então, nós tínhamos três níveis de salários. Isso era tranquilo, na verdade, todo mundo apoiou e aderiu tranquilamente. É lógico que o atleta quanto mais ele ganhar, mais ele quer. Se ele puder, tiver condição de reivindicar mais, é lógico que ele vai reivindicar mais. Essa é uma questão que enfim, eu diria que aproxima as situações dos atletas no clube. Se não tem um ganhando cem mil, e o outro ganhando mil, e não tem todo mundo ganhando mais ou menos igual. Tem que respeitar porque no futebol tem que ter a consciência da situação no momento. Quando eu fiquei um mês discutindo o contrato, por conta do estágio que eu vivia naquele momento. Ele vive do momento, se ele se contunde, joga 30% das partidas no ano, você vai reivindicar o que? Se você joga todos – eu jogava machucado – com uma certa regularidade, tem que saber valorizar. Tem a questão do mercado de trabalho, se você tem, está a vontade para discutir, se não tem, é obrigado a aceitar o que te oferece. É uma questão delicada, e a gente decidiu tratar dessa forma, ter três níveis salariais para tentar contemplar todo mundo. Acho que foi uma forma sensata de conciliar o interesse.

Eu - Você acha que a Democracia Corinthiana avançou com relação aos direitos dos jogadores?

Wladimir - foi basicamente a questão de discutir com o treinador como você joga e como você tem que jogar. Via de regra, o treinador se acha dono da verdade, e que você tem que jogar assim e assado, e as vezes ele não consegue entender qual é o seu potencial maior, sua característica. E daí você tem que argumentar com ele. Isso foi muito tranquilo com o seu Mario Travaglini. Ele entendia que tinha que ser dessa forma; na época seu Osvaldo brandão também não aceitava. A maioria dos treinadores diziam que te queriam jogando assim. Ou você joga do jeito que ele quer, ou ele te tira do time. Não existia essa relação, esse diálogo. Muito legal, porque você consegue expor qual é o seu maior potencial. A relação com o Jorge Vieira foi péssima, o período que ele ficou foi meio turbulento e culminou com uma negligência que o Casagrande cometeu de chegar atrasado ou coisa parecida. E a gente ia excursionar para Trinidad e Tobago, e ele cortou o Casagrande. E o Sócrates falou que o Casagrande ia. Casagrande era patrimônio do clube, o jogador não.

Eu – como foi a relação entre a diretoria e os jogadores no momento de afastamento do jogador Casagrande e empréstimo dele ao São Paulo?

Wladimir - Quando Sócrates foi vendido, fizemos um jogo contra ele, lá na Fiorentina, na Firenzi. Fizemos um jogo como parte do pagamento do Sócrates, com a renda toda para o Corinthians. Eu me lembro pra Trinidad e Tobago o Jorge Vieira não foi porque a gente preferiu que o Casagrande fosse.

O Casagrande saiu depois da viagem. E saiu acho que porque ele quis. Ele recebeu uma proposta do São Paulo. O Sócrates já tinha ido, e o Casagrande resolveu aceitar. Porque ele não foi dispensado do Corinthians. Ele saiu porque ele quis.

Eu não vou conseguir lembrar exatamente, o Maffia ficou alguns jogos. Quem veio depois do Maffia? Depois entrou o Juninho e depois o Picerni. Eu fiquei mais alguns meses também e sai, daí fui emprestado para o Santo André. E daí já era o cara do Rio, treinador. Quando eu sai era o Jair Pereira. Ele que veio no pós democracia e não queria ninguém que se identificasse com a democracia. Eu tinha mais um ano e pouco de contrato, e daí já era um outra diretoria. Já tinha ganhado o Dualib., e o diretor era o Antônio Gebram, que até me falou que eu queria muito que você ficasse mas o treinador que não quer compartilhar, eu tinha mais um ano de contrato, podia ficar só treinando e recebendo, e não, eu fui pro Santo André.

Quando Sócrates fez a declaração da emenda Dante de Oliveira mostrou um idealismo a toda prova.

Via de regra a imprensa esportiva é sempre amiga do patrão, dos dirigentes, onde ele colhe suas notícias, as coisas que interessam. E quando ele não tem a diretoria e não tem os jogadores, essa possibilidade, ele se viram contra. Eles ficam sem dar notícia, sem dar furo de reportagem, e começa a detonar, como se eles perdem o controle. Era um pouco isso que a gente percebia. Que a gente escolhia as pessoas para dar entrevista, não dava para qualquer um. Já que eles estão hostilizando nosso movimento, vamos jogar com a mesma moeda. Eles ficavam bravos. É a questão do autoritarismo que tem a imprensa, eles acham que são poderosos, só porque fala mal de você, e a gente não estava nem aí.

Eu – Você acha que a Democracia Corinthiana tem algum legado para o futebol brasileiro?

Wladimir - eu acho que sim, nesse momento, eu diria que é motivo de interpretação, de análise, de momento. De um momento eu diria que foi histórico para o futebol brasileiro, o país vivia um momento de transição e uma equipe de futebol resolveu interferir e se engajar no processo. Isso nos orgulha bastante. O resultado acabou sendo favorável àquilo que a gente queria, e diria que de uma certa forma contribuiu para que as pessoas pelo menos refletisse sobre a questão das diretas.

O momento propiciou esse movimento. Se a gente já tivesse em plena democracia, não seria necessário um movimento como esse. Momento histórico porque a gente vivia uma situação delicada da política brasileira. Hoje, um movimento como aquele passaria sem função. Ele seria necessário se contribuísse para conscientização política do povo brasileiro. O movimento nesse sentido sim. Fazer com que os atletas orientem a população da importância que é saber votar, votar com consciência, com critério. Esse movimento hoje seria oportuno. Agora, fora isso, ficaria sem sentido. Hoje cabe um movimento desse, mostrar para as pessoas a importância que o voto tem para o resultado das eleições

para os atletas

hoje é pior do que antes. Eles tem uma vantagem que é a lei Pelé vigorando. A lei Pelé foi nossa carta de alforria. Ele, de uma certa forma, conquistou essa situação, e agora, acho que teria que brigar por um piso salarial, mínimo. Se o cara se profissionalizou, ele tem que receber no mínimo X. Tem essa necessidade, mas não tem essa consciência. Até porque cada um está buscando a sua realidade e a sua consagração no meio. Ele não tá muito preocupado. Eu não vejo o sindicato com essa preocupação, nem o atleta. Quanto mais ele puder ganhar melhor para ele e ponto.

Eu – qual era a plataforma da sua gestão do sindicato?

Wladimir - a gente queria o piso salarial para todas as categorias, desde a de base até a profissional. Nós queríamos acabar com a lei do passe. Essas eram as nossas maiores brigas, nossos maiores desejos. O piso, ele acabou não tendo consenso, por causa da individualidade de cada um, do valor individual de cada um. E de uma certa forma a gente conseguiu extinguir a lei do passe.

O sindicato do rio, de SP e de porto alegre. Era o Bereta no sul, o Zico no rio, e eu em São Paulo. A gente parou um campeonato uma vez. A gente parou o campeonato e era o Dualib, presidente. Eles queriam estender o campeonato brasileiro até 22 de dezembro. A gente entrava em férias dia 15/12, no máximo. Por conta de aquele ano ser um ano em que as equipes, eu não sei porque que atrasou o início do campeonato, só que para que o campeonato e a sua fase de classificação terminasse no mesmo ano, ele teria que se estender até o dia 22. teria que ter mais três rodadas. E nós não consentimos isso. E não, nossa data limite era dia 15, e dia 15 a gente parava o campeonato. Fomos à CBF e o caramba, nos fomos também e não concordamos. E ai parou o campeonato faltando dois jogos para a fase de classificação para o octogonal. E dai nos entramos de férias e no período seguinte fizemos esses dois jogos. Eles ficaram muito bravos, os dirigentes. Bom, eu quase fiz uma greve uma vez.

Tinha a questão do exame antidoping, o que aconteceu, espera aí? Mário Sérgio tinha sido pego no exame antidoping. Na verdade, foi um evento em que o Mario Sérgio foi pego no exame antidoping, ele jogava no palmeiras. E ai, o que o palmeiras estava tentando fazer, estava tentando jogar o julgamento do Mario Sérgio para depois do

campeonato, e ai ele estava conseguindo adiar. O Márcio Pappa que era presidente do palmeiras e advogado, para depois do campeonato. O palmeiras embalado e tal, e a categoria estava toda sob suspeita. Um atleta tinha sido pego no antidoping, colocamos o departamento jurídico do sindicato a disposição dele, e o atleta não procurou porque interessava a ele esse prolongamento. E a imprensa começou a ouvir a categoria sobre isso. E toda a categoria estava sob suspeita. O Serginho foi entrevistado e dizia que não ia mais fazer essa porra. O São Paulo sabia que o Mario Sérgio se dopava. Sempre que era escalado, alguém urinava por ele.

Quando o Mario Sérgio foi pego, eles, com o palmeiras embalado na frente, o Mario Sérgio jogava muito, nos tivemos uma reunião no sindicato e foi consenso dizer que a gente para o campeonato e damos o tempo que ele precisar para se defender e depois a gente voltava o campeonato. Eu era o presidente do sindicato e falei que a gente para o campeonato e damos o tempo que o Mario Sérgio quiser para se defender, e depois de decidido a questão, a gente volta o campeonato. Falei na federação pro José Eduardo Farah. Ele subestimou a nossa capacidade aí, e a gente ia parar. Não paramos porque eles julgaram o Mario Sérgio. Depois desse depoimento, o próximo jogo foi Corinthians e palmeiras. Você não tem noção, eu pegava na bola e a torcida do palmeiras mandava pegar. O jogo inteiro os caras estavam me caçando. Porque achavam que a gente estava querendo dar o tempo que ele quisesse para se defender. O cara estava sob suspeita a categoria estava sob suspeita. Julgou o cara e ele foi condenado.

Foi da minha cabeça, eu estava reunindo com o presidente da federação, na verdade eles atendem interesses do clube, para os atletas eles não estão nem aí. Então, é o seguinte senhor fara, a gente para o campeonato. E ele não. E dai eles julgaram.